

# REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA **ALMADA**



## Ficha técnica

Estudo: Revisão e Elaboração da Carta Educativa de Almada

Relatório: Fase C (Relatório Final)

Coordenação

Luís Carvalho

Equipa Técnica

Carla Figueiredo, Gonçalo Caetano, Liliana Calado, Pedro Henriques, Sónia Vieira

junho de 2023

N.º de páginas: 213



CEDRU  
Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda.  
Rua Fernando Namora 46A  
1600-454Lisboa  
(+351) 217 121 240  
[www.cedru.pt](http://www.cedru.pt)

# Revisão e Elaboração da Carta Educativa de Almada

**Relatório Final**

Relatório Fase C

Junho de 2023

# Índice

<b>0. NOTA INTRODUTÓRIA .....</b>	<b>13</b>
<b>1. ENQUADRAMENTO E CONTEXTUALIZAÇÃO .....</b>	<b>15</b>
1.1. INTRODUÇÃO .....	15
1.2. ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO .....	15
1.3. POLÍTICAS E METAS A ALCANÇAR .....	21
1.4. POLÍTICA SETORIAL E REFORMAS EM CURSO.....	28
1.6. A REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA AO SERVIÇO DA DEFINIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL .....	37
1.7. ENQUADRAMENTO NA POLÍTICA URBANA MUNICIPAL .....	39
1.8. DETERMINANTES DA PROCURA DE EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS.....	47
1.9. OBJETIVOS E DESAFIOS .....	48
<b>2. ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA DE ALMADA.....</b>	<b>51</b>
2.1. GRAU DE EXECUÇÃO DAS PROPOSTAS DA CARTA EDUCATIVA .....	51
<b>3. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL.....</b>	<b>58</b>
3.1. INTRODUÇÃO .....	58
3.2. INSERÇÃO TERRITORIAL .....	58
3.3. SISTEMA URBANO MUNICIPAL .....	60
3.4. SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA.....	64
3.5. PERFIL SOCIOECONÓMICO .....	74
3.6. SITUAÇÃO EDUCATIVA.....	81
3.7. TERRITÓRIOS EDUCATIVOS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA.....	86
<b>4. CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA OFERTA.....</b>	<b>90</b>
4.1. INTRODUÇÃO .....	90
4.2. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR – REDE PÚBLICA.....	95
4.2.1. Equipamentos .....	95
4.2.2. Espaços, Serviços e Recursos Humanos .....	99
4.3. 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO - REDE PÚBLICA .....	100
4.3.1. Equipamentos .....	100
4.3.2. Espaços, Serviços e Recursos Humanos .....	103
4.4. 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO E ENSINO SECUNDÁRIO - REDE PÚBLICA.....	104
4.4.1. Equipamentos .....	104
4.4.2. Espaços, Serviços e Recursos Humanos .....	107
4.5. ENSINO PROFISSIONAL .....	108
<b>5. CARACTERIZAÇÃO DA PROCURA ATUAL .....</b>	<b>111</b>
5.1. PROCURA ATUAL POR TIPOLOGIA DE EQUIPAMENTO / NÍVEL DE ENSINO .....	111
5.1.1. Enquadramento .....	111
5.1.2. Pré-Escolar .....	111
5.1.3. 1.º Ciclo do Ensino Básico .....	114
5.1.4. 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico .....	117
5.1.5. Ensino Secundário .....	123
5.2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS .....	127

<b>6. REDE PRIVADA E SOLIDÁRIA.....</b>	<b>129</b>
6.1. ANÁLISE SUPOSTADA NO PROCESSO DE INQUIRIÇÃO .....	129
6.1.1. Educação Pré-escolar .....	129
6.1.2. 1º Ciclo do Ensino Básico .....	133
6.1.3. 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário .....	135
6.2. ANÁLISE SUPOSTADA NA CARTA SOCIAL .....	138
<b>7. OUTROS ESTABELECIMENTOS .....</b>	<b>139</b>
7.1. ENSINO ARTÍSTICO .....	139
7.2. ENSINO SUPERIOR .....	139
<b>8. PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO ESCOLAR (PROCURA POTENCIAL).....</b>	<b>143</b>
8.1. NOTA INTRODUTÓRIA .....	143
8.2. CENARIZAÇÃO DEMOGRÁFICA (2025 E 2031) .....	144
<b>9. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DO SISTEMA EDUCATIVO MUNICIPAL .....</b>	<b>155</b>
9.1. A REDE PÚBLICA: UMA VISÃO DOS ATORES EDUCATIVOS .....	155
9.2. UMA VISÃO INFORMADA DA SOCIEDADE .....	156
9.3. CENÁRIOS ESTRATÉGICOS PROSPETIVOS .....	160
9.3.1. Reforço do posicionamento de Almada à escala regional: impactes na procura .....	160
9.3.2. Constrangimentos atuais da Rede Pública .....	161
9.3.3. Perspetivas de evolução demográfica e da população escolar .....	163
<b>10. ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO .....</b>	<b>167</b>
10.1. PRINCÍPIOS ORIENTADORES.....	167
10.1.1. Equipamentos escolares: instrumentos de qualificação e valorização dos espaços urbanos .....	167
10.1.2. Equipamentos escolares: instrumentos de integração social .....	168
10.1.3. A territorialidade da Rede Escolar .....	168
10.2. MATRIZ ESTRATÉGICA .....	169
10.2.1. Visão Estratégica .....	169
10.2.2. Princípios e Objetivos Estratégicos .....	170
<b>11. PROGRAMA DE AÇÃO .....</b>	<b>177</b>
11.1. ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO .....	177
11.2. EIXO I – REQUALIFICAR/AMPLIAR O PARQUE ESCOLAR INSTALADO .....	178
MEDIDA I.1. CRIAÇÃO DE NOVAS SALAS/ESPAÇOS LETIVOS E DE APOIO: PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO .....	178
MEDIDA I.2. CRIAÇÃO DE NOVAS SALAS/ESPAÇOS LETIVOS E DE APOIO: 2º, 3º CICLO E SECUNDÁRIO .....	186
MEDIDA I.3. PROGRAMA MUNICIPAL DE MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE ESCOLAR (PMM+ ALMADA) .....	187
MEDIDA I.4. PROGRAMA MUNICIPAL DE REFORÇO DE EQUIPAMENTOS DE APOIO DESPORTIVO E LÚDICO – RECREIO (PMED+ALMADA) .....	190
MEDIDA I.5. PROGRAMA DE MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO PARQUE ESCOLAR (PMEE+ ALMADA) .....	193
11.3. EIXO II - MELHORAR AS CONDIÇÕES E QUALIDADE DE ENSINO .....	195
MEDIDA II.1. REFORÇO DA ATRATIVIDADE E DIVERSIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES DE APRENDIZAGEM .....	195
MEDIDA II.2. CRIAÇÃO DE OFERTAS EDUCATIVAS ESPECIALIZADAS QUE CONCORRAM PARA A AFIRMAÇÃO CULTURAL DE ALMADA .....	196
MEDIDA II.3. REFORÇO DAS CONDIÇÕES E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, DIFERENCIADORA E MAIS BEM-ADAPTADA ÀS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DOS CENTROS DE APOIO ÀS APRENDIZAGENS .....	196
MEDIDA II.4. APETRECHAMENTO COM MOBILIÁRIO E MATERIAL DIDÁTICO, DE QUALIDADE E DIFERENCIADOR .....	197
MEDIDA II.5. DIVERSIFICAR E DIFERENCIAR A OFERTA PROFISSIONAL E QUALIFICAR AS CONDIÇÕES DE ENSINO .....	197
11.4. EIXO III - MELHORAR AS CONDIÇÕES DE GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS .....	198
MEDIDA III.1 CRIAÇÃO DE BOLSA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS (CENTRALIZAÇÃO DOS RECURSOS) PARA PARTILHA ENTRE ESTRUTURAS .....	198
11.5. EIXO IV - REFORÇAR A LIGAÇÃO À COMUNIDADE, FOMENTANDO SOLUÇÕES DE ABERTURA DAS ESCOLAS AO EXTERIOR .....	198

MEDIDA IV.1 PROJETOS E INICIATIVAS QUE CONCORRAM PARA UMA MAIOR VALORIZAÇÃO DA ESCOLA NA COMUNIDADE	198
MEDIDA IV.2 PARCERIAS E PROJETOS COLABORATIVOS COM ENTIDADES DO CONCELHO QUE PERMITAM FOMENTAR A LIGAÇÃO ÀS PROFISSÕES E ÀS COMPETÊNCIAS DO FUTURO	199
11.6. QUADRO-SÍNTESE DE FINANCIAMENTO .....	199
<b>12. MODELO DE MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E DISSEMINAÇÃO .....</b>	<b>203</b>
12.1. UM CONTEXTO DE PARTIDA.....	203
12.2. ÂMBITO .....	204
12.3. MODELO DE MONITORIZAÇÃO .....	205
12.4. METODOLOGIA DE RECOLHA, TRATAMENTO E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO .....	206
12.4.1. Recolha/ Tratamento/Organização da Informação	207
12.4.2. Instrumentos de Ação	209
12.4.3. Avaliação dos Resultados e disseminação da informação	209
<b>13. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS .....</b>	<b>211</b>

## Índice de figuras

Figura 1 – Quadro legislativo de referência .....	16
Figura 2 – Enquadramento do art.º 31 do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de Janeiro.....	20
Figura 3 - Abandono escolar precoce da educação ou formação (18-24 anos) – 2020.....	25
Figura 4 - Proporção da população com menos de 15 anos com reduzida competência em ciências, leitura e matemática, (2018).....	26
Figura 5 - Síntese do modelo territorial do Plano Diretor Municipal de Almada .....	46
Figura 6 – Grau de execução propostas da Carta Educativa .....	53
Figura 7 – investimento programado .....	53
Figura 8 – Enquadramento na NUT III Área Metropolitana de Lisboa e no País .....	58
Figura 9 – Acessibilidades ao concelho de Almada (2023).....	59
Figura 10 – Modelo territorial do PROT AML, Proposta de Alteração de 2010.....	60
Figura 11 – fogos licenciados em construções novas para habitação familiar, concelho de Almada, 2011-2021 (n.º).....	61
Figura 12 – Estabelecimentos de ensino não superior (N.º) por Natureza institucional, 2010/2011-2020/2021 .....	63
Figura 13 – Alunas/os matriculadas/os no ensino não superior (N.º) por Natureza institucional, 2010/11-2020/2021 .....	63
Figura 14 – Creches por freguesia (n.º), concelho de Almada, 2023.....	63
Figura 15 – ERPI por freguesia (n.º), concelho de Almada, 2023.....	64
Figura 16 – Serviço de Apoio Domiciliário por freguesia (n.º), concelho de Almada, 2023.....	64
Figura 17 – Índice de envelhecimento, por freguesia, em 2021.....	65
Figura 18 – População residente por subsecção estatística, em 2011 e 2021 .....	66
Figura 19 – Densidade populacional por subsecção estatística, em 2021.....	68
Figura 20 – Pirâmide Etária do concelho de Almada (n.º), em 2011 .....	71
Figura 21 – Pirâmide Etária do concelho de Almada (n.º), em 2021 .....	71
Figura 22 – Pirâmides Etárias das Freguesias do Concelho de Almada (n.º), em 2021 .....	72
Figura 23 – Taxa bruta de natalidade (‰), em 2011 e 2020.....	73
Figura 24 – Taxa bruta de mortalidade (‰), em 2011 e 2020.....	73
Figura 25 – Saldo Natural e Saldo Migratório (n.º), Almada, 2011-2020 .....	74
Figura 26 – Taxa de Crescimento Efetivo (%), 2011-2020.....	74
Figura 27 – Taxa de escolarização no ensino superior da população com idade entre os 18 e 22 anos (%), em 2011/2012 e 2021/2022 .....	75
Figura 28 – Taxa de analfabetismo (%), em 2011 e 2021 .....	75
Figura 29 – Taxa de desemprego (%), em 2011 e 2021 .....	76
Figura 30 – Desempregados inscritos no mês de Dezembro (n.º), em Almada, 2012-2022.....	77
Figura 31 – Características dos desempregados (n.º), em dezembro de 2022 .....	77
Figura 32 – Grupo etário dos desempregados (n.º), em dezembro de 2022.....	77
Figura 33 –nível de escolaridade dos desempregados (n.º), em dezembro de 2022 .....	78
Figura 34 – Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes em idade ativa (‰), 2011-2021 .....	78
Figura 35 – Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%), 2011 e 2021 .....	79
Figura 36 – População estrangeira que solicitou estatuto de residente por 100 habitantes (%), 2011-2020 ..	79
Figura 37 – Evolução do número de alunos matriculados no ensino não superior (n.º), em Almada, 1999-2021 .....	81
Figura 38 – Proporção de alunos matriculados nos estabelecimentos (%), por natureza institucional, em Almada, 1999-2021 .....	81
Figura 39 – alunos matriculados por nível de ensino (n.º), em Almada, Vários anos .....	82
Figura 40 – alunos matriculados por nível de ensino e natureza (n.º), em Almada, em 2020/2021.....	82
Figura 41 – Evolução da taxa bruta de pré-escolarização (%), vários anos.....	83
Figura 42 – Evolução da taxa bruta de escolarização no Ensino Básico (%), vários anos .....	83
Figura 43 – Evolução da taxa bruta de escolarização no Ensino Secundário (%), vários anos.....	84
Figura 44 – Evolução da taxa de retenção e Desistência no ensino básico (%), vários anos.....	84
Figura 45 – Evolução da taxa de transição e conclusão no ensino básico (%), vários anos.....	85
Figura 46 – Evolução da taxa de transição e conclusão no ensino secundário (%), vários anos .....	85
Figura 47 – Localização dos equipamentos educativos dos concelhos .....	94

Figura 48 – Avaliação Do Estado De Conservação Dos Edifícios E Espaços Exteriores Dos Equipamentos Do Pré-Escolar .....	96
Figura 49 – Avaliação Do Estado De Conservação Dos Acessos Dos Equipamentos Do Pré-Escolar .....	96
Figura 50 – Avaliação Do Estado De Conservação Dos Edifícios Dos Equipamentos Do Pré-Escolar .....	97
Figura 51 – Avaliação Do Estado De Conservação Dos Espaços De Apoio Dos Equipamentos Do Pré-Escolar. ....	97
Figura 52 – Avaliação Do Estado De Conservação Das Redes E Instalações Dos Equipamentos Do Pré-Escolar .....	98
Figura 53 – Avaliação Do Estado De Conservação Dos Edifícios E Espaços Exteriores Dos Equipamentos Do 1ºCEB .....	100
Figura 54 – Avaliação Do Estado De Conservação Dos Edifícios Dos Equipamentos Do 1ºCEB.....	101
Figura 55 – Avaliação Do Estado De Conservação Dos Espaços De Apoio Dos Equipamentos Do 1ºCEB.....	101
Figura 56 – Avaliação Do Estado De Conservação Das Redes E Instalações Dos Equipamentos Do 1ºCEB..	102
Figura 57 – Avaliação Do Estado De Conservação Dos Edifícios E Espaços Exteriores Dos Equipamentos Do 2º/3ºCEB E Ensino Secundário.....	104
Figura 58 – Avaliação Do Estado De Conservação Dos Acessos Dos Equipamentos Do 2º/3ºCEB E Ensino Secundário.....	105
Figura 59 – Avaliação Do Estado De Conservação Dos Edifícios Dos Equipamentos Do 2º/3ºCEB E Ensino Secundário.....	105
Figura 60 – Avaliação Do Estado De Conservação Dos Espaços De Apoio Dos Equipamentos Do 2º/3ºCEB E Ensino Secundário .....	106
Figura 61 – Avaliação Do Estado De Conservação Das Redes E Instalações Dos Equipamentos Do 2º/3ºCEB E Ensino Secundário .....	106
Figura 62 – Evolução Do Nº De Matrículas No Ensino Pré-Escolar Em Almada.....	111
Figura 63 – Evolução Do Nº De Matrículas No Ensino Pré-Escolar Em Almada, Por Tipologia De Oferta.....	112
Figura 64 – Nº De Alunos no ensino pré-escolar, por agrupamento de escolas, em 2022/2023.....	112
Figura 65 – Taxa De Alunos Matriculados Não Residentes No Concelho, No Ensino Pré-Escolar .....	113
Figura 66 – Evolução Do Nº De Matrículas No 1ºCEB Em Almada.....	114
Figura 67 – Evolução Do Nº De Matrículas No 1ºCEB Em Almada, Por Tipologia De Oferta.....	114
Figura 68 – Nº De Alunos no 1º Ciclo do Ensino Básico, por agrupamento de escolas, em 2022/2023.....	115
Figura 69 – Taxa De Alunos Matriculados Não Residentes No Concelho, No 1ºCEB .....	116
Figura 70 – Taxa De retenções, No 1ºCEB.....	116
Figura 71 – Taxa De Abandono, No 1ºCEB .....	117
Figura 72 – Evolução Do Nº De Matrículas No 2º E 3ºCEB Em Almada.....	117
Figura 73 – Evolução Do Nº De Matrículas No 2º E 3ºCEB Em Almada, Por Tipologia de Oferta.....	118
Figura 74 – Nº De Alunos no 2ºe 3º Ciclos do Ensino Básico, por agrupamento de escolas, em 2022/2023	119
Figura 75 – Taxa De Alunos Matriculados Não Residentes No Concelho, No 2ºCEB .....	120
Figura 76 – Taxa De Retenções, No 2ºCEB .....	120
Figura 77 – Taxa De Abandonos, No 2ºCEB .....	121
Figura 78 – Taxa De Alunos Matriculados Não Residentes No Concelho, No 3ºCEB .....	121
Figura 79 – Taxa De Retenções, No 3ºCEB .....	122
Figura 80 – Taxa De Abandonos, No 3ºCEB .....	122
Figura 81 – Evolução Do Nº De Matrículas No ensino secundário Em Almada .....	123
Figura 82 – Evolução Do Nº De Matrículas No ensino secundário Em Almada, Por Tipologia de Oferta .....	123
Figura 83 – Nº De Alunos no Ensino secundário, por agrupamento de escolas, em 2022/2023 .....	124
Figura 84 – Taxa De Alunos Matriculados Não Residentes No Concelho, No Ensino Secundário .....	125
Figura 85 – Taxa De Retenções, No Ensino Secundário .....	125
Figura 86 – Taxa De Abandonos, No Ensino Secundário .....	126
Figura 87 – Alunos com necessidades educativas por nível de ensino, em Almada (%).....	127
Figura 88 – Alunos com necessidades educativas por agrupamento/escola Secundária não agrupada, em Almada (%).....	127
Figura 89 – Avaliação Do Estado De Conservação Dos Edifícios E Espaços Exteriores Dos Equipamentos Do Pré-Escolar .....	130
Figura 90 – Avaliação Do Estado De Conservação Dos Acessos Dos Equipamentos Do Pré-Escolar .....	130
Figura 91 – Avaliação Do Estado De Conservação Dos Edifícios Dos Equipamentos Do Pré-Escolar .....	130
Figura 92 – Avaliação Do Estado De Conservação Dos Espaços De Apoio Dos Equipamentos Do Pré-Escolar .....	131



Figura 93 – Avaliação Do Estado De Conservação Das Redes E Instalações Dos Equipamentos Do Pré-Escolar .....	131
Figura 94 – Alunas/os Inscritas/os no Ensino Superior (N.º) no Concelho de Almada, 2000/2001-2021/2022 .....	142
Figura 95 – Alunas/os inscritas/os no ensino superior (N.º), em 2021/2022, por Ciclo de estudos.....	142
Figura 96 – Evolução do número de alunos em Almada (Rede Pública) .....	161
Figura 97 – Matriz-Síntese da procura educativa.....	164
Figura 98 – Matriz-Síntese da Oferta educativa .....	165
Figura 99 – Relevância do instrumento .....	167
Figura 100 – Desafios da programação.....	168
Figura 101 – Padrão territorial da rede: Princípios.....	169
Figura 102 – Visão Estratégica .....	170
Figura 103 – Princípios estratégicos .....	171

## Índice de quadros

Quadro 1 – Grandes Objetivos da EU para 2020 e Metas Nacionais .....	22
Quadro 2 – Iniciativas Emblemáticas da Estratégia Europa 2020 .....	23
Quadro 3 – Metas do Objetivo 4 “Educação da Qualidade” no âmbito dos Objetivos de desenvolvimento Sustentável para 2030.....	28
Quadro 4 – Objetivos estratégicos, operacionais e medidas principais do Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023 em matéria de educação .....	29
Quadro 5 – Objetivos, princípios e competências delegadas no Âmbito do PAE, 2015.....	32
Quadro 6 – Quadro de Investimentos Municipais previstos, em 2007, na Carta Educativa.....	54
Quadro 7 – Quadro de investimentos municipais em curso, não previstos na Carta Educativa .....	56
Quadro 8 – Quadro de investimentos da administração central previsto na Carta Educativa, em 2007 .....	57
Quadro 9 – fogos licenciados em construções novas para habitação familiar, concelho de Almada, por freguesia, 2014-2021 (n.º) .....	62
Quadro 10 – Estabelecimentos de Ensino Não superior, Por Nível de Ensino, 2010/2011-2020/2021 .....	62
Quadro 11 – Evolução da população residente por freguesia e taxa de variação da população, entre 2011 e 2021 .....	65
Quadro 12 – Densidade populacional por freguesia, em 2011 e 2021 .....	67
Quadro 13 – População residente (N.º), por Lugar (Censitário), E Grupo etário (%), 2021 .....	69
Quadro 14 – População residente por escalão etário (%), em 2011 e 2021 .....	73
Quadro 15 – Nível de escolaridade mais elevado concluído pela população residente com idade igual ou superior a 15 anos (%), por freguesia, em 2021.....	76
Quadro 16 – Número de famílias por dimensão do agregado familiar (n.º), por freguesia, em 2021 .....	80
Quadro 17 – Estabelecimentos e pessoal ao serviço por sector de atividade económica (n.º e %), em Almada, em 2020 .....	80
Quadro 18 – Áreas de intervenção prioritária, eixos de atuação e objetivos gerais dos TEIP .....	86
Quadro 19 – Taxas de insucesso escolar (%), por agrupamento e nível de ensino .....	87
Quadro 20 – Taxas de abandono escolar (%), por agrupamento e nível de ensino .....	88
Quadro 21 – Equipamentos Escolares que Disponibilizam Ensino Pré-Escolar.....	90
Quadro 22 – Equipamentos Escolares que Disponibilizam 1º CEB.....	91
Quadro 23 – Lista de Equipamentos Escolares que Disponibilizam 2ºCEB, 3ºCEB E/Ou Ensino Secundário..	92
Quadro 24 – Variação no Nº de Matrículas nos Equipamentos da Rede Pública de Almada.....	111
Quadro 25 – Salas nas unidades de Apoio e de Recursos, por agrupamento (n.º) .....	128
Quadro 26 – Avaliação do Estado de Conservação dos Equipamentos do 1ºCEB da Rede Privada.....	133
Quadro 27 – Nº De Salas e Respetivas Carências dos Equipamentos do 1ºCEB .....	134
Quadro 28 – Recursos Humanos dos Equipamentos do 1ºCEB.....	135
Quadro 29 – Níveis de Ensino Disponibilizados Pelos Equipamentos da Rede Privada de Almada .....	135

Quadro 30 – Avaliação do Estado de Conservação dos Equipamentos do 2º/3ºCEB e Ensino Secundário da Rede Privada.....	136
Quadro 31 – Salas e respetivas carências nos estabelecimentos de ensino de pré-escolar da rede privada e solidária (nº).....	137
Quadro 32 – Recursos Humanos nos estabelecimentos de ensino pré-escolar .....	137
Quadro 33 – Equipamentos de ensino pré-escolar da rede privada e solidária.....	138
Quadro 34 – Instituições de Ensino Superior localizadas em Almada, oferta de cursos, ciclo de estudos e número de vagas em 2022 e 2023.....	140
Quadro 35 – Situação demográfica do concelho e Freguesias, em 2021 (estrato etário) .....	145
Quadro 36 – Evolução demográfica do concelho, por estrato etário, cenário tendencial 2025 .....	145
Quadro 37 – Evolução demográfica do concelho, por estrato etário, cenário tendencial 2031 .....	146
Quadro 38 – Evolução demográfica do concelho, por estrato etário, cenário expansionista 2025 .....	146
Quadro 39 – Evolução demográfica do concelho, por estrato etário, cenário expansionista 2031 .....	146
Quadro 40 – demográfica do concelho (n.º e %), 2025 e 2031 (A - cenário tendencial e B - cenário expansionista moderado).....	147
Quadro 41 – Evolução dos efetivos demográficos (n.º), no cenário A e B (2025-2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: jardins-de-infância .....	148
Quadro 42 – Evolução dos efetivos demográficos (n.º), no cenário A e B (2025-2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: 1º ciclo.....	148
Quadro 43 – Evolução dos efetivos demográficos (n.º), no cenário A e B (2025-2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: 2º ciclo.....	149
Quadro 44 – Evolução dos efetivos demográficos (n.º), no cenário A e B (2025-2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: 3º ciclo.....	149
Quadro 45 – Evolução dos efetivos demográficos (n.º), no cenário A e B (2025-2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: Secundário .....	150
Quadro 46 – Indicadores relevantes para calibrar a população a escolarizar na rede pública .....	151
Quadro 47 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar, n.º), no cenário A e B (2025-2031): jardins-de-infância .....	151
Quadro 48 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar, n.º), no cenário A e B (2025-2031): 1º ciclo .....	152
Quadro 49 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar, n.º), no cenário A e B (2025-2031): 2º ciclo .....	152
Quadro 50 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar, n.º), no cenário A e B (2025-2031): 3º ciclo .....	153
Quadro 51 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar, n.º), no cenário A e B (2025-2031): Secundário .....	153
Quadro 52 – Rede Pública e Privada (n.º de alunos; diferencial face ao ano letivo 2020/2021) .....	154
Quadro 53 – Rede pública de pré-escolar (jardim-de-infância) .....	157
Quadro 54 – Rede de escolas públicas de 1º ciclo .....	157
Quadro 55 – Rede de escolas públicas do 2º e 3º ciclo .....	158
Quadro 56 – Rede de escolas públicas de Ensino Secundário .....	158
Quadro 57 – Aspetos mais críticos da rede escolar do município .....	158
Quadro 58 – Principais prioridades a prosseguir pelo município.....	159
Quadro 59 – Ficha de Ação: Criação de Centro Escolar da Ramalha/Almada Poente.....	180
Quadro 60 – Ficha de Ação: Criação de Centro Escolar da Charneca .....	181
Quadro 61 – Ficha de Ação: Criação de Centro Escolar de Vale Figueira .....	182
Quadro 62 – Ficha de Ação: Ampliação da EB 2/3 Elias Garcia .....	183
Quadro 63 – Ficha de Ação: Ampliação da EB Presidente Maria Emilia .....	184
Quadro 64 – Ficha de Ação: Ampliação da EB n.º1 do Alfeite.....	185
Quadro 65 – Ficha de Ação: Criação da EBI Trafaria.....	186
Quadro 66 – Ficha de Ação: Programa Municipal de Modernização e Manutenção do Parque Escolar (JI e 1º ciclo).....	188
Quadro 67 – Ficha de Ação: Programa de modernização e manutenção do parque escolar (2º, 3º ciclo e secundário).....	189
Quadro 68 – Ficha de Ação: Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio (parque escolar dos JI e 1º ciclo) .....	190
Quadro 69 – Ficha: Pavilhão Desportivo da ES Francisco Simões.....	191

Quadro 70 – Ficha: Pavilhão Desportivo da EB1/2/JI Charneca.....	192
Quadro 71 – Ficha de Ação: Programa de melhoria da eficiência energética do parque escolar (PMEE+Almada) .....	194
Quadro 72 – Síntese de Financiamento do Programa de Ação.....	199
Quadro 73 – Cronograma de Execução do Programa de Ação.....	201
Quadro 74 – Indicadores de Contexto (Plano de Monitorização).....	207
Quadro 75 – Indicadores de Realização (Plano de Monitorização) .....	208
Quadro 76 – Ferramentas de Comunicação: formas e regularidade de apresentação da informação-chave .....	210

(página propositadamente deixada em branco)

## 0. NOTA INTRODUTÓRIA

A rede de equipamentos coletivos constitui uma componente fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável e integrado nas suas diversas dimensões, sendo simultaneamente instrumento de qualificação e valorização de centros urbanos e instrumento de fomento da equidade e qualidade de vida das populações.

De entre os equipamentos coletivos, os equipamentos de ensino constituem um conjunto fundamental, dada a sua importância na prossecução de um objetivo essencial no processo de desenvolvimento - acesso da população ao ensino - e na qualificação dos recursos humanos, fator de sucesso importante na competitividade de cidades e regiões. Por outro lado, o conceito de Escola, anteriormente entendido como "escola-edifício", é atualmente assumido como centro ou elo de uma rede de locais de educação e formação, como um espaço de múltiplas atividades de cariz comunitário. Acresce que a Escola passou a ser considerada como centro das políticas educativas devendo construir a sua autonomia a partir da(s) comunidade(s) em que se insere, da resposta aos seus problemas e da valorização das suas potencialidades, de forma a apurar e potenciar o seu desempenho enquanto serviço público de Educação.

Neste contexto, o reordenamento da rede de equipamentos de ensino constitui um fator fundamental na estratégia de desenvolvimento de um concelho, pelo que a Revisão da Carta Educativa de Almada surge como uma oportunidade para adequar a rede de infraestruturas de ensino à procura previsível nos próximos anos, mas simultaneamente para operacionalizar os princípios de integração, sequencialidade e de utilização global e racional dos recursos emanados pela Lei de Bases do Sistema Educativo, promovendo o papel e integração virtuosa da Escola numa rede mais ampla de equipamentos, concebidos como organizações (integradoras) no plano interno e nas relações da comunidade.

Com a regulamentação da Carta Educativa, através da publicação do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, foram criadas as condições para enquadrar numa mesma lógica o planeamento e a organização da rede educativa local. Neste contexto, os municípios passaram também a possuir competência para conduzir os processos de planeamento respetivos, ou seja, equacionando e tomando decisões sobre o desenvolvimento da rede educativa local, nomeadamente no que se refere às instalações, aos equipamentos e às formações a disponibilizar (competência relevante e politicamente significativa). Ampliando e detalhando essas competências, o Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro, veio reforçar a ideia de que há um conjunto de oportunidades e desafios que importa potenciar, numa lógica de concertação e parceria de base territorial, inserindo a Escola num contexto mais abrangente de ordenamento do território municipal, que tem como meta atingir a melhoria da educação, do ensino, da formação e da cultura no território.

Neste novo quadro legal, resultante de um amplo processo de ponderação e aprofundamento do exercício de descentralização de responsabilidades, atribuições e competências do Estado para a Administração Local, o setor da Educação emergiu como um dos pilares fundamentais, despontando a necessidade de um aprofundamento do conhecimento do Sistema Educativo, nas suas múltiplas dimensões, de modo a melhor informar e objetivar a tomada de decisão e garantir as condições necessárias à exequibilidade das transferências num quadro de qualidade de resposta municipal a estes novos desafios.

Em 2007, o Ministério da Educação homologou a Carta Educativa, que se pretende atualizar, face às novas exigências do Sistema Educativo, face ao novo quadro legal e face às novas dinâmicas territoriais existentes e emergentes. Conforme consagrado no Decreto-Lei enquadrador (Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro), o processo de revisão deve obedecer aos princípios, objetivos e estrutura que nortearam a elaboração da Carta.

O documento que agora se apresenta, de Fase C, integra diversas componentes estruturadoras da Revisão da Carta Educativa. Para a elaboração deste documento, a equipa efetuou diversas reuniões como um amplo conjunto de *stakeholders*, com destaque para os diretores dos Agrupamentos de Escolas da Rede Pública, das Escolas Secundárias Não Agrupadas e das Escolas Profissionais. Para além das opiniões e informações que foram apresentadas no decurso dessas reuniões, a elaboração da Revisão da Carta Educativa fundamentou-se simultaneamente em diversos documentos e fontes publicadas, destacando-se obviamente os provenientes do Município, bem como dos referenciais estatísticos produzidos pelo INE.

Este documento constitui uma ferramenta de cariz prospetivo, capaz de ajudar a tomar decisões no presente e de conduzir com eficácia as mudanças de fundo e circunstanciais (incluindo num novo quadro de competências municipais e de (re)negociação de apoios financeiros comunitários), de forma a consolidar-se uma rede

eficaz de edifícios e equipamentos educativos, integrada numa rede mais ampla de equipamentos coletivos, que permita operacionalizar novos conceitos e diretrizes, que garanta uma efetiva adequação à realidade local e que contribua para o cumprimento, com qualidade, da escolaridade obrigatória e para uma maior integração e inclusão social e territorial.

Saliente-se que não obstante o documento faça parte da Câmara Municipal de Almada e tenha sido elaborado tecnicamente por uma entidade externa (CEDRU), ele corresponde a um processo e produto que contou com a participação ativa dos atores e agentes educativos locais, traduzindo a realidade da política educativa municipal e as propostas de resposta que se perspetivam e consideram imprescindíveis para o futuro da Educação no Concelho.

Neste sentido, a Revisão da Carta Educativa do Município de Almada é um exercício que tentou através da participação alargada, obter consensos quanto ao planeamento e ordenamento da rede de equipamentos educativos concelhios.

A elaboração deste instrumento ocorre no final do período de emergência de saúde pública gerado pela pandemia de COVID-19. Sendo inequívoco que as consequências sociais e económicas deste acontecimento serão profundas e duradouras, exigindo uma resposta adequada das políticas públicas nacionais e locais, a Revisão da Carta Educativa não pode refletir ainda o impacto que terá em diversas dimensões-chave sobretudo ao nível da evolução sociodemográfica, da procura escolar e da capacidade de investimentos do Município.

# 1. ENQUADRAMENTO E CONTEXTUALIZAÇÃO

## 1.1. INTRODUÇÃO

A Carta Educativa constitui-se como um documento de referência estratégica, não só no domínio das políticas educativas e formativas dos municípios, como também para o seu desenvolvimento social e económico, uma vez que enquadra a dimensão demográfica enquanto ativo e forma de valorizar socialmente o concelho.

Esta dimensão está plasmada no próprio enquadramento legislativo da Carta Educativa, proporcionado pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que entende e define este documento como sendo *o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município.*

A atual Carta Educativa do Concelho de Almada data de 2007, tendo sido desenvolvida a partir de processos e metodologias que permitiram enquadrar os contributos e a participação ativa dos principais atores da comunidade educativa do concelho. Esta abordagem assentou ainda em múltiplos objetivos estratégicos que, no essencial, visavam suprimir situações de requalificação do parque escolar, melhorar infraestruturas, concentrar recursos para melhoria de condições letivas e combater o insucesso e abandono escolar.

Os instrumentos de financiamento comunitário enquadrados no QREN (2007-2013) e no Portugal 2020 (2014-2020), permitiram desenvolver várias ações enquadradas nos objetivos assumidos, nomeadamente aqueles relacionados com a requalificação e melhoria infraestrutural do parque escolar, contribuindo para a aplicação efetiva de várias das ações identificadas.

No entanto, a amplitude temporal que decorreu desde a data da aprovação da Carta até ao momento presente, torna expectável que várias das dimensões que determinaram a sua elaboração estejam já significativamente modificadas, tendo também surgido novas dinâmicas com potencial transformador.

Desta forma, e dando resposta ao Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que veio revogar o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, e que estabeleceu a obrigatoriedade de Revisão da Carta Educativa quando a rede educativa ficar desconforme com o princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa municipal, sendo esta reavaliação obrigatória de 10 em 10 anos, o presente documento procede à Revisão da Carta Educativa de Almada.

## 1.2. ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO

A rapidez com que se processam mudanças económicas e sociais à escala global traduz-se num aumento da complexidade destes processos, assim como num maior envolvimento dos atores numa nova economia baseada no conhecimento, representando, por si só, uma constante necessidade de reorganização económica, social e cultural, de modo a garantir uma capacidade de resposta eficiente aos desafios contemporâneos.

Uma das consequências da dinâmica que se tem verificado ao nível das relações do mercado de trabalho está relacionada com a necessidade de gerar e adaptar estruturas e mecanismos de valorização dos recursos humanos onde, não só se preparam os mais jovens para responderem de forma eficaz aos desafios e exigências da modernidade, mas também se incentivam e orientam os indivíduos inseridos no mercado de trabalho a (re)ingressar nos sistemas de educação e formação, melhorando e atualizando as suas competências.

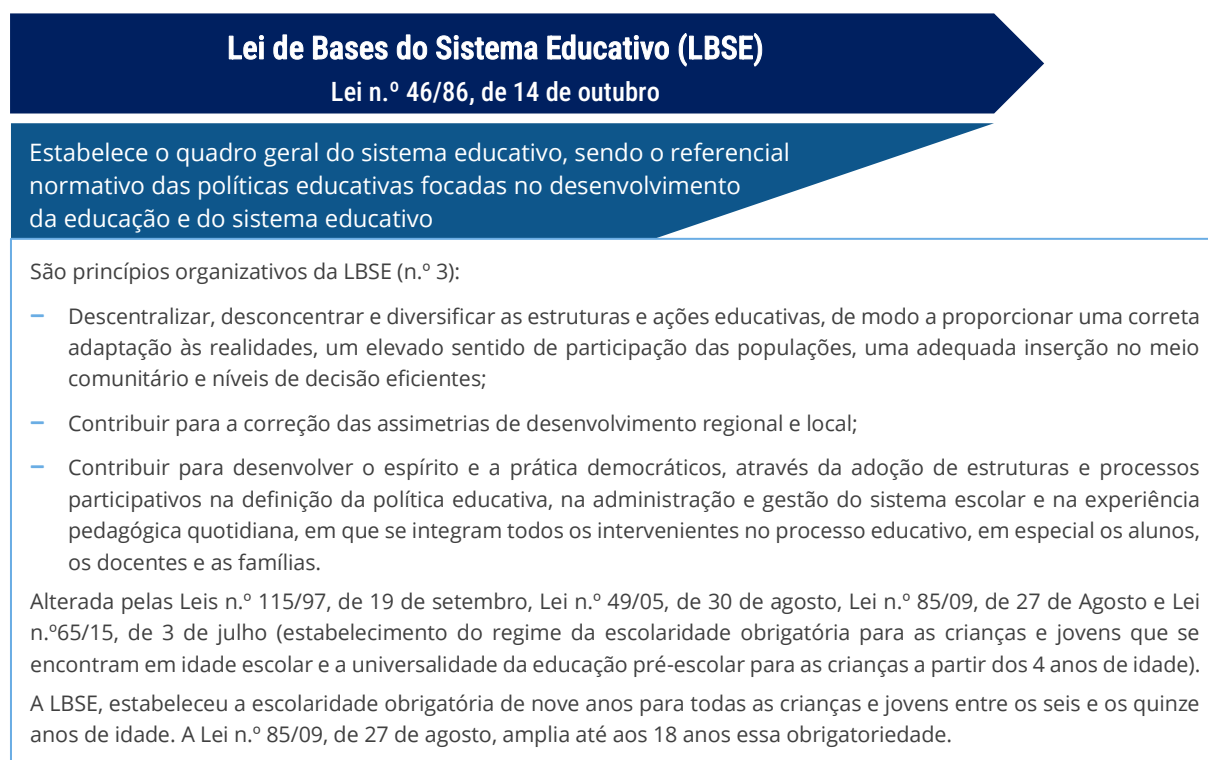
Esta dinâmica voltou a colocar a Educação e a Escola num papel de grande centralidade na Sociedade, conferindo-lhe uma dimensão fundamental no contexto das diversas políticas públicas. Por este motivo, tem vindo a ser produzida vários elementos legislativos de suporte e enquadramento aos princípios e necessidades emergentes, nos quais a educação e formação são centrais.

Neste âmbito, sinaliza-se alguns dos elementos que constituem o quadro legislativo de referência, que serve de suporte ao exercício de revisão da Carta Educativa de Almada:

- Constituição da República Portuguesa - Artigos 73º, 74º e 75
- Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) - Lei n.º 46/86, de 14 de outubro
- Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar - Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro
- Lei n.º 159/99, de 14 de setembro
- Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro
- D.L. n.º 54/2018, 6 junho – Educação inclusiva
- Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto
- Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro

As matrizes seguintes procuram, de forma esquemática, identificar a legislação que serve de suporte ao exercício de revisão da Carta Educativa de Almada, detalhando-se em volume Anexo a restante legislação relevante.

**FIGURA 1 – QUADRO LEGISLATIVO DE REFERÊNCIA**





## Lei n.º 159/99, de 14 de setembro

Estabelece o quadro de transferência de atribuições para as autarquias locais, em matéria de educação

Relevem se os pontos do artigo 19º:

- Planear e gerir os equipamentos educativos, mais precisamente nos investimentos para construção, apetrechamento e manutenção de estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico;
- Proceder à elaboração da então chamada “carta escolar”, a ser integrada nos planos diretores municipais;
- Criar os conselhos locais de educação;
- Garantir a rede de transportes públicos escolares;
- Assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico;
- Garantir o alojamento aos alunos do ensino básico, em alternativa ao transporte escolar;
- Participar no apoio às crianças que frequentam o pré-escolar e aos alunos do ensino básico, no âmbito da ação social escolar;
- Apoiar o desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa nos níveis pré-escolar e básico;
- Gerir o pessoal não docente nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico.

## Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro

Estabelece quadro de transferências de atribuições e competências para os Municípios

- O artigo 19.º, da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, elencou as competências a transferir na área da educação e do ensino não superior, tendo, sequencialmente, o artigo 13.º da Lei n.º 30-C/2000, de 29 de dezembro, e o artigo 12.º da Lei n.º 109-B/2001, de 27 de dezembro, procurado concretizá-las.
- Não obstante, apenas com o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, ocorre a transferência efetiva de competências no que concerne aos conselhos municipais de educação e à elaboração da Carta Educativa, enquanto instrumento central de ordenamento da rede de ofertas de educação e de ensino. Este diploma regulamenta igualmente as competências para a realização de investimentos pelos Municípios (construção, equipamento e manutenção dos estabelecimentos da educação pré-escolar e do ensino básico), bem como para a gestão do pessoal não docente.

## Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto

### Lei-Quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais

O artigo 11.º refere as novas competências dos órgãos municipais no que respeita à educação:

- É da competência dos órgãos municipais participar no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos aos estabelecimentos públicos de educação e de ensino integrados na rede pública dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, incluindo o profissional, nomeadamente na sua construção, equipamento e manutenção.
- Compete igualmente aos órgãos municipais, no que se refere à rede pública de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, incluindo o ensino profissional:
  - Assegurar as refeições escolares e a gestão dos refeitórios escolares;
  - Apoiar as crianças e os alunos no domínio da ação social escolar;
  - Participar na gestão dos recursos educativos;
  - Participar na aquisição de bens e serviços relacionados com o funcionamento dos estabelecimentos e com as atividades educativas, de ensino e desportivas de âmbito escolar;
  - Recrutar, selecionar e gerir o pessoal não docente inserido nas carreiras de assistente operacional e de assistente técnico.
- Compete ainda aos órgãos municipais:
  - Garantir o alojamento aos alunos que frequentam o ensino básico e secundário, como alternativa ao transporte escolar;
  - Assegurar as atividades de enriquecimento curricular, em articulação com os agrupamentos de escolas;
  - Promover o cumprimento da escolaridade obrigatória;
  - Participar na organização da segurança escolar.
- As competências previstas no presente artigo são exercidas no respeito das competências dos órgãos de gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.

## Decreto-Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

### Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais

Através deste decreto, estabelece-se o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais.

Estabelece-se ainda o regime jurídico da delegação de competências do Estado nas autarquias locais e nas entidades intermunicipais e dos municípios nas entidades intermunicipais e nas freguesias.

Define as atribuições dos Municípios no domínio da educação, ensino e formação profissional.

Fonte: Equipa técnica

## Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro

Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação

É da competência dos órgãos municipais participar, em matéria de educação, no planeamento, na gestão e na realização de investimentos. É da competência dos órgãos das entidades intermunicipais o planeamento intermunicipal da rede de transporte escolar e da oferta educativa de nível supramunicipal.

Este quadro legal faz a correspondência entre o âmbito das competências descentralizadas e a organização da oferta pública de ensino básico e secundário que assegura o cumprimento da escolaridade obrigatória pelas crianças e jovens em idade escolar e visa a universalidade da educação pré-escolar. Esta solução, além de garantir coerência entre o exercício das competências das autarquias locais e entidades intermunicipais no domínio da educação e a organização geral do sistema educativo, corresponde aos diferentes níveis e ciclos de ensino existentes nos agrupamentos de escolas, pondo termo ao exercício concomitante de competências da mesma natureza, numa única unidade orgânica, por diferentes entidades públicas.

Mantem-se a Carta Educativa municipal e o plano de transporte escolar como instrumentos de planeamento e a consagração da participação das entidades intermunicipais no planeamento plurianual da rede de oferta de educação e formação.

Define os conteúdos da Carta Educativa (que genericamente, passam pela caracterização sumária da localização e organização espacial dos edifícios e equipamentos educativos, o diagnóstico estratégico, as projeções de desenvolvimento e a proposta de intervenção relativamente à rede pública) e as competências de elaboração (da Câmara Municipal, sendo aprovada pela Assembleia Municipal respetiva, após discussão e parecer do conselho municipal de educação, e pronúncia do departamento governamental com competência na matéria).

Fonte: Equipa técnica

Para o atual processo de revisão, destaca-se o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, no qual se aprofunda a definição, objeto e objetivos associados à Carta Educativa. O artigo 5º deste Decreto indica que a Carta Educativa é *o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município.*

O objeto da Carta Educativa consta no artigo 7º, consistindo na *identificação, a nível municipal, dos edifícios e equipamentos educativos, e respetiva localização geográfica, bem como das ofertas educativas da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário da educação escolar, incluindo as suas modalidades especiais de educação, e da educação extraescola.* Prevê-se também a identificação dos recursos humanos necessários à prossecução das ofertas educativas, bem como uma análise da sua integração municipal, em função dos cenários prospetivados em matéria de desenvolvimento urbano e escolar.

O perímetro da análise da Carta Educativa inclui os estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino da rede pública, privada, cooperativa e solidária, sendo que os objetivos da sua análise estão identificados no artigo 6.º do Decreto em causa, nomeadamente:

- Assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva existente;
- Refletir, ao nível municipal, o processo de ordenamento a nível nacional e intermunicipal da rede de ofertas de educação e formação;

- Promover a criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente dos recursos educativos disponíveis;
- Incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos;
- Garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município, nomeadamente com a distribuição espacial da população e das atividades económicas daquele.

Este enquadramento permite concluir que a Carta Educativa é um instrumento relevante para: i) enquadrar de forma una o planeamento e a organização da rede educativa local; ii) promover a adequação da rede de infraestruturas de ensino à procura previsível; iii) melhorar e qualificar o parque escolar existente no concelho.

**FIGURA 2 – ENQUADRAMENTO DO ART.º 31 DO DECRETO-LEI N.º 21/2019, DE 30 DE JANEIRO**



Fonte: Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro (adaptado)

A dimensão multifatorial que a Carta Educativa observa obriga a uma relação de proximidade com os processos de ordenamento da rede educativa estabelece e com o território onde esta se insere, pelo que não deve estar dissociada dos demais instrumentos de planeamento territorial, nomeadamente do Plano Diretor Municipal (PDM), principal instrumento de gestão territorial ao nível municipal.

É neste contexto que o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, obriga os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), entre os quais o PDM, à articulação com políticas setoriais de incidência local (alínea c) do artigo 70º).

Por outro lado, o Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, veio reforçar a perspetiva na qual o PDM *define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município e o correspondente modelo de organização territorial, estabelecendo nomeadamente (...) a rede de equipamentos de educação.*

Em síntese, a associação da Carta Educativa ao PDM, enquanto documento complementar, constitui um instrumento fundamental do planeamento, determinante para a decisão estratégica, principalmente no que respeita ao enquadramento e dimensionamento do sistema educativo, garantindo a sua adequação à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico.

### 1.3. POLÍTICAS E METAS A ALCANÇAR

As questões relacionadas com a formação e o conhecimento têm vindo a ganhar um espaço cada vez mais relevante nos fóruns de decisão política. Neste âmbito, destaque-se o Conselho Europeu de março de 2001, que definiu uma estratégia de reforço do mercado de emprego e da coesão social por via de uma “economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social”.

A prossecução deste objetivo obriga a que a Educação tenha uma posição central, pelo que a definição de estratégias envolveu os diversos subsistemas educativos e formativos, assim como todos os seus intervenientes, procurando que os cidadãos europeus pudessem desenvolver as suas aptidões e competências, criando de estruturas de combate ao desemprego e à exclusão social dos grupos mais desfavorecidos, proporcionando novas formas de aquisição de conhecimentos ao longo da vida.

O documento Estratégia Europa 2020<sup>1</sup>, desenvolvido pela Comissão Europeia em junho de 2010, estabeleceu o objetivo de tornar a União Europeia (UE) numa economia inteligente (promovendo o conhecimento, a inovação, a educação e a sociedade digital); sustentável (promovendo uma economia hipocarbónica, eficiente em termos de recursos e competitiva) e inclusiva (promovendo uma economia com altas taxas de emprego que assegure a coesão social e territorial), constituindo-se como um importante marco na promoção e valorização de competências.






No âmbito da estratégia, foram identificadas cinco áreas prioritárias de atuação, às quais estavam associados objetivos a atingir até 2020, quer para o conjunto da União quer para cada Estado-Membro, sendo que a operacionalização estratégica foi desenvolvida por via de ações específicas ao nível nacional e europeu, sendo algumas centradas, direta ou indiretamente, na componente educativa.

Em função da evolução das diversas variáveis e dado que muitos dos Estados Membros, incluindo Portugal, continuam sem atingir as metas propostas, a Estratégia mantém a sua pertinência continuando a ser efetuado um enorme esforço de investimento (por exemplo, no âmbito do Portugal 2020, em execução até final de 2023) para assegurar o cumprimento dos compromissos/metass assumidos. Em 2019, em Portugal, a taxa de abandono precoce de educação e formação (18-24 anos) ainda era de 10,6% (meta de 10%), enquanto a % de diplomados com ensino superior ou equivalente (30-34 anos) era de 36,2% (meta de 40%).

---

<sup>1</sup> Europa 2020: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. COM (2010) 2020. Comissão Europeia (março de 2010).

**QUADRO 1 – GRANDES OBJETIVOS DA EU PARA 2020 E METAS NACIONAIS**

<b>5 grandes objetivos da UE para 2020</b>		<b>Metas para Portugal</b>
<b>Emprego</b>		
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumentar para 75% a taxa de emprego na faixa etária dos 20-64 anos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Taxa de emprego: 75%</li> </ul>
<b>I&amp;D e Inovação</b>		
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumentar para 3% do PIB da UE o investimento (público e privado) em I&amp;D e inovação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- I&amp;D (em % do PIB): 2,7 a 3,3%</li> </ul>
<b>Alterações Climáticas e Energia</b>		
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20% (ou em 30%, se forem reunidas as condições necessárias) relativamente aos níveis registados em 1990</li> <li>- Obter 20% da energia a partir de fontes renováveis</li> <li>- Aumentar em 20% a eficiência energética</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Redução das emissões de CO2: 20%</li> <li>- Energias renováveis: 31%</li> <li>- Eficiência energética: 20% (30% no caso da Administração Pública)</li> </ul>
<b>Educação</b>		
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reduzir as taxas de abandono escolar para níveis abaixo dos 10%</li> <li>- Aumentar para, pelo menos, 40% a percentagem da população na faixa etária dos 30-34 anos que possui um diploma do ensino superior</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Abandono escolar precoce: 10%</li> <li>- Ensino Superior: 40%</li> </ul>
<b>Pobreza e Exclusão Social</b>		
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reduzir, pelo menos, em 20 milhões o número de pessoas em risco ou em situação de pobreza ou de exclusão social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Redução da população em risco de pobreza ou de exclusão social: 200.000</li> </ul>

Fonte: Estratégia Europa 2020 (adaptado)

A ambição associada a estes objetivos contribuiu para a consolidação de 7 iniciativas emblemáticas que visavam uma partilha de responsabilidade alargada às várias escalas, numa lógica colaborativa que abrangia desde as organizações europeias às autoridades locais e regionais.

**QUADRO 2 – INICIATIVAS EMBLEMÁTICAS DA ESTRATÉGIA EUROPA 2020**

Recentrar a política de I&D e inovação nos principais desafios sociais, colmatando o desfasamento existente entre a ciência e o mercado, transformando as invenções em produtos. A título de exemplo, a patente comunitária poderia traduzir-se numa economia anual de 289 milhões de euros para as empresas.	<b>União da inovação</b>
Reforçar a qualidade e a capacidade de atração internacional do sistema de ensino superior europeu, promovendo a mobilidade dos estudantes e dos jovens profissionais. As vagas existentes devem ser mais facilmente acessíveis em toda a Europa e as qualificações e experiência profissional reconhecidas de forma adequada.	<b>Juventude em movimento</b>
Retirar de forma sustentável benefícios económicos e sociais do mercado único digital com base na internet de alta velocidade. Até 2013, todos os europeus deverão ter acesso à internet de alta velocidade.	<b>Agenda digital para a Europa</b>
Apoiar a transição para uma economia hipocarbónica e eficiente na utilização de recursos. A Europa deve manter-se fiel aos objetivos que fixou para 2020 no domínio da produção, eficiência e consumo de energia. Deste modo, será possível uma poupança de 60 mil milhões de euros nas importações de petróleo e gás em 2020.	<b>Europa eficiente em termos de recursos</b>
Contribuir para a competitividade da indústria da UE no mundo que emergirá da crise, promover o empreendedorismo e desenvolver novas qualificações. Deste modo, será possível criar milhões de novos postos de trabalho.	<b>Política industrial em prol do crescimento verde</b>
Criar as condições para a modernização dos mercados de trabalho, com vista a aumentar as taxas de emprego e assegurar a sustentabilidade dos nossos modelos sociais no momento da passagem à reforma da geração dos « <i>baby-boomers</i> ».	<b>Agenda para novas qualificações e novos empregos</b>
Assegurar a coesão económica, social e territorial, permitindo que as camadas mais pobres e socialmente excluídas da população desempenhem um papel ativo na sociedade.	<b>Plataforma europeia contra a pobreza</b>

Fonte: Estratégia Europa 2020 (adaptado)

Ao nível nacional, são vários os documentos que incorporam a ambição de desenvolvimento, destacando-se os que deram sustentação ao Portugal 2020, já próximo do final, bem como os que se relacionam com o próximo quadro de financiamento comunitário, destacando-se também documentos internos de planeamento, como a revisão do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT).

O facto de se enfrentarem alguns constrangimentos de tipologia diversa desde 2008, período de reajustamento financeiro ao nível nacional, não impede que as mudanças estruturais que se avizinham e balizam o reencaixe do país em diferentes escalas e contextos políticos, socioeconómicos e territoriais, assim como os pressupostos e prioridades de desenvolvimento do País continuem a manter a sua atualidade e pertinência nos horizontes de médio e longo prazo.

Ainda no horizonte 2014-2020, o desenvolvimento territorial de Portugal estava balizado por quatro prioridades: i) criação de uma economia inovadora, competitiva, integrada e aberta; ii) criação de um

território equitativo e de bem-estar; iii) criação de um espaço sustentável e bem ordenado; iv) criação de uma sociedade criativa, cooperante e com sentido de cidadania.

Mais recentemente, a Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030, a partir da qual foi desenvolvido o Plano de Recuperação e Resiliência apresentado à Comissão Europeia e que contribuiu para definir a forma de atribuição dos fundos comunitários no próximo quadro de financiamento (2021-2027), apresenta alguns objetivos diretamente relacionados com as questões da educação e coesão territorial, destacando-se o reforço da *aposta nas qualificações da população portuguesa a todos os níveis, para superar este défice crónico, acelerar a Transição Digital e apostar nas infraestruturas digitais em todos os setores e na Administração Pública, incentivando novos modelos de trabalho e de produção que incorporem as tecnologias associadas à digitalização.*

Noutro domínio, as linhas de rumo que o PNPOT pretendeu imprimir ao País enquadram alguns objetivos estratégicos, que se complementam e reforçam reciprocamente, e que permitem suportar algumas opções de desenvolvimento, incluindo aquelas relacionadas com o quadro da rede do Sistema Educativo:

- Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;
- Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;
- Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições;
- Utilizar de modo sustentável os recursos energéticos.

A definição destes objetivos está também em linha com as principais tendências emergentes que constituem o pano de fundo das estratégias de desenvolvimento local para os próximos anos, no quadro dos instrumentos de cofinanciamento:

- Reforçar a prioridade da alocação de recursos nas questões da competitividade com especial enfoque na introdução e aprofundamento da I&D nos clusters em que País denota maiores vantagens comparativas;
- Aprofundar as experiências de desenvolvimento urbano integrado com uma redução do investimento nos vetores físicos e no espaço público e a emergência das questões da reabilitação urbana, da competitividade económica e da inovação social, em coerência com as alterações no mercado de habitação;
- Concentrar espacialmente os investimento e aumento da seletividade na alocação de recursos financeiros, procurando tirar partido das economias de escala, bem como apoiar o processo de revitalização económica e territorial do País;
- Redefinir os modelos de governança territorial, com vista à redução dos custos de administração territorial e de otimização do stock de bens públicos.



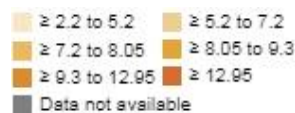
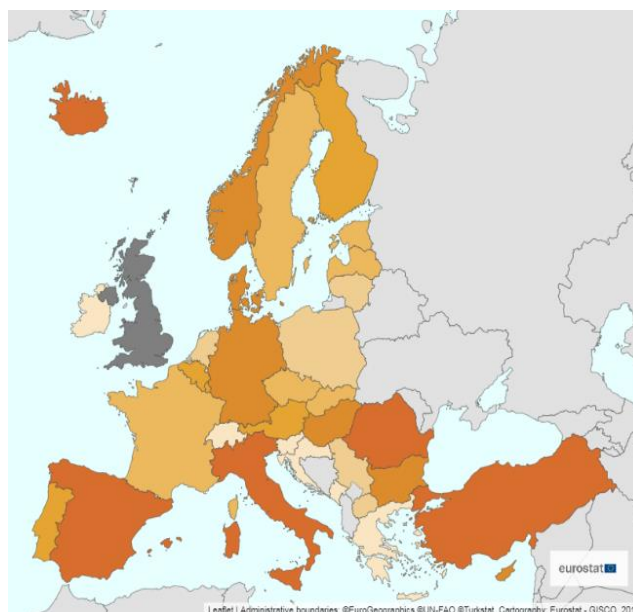
A materialização destes objetivos tem permitido um avanço positivo em matéria educativa, em que merecem destaque algumas melhorias concretas, de que é exemplo a redução do número de jovens que abandonam a escola precocemente (aqueles que não conseguem completar o ensino secundário). Este é um aspeto fundamental não só para o aumento das competências, como também para melhorar perspectivas e oportunidades de emprego dos jovens, já que aqueles com pelo menos a qualificação secundária (ou superior) têm maior propensão de encontrar um emprego e de ter um rendimento superior comparativamente aos que possuem um nível de educação mais baixo.

Conforme já abordado, o objetivo Europa 2020 ambiciona reduzir a percentagem de população (entre os 18 a 24 anos) com baixas qualificações escolares. Em 2020, este valor rondava os 9,9% na União Europeia, bastante inferior ao registado em 2008 (14,4%), apresentando uma evolução positiva<sup>2</sup>. Em Portugal, o mesmo indicador situa-se 1,0 pp abaixo da média europeia, nos 8,9% (34,9%, em 2008). Em 2020, na Área Metropolitana de Lisboa, onde se insere o concelho de Almada, a taxa era de 7,0% (22,8%, em 2011).

Ainda que esta redução possa, em parte, ser atribuída a um ambiente de maior dificuldade em encontrar trabalho, há também melhorias estruturais significativas (maior qualidade dos espaços, maior integração das políticas educativas e socioeconómicas, maior sensibilização dos jovens), sendo expectável que a tendência se mantenha, ainda que a um ritmo mais lento.

Portugal apresenta uma evolução favorável no que diz respeito ao abandono escolar, situação que também se verifica na proporção de jovens com idade entre os 25 e os 34 anos com um nível de ensino secundário que, em 2020, era superior à média europeia (41,9% a nível nacional e 41,5% a nível europeu), o que reflete uma redução da franja de jovens que não possuem qualquer tipo de oferta educativa, incluindo profissional, que contribua para a sua inserção no mercado de trabalho.

**FIGURA 3 - ABANDONO ESCOLAR PRECOCE DA EDUCAÇÃO OU FORMAÇÃO (18-24 ANOS) - 2020**



Fonte: Eurostat

<sup>2</sup> [https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/t2020\\_40/default/map?lang=en](https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/t2020_40/default/map?lang=en)

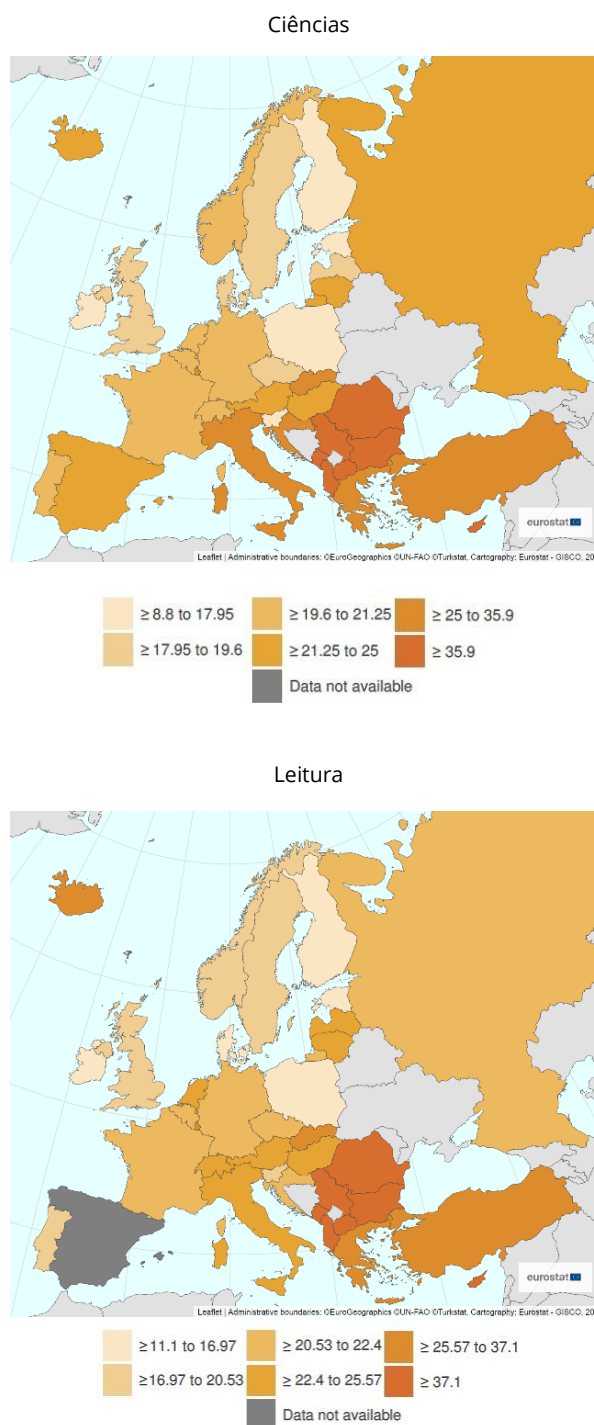
Segundo o Ministério da Educação, para a redução deste indicador terá contribuído a frequência de cursos profissionais (à entrada do secundário, em média, metade dos alunos escolhem esta via).

Apesar da melhoria verificada no que diz respeito à taxa de abandono escolar precoce, a diferença de género é particularmente pronunciada, (7,5 p.p.), sendo de 12,6% no caso dos homens e de 5,1% no caso das mulheres (2019).

Como já referido, outro dos objetivos definidos educativos definidos para 2020 passava por atingir os 40% de diplomados que tenham completado o ensino superior ou equivalente na população entre os 30 e os 34 anos (em 2013, era de 30,1%). Entre 2000 e 2016, ocorreu um aumento da taxa de conclusão dos estudos superiores (30-34 anos) dos 11,1% para os 34,6%, sendo que em 2017 ocorreu uma diminuição desse valor para os 33,5%, valor que se manteve em 2018. Em 2020 este indicador tinha subido para os 39,6%, ficando muito próximo do valor de referência, sendo a média da UE 41,0%. Por outro lado, de acordo com dados do Eurostat, o ensino e os cuidados na primeira infância (dos 4 aos 6 anos) passaram, em Portugal, dos 90,4%, em 2013, para os 96,6%, em 2019, valor já superior ao da média da UE (95,1%).

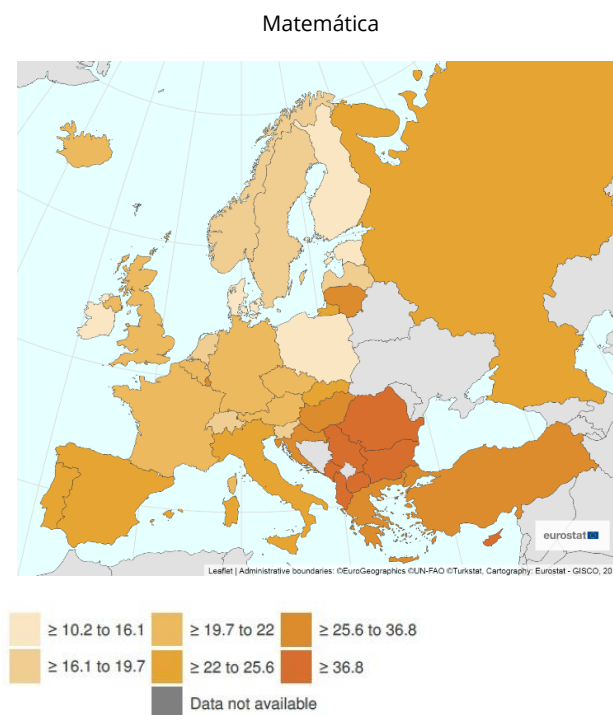
A qualidade de ensino deve proporcionar aos alunos as competências necessárias para o seu sucesso futuro, sendo este um aspeto determinante mensurar o sucesso das políticas educativas. Neste âmbito, os inquéritos realizados pela OCDE em 2018, revelaram que, em Portugal, 20,2% dos alunos com 15 anos de idade testados (PISA) têm uma compreensão insuficiente do que leem e uma proporção ainda maior possui competência insuficiente em matemática (23,3%). Estes valores, demonstram que em muitos países da UE (incluindo Portugal), ainda existem grandes dificuldades na aprendizagem de competências básicas, bem como de iliteracia científica.

**FIGURA 4 - PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO COM MENOS DE 15 ANOS COM REDUZIDA COMPETÊNCIA EM CIÊNCIAS, LEITURA E MATEMÁTICA, (2018)**



Recorde-se que, no quadro da OCDE, foram estabelecidos três indicadores de referência para 2020, no que respeita à Educação e Formação, nomeadamente quanto ao abandono escolar e à participação no ensino:

- Pelo menos 95% das crianças com mais de 4 anos e menos de 6 anos devem participar na educação infantil (pré-escolar);
- Menos de 15% dos jovens de 15 anos com problemas/dificuldades de leitura, matemática e ciência;
- Pelo menos 15% dos adultos (grupo etário 25-64) devem participar na aprendizagem ao longo da vida.



No quadro destas metas definidas pela OCDE para 2020 Portugal apresenta uma trajetória particularmente positiva em matéria de participação na educação infantil e pré-escolar, o que se deve principalmente à integração universal das crianças com pelo menos 4 anos de idade na educação pré-escolar no ano letivo de 2016/2017, que fez com que esse valor se tenha situado próximo dos 100%. Sublinhe-se que esta dimensão educativa continua a ser uma prioridade nacional, assumindo-se politicamente a “obrigatoriedade” de tendencialmente se alargar a universalidade da educação pré-escolar às crianças com três anos, pelo que todas as crianças com essa idade deverão ter lugar num jardim de infância.

Finalmente, em matéria de investimento, dados de 2013 situavam a despesa pública consagrada à educação em percentagem do PIB nos 5,2%, tendo esse valor apresentado trajetória de descida até 2016 (4,69%). Apesar de um ligeiro aumento em 2017 (4,90%), em 2018 esse valor ficou-se pelos 4,59%. Para este ano mais recente não há ainda um valor disponível para a média da UE, sendo que em 2017 essa proporção se situou nos 4,73%.

Durante a Cimeira das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada em setembro de 2015, foi apresentada e aprovada uma resolução denominada “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”. Esta veio definir um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, tendo para isso sido definidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nos quais estão integradas 169 metas a alcançar por todos os países até 2030.

Dada a natureza e amplitude temática desta resolução, a educação é assumida como um aspeto central no desenvolvimento das políticas gerais de cada país, pelo que o quarto dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é precisamente relacionado com a Educação de Qualidade, visando “garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. As metas a alcançar no âmbito deste objetivo encontram-se apresentadas no quadro abaixo, e retomam alguns dos objetivos identificados na Estratégia Europa 2020, instando os países a continuar uma evolução nas políticas educativas que garantam melhores resultados e, em última análise, contribuam para uma sociedade mais inclusiva, coesa e com maior grau de equidade.

**QUADRO 3 – METAS DO OBJETIVO 4 “EDUCAÇÃO DA QUALIDADE” NO ÂMBITO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA 2030**

<b>Metas para uma Educação de Qualidade</b>	
<b>4.1</b>	– Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completam o ensino primário e secundário, que deve ser de acesso livre, equitativo e de qualidade, conduzindo a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes
<b>4.2</b>	– Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, bem como cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam preparados para o ensino primário
<b>4.3</b>	– Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e terciária, incluindo a universidade, com qualidade e a preços acessíveis
<b>4.4</b>	– Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilitações relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo
<b>4.5</b>	– Até 2030, eliminar as disparidades de género na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, população autóctone e crianças em situação de vulnerabilidade
<b>4.6</b>	– Até 2030, garantir literacia e aptidões numéricas a todos os jovens e a uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres
<b>4.7</b>	– Até 2030 garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da educação para o desenvolvimento e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável
<b>4.a</b>	– Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e às questões de género, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos
<b>4.b</b>	– Até 2030, ampliar substancialmente, a nível global, o número de bolsas de estudo - para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos - para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, científicos e de engenharia, em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento
<b>4.c</b>	– Até 2030, aumentar substancialmente o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030

## 1.4. POLÍTICA SETORIAL E REFORMAS EM CURSO

A política educativa nacional resulta da materialização das opções governamentais e de gestão assumidas pelos decisores políticos, no âmbito do quadro legislativo de referência que enquadra e suporta o Sistema Educativo nacional.

Neste âmbito, o XXII Governo Constitucional (2019-2023), identificou 4 desafios a prosseguir durante essa legislatura, sendo que um deles tem particular relevância em matéria de educação, designadamente aquele que se refere às “Desigualdades - Mais e melhores oportunidades para todos, sem discriminações”.

A amplitude deste desafio obriga a uma forte articulação entre os vários domínios económicos e sociais relevantes, nos quais se encontram objetivos especificamente relacionados com a educação, nomeadamente a aposta na escola pública como elemento de combate às desigualdades, o combate às desigualdades à entrada e à saída da escola e a promoção do acesso à formação e qualificação ao longo da vida.

Na sequência das prioridades definidas no plano de governo do quadriénio anterior, considera-se que a consolidação das contas públicas só poderá ocorrer por via de uma maior eficiência ao nível da utilização e gestão dos recursos por parte das administrações públicas (as decisões devem ser tomadas com base em critérios de custo e eficácia – *“na educação básica, a última estimativa do Conselho Nacional de Educação aponta para 150 mil reprovações anuais, o que significa que cerca de 600 milhões de euros de despesa, não tiveram qualquer contrapartida positiva”*).

Por outro lado, releva-se a necessidade de valorizar o capital humano, sendo esta uma condição fundamental para um país mais próspero (*o principal investimento de futuro é o investimento nas pessoas de diferentes gerações, proveniências e capacidades*). Desta forma, *“o direito à Educação, e a uma Educação capaz de responder aos desígnios dos cidadãos e da sociedade, é um dos pilares fundamentais do desenvolvimento das comunidades e um aspeto fundacional da democracia portuguesa. A Educação é não apenas o meio privilegiado para o desenvolvimento dos indivíduos, mas também o determinante necessário para alcançar uma sociedade justa e esclarecida. A função social da escola pública só estará inteiramente cumprida quando a origem de cada um não for um aspeto relevante para o sucesso ou insucesso dos seus resultados. Entendemos que este é o fim fundamental para o qual concorre todo o sistema educativo.”* (Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023).

É neste contexto que o combate as desigualdades à entrada e à saída da escola é assumido como um desígnio nacional destacando-se o *“acesso à escolaridade universal desde os 3 anos de idade e o ensino obrigatório durante 12 anos convocam-nos a trabalhar para que todos possam aceder a um sistema capaz de responder na medida das necessidades de cada um e de garantir o respetivo sucesso”* (Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023).

Deste enquadramento, conclui-se que o combate ao insucesso escolar é um dos principais referenciais de ação do governamental, que procura assim diminuir os constrangimentos verificados na qualidade e equidade do ensino, assim como no cumprimento da escolaridade obrigatória.

#### QUADRO 4 – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, OPERACIONAIS E MEDIDAS PRINCIPAIS DO PROGRAMA DO XXII GOVERNO CONSTITUCIONAL 2019-2023 EM MATÉRIA DE EDUCAÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVO OPERACIONAL	MEDIDAS PRINCIPAIS
<b>Apostar na educação pré-escolar como chave para o combate ao insucesso escolar</b>	Investimento no alargamento da rede e na qualificação da educação de infância	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Garantir a universalidade da oferta da educação pré-escolar a todas as crianças dos três aos cinco anos;</li> <li>2. Assegurar a tutela pedagógica sobre os estabelecimentos que integram a rede nacional de educação pré-escolar, independentemente de pertencerem à rede pública ou à rede solidária;</li> <li>3. Desenvolver instrumentos de diagnóstico precoce de situações de risco como estratégia de prevenção do insucesso escolar</li> </ol>
<b>Combater o insucesso na sua raiz: desenvolver um ensino básico integrado, global e comum</b>	Investimento em medidas de combate ao insucesso escolar	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Promover uma maior articulação entre os três ciclos do ensino básico, redefinindo progressivamente a sua estrutura de modo a atenuar os efeitos negativos das transições entre ciclos, assumindo uma gestão mais integrada do currículo e reduzindo a excessiva carga disciplinar dos alunos</li> <li>2. Incentivar a flexibilidade curricular, desde o 1.º ciclo, recorrendo a diferentes possibilidades de gestão pedagógica, gerindo com autonomia os recursos, os tempos e os espaços escolares, adequadas aos múltiplos contextos existentes;</li> <li>3. Consolidar as atividades de enriquecimento curricular, integrando-as plenamente na vida pedagógica das escolas, contribuindo, desse modo, para</li> </ol>

OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVO OPERACIONAL	MEDIDAS PRINCIPAIS
		o aprofundamento do princípio da «Escola a Tempo Inteiro», alargando-a a todo o ensino básico.
<b>Assegurar o cumprimento dos 12 anos de escolaridade obrigatória: valorizar o ensino secundário e diversificar a oferta formativa</b>	Investimentos em medidas destinadas à valorização do ensino secundário e à diversificação da oferta formativa e valorização do ensino profissional e artístico	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Criar programas de desenvolvimento do ensino experimental</li> <li>2. Alargar o leque de cursos e de qualificações contempladas, em particular de nível secundário e pós-secundário</li> <li>3. Reforçar as estratégias de diversificação pedagógica no contexto do ensino profissional e promover uma maior ligação da escola à comunidade e à família, tendo em atenção os jovens que abandonaram a escola sem concluir o ensino secundário e que ainda não se encontram a trabalhar</li> <li>4. Criar condições de maior estabilidade ao financiamento da rede de escolas profissionais, através do recurso a programas plurianuais de financiamento condicionado ao mérito dos seus projetos educativos</li> <li>5. Promover um maior reconhecimento do ensino profissional e das qualificações profissionais no âmbito do mercado de trabalho, estabelecendo dinâmicas de cooperação com os parceiros sociais e os conselhos empresariais regionais</li> </ol>
<b>Modernizar os modelos e os instrumentos de aprendizagem</b>	Investimentos em ações que promovam um maior alinhamento das políticas educativas com as dinâmicas sociais e económicas	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Conceber e implementar uma estratégia de recursos digitais educativos, que promovam a criação, disseminação e utilização de conteúdos digitais no processo de aprendizagem</li> <li>2. Promover a utilização das TIC no âmbito do currículo, visando a apreensão, desde cedo, de práticas de aprendizagem baseadas nas novas tecnologias, capitalizando motivações, fomentando o gosto por aprender</li> <li>3. Lançar um processo de simplificação na administração central da educação para uma maior autonomia e concentração das escolas na sua atividade fundamental, incluindo a reestruturação da administração central e das suas missões, reduzindo o seu peso no sistema, centrando a sua atuação no planeamento, avaliação e regulação do sistema</li> </ol>
<b>Centrar as escolas no ensino e na aprendizagem dos alunos</b>	Medidas que permitam consolidar e alargar significativamente o regime de autonomia, administração e gestão das escolas e agrupamentos, como elemento central do esforço de descentralização das competências	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Criar condições para que as escolas e agrupamentos possam gerir o currículo nacional de forma flexível e contextualizada, utilizando os métodos, as abordagens e os procedimentos que se revelarem mais adequados</li> <li>2. Promover a descentralização e a desburocratização do sistema educativo</li> <li>3. Avaliar o processo de transferência de competências para as autarquias ao nível do ensino básico e secundário, garantindo que não diminui a autonomia pedagógica das escolas</li> <li>4. Criar condições para que as escolas e os agrupamentos, em articulação com os centros de formação, as instituições do ensino superior e outros intervenientes, se assumam como espaços privilegiados para a formação contextualizada dos seus docentes</li> <li>5. Apoiar as escolas e os agrupamentos no desenvolvimento de projetos promotores de uma cidadania responsável, incentivando o estabelecimento de parcerias educativas com encarregados de educação e as comunidades educativas, no sentido de prevenir situações de indisciplina e violência</li> <li>6. Consolidar os processos de otimização e de qualificação dos recursos humanos, dando relevo às funções docentes e à prática letiva e promovendo a qualificação para funções especializadas</li> </ol>

Fonte: Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023

Com as eleições, em 2022, tomou posse o XXIII Governo Constitucional que mantém, no essencial, o quadro de prioridades, objetivos e medidas anteriormente estruturadoras da ação governativa.

O combate às desigualdades através da educação é fundamental, continuando as apostas na “inclusão de todos os alunos, abandonando conceções de escola centradas numa segregação dos que têm mais dificuldades”. A escola inclusiva, como estabelece o Plano 21 |23 Escola+, será robustecida através de uma maior capacitação das escolas e a adoção de novos programas de apoio às aprendizagens e ao desenvolvimento de competências socio emocionais. Consolidar os apoios tutoriais, dar continuidade ao reforço das políticas de Ação Social Escolar, implementar um Programa de Apoio a famílias vulneráveis (redes permanentes de apoio à infância e à juventude, de base autárquica) são ações prioritárias a prosseguir.

Também quanto à melhoria das aprendizagens é referido no Programa do Governo a importância de continuar o trabalho iniciado, com resultados positivos atestados. Merece destaque continuar o reforço do ensino experimental das ciências, com a generalização dos Clubes Ciência Viva na Escola, bem como modernizar o ensino profissional, mediante a criação dos Centros Tecnológicos Especializados e aprofundando a adequação da oferta às necessidades sociais, locais e das empresas. “Erradicar as bolsas de analfabetismo e promover a aprendizagem da língua portuguesa junto das comunidades imigrantes através de planos conjuntos entre escolas-municípios-delegações do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)” assume-se também como uma importante medida a implementar.

Recentemente, tem vindo a ser recorrentemente apontada a necessidade de se rever a Lei de Bases que estabelece o quadro geral do Sistema Educativo e que constitui o Referencial Normativo das Políticas Educativas que visam o desenvolvimento da educação em Portugal.

Em 2016, no âmbito da celebração dos 30 anos dessa lei, e tendo em conta a sua importância estrutural para o sistema educativo português, o Conselho Nacional de Educação refletiu sobre a atualidade e adequação da Lei relativamente ao seu contributo para o desenvolvimento social, económico e cultural do país. Nesse âmbito, foram desenvolvidas várias iniciativas, organizadas de acordo com as 8 temáticas e questões e que podem ser entendidas como pontos de partida e reflexão para a nova estruturação, princípios e objetivos que nortearão um eventual novo quadro legislativo. (Ver Anexo - I)

Numa outra dimensão, importa sinalizar a importância do Programa Aproximar Educação (PAE). Iniciado em 2015, o Programa, veio reconfigurar o quadro relativo à distribuição de competências na área da Educação (contrato de educação e formação municipal). Este programa visou assegurar a descentralização através da delegação contratual de competências na área da educação e formação dos serviços centrais do Estado para os municípios.

Isto conduziu à valorização do papel dos municípios, das escolas e da comunidade em geral na tomada de decisões por via de um contrato (fundamentado no quadro da ação local), e que permitiu uma maior autonomia pedagógica, curricular, administrativa e organizativa. Na base deste processo estavam premissas fundamentais como a subsidiariedade, a proximidade, a corresponsabilização, a racionalização dos recursos e a democratização.

O arranque do PAE ocorreu em 2014/2015, tendo para isso sido selecionado um conjunto de 13 municípios, nomeadamente, Águeda, Amadora, Batalha, Cascais, Crato, Matosinhos, Óbidos, Oeiras, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Vila de Rei e Vila Nova de Famalicão que iniciaram o projeto de descentralização na área da Educação e cuja fase piloto se estimou com uma duração inicial de quatro anos. No total, estes concelhos representavam cerca de 10% da população portuguesa (um milhão de habitantes), 10% da população estudantil do ensino básico e secundário (cerca de 110 mil alunos), 10% das turmas existentes (cinco mil) e 8,5% dos Agrupamentos existentes.

O Contrato de Educação e Formação Municipal assumido por estes municípios, enquadrava-se no âmbito de um projeto-piloto de cariz pedagógico e administrativo, promotor da eficiência dos recursos educativos, constituindo-se como ponto de referência para um futuro modelo de gestão articulado e integrado do Sistema de Educação nos Concelhos. Este contrato estipulava que mais de 60% das competências na área da Educação ficassem nos agrupamentos de escolas, 30% nos municípios e menos de 10% no Ministério da Educação e Ciência (MEC).

As competências que permaneciam no MEC eram as relacionadas com a gestão do corpo docente e seu recrutamento, por via dos concursos nacionais e a avaliação dos alunos, professores e escolas. Os agrupamentos continuariam a ser unidades orgânicas do MEC, sendo que a propriedade das escolas abrangidas passaria para os municípios depois de estar concluído o seu processo de reabilitação. As escolas propriedade da Parque Escolar seriam mantidas nesta empresa pública.

Ainda que não existisse qualquer exercício de avaliação relativo ao desempenho e sucesso relativo dos contratos assinados, foi decidido avançar com um amplo e abrangente processo de descentralização e transferência de competências para os Municípios, no domínio da Educação.

## QUADRO 5 – OBJETIVOS, PRINCÍPIOS E COMPETÊNCIAS DELEGADAS NO ÂMBITO DO PAE, 2015

<b>Objetivos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Melhorar a qualidade das aprendizagens e o sucesso escolar dos alunos;</li> <li>b) Promover a eficácia e eficiência da gestão dos recursos educativos;</li> <li>c) Combater a saída precoce dos alunos do sistema educativo;</li> <li>d) Combater o abandono escolar;</li> <li>e) Monitorizar as práticas, os processos e os resultados do Projeto Educativo Municipal;</li> <li>f) Corresponder às necessidades e expectativas da comunidade educativa.</li> </ul>
<b>Princípios e limites orientadores da descentralização</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) O não aumento da despesa pública global;</li> <li>b) O aumento da eficiência da gestão dos recursos afetos à Educação pelas autarquias;</li> <li>c) Os ganhos de eficácia do exercício das competências pelos órgãos das autarquias;</li> <li>d) O cumprimento dos objetivos de aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;</li> <li>e) A articulação entre os diversos níveis da administração pública;</li> <li>f) Garantia que a liberdade de escolha das famílias é salvaguardada, ou mesmo ampliada.</li> </ul>
<b>Domínios com competências delegadas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>a) Gestão curricular;</li> <li>b) Gestão pedagógica;</li> <li>c) Gestão de recursos humanos;</li> <li>d) Gestão financeira;</li> <li>e) Gestão de equipamentos e infraestruturas.</li> </ul> <p>Neste último caso, apontem-se alguns exemplos adaptados de contratos de autonomia em vigor:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>1) Implementar ações de reabilitação, ampliação e construção de estabelecimentos escolares;</li> <li>2) Equipar o Centro de Inclusão pelas Artes e Ofícios com as seguintes valências: unidades de ensino estruturado e apoio a alunos multideficientes; espaço oficial / laboratorial e de novas tecnologias; centro de aprendizagem /apoio ao estudo / ensino vocacional - (destinatários preferenciais: alunos com NEP, ensino vocacional e desenvolvimento de competências).</li> </ul>

Fonte: PAE (adaptado)

Com a publicação da Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto), bem como do Decreto-lei que concretiza essa transferência de competências no domínio da educação (Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro), ficam reforçadas as áreas que anteriormente foram descentralizadas para os municípios conferindo-lhes, também, novas competências nas vertentes de planeamento, investimento e gestão no domínio da educação e regulando o funcionamento dos conselhos municipais de educação. A Carta Educativa e o plano de transporte escolar mantêm-se como instrumentos de planeamento, sendo também consagrada a participação das entidades intermunicipais no planeamento plurianual da rede de oferta de educação e formação.

A transferência das novas competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais foi concretizada em 2019.

Este novo quadro de transferência de competências nos municípios, na área da educação, estabelecido pelo artigo 11.º, da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, na sua redação atual e a concretização da transferência de



competências nos órgãos municipais, no domínio da educação, operada pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, obrigou à definição de uma estratégia para a sua implementação no Município de Almada.

Neste âmbito assinala-se o contrato de delegação de competências (de carácter provisório e transitório) do município de Almada nos Diretores de Agrupamentos de Escolas e de Escolas não Agrupadas, realizado no dia 9 de junho de 2022, ao qual foi realizada uma adenda no dia 26 de janeiro de 2023. Este contrato incidiu sobre os seguintes domínios:

- Gestão das instalações e funcionamento;
- Gestão do edificado: Conservação, manutenção e reparação;
- Recursos humanos: Gestão e direção do pessoal não docente;
- Gestão de apoios e complementos educativos: Leite escolar, circuitos especiais de transporte e refeitórios de gestão direta (domínio que resultou da adenda).

Ao nível da “Gestão do Edificado: conservação, manutenção e reparação”, assinala-se que “para efeitos de construção, requalificação e modernização de edifícios escolares previsto no Art.º 31º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, os Diretores devem, até 30 dias antes do final de cada semestre, sinalizar à Câmara Municipal eventuais necessidades, salvaguardando-se situações excepcionais, nomeadamente as que colocam em causa a segurança de pessoas e bens, as quais têm de ser comunicadas imediatamente”.

A Câmara Municipal delega ainda, provisoriamente, nos Diretores, algumas competências de intervenções de conservação, manutenção e pequena reparação, nas escolas do 2º/3º ciclo e Secundárias, analisando e responsabilizando-se o município pelo encargo financeiro, se à data do mesmo, a verba transferida se mostrar insuficiente, mediante análise e aprovação prévia da despesa, e que se traduzem nas seguintes tipologias de intervenção:

Coberturas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Limpeza e desentupimento de algerozes, caleiras, tubos queda, ralos e respetivas pinhas, tubos ladrão, saias de chaminé e coberturas de terraço e tubos quedas;</li> <li>• Reparação/substituição de telhas e telas;</li> <li>• Reparação/substituição de caleiras, tubos de queda.</li> </ul>
Paredes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tratamento e reparação de juntas;</li> <li>• Tratamento de fissuras e rebocos com pinturas das zonas danificadas;</li> <li>• Pintura de paredes, incluindo rodapés e protetores de impacto de cadeiras ou outro equipamento;</li> <li>• Reparação/substituição placards de corticite, karlite ou outro material;</li> <li>• Substituição de espelhos.</li> </ul>
Vedações e gradeamentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tratamento e pintura das zonas afetadas por ferrugem;</li> <li>• Substituição de painéis, desde que não obrigue à substituição integral dos mesmos.</li> </ul>
Portas e Janelas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tratamento, reparação e pintura das zonas danificadas;</li> <li>• Substituição de trincos, ferragens, fechaduras, fechos e das peças partidas, podres ou danificadas, ou substituição da porta ou janela se se justificar.</li> <li>• Substituição de vidros e/ou chapas acrílicas, incluindo a substituição das peças partidas ou danificadas, bem como a colocação de massa de vidraceiro, bites ou vedantes necessários e fundamentais;</li> <li>• Reparação/substituição de redes mosquiteiras;</li> <li>• Reparação/substituição de grelhas de arejamento nas portas;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reparação/substituição de molas de portas e portas articuladas;</li> <li>• Reparações de estores (tiras, rolos, telas, elétricos, persianas...).</li> </ul>
Pavimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reparação e substituição das peças danificadas em madeira (tacos, tábuas, “lamarquet” ou “parquet”), vinílico (mosaico ou peça) ou ladrilhos (cerâmicos ou não cerâmicos) compatíveis com as existentes.</li> </ul>
Tetos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Revestimento de tetos;</li> <li>• Substituição de placas de tetos falsos;</li> <li>• Tratamento de fissuras com pintura das zonas danificadas;</li> <li>• Tratamento e/ou pintura de tetos de corticite;</li> <li>• Pintura geral de tetos.</li> </ul>
Redes de águas e esgotos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reparação de loiças sanitárias, incluindo substituições e/ou acessórios danificados, desde que compatíveis com os materiais já instalados;</li> <li>• Reparação de autoclismos, torneiras ou fluxómetros, incluindo substituição total ou parcial das peças constituintes, desde que compatíveis com os materiais já instalados;</li> <li>• Desentupimento e reparação de bebedouros, bocas de rega e material de canalização de água e esgoto;</li> <li>• Limpeza de sumidouros, valetas e caixas de esgoto;</li> <li>• Reparação de roturas de águas ou esgotos;</li> <li>• Aplicação de isolantes em zonas húmidas.</li> </ul>
Mobiliário / Equipamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tratamento de madeiras e peças metálicas;</li> <li>• Pinturas de mobiliário;</li> <li>• Reparações em armários (fechaduras, ...).</li> </ul>
Eletricidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Substituição de lâmpadas, casquilhos, arrancadores e/ou balastro de armaduras existentes;</li> <li>• Reparação de interruptores, botões de pressão, comutadores e tomadas.</li> </ul>
Logradouros	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reparação, tratamento e pintura de peças metálicas, de madeira ou de nylon dos equipamentos desportivos (tabelas basquetebol e balizas);</li> <li>• Pintura e tratamento dos componentes de madeira, ou partes metálicas de maior desgaste nos equipamentos lúdicos;</li> <li>• Reparação de zonas de calçada degradadas, incluindo a remoção de produtos, abertura de caixa e sua regularização, aplicação de calçada sobre almofada de areão, devidamente compactadas e/ou aplicação de lancil assente sobre fundação de betão, se for o caso;</li> <li>• Reparação, pintura e manutenção de bancos de jardim;</li> <li>• Pintura e reparação de muros interior e exterior incluindo tratamento de zonas grafitadas;</li> <li>• Reparação de portões de entradas e de serviços do logradouro escolar;</li> <li>• Reparação de vitrinas e letterings;</li> <li>• Reparação dos sistemas de rega.</li> </ul>

Fonte: Contrato de delegação de competências do Município nos Diretores.

A amplitude de domínios e áreas de intervenção é significativa, o que reflete a complexidade do processo de funcionamento e gestão das escolas e respetivos agrupamentos, às quais acrescem os investimentos necessários para garantir as boas condições das escolas.

O desenvolvimento bem-sucedido e o cumprimento, por todas as partes, das matérias acordadas são condição fundamental para a concretização plena da política educativa municipal, sendo essa a principal resposta para o desafio resultante da transferência de competências.

Neste contexto, também o processo de desenvolvimento da Carta Educativa contemplou as particularidades e especificidades deste processo. Esta concretização foi procurada através de uma abordagem que visou otimizar necessidades e oportunidades de reabilitação de edifícios e instalações, devidamente apoiada numa análise de cenarização demográfica que permite otimizar as intervenções a concretizar.

A requalificação de equipamentos com a importância dos escolares é condição importante no desenvolvimento das políticas urbanas municipais, pelo que a harmonia entre a Carta Educativa e os instrumentos de gestão territorial municipais é também um fator a ter em conta.

## 1.5. PARTICIPAÇÃO E PROTAGONISMO DOS MUNICÍPIOS

As alterações legislativas nos diplomas que enquadram o tema educativo, fazem com que o poder local tenha um papel mais ativo e relevante na administração e planeamento da Educação. Por este motivo, a Carta Educativa é um instrumento de referência para o planeamento das políticas educativas, sociais e económicas de Almada.

A Revisão da Carta Educativa deve ocorrer sempre que existam alterações no ordenamento da rede educativa, tais como o surgimento ou encerramento de estabelecimentos, ou ainda sempre que esta fique em desconformidade com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos subjacentes à sua conceção, tal como o refere o Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro. Não obstante, caso estas premissas não se verifiquem, a periodicidade de revisão ocorre obrigatoriamente de 10 em 10 anos, segundo o Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro.

Para além das questões legais relacionadas com a necessidade de revisão do documento, a revisão do PDM de Almada, que atualmente se encontra em fase de conclusão, poderá também ter impacte significativo na preparação e desenvolvimento de um documento com as características da Carta Educativa.

É objetivo primordial da Carta Educativa formular uma proposta de reordenamento da rede educativa concelhia mais adequada à procura previsível no médio/longo prazo. Esta proposta deverá ser desenvolvida a partir da evolução da política e legislação respetiva, das oscilações da procura de educação e ensino bem como da necessidade de rentabilização do parque escolar existente.

Em termos estratégicos a revisão da Carta Educativa visa o redimensionamento da rede educativa de Almada, permitindo desenvolver uma atuação que promova a melhoria generalizada da educação, do ensino, da formação e da cultura da população do concelho, contribuindo para o seu desenvolvimento. Assim, são objetivos gerais:

- Identificar e caracterizar a rede de equipamentos de educação, ensino e formação profissional de âmbito público e privado;
- Aproximar as ofertas de ensino, educação e formação à procura efetiva, quer em termos quantitativos quer em termos qualitativos;
- Corrigir as assimetrias relacionadas com a localização dos estabelecimentos de ensino públicos, garantindo dessa forma uma distribuição equilibrada no território, bem como as necessidades de construção de novos equipamentos e a reconversão e adaptação dos equipamentos existentes;
- Definir critérios de programação e redimensionamento mais adequados à realidade atual e às necessidades específicas do concelho, assegurando que a rede pública de ensino pré-escolar, básico, secundário e de formação profissional esteja efetivamente adequada à legislação em vigor e aos objetivos da política educativa municipal;

- Assegurar a igualdade de oportunidades a todas as crianças e jovens de forma a atenuar desigualdades e assimetrias;
- Promover a articulação e a complementaridade entre a educação a formação e o mercado de trabalho;
- Robustecer os processos de articulação e interação da autarquia com a comunidade educativa, nomeadamente, pais e encarregados de educação, associações de pais, professores, direções de agrupamentos e escolas não agrupadas e funcionários;
- Prevenir o absentismo e abandono escolar.

Este enquadramento faz com que seja competência da autarquia manter e estimular a ligação entre a Educação, a Cultura, a Comunidade e o Desenvolvimento Local Sustentado, fazendo dessa inter-relação uma prioridade e uma estratégia para os próximos anos. De igual modo, a Revisão da Carta Educativa deverá constituir-se, no seu enquadramento e propostas, como um instrumento dinâmico e orientador das políticas educativas, complementando ainda a prossecução das políticas sociais e económicas no concelho.

Devido ao conjunto de alterações legislativas ocorridas recentemente, a Revisão da Carta Educativa ocorre num quadro em que as relações entre a Escola, a Comunidade e o Poder Local se assumem como um dos novos desafios com que se depara a educação.

Esta articulação não se esgota na dimensão jurídica, sendo que a própria conceção de “Educação”, não se limita a ser entendida como um processo de formação inicial onde os conhecimentos adquiridos se assumem como património cognitivo suficiente para o cabal desempenho dos vários papéis a cumprir durante a vida.

Disto resultam novos desafios para a Escola e a Sociedade, destacando-se a partilha de responsabilidades e solicitações decorrente do aumento crescente das competências e da sua complexidade, pelo que a consolidação de parcerias entre as várias entidades que intervêm nos mesmos espaços educativos e na sua envolvente próxima desempenham um papel fundamental nesta matéria.

Assim, o tempo educativo distingue-se cada vez mais do tempo escolar, sendo este último progressivamente entendido como uma parcela do tempo de formação, pelo que o espaço escolar tem vindo a alargar a sua influência educativa a outros espaços reais (casa, local de trabalho ou lazer) ou virtuais, num contexto de crescente importância das tecnologias de informação e comunicação.

Também esta a nova sociedade educativa, progressivamente centrada na multiplicação de redes de informação e de intervenção, permite pensar e agir simultaneamente ao nível global e local, recuperando antigas cumplicidades e afinidades de vizinhança.

A Educação passou a ser entendida como um apelo constante à diversificação de espaços, modalidades e meios de ensinar e aprender, reconhecendo-se a importância quer da educação inicial quer da educação de adultos, bem como a complementaridade entre a educação formal, não-formal e informal e a necessidade de romper o “isolamento” da educação, através da sua vinculação a outros domínios fundamentais do desenvolvimento, como o social, cultural, ambiental e económico.

Fica clara a necessidade de melhorar a qualidade da educação básica através de uma cultura de iniciativa, responsabilidade e cidadania ativa, e de uma expansão e diversificação da formação dos jovens, apostando na qualificação das novas gerações. É por isso que a Escola deve ser entendida como o espaço de congregação de esforços do Estado e da Sociedade Civil, além de espaço para a aquisição de conhecimentos, de compreensão e respeito mútuos.

Reconhecendo a importância do seu papel, o município de Almada assume, no exercício de Revisão, um papel de liderança e de dinamização de processos. Esta posição permite também que se constitua como um privilegiado agente de mudança através da identificação de desafios, respostas e soluções para as situações que se venham a diagnosticar.

## 1.6. A REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA AO SERVIÇO DA DEFINIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL

O processo de Revisão da Carta Educativa reflete o desenvolvimento e transformações verificadas no Sistema Educativo nacional, aproximando-o das tendências organizacionais que ocorrem ao nível europeu, principalmente nos países com que se verifica maior afinidade cultural.

As mudanças atuais são o resultado de reformas, desencadeadas principalmente após a década de 70, e cuja evolução nem sempre corresponde ao desejado. A esta situação não é alheio o facto de a legislação relacionada com a Educação resultar de um cruzamento de competências executivas e legislativas de origens diversas, o que dificulta consensos e atrasou a aplicação das medidas.

Um dos aspetos mais importantes destas mudanças é o crescente envolvimento do poder local no sistema educativo. Isto ocorre principalmente através do aumento das competências de órgãos municipais em temas como as políticas educativas, a organização e gestão da educação pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico (até 2019), a gestão de pessoal não docente, os transportes e apoio social escolar e, também, nas próprias tarefas de organização e ordenamento dos territórios educativos.

O Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, e, posteriormente, o Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, vieram regulamentar as competências na área da realização de investimentos por parte dos municípios, nos domínios da construção, equipamentos e manutenção dos estabelecimentos de educação (fundamentais para enquadrar o quadro de elegibilidades aos principais instrumentos financiadores) referindo-se, ainda, à gestão do pessoal não docente dos estabelecimentos de educação e ensino.

É assim que a Carta Educativa, enquanto “instrumento, ao nível municipal, de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município” ganha uma importância central neste tema.

De um modo geral, a realização das Revisões das Cartas Educativas, tem como elemento fundamental e enquadrador a atual Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, com alterações posteriores), destacando-se os princípios gerais que possam ter implicações no seu conteúdo.

Assim, a Revisão da Carta Educativa deve prosseguir a racionalização e redimensionamento do parque de recursos físicos existentes e cumprir os grandes objetivos da Lei de Bases do Sistema Educativo:

- Prever uma resposta adequada às necessidades de redimensionamento da rede educativa, colocadas pela evolução da política educativa e pelas oscilações da procura da educação, rentabilizando o parque escolar existente;
- Caminhar no sentido de um esbatimento das disparidades locais, promovendo a igualdade do acesso ao ensino numa perspetiva de adequação da rede educativa às características locais, assegurando a coerência e racionalização dos recursos.

De igual modo, a Revisão da Carta Educativa de Almada, enquanto instrumento fundamental de planeamento, possibilita:

- Orientar a redefinição do Sistema Educativo em função do desenvolvimento económico e sociocultural do Município de Almada;
- Evitar ruturas e inadequações da rede educativa à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico;

- Tomar decisões relativamente à construção de novos equipamentos, ao encerramento de escolas e à reconversão e adaptação do parque escolar, otimizando a funcionalidade da rede existente e a respetiva expansão;
- Definir prioridades, otimizando a utilização dos recursos consagrados à educação e a sua complementaridade com recursos de outras áreas do desenvolvimento sustentado concelhio.

Considerando o conceito de território educativo, entendido como o espaço geográfico onde deve ser assegurado o cumprimento da escolaridade obrigatória (DAPP, 2000), devem desenvolver-se as ações que permitam atingir objetivos concretos, como: i) desenvolver uma aprendizagem sequencial programada e acompanhada, que promova o sucesso escolar dos alunos; ii) racionalizar, rentabilizar e melhorar a qualidade dos recursos físicos, através de um sistema de administração e de gestão integrado.

A operacionalização deste conceito articula duas dimensões – uma pedagógica e outra de ordenamento do território. No caso da componente pedagógica, procura-se favorecer a existência de recursos físicos e pedagógicos diversificados, através do funcionamento em rede de estabelecimentos (onde será essencial o conceito de escola nuclear, que inclua recursos físicos e humanos especializados) ou da sua concentração num número reduzido de estabelecimentos. Relativamente à vertente de ordenamento do território, deve-se procurar responder às novas tendências de organização territorial.

Esta categorização remete para o conceito de escola nuclear, que congrega recursos materiais e imateriais mais qualificados e especializados, procurando ser o centro de dinamização e de apoio em matéria pedagógica e de infraestruturas.

Devido à organização atual do sistema educativo e da tipologia de estabelecimentos existentes, as escolas nucleares são geralmente Escolas Secundárias; Escolas Básicas 2,3; Escolas Básicas Integradas ou EBI/JI (Escolas Básicas Integradas com Jardim de Infância).

Destaque-se também que, de acordo com o enquadramento legal atual, a Carta Educativa deve criar condições mais favoráveis para o desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como possibilitar uma gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.

Assim, a definição da rede educativa consiste na “configuração da organização territorial dos edifícios escolares, ou dos edifícios utilizados em atividades escolares, afetos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário”, nomeadamente os que dizem respeito a uma utilização mais eficiente dos recursos e à complementaridade das ofertas educativas, no quadro da correção de desigualdades e assimetrias locais e regionais, por forma a assegurar a igualdade de oportunidades de educação pré-escolar e de ensino.

Esta visão incorpora a programação e planificação da rede de equipamentos educativos, bem como novas metodologias e princípios do planeamento estratégico aplicadas ao domínio da educação. Esta planificação permite uma melhor articulação da política educativa dos diferentes níveis da administração num dado território (o município).

Por outro lado, sendo a Carta Educativa um instrumento em permanente avaliação e atualização, permite agilizar as respostas necessárias para fazer face às transformações territoriais e socioeconómicas no Município, assim como das próprias transformações da política educativa local e nacional.

O presente quadro legislativo define como objetivo a escolaridade obrigatória de 12 anos e organiza a escolaridade básica em três ciclos (1.º ciclo de quatro anos, 2.º ciclo de dois anos e 3.º ciclo de três anos). Acresce ainda a educação pré-escolar (dos 3 anos aos 5 anos de idade) e o nível secundário (do 10º ano de escolaridade ao 12º ano de escolaridade). Esta organização, bem como a generalização da frequência da educação pré-escolar a todas as crianças, teve implicações no planeamento da rede escolar, nas últimas duas décadas.

Isto resultou na necessidade de aperfeiçoamento progressivo de um conjunto de tipologias de escolas relacionadas com essa organização do sistema educativo. Esta melhoria deve observar vários critérios subjacentes a esta organização, que indicam que ao ensino básico e ao ensino secundário devem corresponder edifícios diferentes, ou que os estabelecimentos do ensino básico podem agregar mais de um ciclo e incluir salas de jardins-de-infância, favorecendo a flexibilidade dos estabelecimentos de educação e ensino, em conformidade com a evolução da procura escolar. Por outro lado, deve ainda responder à generalização progressiva da educação pré-escolar, ao alargamento da frequência do ensino secundário e ao acesso ao ensino superior.

Esta organização subentende também uma crescente territorialização das políticas educativas, o que se conclui pela organização dos territórios educativos em agrupamentos verticais de escola que permitem o início e conclusão da escolaridade obrigatória no mesmo agrupamento de escolas e, simultaneamente, cria condições de gestão mais racional e eficaz dos estabelecimentos e dos recursos de ensino.

## 1.7. ENQUADRAMENTO NA POLÍTICA URBANA MUNICIPAL

O Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT), de 2018, enquadra alguns objetivos estratégicos que se complementam e reforçam reciprocamente, e que permitem suportar algumas opções de desenvolvimento, incluindo aquelas relacionadas com o quadro da rede do Sistema Educativo:

- Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;
- Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;
- Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições;
- Utilizar de modo sustentável os recursos energéticos.

Por outro lado, a dimensão multifatorial da Carta Educativa obriga a uma relação de proximidade com os processos de ordenamento da rede educativa e com o território onde esta se insere, pelo que deve estar associada aos demais instrumentos de planeamento territorial, nomeadamente do Plano Diretor Municipal de Almada<sup>3</sup> (PDMA) - principal instrumento de gestão territorial ao nível municipal. Acresce o estipulado no artigo 96.º, nº1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio<sup>4</sup>, no qual se reforça a perspetiva de que o PDM "(...) define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município e o correspondente modelo de organização territorial, estabelecendo nomeadamente (...) a rede de equipamentos de educação (...)".

A este quadro legal acresce a regulamentação da Carta Educativa que reforça a ideia de que há um conjunto de oportunidades e desafios que importa potenciar, numa lógica de concertação e parceria de base territorial, inserindo a Escola num contexto mais abrangente de ordenamento do território municipal, que tem como meta atingir a melhoria da educação, do ensino, da formação e da cultura no território.

Conforme expresso anteriormente, os equipamentos coletivos constituem a um tempo, instrumentos de qualificação e valorização dos espaços urbanos, e, num segundo tempo, formas de estruturação do sistema

<sup>3</sup> Ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/97, de 5 de dezembro de 1996, publicada no Diário da República, 1.ª Série-B, de 14 de janeiro de 1997, alvo de correções e alterações, a última das quais em 2021 (Declaração n.º 78/2021, a 2n.ª Série do Diário da República n.º 142, de 23 de julho de 2021).

<sup>4</sup> Aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro

urbano, influenciando na afirmação de centralidades e no protagonismo funcional dos espaços, contribuindo para o ordenamento do território, a diferentes escalas.

O PDMA encontra-se na fase final do seu processo de revisão, desencadeado em 2008. Em 9 de março de 2017 foi aprovado em Reunião de Câmara o Quadro Prévio ao Ordenamento (QPO).

Os objetivos de desenvolvimento para o município constituem elementos de referência para a estratégia de ordenamento, centrando-se em:

- Reforçar o papel de Almada enquanto centralidade de nível superior da AML, no contexto da “Cidade de Duas Margens”, potenciando as suas características únicas e diferenciadoras, a sua localização geográfica, integrando o arco ribeirinho sul na embocadura do estuário, a sua qualidade ambiental e paisagística, e os seus elevados níveis de atendimento em matéria de equipamentos coletivos;
- Reforçar Almada enquanto território multifuncional, de oferta de serviços, de comércio, de cultura, de lazer, de emprego, de encontro de gentes e culturas, dos bairros aos centros urbanos, concretizando o conceito de “um Lugar para Habitar, Lugar para Trabalhar, Lugar de Cultura, um Lugar de Conhecimento”;
- Reforçar o desenvolvimento do Polo Universitário e de Inovação, o segundo da AML, com a fixação de novas valências, a sua internacionalização e a sua interligação com o tecido empresarial e produtivo;
- Potenciar Almada como Cidade Educadora e Criativa, de Cultura e do Conhecimento, em articulação com as escolas de ensino superior, promovendo a conectividade transnacional e a mobilidade estudantil ao nível europeu, afirmando Almada como Cidade Erasmus;
- Afirmar Almada como território de inovação e de competitividade à escala global, com o reforço das indústrias de base tecnológica, do turismo e de outras áreas de atividade económica diversificadas, geradoras de emprego;
- Intervir na valorização e qualificação do espaço público, enquanto pré-requisito essencial à vida na cidade, como local de socialização e de encontro, que privilegia a escala humana, e como símbolo espacial da democracia e da igualdade;
- Desenvolver um desenho urbano e soluções urbanísticas que assegurem uma utilização criteriosa dos recursos naturais, através do uso eficiente da água e da energia, do recurso a fontes de energia renováveis, contribuindo para a redução da intensidade carbónica de Almada;
- Promover a acessibilidade às múltiplas funções do território, com base na diversificação e intermodalidade do sistema urbano de transportes, dando prioridade aos modos de transporte coletivos e aos modos de deslocação suaves para garantir padrões de mobilidade quotidiana mais eficientes e sustentáveis.
- Alargar a rede do MST, em especial ao interior do Concelho, satisfazendo níveis crescentes de exigência ambiental e social, com um modo de transporte rápido, eficaz e ambientalmente e energeticamente eficiente;
- Conter o crescimento urbano disperso e difuso, preenchendo as áreas expectantes urbanizadas, promovendo a sua articulação e continuidade natural;
- Promover a reconversão de áreas urbanas desativadas, em alternativa à expansão urbana, e dar a máxima prioridade à reabilitação do tecido edificado;



- Valorizar a qualidade ambiental e paisagística de Almada, enquanto elemento potenciador da qualidade de vida do seu território, consolidando a estrutura ecológica municipal, nas suas componentes fundamental, rural e urbana, salvaguardando as funções e os valores ambientais do território e garantindo a sua continuidade natural;
- Aprofundar a solidariedade, promover o associativismo, construindo o Concelho multicultural, que todos acolhe e todos integra;
- Reforçar a participação ativa dos cidadãos e da Sociedade Civil, tendo em vista a formulação de uma estratégia coletiva para a gestão sustentável do território, concretizando um modelo de Cidade que proporcione uma vivência social coesa e solidária e reforce a identidade local;
- Afirmar o Poder Local como pilar do desenvolvimento sustentável e solidário, no contexto local, regional e global, desenvolvendo a gestão local a partir do conhecimento global.

Uma rede de equipamentos educativos, com qualidade e de excelência, diferenciadora e atrativa à escala metropolitana, com capacidade de resposta formativa inovadora é um dos pilares centrais para a sua prossecução. No quadro dos objetivos de desenvolvimento preconizados, a qualidade da rede educativa a gerar pela execução da presente Carta Educativa assume uma importância central no caso do objetivo “Reforçar o papel de Almada enquanto centralidade de nível superior da AML, no contexto da “Cidade de Duas Margens”. Pretende-se com este objetivo potenciar “as suas características únicas e diferenciadoras ...”, e os seus elevados níveis de atendimento em matéria de equipamentos coletivos ...”. O Objetivo “Potenciar Almada como Cidade Educadora e Criativa, de Cultura e do Conhecimento”, embora direcionado para o ensino superior, terá repercussões nos restantes ciclos de ensino. Sublinhe-se ainda, pela sua importância para a Comunidade Educativa, sobretudo no acesso às escolas, o Objetivo “Promover a acessibilidade às múltiplas funções do território, com base na diversificação e intermodalidade do sistema urbano de transportes”.

A concretização de um instrumento como a Carta Educativa pressupõe o estabelecimento de diversas articulações com a sua área de inserção territorial. É por isso fundamental garantir o alinhamento da Carta Educativa com os vários instrumentos que norteiam a política urbana municipal.

Neste âmbito, e sem prejuízo de uma amplitude territorial de nível nacional, dada o seu carácter estratégico, o Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT), enquadra vários objetivos estratégicos que se complementam e reforçam mutuamente, permitindo suportar algumas opções de desenvolvimento, onde se incluem as relacionadas com o quadro da rede do Sistema Educativo, anteriormente referenciadas: i. assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social; ii. Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais.

Ao nível municipal, é impossível dissociar da dimensão multifatorial da Carta Educativa uma relação de proximidade entre o ordenamento da rede educativa e o território onde esta se insere, pelo que se estabelecem dimensões de complementaridade e sinergia com os demais instrumentos de planeamento territorial, destacando-se, nesse âmbito, o Plano Diretor Municipal de Almada (PDMA), enquanto principal instrumento de gestão territorial ao nível municipal. Realce-se a alínea a) do n.º 1 do artigo 96.º, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que salienta a o papel do PDM, na medida em que “(...) define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município e o correspondente modelo de organização territorial, estabelecendo nomeadamente (...) a rede de equipamentos de educação (...)”.

Por outro lado, também a regulamentação da Carta Educativa acentua a perspetiva de que existe um conjunto de oportunidades e desafios que importa potenciar, numa lógica de concertação e parceria de base territorial, posicionando a Escola num contexto mais abrangente de ordenamento do território municipal – tendo como objetivo a melhoria da educação, do ensino, da formação e da cultura no território.

Os equipamentos coletivos devem ser entendidos, por um lado, como meios de qualificação e valorização dos espaços urbanos, e, por outro, como elementos estruturadores do sistema urbano, tendo o potencial necessário para determinar e definir centralidades urbanas ou o protagonismo funcional dos espaços, contribuindo dessa forma para o ordenamento do território, nas suas diferentes escalas. Desta forma, importa observar de que forma são emanadas as opções e orientações do PDMA no que se refere à estrutura urbana, o desenvolvimento económico e a mobilidade no concelho.

De acordo com o Relatório de Fundamentação do PDMA, o conceito que consubstancia a visão estratégica para o desenvolvimento do território preconiza “Almada, um bom lugar para viver”, encontrando-se suportado por 4 ideias-chave de suporte, designadamente, “Almada, cidade metropolitana”, “Almada, ambiente sustentável”, “Almada, território de coesão” e “Almada, terra de cidadania, de conhecimento e de cultura”.

Estas ideias chave remetem para várias diversas dimensões estruturantes para Almada, onde se articulam o turismo e lazer, a estrutura ecológica e os espaços verdes, os transportes e acessibilidades e o associativismo e cidadania ativa.

A concretização da visão estratégica subjacente ao PDMA depende do sucesso alcançado no âmbito dos seus vários objetivos estratégicos, nomeadamente:

- Reforçar a centralidade de Almada à escala metropolitana, promovendo as suas funções centrais e a multifuncionalidade do território, potenciando os equipamentos de nível metropolitano, valorizando a paisagem e os recursos ribeirinhos e reforçando o posicionamento de Almada na economia da região;
- Promover o desenvolvimento económico e social, nomeadamente através da diversificação da sua base económica e da promoção da inovação, captando mais empresas e emprego, da valorização das atividades tradicionais e do desenvolvimento da economia social e cooperativa, do fomento e diversificação da oferta turística e da sua articulação com a identidade e cultura locais;
- Promover a resolução das discrepâncias sociais e a resolução das carências habitacionais do concelho;
- Potenciar a vocação educadora e criativa, de cultura e do conhecimento do concelho, promovendo, em particular, iniciativas com as escolas de ensino superior e desenvolvendo a atratividade estudantil a nível internacional;
- Valorizar a qualificação ambiental do território, quer através da consolidação e qualificação da estrutura ecológica municipal, quer pela valorização das funções ambientais do concelho, promovendo o uso criterioso dos recursos naturais e a eficiência energética, e mitigando vulnerabilidades e riscos;
- Devolver a frente ribeirinha à cidade e promover o aumento de áreas de utilização e fruição coletiva entre a Cova do Vapor e a Lisnave;
- Apostar na requalificação e diversificação da oferta turística do concelho, valorizando os eixos turísticos da Trafaria Fonte da Telha e de Cacilhas Cristo-Rei;
- Promover a compactação e colmatação da estrutura urbana, qualificando, reabilitando e regenerando o espaço urbano existente, dando particular atenção à contenção do crescimento urbano disperso, à reabilitação do tecido edificado em áreas centrais e núcleos históricos e à qualificação do espaço público em articulação com os espaços naturais;
- Promover a coesão do território e valorizar as suas identidades, nomeadamente através da promoção de novas centralidades locais urbanas, do reforço do papel da rede do Metro Sul do Tejo (MST) e das interfaces na estruturação das áreas urbanas e das funções, da melhoria da acessibilidade às funções urbanas e da conectividade intraurbana desfazendo efeitos de barreira,

incrementando a intermodalidade do sistema metropolitano de transportes, melhorando a mobilidade e acessibilidades entre as duas margens do Tejo.

Se considerado o âmbito de atuação dos equipamentos educativos e as atividades desenvolvidas nos mesmos, são notórias as sinergias da Carta Educativa com vários destes objetivos, destacando-se aquele relacionado com a vocação educativas e criativa, de cultura e do conhecimento do concelho, para além de contributos igualmente relevantes em matéria de coesão territorial.

Em sentido inverso, vários destes objetivos também concorrem diretamente para o sucesso da missão educativa das escolas e equipamentos relacionados, derradeiro propósito da Carta Educativa, seja através da promoção da mobilidade, seja pela qualificação ambiental do território. Estes domínios são fundamentais no processo de atenuação e combate a situações de desigualdade ao nível do acesso e da fruição de um espaço público inclusivo.

Para além do Plano Diretor Municipal, encontram-se aprovados e publicados, logo plenamente eficazes, 11 planos municipais de ordenamento do território (PMOT): 1 plano de urbanização e 10 planos de pormenor, que no seu conjunto ocupam uma área de 467.60 ha (não incluindo o PDMA), equivalente a 6,7 % da área do município.

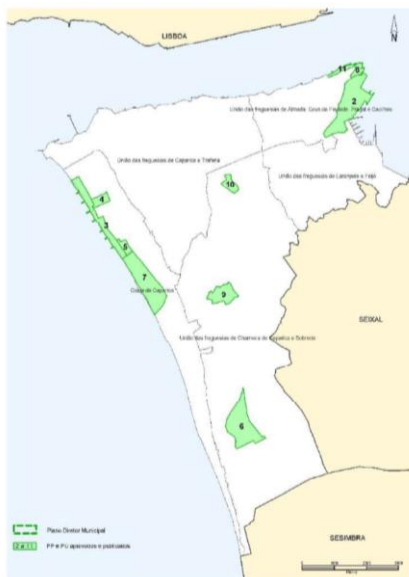
Os cinco (5) planos de pormenor elaborados e aprovados pela Administração Central no âmbito do Programa Polis da Costa da Caparica, manter-se-ão em vigor sendo necessário proceder ao seu ajustamento em função da compatibilização com as disposições do POC-ACE, entretanto integradas no PDMA por via da sua alteração por adaptação.

O Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas, o Plano de Pormenor do Novo Centro Terciário da Charneca de Caparica e o Plano de Pormenor de Reconversão da Quinta do Guarda-Mor, também se mantêm em vigor, uma vez que os mesmos já se encontram adaptados ao novo RJIGT não carecendo de alteração.

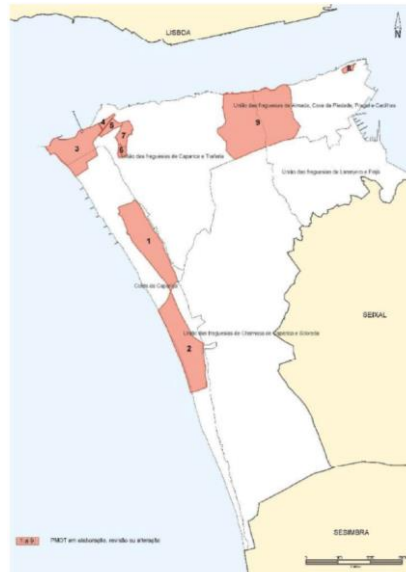
O Plano de Urbanização de Almada Nascente Cidade da Água (PUAN) carece de uma revisão uma vez que o modelo de zonamento preconizado se encontra desajustado face à dinâmica urbanística e evolução entretanto ocorrida. Encontram-se ainda em elaboração 9 planos, correspondendo um deles a plano de urbanização e os restantes 8 a planos de pormenor, cuja soma das áreas de intervenção deste conjunto de planos totaliza 965.17ha, abrangendo cerca de 13.73 % do território terrestre do Município.

A execução destes instrumentos de gestão territorial terá um impacte relevante em termos de atração e fixação de população e, em consequência, um impacte relevante na procura pelos equipamentos educativos existentes nas suas proximidades/no concelho.

PMOT aprovados



PMOT em elaboração



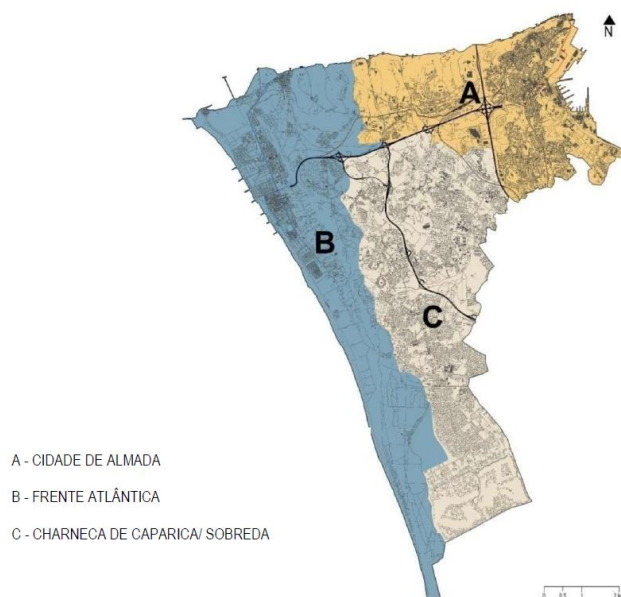
- 1 - Plano Diretor Municipal (Resolução de Conselho de Ministros nº 5/1997, DR I Série B, de 11 de 14 janeiro 1997, alterado e republicado pela Declaração n.º 50/2019, de 8 de agosto de 2019, DR n.º 151, 2ª série)
- 2 - Plano de Urbanização de Almada Nascente (Edital nº 1098/2009, DR 2ª Série nº 218, de 10 de novembro de 2009)
- 3 - Plano de Pormenor das Praias Urbanas (Resolução do Conselho de Ministros nº 151/2005, DR nº 185, de 26 de setembro de 2005, com última alteração pela Declaração n.º 57/2019, DR n.º 156, 2ª série, de 16 de agosto de 2019)
- 4 - Plano de Pormenor do Jardim Urbano (Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2005, DR nº 37, de 22 de fevereiro de 2005, alterado pela Declaração n.º 64/2019, DR n.º 165, 2ª série, de 29 de agosto de 2019)
- 5 - Plano de Pormenor do Bairro do Campo da Bola (Resolução do Conselho de Ministros nº 33/2005, DR nº 37, de 22 de fevereiro de 2005, com última alteração pela Declaração n.º 60/2019, DR n.º 157, 2ª série, de 19 de agosto de 2019)
- 6 - Plano de Pormenor dos Novos Parques de Campismo (Resolução do Conselho de Ministros nº 50/2005, DR nº 43, de 2 de março de 2005)
- 7 - Plano de Pormenor das Praias de Transição (Edital nº 227/2011, DR 2ª Série nº 45, de 04 de março de 2011, alterado pela Declaração n.º 59/2019, DR n.º 157, 2ª série, de 19 de agosto de 2019)
- 8 - Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana e Funcional de Cacilhas (Edital nº 781/2013, DR 2ª Série nº 148, de 2 de agosto de 2013)
- 9 - Plano de Pormenor do Novo Centro Terciário da Charneca de Caparica (Edital nº 1088/2016, DR 2ª Série nº 248, de 28 de dezembro de 2016)
- 10 - Plano de Pormenor de Reconversão da Quinta do Guarda-Mor (Aviso nº 10141/2019, DR 2ª Série nº 114, de 17 de julho de 2019)
- 11 Plano de Pormenor Cais do Ginjal (Aviso 1497/2021, DR 2ª Série, Parte H, de 22 de janeiro de 2021)

- 1 - Plano de Pormenor da Frente Urbana e Rural Nascente (Termos de referência novembro 2001)
- 2 - Plano de Pormenor Praias Equipadas (Termos de referência dezembro 2001)
- 3 - Plano de Pormenor de S. João da Caparica (Aviso do Diário da República 3ª Série nº 56, de 20 de março de 2006)
- 4 - Plano de Pormenor do Torrão (Aviso do Diário da República 3ª Série nº 56, de 20 de março de 2006)
- 5 - Plano de Pormenor das Abas da Raposeira (Aviso do Diário da República 3ª Série nº 56, de 20 de março de 2006)
- 6 - Plano de Pormenor Corvina-Raposeira (Edital nº 1169/2008, DR 2ª Série nº 225, de 19 de novembro de 2008)
- 7 - Plano de Pormenor Expansão Sul Trafaria/Raposeira (Edital nº 1170/2008, DR 2ª Série nº 225, de 19 de novembro de 2008)
- 8 - Plano de Pormenor da Quinta do Almaraz (Edital nº 309/2009, DR 2ª Série nº 60, de 26 de março de 2009)
- 9 - Plano de Urbanização Almada Poente (Edital nº 915/2011, DR 2ª Série nº 189, de 30 de setembro de 2011)

Fonte: CMA/DIGTP, 2021

O Modelo Territorial do concelho de Almada, vertido no PDMA, resulta sobretudo da tradução espacial das linhas de orientação e objetivos estratégicos anteriormente sinalizados, da consideração da sua rede de centralidades e polaridades funcionais (seja as existentes, seja as que se considera serem de potenciar), da definição hierarquizada do sistema urbano e da sua rede fundamental de acessibilidades, bem como das principais políticas urbanísticas a desenvolver.

A estruturação e organização deste trabalho assentou na subdivisão do concelho de Almada em 3 grandes unidades territoriais, conforme expresso na figura seguinte.



Fonte: CMA/DIGTP 2019

O modelo territorial proposto caracteriza-se assim pelos seguintes elementos fundamentais, potencialmente relevantes para o presente instrumento:

- Qualificação de toda a frente Atlântica, desde S. João da Caparica à Fonte de Telha, quer como espaço urbano residencial e de turismo e lazer, quer como praias equipadas, no respeito pelas suas características naturais e diversificando as formas de acesso;
- Assunção do conceito de Almada como uma cidade alargada, interligada e coerente, englobando os núcleos urbanos de Cacilhas, Cova da Piedade, Almada, Laranjeiro, Feijó, Pragal e Monte de Caparica, de modo a potenciar as suas complementaridades, facilitar a acessibilidade aos seus equipamentos de hierarquia superior e ganhar a escala que permita, a esta cidade alargada, reforçar o seu papel de polo mais importante da margem sul do Tejo e de outra margem da cidade de Lisboa;
- Estruturação do eixo urbano Trafaria / Costa da Caparica enquanto segundo polo de atração do concelho, consolidando e colmatando o seu tecido urbano enquanto espaço residencial e de turismo e lazer;
- Afirmação da centralidade emergente da Charneca da Caparica e concretização da nova centralidade em torno do projeto estruturante do Almada Innovation District;
- Ordenamento do interior do concelho, quer através da consolidação dos seus espaços urbanos e da dotação dos equipamentos coletivos e serviços públicos de que carece, permitindo assim o desenvolvimento de novas centralidades, quer pela sua malhagem através de uma rede de acessibilidades e de corredores ecológicos, que lhe proporcione uma leitura de espaço urbano coeso e interligado, mantendo as características específicas dos seus núcleos urbanos, ao mesmo tempo que valoriza os elementos paisagísticos existentes neste território;
- Definição de um sistema de acessibilidades, envolvendo diversos modos de transporte, que permita a resolução dos problemas de acesso entre as duas margens do Tejo, o acesso de todos os núcleos urbanos, aos equipamentos, serviços públicos e áreas de lazer, e torne mais atrativa a utilização do transporte coletivo e dos modos ativos.

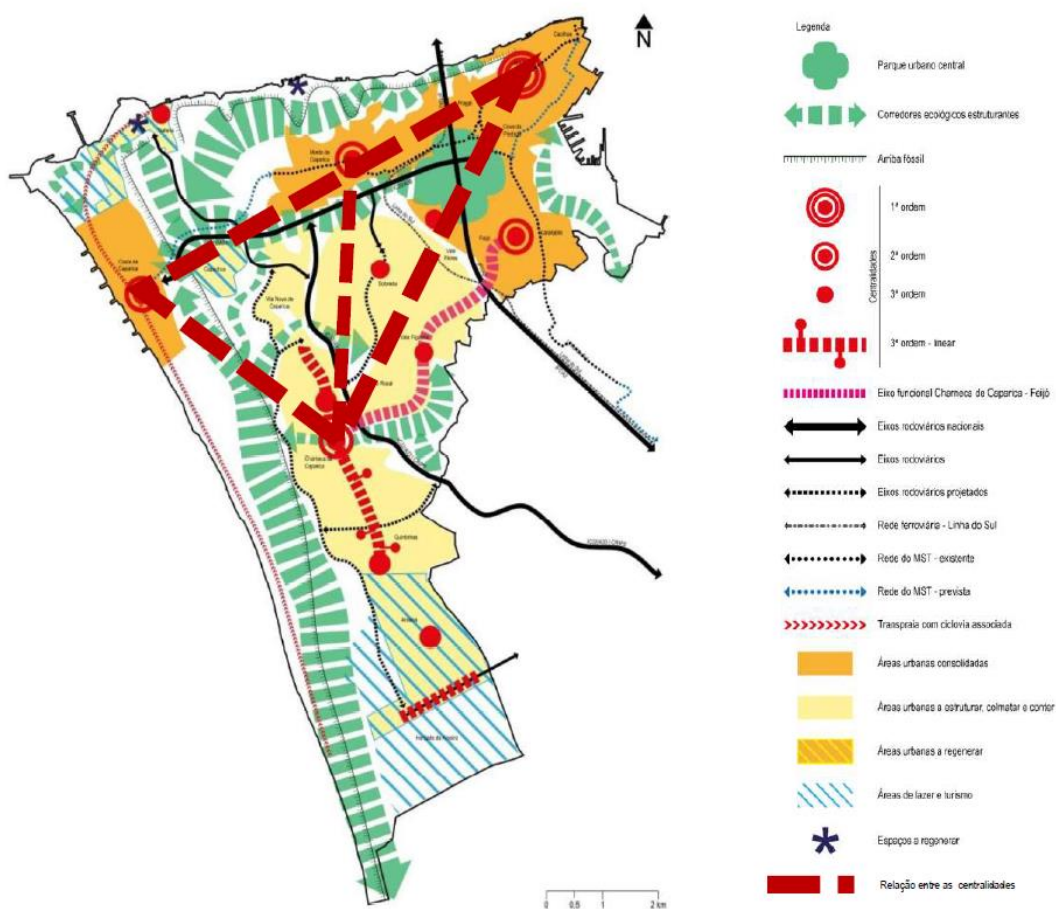
O modelo de ordenamento reflete uma particularidade no que respeita ao modelo de ocupação em muito dependente das condições de localização de Almada na sua relação de proximidade com Lisboa, localizando-se na 1ª coroa da AML, bem como os valores naturais da Península de Setúbal. Assume-se uma natural

gradação de intensidade de ocupação, com a zona norte com maior concentração de atividades humanas, com alta e média densidade de ocupação, agregada às centralidades de Almada/Monte de Caparica e da Costa da Caparica, a zona central da Sobreda e Charneca de Caparica, com uma densidade de ocupação mais reduzida onde prevalece a média e baixa densidade, espreado-se para sul onde o modelo de ordenamento aponta para usos turísticos, com menor pressão humana por forma a garantir a transição para o território natural das Matas de Sesimbra.

Os desafios de conter a expansão urbana, e simultaneamente, de criar um sistema urbano funcional e sustentável apoiado nos recursos existentes, são tidos como opções de planeamento complementares, ou seja, na lógica de criar territórios multifuncionais, onde é dado especial ênfase à necessária criação de emprego, apontando-se para o reforço do sistema funcional, com a criação de espaços de atividades económicas, quer em áreas onde este uso já se encontra instalado, reforçando a atratividade do território, como em espaços intersticiais resultantes das infraestruturas viárias, junto aos nós de acesso às vias de nível hierárquico superior, beneficiando assim de excelentes condições de atratividade, como um dos fatores para captar a sua fixação.

As opções de planeamento dão expressão à afirmação das centralidades urbanas existentes assim como ao surgimento de uma nova centralidade de escala metropolitana alavancada por atividades dinâmicas e inovadoras e a afirmação de uma centralidade de escala municipal no interior do concelho, fundamental para o reequilíbrio do sistema urbano. Assumindo os diferentes níveis de maturação do território apontam-se caminhos diferenciados, sendo evidente a aposta na contenção urbana, com a densificação e diversificação dos espaços centrais, e a colmatação urbana como mecanismo para a estruturação do território apoiando os processos de reconversão urbanística e de requalificação do espaço público.

**FIGURA 5 - SÍNTESE DO MODELO TERRITORIAL DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ALMADA**



Fonte: Relatório de Fundamentação do PDM / CMA / DIGTP, 2019

É neste quadro de elevado potencial sinérgico que se procurou inserir a Carta Educativa, nomeadamente, através do alinhamento da proposta de programação de equipamentos educativos com a estratégia de desenvolvimento municipal em curso e respetivo modelo territorial.

Esta posição assume a rede de equipamentos educativos como elemento estruturante na consolidação de Almada à escala metropolitana, e enquanto dimensão de reforço das centralidades identificadas e de qualificação e estruturação do sistema urbano municipal.

## 1.8. DETERMINANTES DA PROCURA DE EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS

É unanimemente reconhecida a necessidade de dotar o país e os Municípios de melhores condições de atratividade para o investimento produtivo, assim como de melhores condições de vida para as populações, o que abrange intervenções ao nível dos equipamentos coletivos, por serem considerados essenciais à qualificação dos territórios e ao reforço da coesão económica, social e territorial.

É neste contexto que se observa elevada ambição na captação e manutenção de níveis de investimento elevados em termos de dotação de novos equipamentos e da requalificação daqueles já existentes. No entanto, existe também a necessidade de acautelar a sustentabilidade económica e financeira destes investimentos, assim como a dimensão relativa à equidade de acesso e utilização de equipamentos coletivos.

Assim, é necessário promover, a um tempo, uma oferta espacialmente diferenciada em função de necessidades distintas e, a outro, uma oferta semelhante em territórios com carências idênticas. Deste modo, deve-se conferir aos equipamentos educativos uma componente que se estende para lá da sua funcionalidade, fomentando a integração e priorizando o seu papel no reforço da coesão social e territorial.

De modo a garantir a adequação dos investimentos a realizar, devem ser observados alguns parâmetros relevantes que permitem identificar carências e diferenciar territórios, nomeadamente:

- A dinâmica demográfica concelhia, em que importa conhecer o perfil populacional (bem como o da sua envolvente próxima, pela sua capacidade de atração pendular), as estimativas populacionais para os diferentes horizontes temporais de referência e a evolução dos quantitativos de grupos específicos, nomeadamente dos grupos etários alvo (as crianças e os jovens, que integram cada um dos níveis de ensino);
- A dinâmica socioeconómica concelhia, designadamente o desempenho macroeconómico, atual e prospetivo (capacidade polarizadora de emprego sub-regional), a dinâmica do mercado de trabalho e dos fenómenos da exclusão social, com base em eventuais deficiências de qualificação e formação.

A partir da análise destas duas dimensões, é possível identificar as variáveis que determinam a evolução da procura educativa e, conseqüentemente, a procura dos equipamentos e serviços educativos. Cada uma destas determinantes incorpora dimensões específicas, assumindo-se como fatores estruturantes a contemplar no exercício de programação.

No que diz respeito às dinâmicas demográficas, assume particular importância o processo de redução populacional (perda de população residente), que afeta alguns territórios com particular incidência ao longo das últimas décadas. Por outro lado, o decréscimo das faixas etárias mais jovens e a diminuição dos jovens casais em idade fértil (com conseqüente quebra das taxas de natalidade e fertilidade), tem gerado fortes modificações na estrutura da população, o que se reflete diretamente nos padrões de procura educativa orientados para os públicos-alvo que apresentam correspondência direta com os grupos etários mais jovens.

Note-se que a programação de equipamentos educativos norteados para esta população se encontra “facilitada”, na medida em que a sua concordância com grupos etários permite a realização de exercícios de

projeções demográficas, possibilitando assim estimar, com menores margens de erro, a evolução e o destes quantitativos populacionais.

Já a análise das dinâmicas socioeconómicas encontra-se fortemente associada ao comportamento macroeconómico e aos impulsos e predisposição da iniciativa privada, com naturais impactes na criação de emprego e uma maior inserção no mercado de trabalho por parte de jovens ativos.

Nos últimos anos, tem-se verificado uma inversão das tendências negativas, associadas a constrangimentos de carácter estrutural, tais como os baixos níveis de escolaridade na estrutura de qualificações da população ativa. A intensificação do esforço de escolarização tem permitido a geração de emprego mais qualificado, embora se continue a registar um agudizar da desigual distribuição da riqueza, contribuindo para o aumento do fosso entre os detentores de melhores salários (mais qualificados) e aqueles que estão à margem ou com dificuldade em penetrar no sistema económico, em situação de desemprego ou com emprego precário (com menores níveis de formação e qualificação).

## 1.9. OBJETIVOS E DESAFIOS

A revisão da Carta Educativa de Almada é um desafio e uma oportunidade de planeamento territorial, especialmente se considerada a velocidade com que atualmente transformações económicas e sociais que afetam os territórios se processam.

O trabalho de revisão obedece a um conjunto de princípios e objetivos definidos a partir do quadro legislativo de referência, procurando responder a três grandes desafios que resultam também da atual Carta Educativa, nomeadamente:

- Reforçar a eficácia da monitorização/avaliação: Enquanto instrumento flexível e de apoio à tomada de decisão informada, a Carta Educativa, deve possuir uma plataforma de monitorização, com fácil acesso e com informação base (crítica) regularmente atualizada;
- Mobilizar atores-chave: Ao desencadear um debate alargado sobre o Sistema Educativo no Concelho e gerar um compromisso para a ação a revisão da Carta Educativa constitui-se como um momento oportuno para gerar consensos e ponderar mudanças (novas respostas a desafios e problemas existentes/emergentes);
- Compatibilizar o cumprimento da lei com uma dimensão inovadora, que projete uma maior integração intersectorial: Ainda que neste exercício de revisão se mantenha a arquitetura programática (estrutura, conteúdos, ...), assumiu-se como uma oportunidade para introduzir conceitos/abordagens inovadoras e geradoras de uma maior integração de diferentes políticas públicas.

Neste quadro de desafios, é necessário salvaguardar aspetos metodológicos que permitam ultrapassar com o maior grau de sucesso possível as dificuldades que se colocam à Revisão da Carta Educativa, designadamente:

- Recurso a informação de síntese: Circunscrever o diagnóstico a informação que releve o contexto de partida (existente e emergente), focando o instrumento nas dimensões estratégicas e de intervenção;
- Participação de atores relevantes: Realização de reuniões de trabalho com as entidades relevantes em matéria de educação;
- Abordagem holística e multidimensional: Potenciar o papel da Educação nas políticas públicas e fomentar uma maior integração intersectorial;



- Projeções populacionais para as estimativas de procura potencial: Utilização de projeções demográficas a médio prazo para a análise prospetiva da evolução da procura escolar.

(página propositadamente deixada em branco)

## 2. ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA DE ALMADA

### 2.1. GRAU DE EXECUÇÃO DAS PROPOSTAS DA CARTA EDUCATIVA

A Carta Educativa tinha previsto um conjunto de propostas de construção e de alteração ao existente que visava a melhoria do parque escolar do concelho.

As propostas apresentadas nesse documento tiveram por base a delimitação do concelho em territórios educativos, procedendo-se assim à reconversão espacial do território, com o objetivo do cumprimento da escolaridade obrigatória em funcionamento integrado, articulando a educação pré-escolar e todos os níveis do ensino básico à volta de uma escola nuclear que congregava o maior número de recursos físicos e humanos, sendo normalmente um estabelecimento do último nível de ensino.

O quadro de investimentos previstos considerou uma calendarização de propostas escalonadas, quer por parte do Município, quer por parte do Ministério da Educação. Estes investimentos estavam divididos em 3 períodos temporais, a saber:

- Curto prazo (entre 2006 e 2009);
- Médio prazo (entre 2010 e 2013);
- Longo prazo (após 2013).

As intervenções propostas na Carta Educativa resultaram da avaliação do diagnóstico e tiveram por base um conjunto de critérios, respetivamente o/a:

- Correção de situações de rutura de rede escolar pública;
- Estabelecimento do regime normal de funcionamento nas escolas do 1º CEB;
- Substituição de estruturas pré-fabricadas;
- Situações de redimensionamento ou de equilíbrio dos agrupamentos de escolas existentes;
- Alargamento da oferta da educação pré-escolar no concelho diminuindo as listas de espera e aumentando a frequência a crianças de 4 e 3 anos.

Com base nestes critérios foi proposto um conjunto de cinco categorias de intervenção:

Categorias	Intervenções
Criação de novos estabelecimentos de ensino	<p>Nesta categoria concretizou-se, por exemplo: três escolas na Charneca de Caparica (EB Louro Artur, em 2007, EB Presidente M<sup>a</sup> Emília, em 2013, e EB Santa Maria, em 2019) que permitiram eliminar os regimes de funcionamento duplo existentes na EB Marco Cabaço, EB Vale Rosal e EB Louro Artur e alargar a taxa de cobertura da educação pré-escolar nesta área.</p> <p>Verificou-se ainda na União de Freguesias Laranjeiro/Feijó, a edificação da EB Chegadinho, em 2007.</p>
Requalificação/ampliação de estabelecimento de ensino	<p>Neste âmbito verificou-se, designadamente: em 2008, a ampliação da EB Vila Nova (4 salas), em 2009 a EB Vale Flores (4 salas), o alargamento da EB Cataventos da Paz (4 salas), da EB nº1 Feijó, da EB nº3 Laranjeiro e EB Alexandre Castanheira (3 salas), em 2011, com a construção de novos</p>

Categorias	Intervenções
	<p>edifícios para jardim-de-infância. Verificou-se ainda a requalificação e ampliação da EB nº2 Cova Piedade, em 2006 e a proposta de ampliação da EB nº1 Trafaria (1 sala de JI, biblioteca, gabinetes, ginásio e sala polivalente) que está neste ano em fase de elaboração de projeto de execução.</p> <p>Todas as propostas concorreram para o objetivo de expansão da rede pré-escolar e para o aumento da oferta de 1º CEB;</p>
<p>Substituição de estabelecimentos de ensino em edifícios precários, em mau estado de conservação e/ou funcionamento em regime duplo</p>	<p>Procedeu-se à construção de 5 escolas em 2009:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- EB Miquelina Pombo (8 salas de 1º CEB +2 JI), que substituiu a EB nº1 Vale Figueira edificada em 1958;</li> <li>- EB Feliciano Oleiro (8 salas de 1º CEB +2 JI), que substituiu a EB nº2 Almada construída em 1940;</li> <li>- EB Cremilde Castro e Norvinda Silva (3 salas de 1ºCEB+1 JI), que sucedeu a EB nº2 Trafaria edificada em 1976;</li> <li>- EB José Cardoso Pires (8 salas de 1º CEB +2 JI), que substituiu a EB nº2 Costa Caparica</li> <li>- EB Rogério Ribeiro (8 salas de 1º CEB +2 JI), que substituiu a EB nº2 Pragal datada de 1988;</li> </ul>
<p>Desativação de estabelecimentos de ensino</p>	<p>Procedeu-se à desativação de 4 estabelecimentos de ensino, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Em 2009/10, a EB nº3 Feijó, datada de 1957 com a integração dos alunos na EB Chegadinho. À posteriori, em 2014, houve uma cedência do edifício para o funcionamento da CPCJ de Almada (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens);</li> <li>- Em 2011/12, a EB nº1 Almada, construída em 1866 com a integração dos alunos na EB Feliciano Oleiro. O edifício escolar passou a partir de 2014 a ser cedido/ utilizado por entidades culturais do concelho.</li> <li>- Em 2014/15, a EB Costas de Cão, construída em 1977 deixou de funcionar decorrente da Resolução de Conselho de Ministros nº 44/2010 de 14 de julho que determinou o encerramento das EB de 1º CEB com menos de 21 alunos, uma vez que a sua dimensão é considerada prejudicial para o sucesso escolar dos seus alunos. Os 10 alunos existentes foram integrados na EB Cremilde Castro e Norvinda Silva;</li> <li>- Em 2011/12, a EB Sobreda, com a integração de alunos na EB Elias Garcia altera a tipologia passando apenas a funcionar como jardim-de-infância.</li> </ul>

Fonte: Câmara Municipal de Almada

No global, a Carta Educativa apresentava 25 propostas de investimento ao nível dos edifícios da responsabilidade municipal, num total de 181 salas de aula distribuídas pelas 11 freguesias existentes nessa data.

Se tivermos em conta todas as propostas apresentadas, verifica-se que o grau de execução é de 72% (propostas executadas e em curso) o que equivalente à criação de 140 salas de aula. Destas 140 salas, 30% são de oferta da educação pré-escolar.

A globalidade das propostas de construção, ampliação e beneficiação tinham um valor estimado de 33.561.116 €, cuja execução seria a curto, médio e longo prazo.

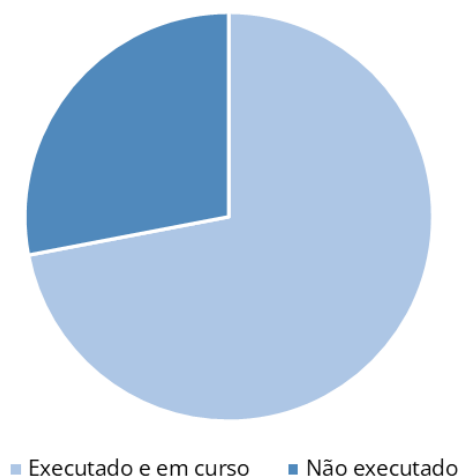
Aferindo as propostas executadas no prazo definido ou em curso confirma-se o investimento global aproximado de cerca de 23 milhões de euros pela Autarquia.

Alguns dos investimentos realizados pelo município foram ao abrigo do Programa Nacional de Requalificação da Rede Escolar do 1º CEB e Educação Pré-escolar e tiveram participações por fundos nacionais e/ou comunitários (QREN 2007-2013, Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020).

Designadamente as 5 escolas que substituíram escolas em mau estado de conservação e foram ampliadas e inauguradas em 2009 (EB Feliciano Oleiro, EB Cremilde Castro e Norvinda Silva, EB José Cardoso Pires, EB Miquelina Pombo e EB Rogério Ribeiro); a construção da EB Presidente Mª Emília na Charneca de Caparica, em 2013, a requalificação EB D. António da Costa (Almada), em 2017, a requalificação e ampliação da EB Maria Rosa Colaço e a ampliação do JI da Sobreda ainda em curso.

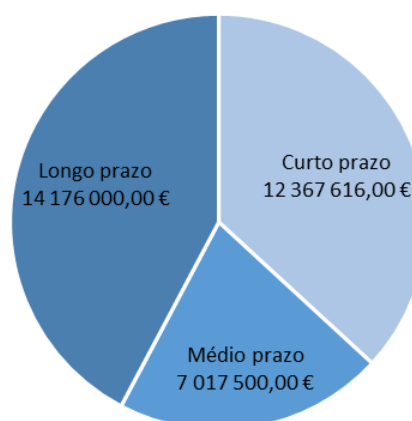
De referir que as propostas constantes na Carta Educativa de 2007 assentavam em projeções demográficas e em algum crescimento da taxa de natalidade e urbanística que não vieram efetivamente a materializar-se, tendo-se verificado desvios significativos. Deste modo, algumas das ações previstas, como por exemplo, o JI em Cacilhas na zona ribeirinha ou na Costa de Caparica com projeto POLIS ou em Costas de Cão deixaram de ter sustentação face à evolução demográfica e da procura de ensino realmente verificada.

FIGURA 6 – GRAU DE EXECUÇÃO PROPOSTAS DA CARTA EDUCATIVA



Fonte: Câmara Municipal de Almada

FIGURA 7 – INVESTIMENTO PROGRAMADO



Fonte: Câmara Municipal de Almada

**QUADRO 6 – QUADRO DE INVESTIMENTOS MUNICIPAIS PREVISTOS, EM 2007, NA CARTA EDUCATIVA**

Freguesia	Equipamento	Tipologia / Salas previstas	Tipologia / Salas executadas	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo	Grau Execução (2019)	Obs.
Almada	EB Feliciano Oleiro (ex. EB nº2 Almada)	8+2	8+2		●		Executado no previsto - 2009	
Cova Piedade	Jardim-de-infância (JI Ramalha)	4	4			●	Em curso	Projeto em revisão. Obra previsível em 2021
Cacilhas	Jl EB Cataventos da Paz	4	4		●		Executado no previsto- 2011	4 Salas
	Jardim-de-Infância Frente Ribeirinha		0			●	Não executado	
Caparica	EB Rogério Ribeiro (ex. EB nº2 Pragal)	8+2	8+2	●			Executado no previsto- 2009	
	EB/JI	8+3	0			●	Não executado	
	Ampliação EB Vila Nova	4+1	4	●			Executado no previsto -2008	4 Salas
	EB/JI	8+3	0			●	Não Executado	
Trafaria	EB nº 1 Trafaria - anexos (JI)	1	2			●	Em curso	Projeto em execução. Obra previsível em 2021
	EB Cremilde Castro e Norvinda Silva (ex. EB nº2 Trafaria)	2+1	3+1	●			Executado no previsto-2009	Tipologia construída: 3+1
	EB Costas de Cão	2+1	0			●	Não executado	Integrado na EB Cremilde Castro e Norvinda Silva
Costa da Caparica	EB1/JI (atual EB José Cardoso Pires)	8+2	8+2	●			Executado no previsto- 2009	
	EB mais a sul	8+3	0			●	Não executado	
Charneca da Caparica sul	EB /JI Charneca Caparica (atual EB Louro Artur)	8+2	12+2	●			Executado no previsto- 2007	Escola ampliada em 2011 com mais 4 salas

Freguesia	Equipamento	Tipologia / Salas previstas	Tipologia / Salas executadas	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo	Grau Execução (2019)	Obs.
	EB JI Charneca (atual EB Santa Maria)	8+3	12+3			●	Executado no previsto -2019	Tipologia construída: 12+3
	EB /JI	8+3	0			●	Não executado	
<b>Charneca da Caparica norte</b>	EB1/JI (atual EB Presidente Maria Emília)	8+3	12+3			●	Executado no previsto -2013	Há ainda proposta para ampliação da EB PME
<b>Sobreda</b>	EB /JI nº1 Vale Figueira (atual EB Miquelina Pombo)	8+2	8+2	●			Executado no previsto -2009	
	EB1/JI	8+3	12+3			●	Existe uma proposta para aprovação para desativar JI Sobreda -2017	
<b>Laranjeiro</b>	Jardim-de-Infância nº2 laranjeiro (atual Alexandre Castanheira)	3	3		●		Executado no previsto - 2011	
	Jardim-de-Infância nº3 laranjeiro	3	3		●		Executado no previsto- 2011	
<b>Feijó</b>	EB Chegadinho	8+2	8+2	●			Executado no previsto- em 2007	
	EB1/JI	8+3	0			●	Não executado	
	Ampliação EB Vale Flores	4	4		●		Executado no previsto - 2009	
	Jardim-de-Infância Feijó nº1	3	3			●	Executado no previsto - 2011	

Fonte: Carta Educativa de Almada, 2007/ Câmara Municipal de Almada

Para além dos investimentos previstos, há outras propostas de ampliação que estão em curso, ou em fase de projeto e que não constavam da Carta Educativa, nomeadamente:

- Ampliação da EB M<sup>a</sup> Rosa Colaço, no Feijó, que se encontra em fase de obras;
- Ampliação da EB n<sup>o</sup>1 Alfeite, no Laranjeiro;
- Ampliação do JI Sobreda;
- Ampliação da EB Presidente M<sup>a</sup> Emília, na Charneca de Caparica

**QUADRO 7 – QUADRO DE INVESTIMENTOS MUNICIPAIS EM CURSO, NÃO PREVISTOS NA CARTA EDUCATIVA**

Agrupamento de Escolas	Equipamento	Tipologia / Salas existente	Tipologia / Salas prevista
AE Daniel Sampaio	EB Presidente Maria Emília	12+3	16 (1 <sup>o</sup> CEB) +6 (JI)
AE Elias Garcia	JI Sobreda	3	6 (JI)
AE Francisco Simões	EB M <sup>a</sup> Rosa Colaço	7+2	9 (1 <sup>o</sup> CEB) +5 (JI)
AE Prof. Ruy Luis Gomes	EB n <sup>o</sup> 1 Alfeite	4+2	8 (1 <sup>o</sup> CEB) +4 (JI)
AE Carlos Gargaté	EB Carlos Gargaté	12	19+3 Laboratórios
<b>Total</b>		45	73+ 3 Laboratórios

Fonte: Carta Educativa de Almada, 2007/ Câmara Municipal de Almada

No total, constata-se a apresentação de propostas de mais 28 salas, não previstas em 2007, que contemplam mais 10 salas de 1<sup>o</sup> ciclo, 11 salas de Jardim-de-infância e 7 salas de ensino secundário e não calculadas no grau de execução anteriormente apresentado e num investimento de obra estimado em cerca de 6.062.044€.

De referir que das 5 propostas de investimento acima referidas, 3 delas são alvos de participações financeiras por candidaturas aprovadas, nomeadamente a ampliação da EB M<sup>a</sup> Rosa Colaço, em 2017, e em 2020 a ampliação do JI Sobreda ao Lisbo@ 2020 (Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020).

Relativamente às propostas constantes na Carta Educativa e que seriam de intervenção/execução ao nível das escolas de 2<sup>o</sup> e 3<sup>o</sup> ciclos e ensino secundário verifica-se que foram efetuadas 25% das propostas enunciadas:

- EB23 e Sec. Anselmo de Andrade – Integração de 2<sup>o</sup> ciclo do Ensino Básico;
- ES Francisco Simões – Integração de 2<sup>o</sup> ciclo do Ensino Básico.

Para além das propostas previstas, verificou-se nos estabelecimentos de ensino da responsabilidade da tutela a concretização de 3 alterações de tipologia, respetivamente:

- ES Prof Ruy Luis Gomes – integração de 2<sup>o</sup> ciclo do Ensino Básico;
- EB 2/3 Alembrança – integração, em 2014/15, do 1<sup>o</sup> ciclo Ensino Básico que permitiu resolver o regime duplo de funcionamento da EB n<sup>o</sup>1 e n<sup>o</sup>2 do Feijó;
- EB D. António da Costa – criação de 4 salas de 1<sup>o</sup> CEB e uma sala de JI, em 2017/18, que possibilitou eliminar as turmas existentes em regime duplo na EB n<sup>o</sup>3 Cova Piedade e na EB Cova Piedade.



No período que medeia a elaboração e a atualização da Carta Educativa houve 2 escolas no concelho que no âmbito do Programa de Modernização do Parque Escolar destinado ao Ensino Secundário tiveram beneficiação integral através de um contrato programa entre o Estado Português e a Parque escolar (EP).

Este programa tinha como desígnios recuperar e modernizar edifícios, abrir a escola à comunidade e criar um sistema eficiente e eficaz de gestão dos edifícios e abrangeu em 2009 (fase 2ª-2008-09) a Escola Básica e Secundária Prof. Ruy Luis Gomes, no Laranjeiro, que ficou com uma capacidade de 46 turmas e em 2010 Escola Básica e Secundária Emídio Navarro, em Almada, com lotação prevista de 39 turmas.<sup>5</sup> Também a Escola Secundária do Monte da Caparica integrou o programa, tendo sido concluída em 2021.

**QUADRO 8 – QUADRO DE INVESTIMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL PREVISTO NA CARTA EDUCATIVA, EM 2007**

Freguesia	Equipamento	Salas previstas	Salas executadas	Grau Execução (2019)	Obs.
Almada	Criação de valência de 2º e 3º ciclo	15		Executado	
Cova Piedade	Substituição EB Comandante C Silva	25		Não executado	
Laranjeiro	Criação de valência de 2º e 3º ciclo	24		Executado	
Feijó	Criação de valência de 2º e 3º ciclo	24		Não executado	
Costa da Caparica	Construção de EBI	8+15+3		Não executado	
Trafaria	Substituição EB Trafaria	15		Não executado	Âmbito do projeto POLIS
Charneca Norte	Criação de valência de 2º e 3º ciclo	24		Não executado	
Charneca Sul	Criação de valência de 2º e 3º ciclo	24		Não executado	

Fonte: Carta Educativa de Almada, 2007/ Câmara Municipal de Almada

Ao nível do ensino secundário e como já referido encontra-se em curso uma proposta não prevista na freguesia da Charneca de Caparica, mais concretamente a ampliação da Escola Básica Carlos Gargaté em 12 salas para acolher este nível de ensino.

Esta proposta iniciou-se em 2019 através de um Acordo de Colaboração para a realização de obras de Ampliação na Escola Básica Carlos Gargaté entre o Município de Almada e o Estado/ Ministério da Educação num valor de investimento de cerca de 1.100.000,00 €.

<sup>5</sup> [www.parque-escolar.pt/pt](http://www.parque-escolar.pt/pt)

## 3. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

### 3.1. INTRODUÇÃO

O presente capítulo incide sobre a situação de referência territorial para a Revisão da Carta Educativa de Almada.

A análise compreende indicadores e domínios relevantes para a organização do sistema municipal de ensino. Não se pretende uma caracterização exaustiva das dinâmicas ou tendências municipais, mas sim proceder a uma análise de síntese da evolução territorial do concelho nas temáticas relevantes para a Carta Educativa, considerando que a oferta e procura educativa, dimensões-chave para o instrumento, serão aprofundadas em capítulos específicos.

A análise territorial tem por base a NUTE II Área Metropolitana de Lisboa, assim como o novo mapa das freguesias do concelho resultante da reforma administrativa concretizada em 2013 (Lei n.º 11-A/2013), em que dez das onze freguesias de Almada foram alvo de reorganização por agregação, sendo que apenas a freguesia da Costa da Caparica não sofreu alterações. Serão realizadas as necessárias análises de enquadramento com a AML, com a qual Almada estabelece relações de natureza económico e social e que importa observar. Deste modo, os cinco domínios a analisar neste ponto são: Inserção territorial; Sistema urbano municipal; Situação demográfica; Perfil socioeconómico municipal; Situação educativa.

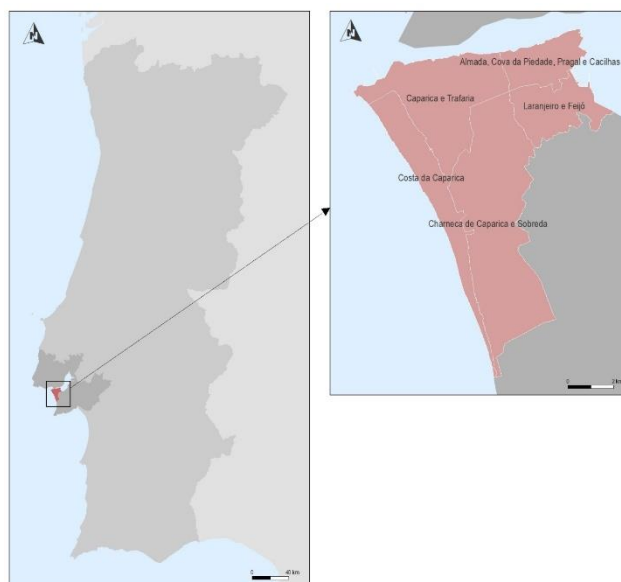
### 3.2. INSERÇÃO TERRITORIAL

Almada faz parte do principal polo populacional e económico do país, região que concentra o maior número de empresas e emprego e que mais contribui para o PIB nacional, a Área Metropolitana de Lisboa. Entre os 2,9 milhões de habitantes residentes nos 18 concelhos da AML, em 2021, 177.238 habitantes (6,2%) residiam no concelho de Almada, o terceiro mais populoso, depois de Lisboa e Sintra.

O desenvolvimento de Almada está ligado à sua localização geográfica junto ao rio Tejo e ao mar e associado à proximidade à capital, que permitiu o seu desenvolvimento económico e a concentração de pessoas e atividades económicas.

Almada faz fronteira com os concelhos de Sesimbra, a sul, e do Seixal, a sudeste.

FIGURA 8 – ENQUADRAMENTO NA NUT III ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA E NO PAÍS

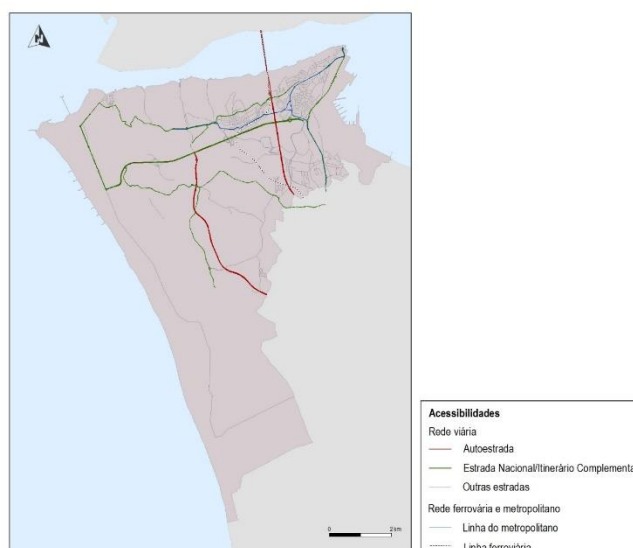


Fonte: Elaboração própria.

O concelho usufrui de excelentes acessibilidades, rodoviárias, ferroviárias e fluviais, a que acresce a conferida pelo metropolitano de superfície (Metro Sul do Tejo - MST).

Nos acessos por via rodoviária, destaque para o atravessamento do concelho pela A2, uma das principais autoestradas nacionais, que liga a região de Lisboa ao Algarve e que, em Almada, é responsável pela principal ligação a Lisboa e a Setúbal. O IC20 (Via Rápida da Caparica) é a principal ligação da Costa da Caparica e da Trafaria à A2, constituindo uma importante ligação do núcleo de Almada às praias da Costa da Caparica. Por sua vez, a A33 (Circular Regional Interior da Península de Setúbal - CRIPS - ou Autoestrada do Baixo Tejo, liga o Monte da Caparica até ao eixo com a A2 e ao Montijo. Esta circular permite o atravessamento dos concelhos do chamado “arco ribeirinho” e reforça as principais ligações, quer a sul, quer ao norte do País. O designado “Arco Ribeirinho”<sup>6</sup>, na margem esquerda do Tejo, desde Almada a Alcochete, corresponde a uma área de relevo pouco acidentado e clima ameno, uma faixa urbanizada, marcada inicialmente pela atividade industrial, que deu lugar a uma economia mais terciarizada.

**FIGURA 9 – ACESSIBILIDADES AO CONCELHO DE ALMADA (2023)**



Fonte: Elaboração própria.

A ligação ferroviária é da responsabilidade da Fertagus, que liga Lisboa a Setúbal, e faz-se pela estação do Pragal. O Pragal constitui uma estação de interface com o metropolitano de superfície (MST). Almada é igualmente servida pelos comboios Intercidades e Alfa Pendular da CP.

As ligações fluviais a Lisboa fazem-se a partir dos cais da Trafaria e Porto Brandão, para Belém, e de Cacilhas para os Cais do Sodré.

O metropolitano de superfície (MST) veio melhorar significativamente a acessibilidade intra concelhia. Este circula pela EN 10 até Corroios, no Seixal, e apresenta uma rede organizada em 3 linhas (Cacilhas-Corroios, Corroios-Pragal e Cacilhas-Universidade do Monte da Caparica). A ligação por metropolitano de superfície entre Almada e Seixal abrange as estações de Corroios e Casa do Povo, no concelho vizinho.

Em resultado das muitas formas de acessibilidades, cerca de 40% da população residente no concelho de Almada trabalhava ou estudava noutra unidade territorial, em 2021. Percentagem que sobe para 43%, se excluirmos os trabalhadores e estudantes no estrangeiro ou sem local de trabalho/estudo fixo.

<sup>6</sup> PROT AML, 2002.

### 3.3. SISTEMA URBANO MUNICIPAL

O modelo territorial do PROT AML em vigor (2002) coloca Almada no Arco Ribeirinho Sul, que integra várias subunidades:

- A área urbana Almada/Montijo, com um forte crescimento urbano e uma ocupação polinucleada, descontínua e diversificada, em que a atividade industrial se encontra em situação de abandono;
- A área Sobreda/Charneca, um espaço urbano com uma urbanização extensiva, baseado em tipologias de moradias de primeira residência e segundas residências;
- A área Trafaria/Banática, caracterizada pela existência de espaços naturais de grande valor e com áreas especialmente sensíveis, especificamente na Área Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica. Engloba as áreas da Costa da Caparica e Arriba Fóssil da Caparica, com um conjunto de áreas urbanas com vocação balnear, desenvolvidas com base no turismo, recreio e lazer. Muitas das edificações aqui localizadas contribuem para uma menor qualidade visual da área.

O modelo territorial preconizado na Proposta de alteração ao PROT-AML (2010) tinha em consideração a construção do Novo Aeroporto de Lisboa (NAL) na margem sul do Tejo e novas acessibilidades, incluindo a Terceira Travessia do Tejo (TTT), entre Lisboa/Chelas e Barreiro. A TTT permitiria uma maior integração entre as margens do Tejo, do ponto de vista funcional, económico e social, fechando o anel ferroviário.

Desta forma, as articulações entre o centro histórico de Lisboa e o Arco Ribeirinho Sul seriam reforçadas, de modo que a regeneração urbana da faixa ribeirinha de Lisboa, mormente do espaço Alcântara-Santa Apolónia acompanhe o processo de regeneração e renovação urbana previsto para o Arco Ribeirinho Sul.

FIGURA 10 – MODELO TERRITORIAL DO PROT AML, PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE 2010



Fonte: CCDR LVT.

Nesta proposta o sistema urbano metropolitano “deverá evoluir para «uma cidade de cidades», definida por princípios de hierarquização e de complementaridade que permitam aprofundar a tendência policêntrica.” Almada surge no Nível 2 deste sistema, por apresentar um carácter funcional polivalente e apreciáveis níveis de oferta de emprego, equipamentos e serviços. Enquanto aglomeração urbana de nível 2, a sua potenciação e integração no sistema urbano metropolitano deve sustentar-se em modos de transporte público, preferencialmente em sítio próprio, e numa boa rede de interfaces multimodais de transportes. A Costa da Caparica surge no nível 4, com um papel estruturador das dinâmicas de lazer e turismo associado à fachada Atlântica.

O PROT caracteriza o Arco Ribeirinho Sul como um território urbano, densamente povoado e dependente do emprego existente na margem norte, e com um quadro favorável de acessibilidades. Destaca também o início do processo de regeneração e renovação urbana dos espaços industriais, a progressiva dotação de equipamentos e infraestruturas estruturantes e criação de emprego qualificado, com impacte na diminuição da dependência relativamente a Lisboa, a persistência de bolsas de habitação de má qualidade, deficientemente equipadas e infraestruturadas, problemas de exclusão e segregação social.

Neste conjunto, o concelho de Almada tem vindo a destacar-se num processo de afirmação e de interdependência relativamente a Lisboa, que passa pelo nível dos equipamentos e infraestruturas e pela criação de emprego.

A presença do rio Tejo e a costa marítima são elementos marcantes da paisagem de Almada. O sistema biofísico constitui um importante condicionante à ocupação do seu território. As áreas de proteção do Estuário do Tejo e Arriba Fóssil da Costa da Caparica, condicionam o crescimento urbano e a localização dos equipamentos, delineando o povoamento. Nos anos 60 do séc. XX, a abertura da ponte sobre o rio Tejo, a instalação da Lisnave, tal como a intensificação dos movimentos migratórios para a AML, causaram um rápido crescimento demográfico e uma forte pressão urbanística. Iniciou-se um processo de ocupação urbana de génese ilegal significativo, sobretudo no interior do concelho, que se prolongou até os anos 80, tendo sido atenuada desde então “devido ao quadro legal e políticas urbanísticas mais consistentes que se veio a aperfeiçoar gradualmente nas décadas de 90 até à atualidade, com uma crescente autonomia e competências municipais nestas matérias”.<sup>7</sup>

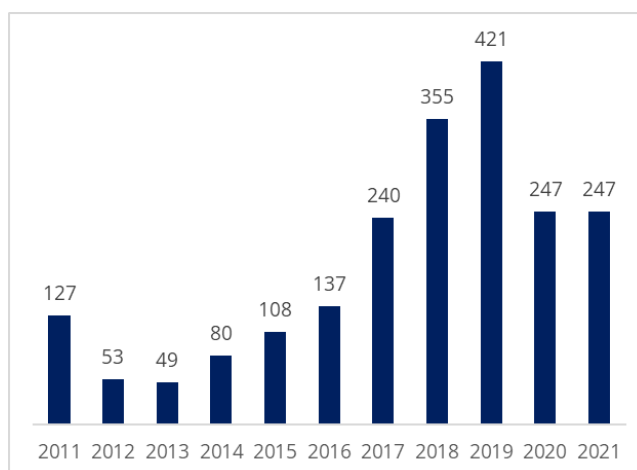
A proximidade a Lisboa e a oferta concelhia de serviços e equipamentos, refletiu-se numa maior procura de habitação no concelho, motivada também pela rápida subida dos preços na capital, não acompanhada pela subida dos rendimentos dos agregados familiares. “Esta procura habitacional requer ser acompanhada de um aumento e adequação da oferta, essencialmente com reabilitação e colmatação urbana, preenchendo vazios e reconvertendo funcionalmente partes obsoletas do território.”<sup>8</sup>

A recuperação da dinâmica urbanística após a crise de 2009 traduz-se no aumento do número de licenciamentos de novos fogos, e em Almada fez-se sentir essencialmente após 2014.

No concelho, a União das Freguesias de Charneca da Caparica e Sobreda, distingue-se por ser a freguesia com maior dinâmica construtiva nos últimos anos, o que se deve à disponibilidade de terrenos para construção, mas também devido às melhorias em termos de acessos (CRIPS e IC20).

A malha do núcleo urbano mais antigo está consolidada não permitindo muitas novas construções.

**FIGURA 11 – FOGOS LICENCIADOS EM CONSTRUÇÕES NOVAS PARA HABITAÇÃO FAMILIAR, CONCELHO DE ALMADA, 2011-2021 (N.º)**



Fonte INE

<sup>7</sup> Estratégia Local de Habitação (ELH) do concelho de Almada, 2019.

<sup>8</sup> Idem

**QUADRO 9 – FOGOS LICENCIADOS EM CONSTRUÇÕES NOVAS PARA HABITAÇÃO FAMILIAR, CONCELHO DE ALMADA, POR FREGUESIA, 2014-2021 (N.º)**

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Costa da Caparica	0	0	0	2	4	21	1
UF de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas	4	0	0	13	1	10	2
UF de Caparica e Trafaria	12	16	12	11	11	29	10
UF de Charneca de Caparica e Sobreda	63	91	102	201	317	321	202
UF de Laranjeiro e Feijó	1	1	23	13	22	40	32

Fonte INE

O parque de habitação social concelhio era composto por 4.780 fogos, em 2012, diminuindo para 4.711 fogos, em 2015 (INE). Em 2018 são referidas cerca de 5.000 destas habitações (ELH de Almada), sendo que 45% seriam propriedade do Estado e 46% do Município.

No Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional (IHRU, 2018), Almada surge como um dos concelhos com mais famílias a realojar, 2.735, distribuídas por 60 núcleos, o que representa 19,78% das famílias a realojar na AML e 3,8% das famílias do concelho. A proporção da população residente em alojamentos familiares não clássicos de residência habitual é de 0,17% segundo o censo de 2021.

O concelho ganhou população na última década (1,84%), embora de forma heterogénea. Neste contexto, o território de Almada pode subdividir-se em duas partes diferenciadas, por um lado, a malha urbana mais antiga e com maiores densidades populacionais, que abrange a freguesia sede de concelho e a União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó, onde houve um decréscimo populacional na última década. No território a poente da A2, a população cresceu, sendo que a UF da Charneca da Caparica e Sobreda foi a que observou o maior crescimento populacional do concelho entre 2011 e 2021 (8,47%). Na freguesia da Costa da Caparica o aumento da população residente foi de 4,2% e na União de freguesias de Caparica e Trafaria de 0,75%, no mesmo período.

O último censo indica que 8,6% dos alojamentos de residência habitual em Almada se encontram vagos. Na sede do concelho (UF de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas) esta percentagem aumenta para 12,6% de alojamentos vagos, incluindo-se aqui os alojamentos disponíveis para venda, arrendamento, demolição ou outra situação no momento de referência.

No que respeita à oferta de equipamentos coletivos, os equipamentos educativos acompanham naturalmente os locais de maior concentração da população e os aglomerados populacionais mais antigos, localizando-se primordialmente na União das freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas e na União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó.

**QUADRO 10 – ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NÃO SUPERIOR, POR NÍVEL DE ENSINO, 2010/2011-2020/2021**

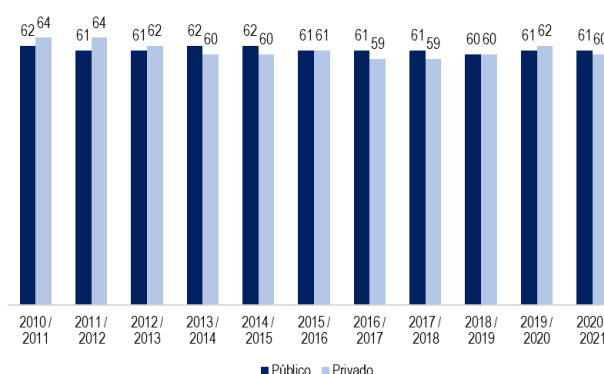
	2010 / 2011	2011 / 2012	2012 / 2013	2013 / 2014	2014 / 2015	2015 / 2016	2016 / 2017	2017 / 2018	2018 / 2019	2019 / 2020	2020 / 2021
Total	126	125	123	122	122	122	120	120	120	123	121
Público	62	61	61	62	62	61	61	61	60	61	61
Privado	64	64	62	60	60	61	59	59	60	62	60
Ensino pré-escolar	92	91	92	91	92	93	92	94	94	96	93
1.º Ciclo do EB	56	54	52	53	53	54	53	52	51	51	51
2.º Ciclo do EB	16	16	16	16	16	16	16	17	17	17	17
3.º Ciclo do EB	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22	22
Ensino secundário	14	14	14	14	14	14	14	14	14	16	16

Fonte INE

Em 2021, foram contabilizados 121 equipamentos de ensino no concelho (61 geridos por entidades públicas e 60 com gestão privada).

Destes, a esmagadora maioria disponibiliza ensino pré-escolar (93), 51 lecionam o primeiro ciclo do ensino básico, 17 lecionam o 2º ciclo do ensino básico, 22 lecionam o 3º ciclo do ensino básico e 16 disponibilizam ensino secundário.

**FIGURA 12 – ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NÃO SUPERIOR (N.º) POR NATUREZA INSTITUCIONAL, 2010/2011-2020/2021**

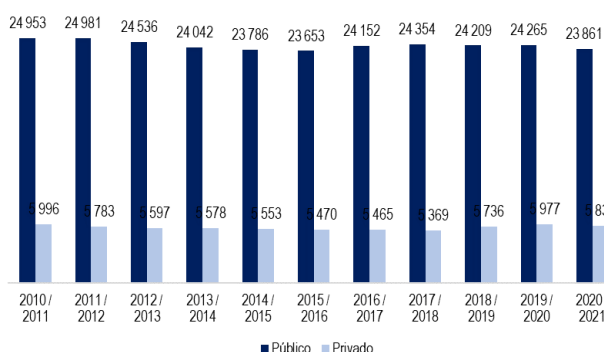


Fonte: INE

No ano letivo 2020/2021, 29.695 alunos estavam matriculados nos estabelecimentos de ensino do concelho, desde o pré-escolar até ao ensino secundário, 80% dos quais na rede pública de estabelecimentos de ensino.

Verifica-se uma diminuição do número de alunos na última década.

**FIGURA 13 – ALUNAS/OS MATRICULADAS/OS NO ENSINO NÃO SUPERIOR (N.º) POR NATUREZA INSTITUCIONAL, 2010/11-2020/2021**

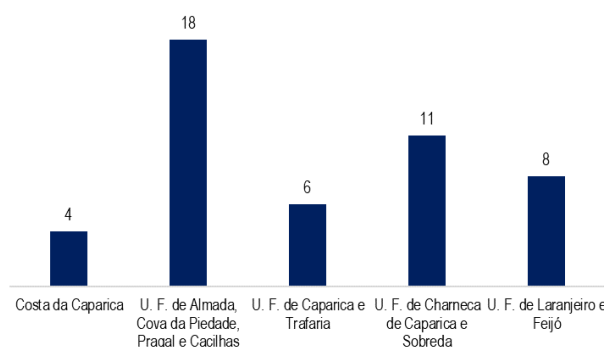


Fonte: INE

No que se refere aos equipamentos sociais, as creches estão mais concentradas na U. F. de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas (18) e na U. F. de Charneca de Caparica e Sobreda (11), esta última atraiu nos últimos anos população mais jovem. Em janeiro de 2023, localizavam-se no concelho 47 creches, frequentadas por 1.800 crianças (capacidade para 2.072).

No que trata a estes equipamentos de elevada importância na resposta social à primeira infância, face a um contexto regional marcado pela elevada inserção da mulher no mercado de trabalho, o concelho tem 20% da oferta do distrito de Setúbal (47 equipamentos de um total de 232), e da capacidade total instalada (2.072 lugares em

**FIGURA 14 – CRECHES POR FREGUESIA (N.º), CONCELHO DE ALMADA, 2023**

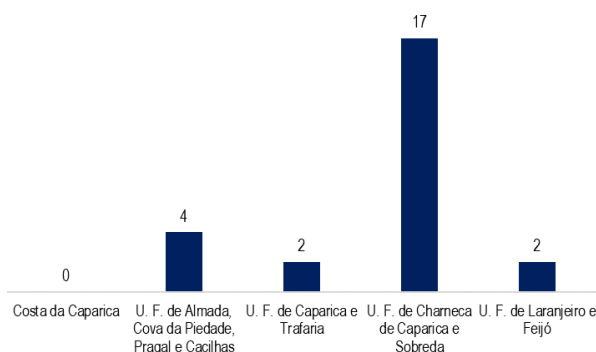


Fonte: Carta Social, MTSSS, janeiro de 2023

creche face a um total de lugares no distrito de 10.159 lugares em creche).

No que trata aos equipamentos para as Pessoas Idosas, designadamente no que trata à Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), o concelho tem cerca de 17% da oferta distrital de equipamentos (25 equipamentos de um total de 16) e da capacidade instalada (1.022 lugares face a um total de 6.095). Internamente, no concelho de Almada, destaca-se a UF de Charneca e Sobreda com 17 ERPI localizadas no seu território, seguida da freguesia sede de concelho com 4 ERPI. Com duas ERPI cada, estão as freguesias de Caparica e Trafaria e de Laranjeiro e Feijó. A freguesia da Caparica não tem oferta de ERPI.

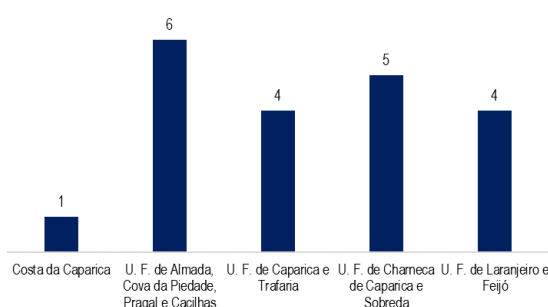
**FIGURA 15 – ERPI POR FREGUESIA (N.º), CONCELHO DE ALMADA, 2023**



Fonte: Carta Social, MTSSS, janeiro de 2023

Quanto aos equipamentos para as Pessoas Adultas em Situação de Dependência, no que trata à resposta Serviço de Apoio Domiciliário, existem 20 respostas no concelho, o que corresponde a 19% da oferta distrital de equipamentos (20 equipamentos de um total de 105) e da capacidade instalada (1.001 lugares face a um total de 5.140). Dois dos equipamentos disponibilizam também Apoio Domiciliário Integrado. Internamente, no concelho de Almada, a oferta é residual na freguesia da Costa da Caparica (1 equipamento) e é equilibrada nas restantes, com o maior número de equipamentos com SAD a estar localizado na freguesia sede de concelho (6 equipamentos).

**FIGURA 16 – SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO POR FREGUESIA (N.º), CONCELHO DE ALMADA, 2023**



Fonte: Carta Social, MTSSS, janeiro de 2023

### 3.4. SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA

Do ponto de vista da evolução demográfica, o concelho de Almada registou, entre 2011 e 2021 um crescimento de 1,8% da sua população residente, alcançando os 177.238 residentes, em 2021. Um crescimento menos expressivo comparativamente à década anterior (8,2%) e ligeiramente superior à média da AML (1,7%). A crise económico-financeira que teve o seu período mais severo em Portugal entre 2011 e 2014, terá influenciado este comportamento.

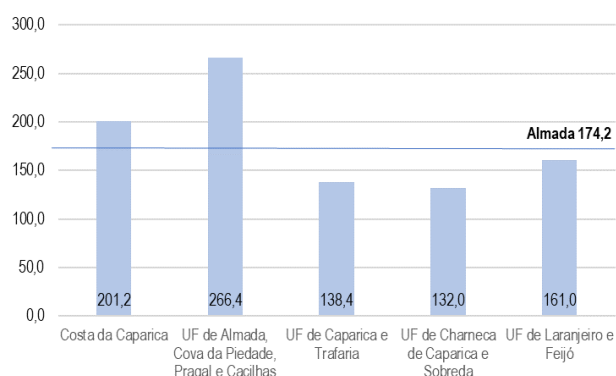
Os 177 mil residentes em 2021 representam 6,2% da população da AML. No mesmo ano, a proporção de estrangeiros entre a população residente (8,4%) evidencia alguma atratividade demográfica, superior à média de Portugal (5,2%), e ligeiramente inferior ao valor da AML (8,9%), sendo o segundo concelho mais atrativo na AML a sul do Tejo (superado apenas pelo Montijo).



Em termos de estrutura etária, com um índice de envelhecimento de 174 idosos por cada 100 jovens, a população de Almada é mais jovem que a média do país (índice de envelhecimento de 182), embora um pouco mais envelhecida que a população do conjunto da AML (índice de envelhecimento de 151).

No que se refere aos dados desagregados por freguesia, a informação disponibilizada pelos Censos de 2021 permite concluir a existência de algumas assimetrias entre as freguesias que integram o concelho, com a freguesia sede, que concentra mais de ¼ da população residente, a apresentar um envelhecimento mais significativo (índice de envelhecimento de 266,4), seguida da freguesia da Costa da Caparica.

**FIGURA 17 – ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO, POR FREGUESIA, EM 2021**



Fonte: INE

As Uniãos de Freguesias de “Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas” e “Charneca de Caparica e Sobreda”, as mais populosas em 2011, mantêm-se como tal em 2021, concentrando 55% da população residente. Contudo, o comportamento demográfico é bastante distinto entre elas, sendo que a primeira perdeu população na última década (-1.053 habitantes) e a segunda viu crescer a população residente (+3.804 habitantes). Em declínio populacional, encontra-se igualmente a UF de Laranjeiro e Feijó (-288 habitantes).

**QUADRO 11 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR FREGUESIA E TAXA DE VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO, ENTRE 2011 E 2021**

Freguesia	População residente em 2011		População residente em 2021		Variação 2011/2021
	n.º	% do total	n.º	% do total	
Costa da Caparica	13.418	7,7	13.968	7,9	4,1
UF de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas	49.661	28,5	48.608	27,4	-2,1
UF de Caparica e Trafaria	26.150	15,0	26.345	14,9	0,7
UF de Charneca de Caparica e Sobreda	44.929	25,8	48.733	27,5	8,5
UF de Laranjeiro e Feijó	39.872	22,9	39.584	22,3	-0,7
<b>Almada</b>	174.030	100	177.238	100	1,8
<b>AML</b>	2.821.876	-	2.870.208	-	1,7
<b>Portugal</b>	10.562.178	-	10.343.066	-	-2,1

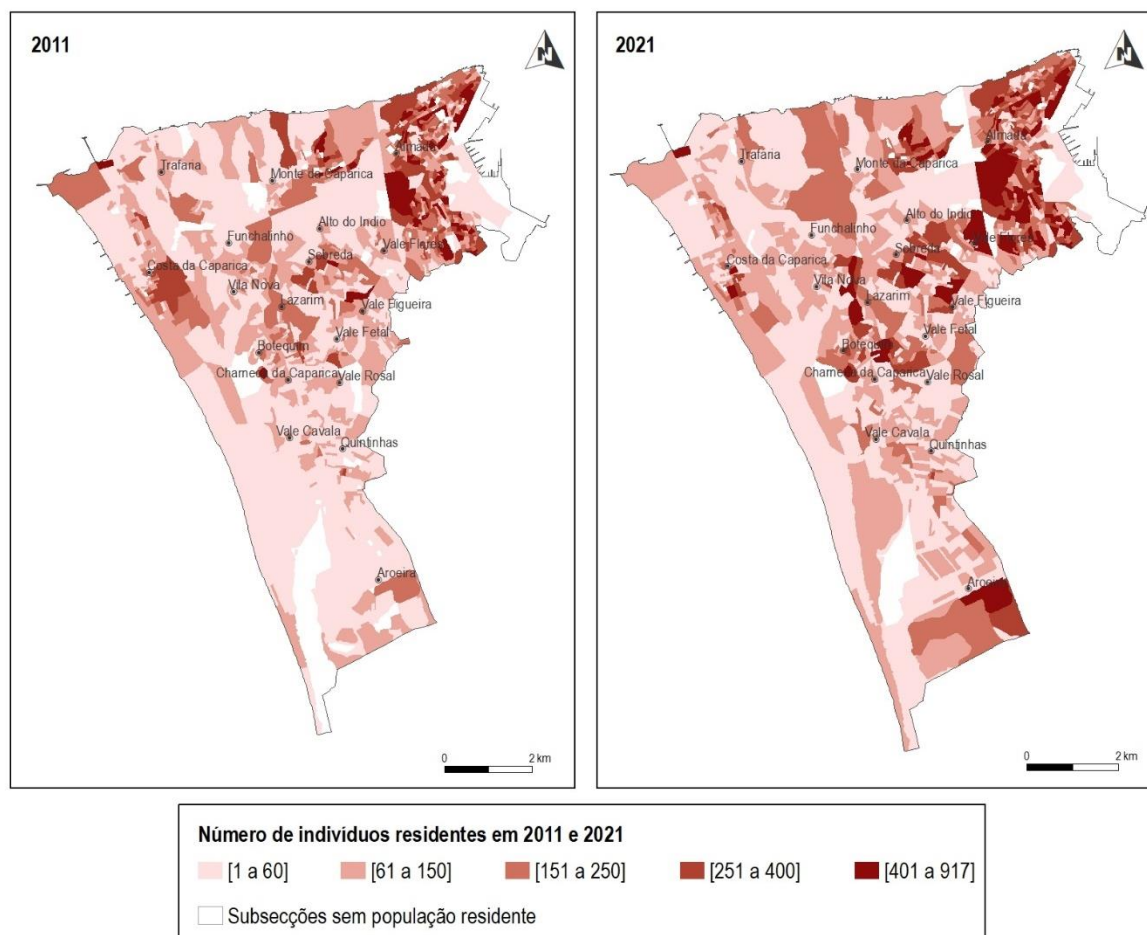
Fonte: INE

Conforme referido, observa-se uma dinâmica populacional diferenciada, destacando-se a forte tendência de crescimento registada na UF de Charneca da Caparica e Sobreda. Além desta, também a freguesia de Costa da Caparica e a UF de Caparica e Trafaria registaram aumentos, embora menos significativos. No último período intercensitário a freguesia sede de concelho e a UF de Laranjeiro e Feijó perderam população (-2,1 e -0,7%, respetivamente).

A observação da informação desagregada ao nível da subsecção estatística, confirma o notório o ganho de expressão populacional nas subsecções associadas à Sobreda, Vale Flores e Vale Figueiras, mas também ao Monte da Caparica. A freguesia sede permanece a mais densamente povoada.

Entre 2011 e 2021 houve também o reforço da dimensão populacional de algumas subsecções mais excêntricas face às áreas centrais das principais localidades, o que também denota o reforço populacional de residentes nas periferias, ainda que a reconfiguração de algumas subsecções dificulte uma comparação direta entre os dois períodos.

FIGURA 18 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR SUBSECÇÃO ESTATÍSTICA, EM 2011 E 2021



Fonte: INE

Esta situação reflete-se também em concentrações populacionais diferenciadas, embora a totalidade do concelho registre densidades elevadas, destacando-se a elevada densidade populacional da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas que, em 2021, atingia os 7.903,74 habitantes por km<sup>2</sup>, e a UF de Laranjeiro e Feijó com 5.023,35/km<sup>2</sup>, enquanto, para o mesmo ano e indicador, a freguesia da Costa da Caparica registava 1.372,10/km<sup>2</sup>.

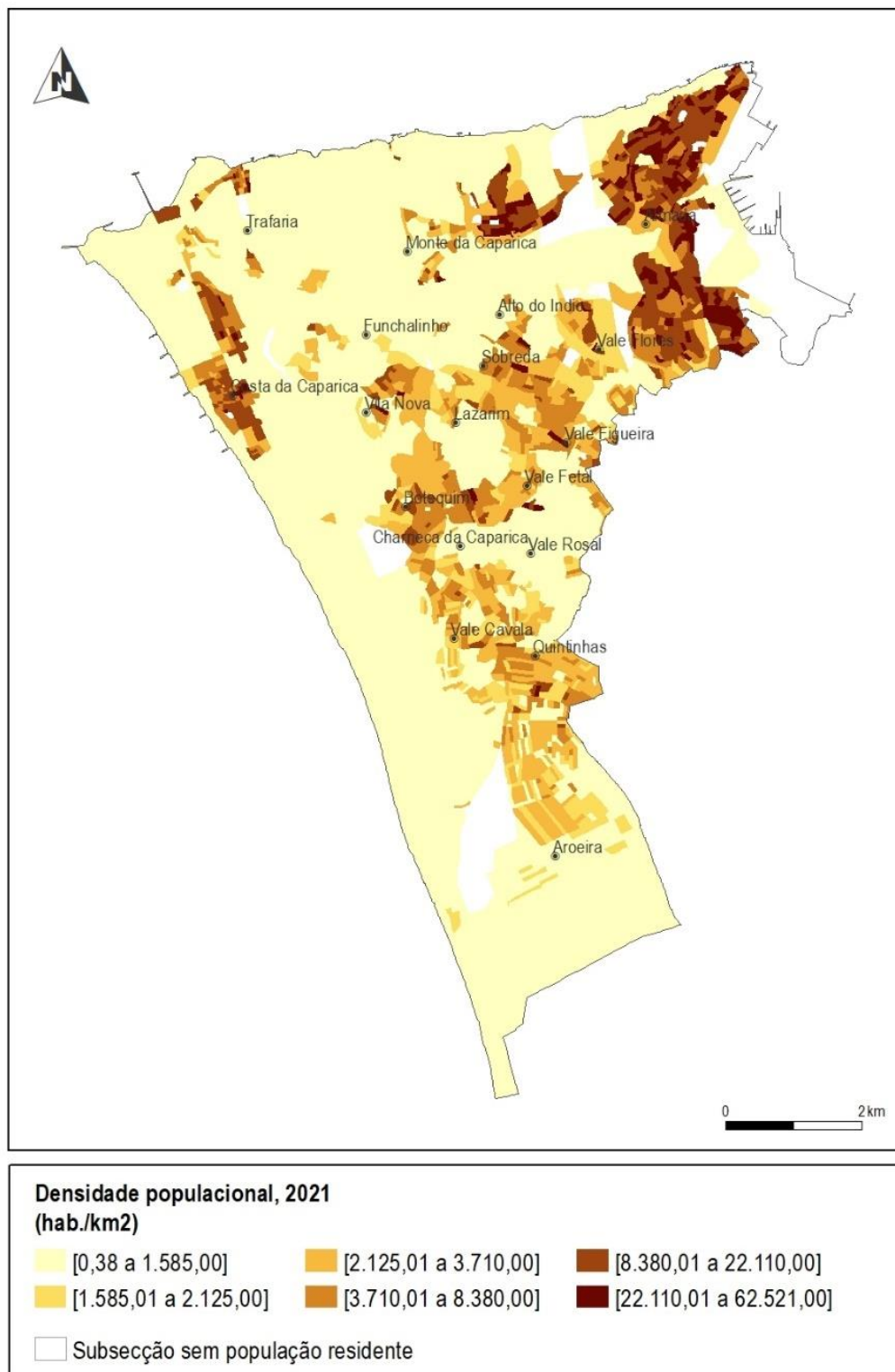
**QUADRO 12 – DENSIDADE POPULACIONAL POR FREGUESIA, EM 2011 E 2021**

Freguesia	Densidade Populacional (hab/km <sup>2</sup> )	
	2011	2021
Costa da Caparica	1.318,07	1.372,10
UF de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas	8.074,96	7.903,74
UF de Caparica e Trafaria	1.561,19	1.572,84
UF de Charneca de Caparica e Sobreira	1.546,61	1.677,56
UF de Laranjeiro e Feijó	5.059,90	5.023,35
<b>Almada</b>	2.485,79	2.531,61

Fonte: INE

A expressão territorial da densidade populacional, ilustrada na figura abaixo, coloca em evidência concentrações populacionais particularmente elevadas na área ocidental do concelho, mais concretamente na área correspondente à UF de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, ainda que na Costa da Caparica e no monte da Caparica se identifiquem bolsas também com alguma densidade populacional, ainda que com menor intensidade face à realidade urbana da freguesia sede.

FIGURA 19 – DENSIDADE POPULACIONAL POR SUBSECÇÃO ESTATÍSTICA, EM 2021



Fonte: INE

Os lugares de Laranjeiro, na UF de Laranjeiro e Feijó, com 20.780, Cova da Piedade e de Almada, na UF de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas com 19.517 e 16.718 habitantes, respetivamente, são os mais populosos do concelho.

**QUADRO 13 – POPULAÇÃO RESIDENTE (N.º), POR LUGAR (CENSITÁRIO), E GRUPO ETÁRIO (%), 2021**

Concelho/freguesia/lugar	Total	0 - 14 anos	15 - 24 anos	25 - 64 anos	65 e mais anos
	N.º	%			
<b>Almada</b>	177238	14%	11%	52%	24%
<b>Costa da Caparica</b>	13968	12%	9%	54%	25%
<b>Costa da Caparica*</b>	7632	12%	9%	52%	27%
<b>Fonte da Telha</b>	327	10%	12%	57%	21%
<b>Quinta de Santo António</b>	3438	13%	8%	56%	23%
<b>Quinta do Torrão</b>	1996	13%	9%	56%	23%
<b>São João da Caparica</b>	494	14%	7%	57%	22%
<b>População isolada</b>	81	12%	9%	54%	25%
<b>UF de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas</b>	48608	11%	9%	50%	29%
<b>Almada</b>	16718	11%	9%	51%	30%
<b>Bairro do Matadouro</b>	2096	15%	12%	50%	23%
<b>Cacilhas</b>	5735	10%	8%	50%	31%
<b>Cova da Piedade</b>	19517	11%	10%	49%	30%
<b>Pragal</b>	4542	11%	11%	54%	24%
<b>UF de Caparica e Trafaria</b>	26345	15%	12%	51%	21%
<b>Alto da Raposeira</b>	614	11%	9%	46%	34%
<b>Banática</b>	318	15%	8%	42%	36%
<b>Capuchos</b>	274	19%	10%	45%	26%
<b>Costa da Caparica*</b>					
<b>Cova do Vapor</b>	127	9%	10%	54%	27%
<b>Encosta Sul</b>	4022	17%	14%	55%	15%
<b>Funchalinho</b>	1624	14%	9%	49%	29%
<b>Lazarim</b>	801	20%	9%	62%	10%
<b>Monte da Caparica</b>	2607	11%	9%	51%	29%
<b>Pêra</b>	420	11%	9%	51%	29%
<b>Porto Brandão</b>	658	10%	7%	47%	36%
<b>Raposo</b>	7533	18%	13%	50%	18%
<b>Trafaria</b>	3742	16%	12%	49%	23%
<b>Vila Nova</b>	3605	14%	12%	54%	20%
<b>UF de Charneca de Caparica e Sobreda</b>	48733	16%	11%	53%	21%
<b>Alto do Índio</b>	2389	16%	10%	53%	21%
<b>Aroeira</b>	8139	17%	11%	52%	21%
<b>Botequim</b>	5432	18%	11%	56%	16%

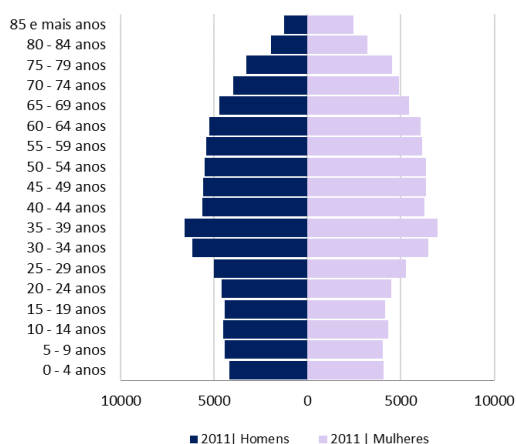
Concelho/freguesia/lugar	Total	0 - 14 anos	15 - 24 anos	25 - 64 anos	65 e mais anos
	N.º	%			
<b>Charneca da Caparica</b>	2918	14%	11%	54%	20%
<b>Lazarim</b>	925	15%	12%	53%	20%
<b>Quintinhas</b>	7030	16%	12%	53%	19%
<b>Sobreda</b>	5242	13%	11%	52%	24%
<b>Vale Cavala</b>	4345	14%	11%	51%	23%
<b>Vale Fetal</b>	2428	15%	10%	51%	24%
<b>Vale Figueira</b>	6559	15%	11%	52%	22%
<b>Vale Mourelos</b>	165	14%	5%	36%	45%
<b>Vale Rosal</b>	3094	15%	13%	54%	18%
<b>População isolada</b>	67	16%	18%	57%	9%
<b>UF de Laranjeiro e Feijó</b>	39584	14%	11%	53%	22%
<b>Feijó</b>	14779	13%	11%	52%	23%
<b>Laranjeiro</b>	20780	14%	11%	52%	23%
<b>Vale Flores</b>	3896	15%	12%	58%	14%
<b>Vale Mourelos</b>	129	14%	9%	51%	26%

(\*) Para os lugares que se distribuem geograficamente por mais de uma freguesia, os valores representados são os afetos à respetiva freguesia.

Fonte: INE

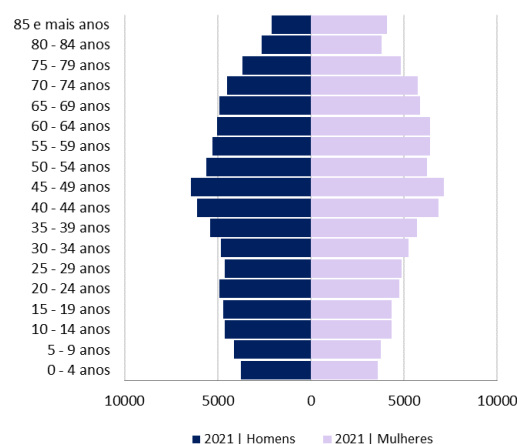
No que diz respeito à estrutura etária, são igualmente evidentes diferenças intra concelhias relevantes. A evolução registada em cada uma das classes etárias resultou num alargamento das classes etárias do topo da pirâmide etária, indiciando uma crescente prevalência dos indivíduos adultos, principalmente aqueles com idades mais avançadas. Observa-se uma tendência de envelhecimento populacional, marcada por um aumento do número de idosos quando comparados com o número de jovens. Refira-se que os indivíduos com idade igual ou superior a 75 anos aumentaram cerca de 27% no último período intercensitário.

**FIGURA 20 – PIRÂMIDE ETÁRIA DO CONCELHO DE ALMADA (N.º), EM 2011**



Fonte: INE

**FIGURA 21 – PIRÂMIDE ETÁRIA DO CONCELHO DE ALMADA (N.º), EM 2021**



Fonte: INE

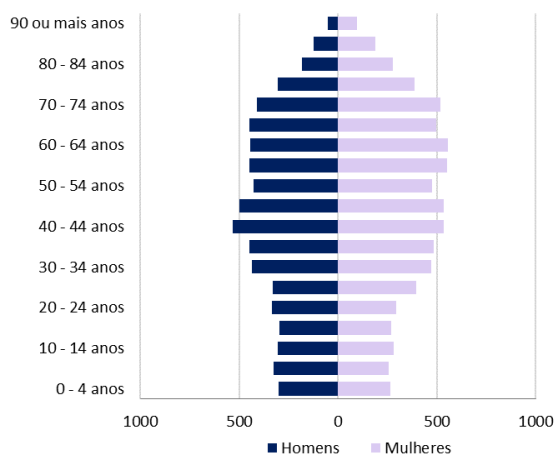
Almada apresenta uma ligeira diminuição dos níveis da natalidade, visível no encolhimento da base da pirâmide entre 2011 e 2021, sendo que as crianças com idade inferior a 10 anos, em 2021, são menos 9% do que em 2011.

Onde há uma redução populacional notória na última década é na diminuição dos indivíduos com idades compreendidas entre os 30 e os 34 anos, e dos 35 aos 39 anos, com menos de 21% de população que em 2021.

À escala das freguesias a dinâmica registada é relativamente semelhante, sendo que em todas as freguesias há perdas elevadas na base da pirâmide etária, mais acentuadas na UF de Laranjeiro e Feijó e na UF da Charneca da Caparica e Sobreda. Estas duas freguesias são aquelas em que a população acima dos 65 anos mais cresceu entre 2011 e 2021. A UF da Charneca da Caparica e Sobreda é um caso particular, tendo observado um aumento importante nos grupos etários correspondentes aos jovens adultos (15-24), o que transparece a atração de população em idade ativa.

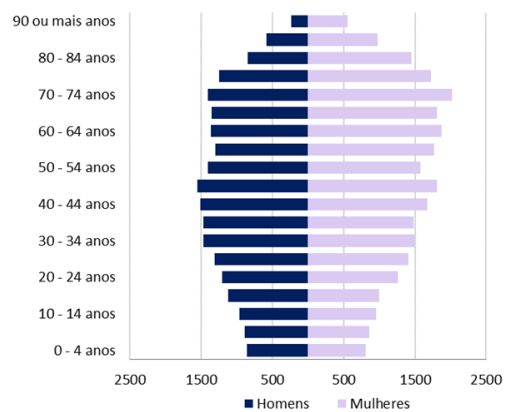
**FIGURA 22 – PIRÂMIDES ETÁRIAS DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ALMADA (N.º), EM 2021**

**COSTA DA CAPARICA**



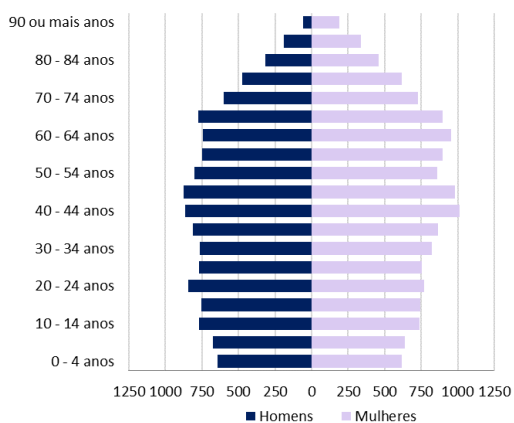
Fonte: INE

**UF DE ALMADA, COVA DA PIEDADE, PRAGAL E CACILHAS**

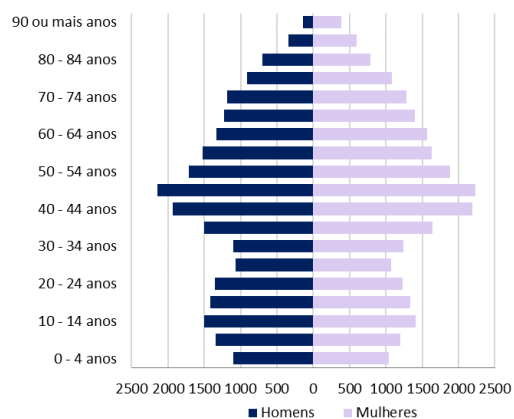


Fonte: INE

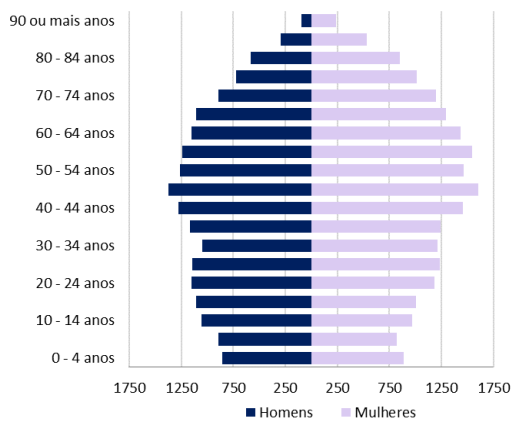
**UF DE CAPARICA E TRAFARIA**



**UF DE CHARNECA DE CAPARICA E SOBREDA**



**UF DE LARANJEIRO E FEIJÓ**



Fonte: INE



Importa salientar a manutenção da tendência de envelhecimento populacional em todas as freguesias. Em todas, a proporção da população com 65 ou mais anos de idade é superior a 21%, proporção que no caso da UF de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas atinge os 29%, no ano de 2021.

**QUADRO 14 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR ESCALÃO ETÁRIO (%), EM 2011 E 2021**

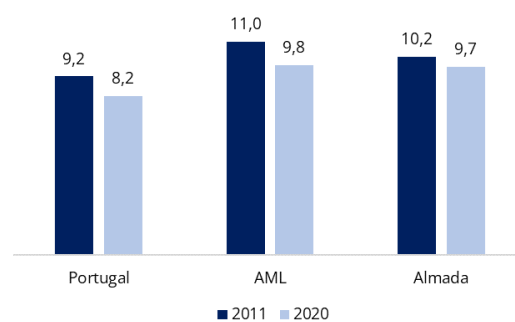
Freguesia	2011				2021			
	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	0-14	15-24	25-64	65 ou mais
Costa da Caparica	1.846	1.307	7.646	2.619	1.731	1.190	7.565	3.482
UF de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas	5.490	4.503	25.653	14.015	5.336	4.591	24.468	14.213
UF de Caparica e Trafaria	4.265	3.103	14.304	4.478	4.075	3.109	13.521	5.640
UF de Charneca de Caparica e Sobreda	7.843	4.346	25.433	7.307	7.599	5.340	25.763	10.031
UF de Laranjeiro e Feijó	6.139	4.408	22.019	7.306	5.478	4.451	20.836	8.819
<b>Almada</b>	<b>25.583</b>	<b>17.667</b>	<b>95.055</b>	<b>35.725</b>	<b>24.219</b>	<b>18.681</b>	<b>92.153</b>	<b>42.185</b>

Fonte: INE

Os dados do INE apresentam uma redução da taxa bruta de natalidade no concelho, que baixou dos 10,2‰, em 2011, para os 9,7‰, em 2020.

Ainda que este valor seja muito próximo ao verificado na AML para o mesmo período, é mais elevado que a média nacional.

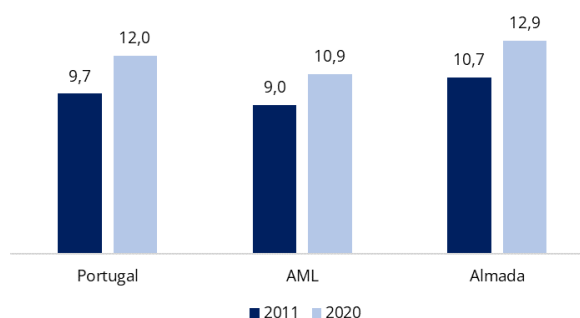
**FIGURA 23 – TAXA BRUTA DE NATALIDADE (‰), EM 2011 E 2020**



Fonte: INE

Situação oposta ocorre na taxa bruta de mortalidade, que passou dos 10,7‰ para 12,9‰ no mesmo período, valor situado acima da média da AML e do país.

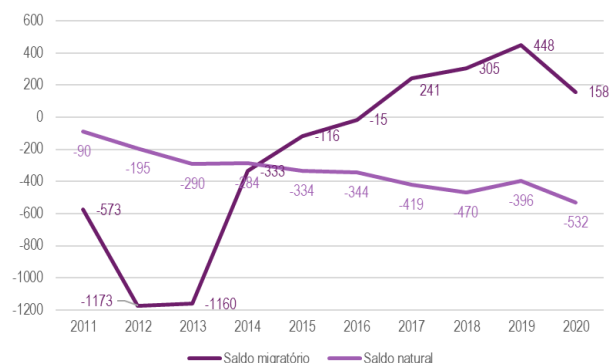
**FIGURA 24 – TAXA BRUTA DE MORTALIDADE (‰), EM 2011 E 2020**



Fonte: INE

A evolução verificada nestes indicadores demográficos indica uma tendência de perda de dinamismo demográfico, o que fica reforçado com base nos dados relativos ao saldo natural, que se manteve negativo no período considerado (2011-2020), e do saldo migratório, que diminuiu significativamente em 2020, quando em 2019 tinha atingido os 448 indivíduos, o valor mais alto neste período.

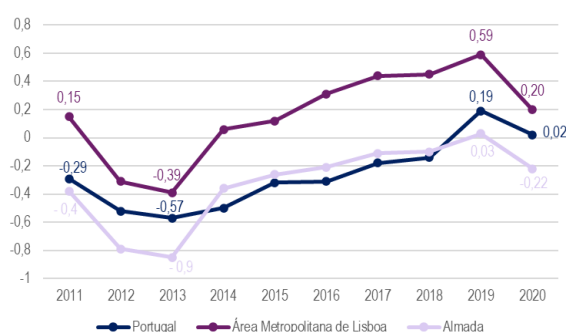
**FIGURA 25 – SALDO NATURAL E SALDO MIGRATÓRIO (N.º), ALMADA, 2011-2020**



Fonte: INE

A conjugação entre migração e saldo natural, justifica as taxas de crescimento negativas no concelho. Os fluxos migratórios, em crescimento desde 2014, foram suficientes para compensar o saldo natural negativo, até 2019, sendo que em 2020 diminuíram, o que originou uma taxa de crescimento efetivo negativa no concelho. Sublinhe-se que estes valores resultam de estimativas elaboradas pelo INE anualmente, que em parte não se vieram a materializar nos resultados dos Censos 2021 onde, como se referiu anteriormente, se registou uma ligeira evolução positiva no concelho, entre 2011 e 2021.

**FIGURA 26 – TAXA DE CRESCIMENTO EFETIVO (%), 2011-2020**



Fonte: INE

### 3.5. PERFIL SOCIOECONÓMICO

O perfil socioeconómico visa caracterizar de forma sintética e objetiva alguns aspetos relevantes em matéria social e económica, com destaque para o perfil de qualificações da população residente, assim como para o dinamismo económico verificado nos últimos anos.

Relativamente às qualificações da população é notória uma melhoria generalizada no período mais recente, destacando-se o aumento da taxa de escolarização no ensino superior (proporção de jovens com idade entre os 18 e 22 anos a frequentar o ensino superior), embora as qualificações do concelho se encontrassem, à partida, numa posição bastante mais positiva que a média nacional e regional. Em 2011/2012 essa taxa era de 68,3%, tendo atingido os 74,8% em 2021/2022, mantendo-se superior à da AML (49,9%).

A melhoria das qualificações não se limita aos níveis superiores da aprendizagem, dado que a taxa de analfabetismo apresentou também uma evolução positiva entre 2011 e 2021, tendo sido notória uma redução significativa em todas as freguesias do concelho.

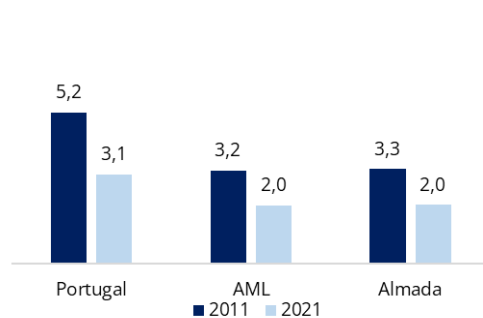
Destaque-se a redução observada na União das Freguesias de Caparica e Trafaria, que passou de uma taxa de analfabetismo de 5,2%, o valor mais elevado do concelho em 2011, para os 3,4%, em 2021. A média do concelho, 2,02% em 2021, é exemplo da evolução positiva que se verificou em todas as freguesias (era de 3,26%, em 2011).

**FIGURA 27 – TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR DA POPULAÇÃO COM IDADE ENTRE OS 18 E 22 ANOS (%), EM 2011/2012 E 2021/2022**

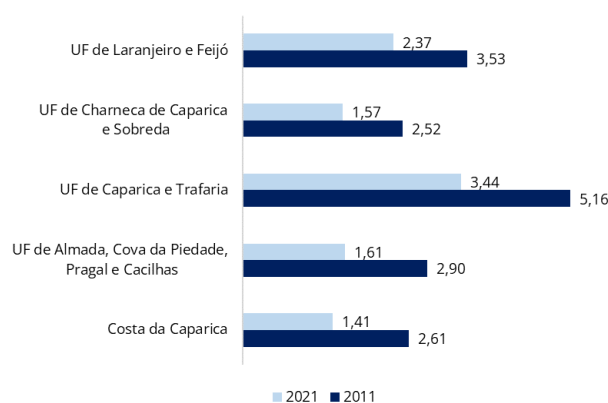


Fonte: INE

**FIGURA 28 – TAXA DE ANALFABETISMO (%), EM 2011 E 2021**



Fonte: INE



Fonte: INE

Considerando o universo da população residente com idade igual ou superior a 15 anos, verifica-se que, em 2021, o nível de escolaridade completo mais comum é o ensino secundário (e pós-secundário), evidenciando-se a UF de Laranjeiro e Feijó (29,4% do total) e a UF de Charneca da Caparica e Sobreda (28,9%), como aquelas onde este nível de ensino assume maior importância relativa. Nesta última freguesia, regista-se igualmente a maior concentração de população com 15 ou mais anos de idade com ensino superior. Por oposição, a população sem nível de escolaridade completo atinge percentagens mais elevadas na UF de Charneca da Caparica e Trafaria (6,4%) e na UF de Laranjeiro e Feijó (5,1%), com percentagens superiores à média concelhia (4,4%).

A União das Freguesias de Caparica e Trafaria e a União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó são aquelas com maior peso dos níveis de escolaridade mais baixos, até ao 3º Ciclo do Ensino Básico (58% e 52%, respetivamente).

**QUADRO 15 – NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADO CONCLUÍDO PELA POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 15 ANOS (%), POR FREGUESIA, EM 2021**

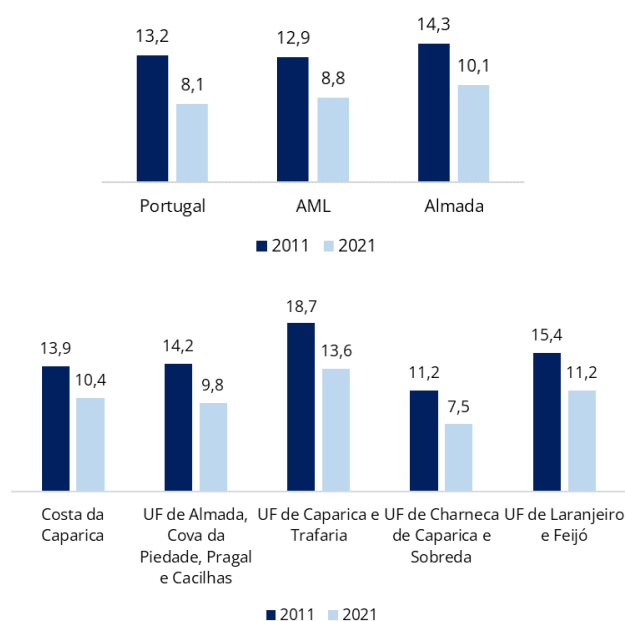
Unidade territorial	Nível de escolaridade mais elevado completo (%)					
	Sem nível de escolaridade completo	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Ensino Secundário (e pós-secundário)	Ensino Superior
Costa da Caparica	4,0	14,6	7,0	18,5	28,1	27,8
UF de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas	3,9	16,8	6,7	18,3	27,6	26,7
UF de Caparica e Trafaria	6,4	21,1	10,0	20,9	26,0	15,6
UF de Charneca de Caparica e Sobreda	3,4	14,8	6,0	17,0	28,9	29,8
UF de Laranjeiro e Feijó	5,1	18,1	8,6	19,8	29,4	19,0
<b>Almada</b>	4,4	17,0	7,4	18,7	28,2	24,3
<b>AML</b>	4,3	15,9	7,1	18,2	27,9	26,6
<b>Portugal</b>	5,9	22,3	9,6	17,8	24,7	19,8

Fonte: INE

Os dados relativos à proporção da população residente com o ensino superior (com 21 ou mais anos) têm vindo a registar um aumento desde 2011, ano em que apenas 18,29% da população residente no concelho tinha esse nível de escolaridade. Em 2021 situava-se nos 26,09%, sendo ligeiramente inferior à média da AML (28,67%). A tendência observada indica uma crescente representatividade dos diplomados no contexto populacional global do concelho, sendo expectável que se venha a aproximar aos níveis metropolitanos.

A taxa de desemprego concelhia registada nos dois últimos recenseamentos era mais elevada que a média nacional e da AML.

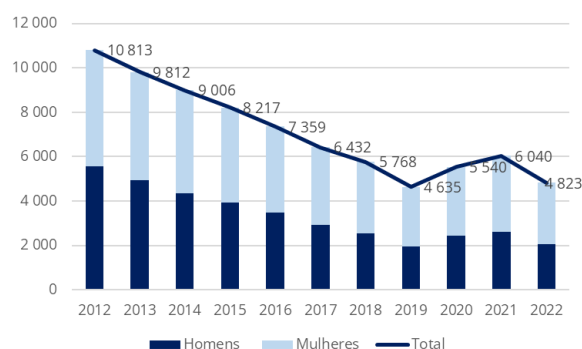
Ao nível interno existem também algumas diferenças no que diz respeito a este indicador, com a UF de Caparica e Trafaria a apresentar uma taxa de desemprego mais elevada que as demais, na ordem dos 14%, em 2021, enquanto a UF de Charneca da Caparica e Sobreda apresentava o valor mais baixo, (7,5%).

**FIGURA 29 – TAXA DE DESEMPREGO (%), EM 2011 E 2021**

Fonte: INE

**FIGURA 30 – DESEMPREGADOS INSCRITOS NO MÊS DE DEZEMBRO (N.º), EM ALMADA, 2012-2022**

A dinâmica observada, assim como as diferenças internas entre as freguesias do concelho, estarão relacionadas com a dinâmica laboral e a tipologia de empresas que operam na região que, em função das suas características, poderão estar mais ou menos expostas aos fatores geradores de maiores constrangimentos à sua atividade.

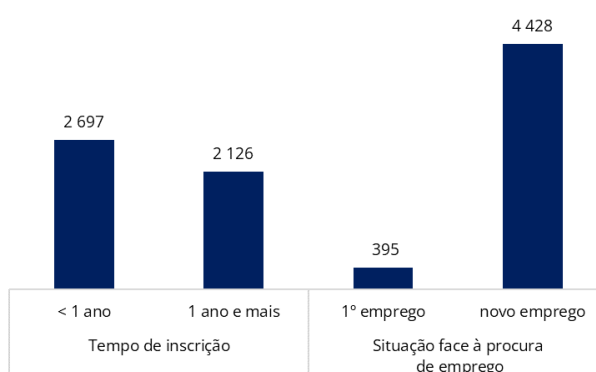


Fonte: IEFP

No último decénio, o número de desempregados inscritos apresentou tendência de decréscimo. Os 10.813 inscritos em 2012, diminuíram para menos de metade, em 2019, situando-se nos 4.635. A partir de 2019 voltou a verificar-se um aumento, facto a que não será alheio a problemática desencadeada com a crise pandémica da Covid-19.

**FIGURA 31 – CARACTERÍSTICAS DOS DESEMPREGADOS (N.º), EM DEZEMBRO DE 2022**

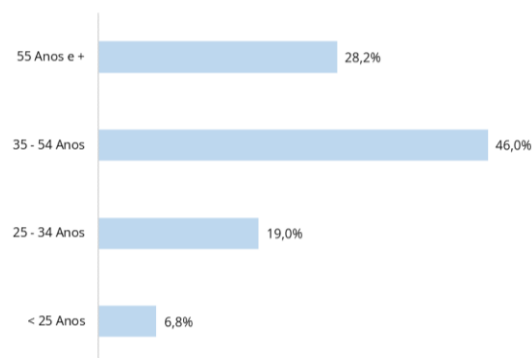
Dados mais detalhados sobre o universo de desempregados inscritos em dezembro de 2022 permitiam identificar um maior número de mulheres nesta situação comparativamente aos homens (2.757 e 2.066, respetivamente). As mulheres representam 57% do total. Era também notória a prevalência das inscrições inferiores a 1 ano (56%). Por outro lado, a quase totalidade dos desempregados encontrava-se à procura de novo emprego, sendo que apenas 395 inscrições procuravam o primeiro emprego.



Fonte: IEFP

**FIGURA 32 – GRUPO ETÁRIO DOS DESEMPREGADOS (N.º), EM DEZEMBRO DE 2022**

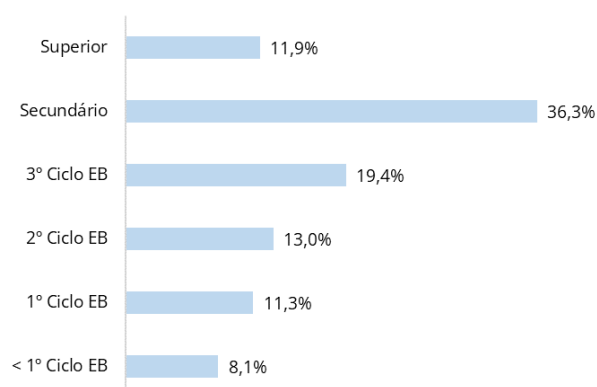
No que respeita à idade dos inscritos, o grupo etário dos 35 aos 54, com um total de 2.218 desempregados, era o mais relevante, sendo que o escalão etário mais jovem, inferior aos 25 anos de idade, tinha menor expressão



Fonte: IEFP

No que concerne à formação destes indivíduos, era notória a maior prevalência do ensino secundário, seguindo-se o 3.º Ciclo do Ensino Básico, existindo aparentemente uma maior propensão destes indivíduos serem afetados por uma situação de desemprego.

**FIGURA 33 – NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS DESEMPREGADOS (N.º), EM DEZEMBRO DE 2022**



Fonte: IEFP

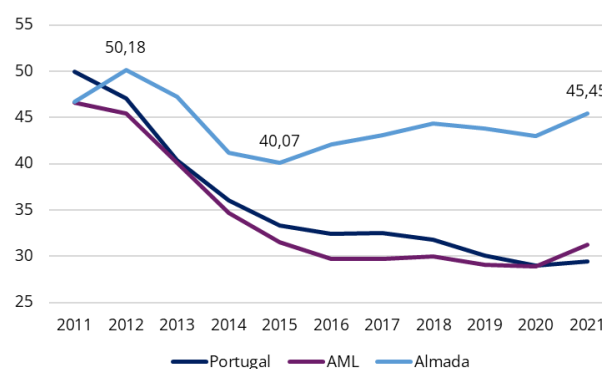
Em matéria de prestações sociais, a proporção de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), em Almada, tem sido superior à verificada ao nível nacional e na AML.

No período considerado, o valor mais baixo do número de beneficiários desta medida, destinada a população em situação de pobreza extrema, foi atingido em 2015 (40,07‰), tendo aumentado desde então, com ligeiras oscilações, até aos 45,45‰ alcançados em 2021.

Almada apresenta, em termos comparativos, um maior peso da população enquadrada nestas condições, o que pode indiciar uma situação social mais gravosa face à verificada noutros concelhos da AML.

A distribuição etária dos beneficiários de RSI indicava que, de um total de 6.526 beneficiários em 2021, 2.940 tinham 25 ou menos anos de idade, o que correspondia a 45% do total. Os restantes escalões etários tinham uma proporção mais moderada, entre os 15 e os 20%.

**FIGURA 34 – BENEFICIÁRIOS DO RSI POR 1.000 HABITANTES EM IDADE ATIVA (‰), 2011-2021**

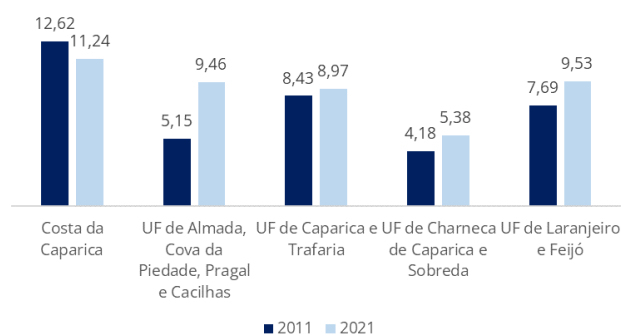


Fonte: INE

Também relevante para compreender o perfil social concelhio é a dimensão da população residente de nacionalidade estrangeira. Neste âmbito, a proporção da população residente de nacionalidade estrangeira tem vindo a aumentar significativamente.

A proporção ao nível concelhio está muito próxima da observada na AML, em 2021, sendo que em freguesias como a Costa da Caparica, a proporção de residentes de nacionalidade estrangeira era de 11,24%, o valor mais elevado do conjunto de freguesias do concelho e bastante acima da média da AML.

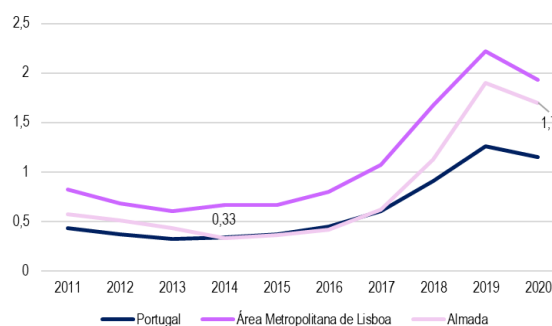
**FIGURA 35 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA (%), 2011 E 2021**



Fonte: INE

Dados mais recentes relativos ao número de pedidos de população estrangeira que solicitou estatuto de residente por cada 100 habitantes indicia a retoma do interesse por pessoas de nacionalidade estrangeira em fixar-se nas várias unidades territoriais em análise. Após uma fase de abrandamento, entre 2011 e 2014, as solicitações para obtenção de estatuto de residente subiram consideravelmente. Ainda que em Almada tenham uma proporção inferior à observada na AML, a tendência recente fez com que se registem mais pedidos em Almada face ao valor nacional, o que pode vir a aumentar a preponderância destes cidadãos na estrutura populacional do concelho. Os efeitos da Pandemia COVID-19 fazem-se sentir no pós-2019, com a diminuição destas solicitações.

**FIGURA 36 – POPULAÇÃO ESTRANGEIRA QUE SOLICITOU ESTATUTO DE RESIDENTE POR 100 HABITANTES (%), 2011-2020**



Fonte: INE

Em 2021, entre a população estrangeira que solicitou estatuto de residente (2739 pessoas) destaca-se a nacionalidade brasileira com 45% dos pedidos (1221).

No que diz respeito à dimensão e tipologia familiar, verifica-se que as famílias compostas por uma a duas pessoas eram as mais comuns (48.060, correspondente a 63% do total), com uma representatividade quase idêntica. As famílias unipessoais (30% das famílias de Almada), ganharam representatividade no último decénio, uma vez que em 2011 correspondiam a 26% do total. Este ganho deveu-se fundamentalmente à diminuição das famílias com 3 e 4 elementos, generalizada à quase totalidade das freguesias do concelho.

**QUADRO 16 – NÚMERO DE FAMÍLIAS POR DIMENSÃO DO AGREGADO FAMILIAR (N.º), POR FREGUESIA, EM 2021**

Freguesia	Agregados domésticos privados unipessoais		Número de pessoas por família, var. 2011/2021				
	2011	2021	1	2	3	4	5 ou mais
Costa da Caparica	34,8	38,99	22%	12%	-11%	-6%	10%
UF de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas	30,58	33,93	11%	-3%	-9%	-6%	4%
UF de Caparica e Trafaria	25,18	28,88	20%	8%	-11%	-1%	-1%
UF de Charneca de Caparica e Sobreira	18,26	22,26	37%	15%	-4%	5%	17%
UF de Laranjeiro e Feijó	23,91	29,07	25%	0%	-11%	-7%	8%
<b>Almada</b>	25,79	29,67	21%	5%	-9%	-2%	8%
<b>AML</b>	28,19	25,55	15%	4%	-7%	0%	7%
<b>Portugal</b>	24,77	21,44	19%	8%	-7%	-9%	-12%

Fonte: INE

Finalmente, uma breve caracterização do tecido empresarial instalado em Almada, que, em 2020, era composto por um total de 20.279 estabelecimentos que empregavam 45.406 pessoas. Os sectores com maior número de postos de trabalho eram o comércio por grosso e a retalho (mormente o comércio a retalho), as atividades administrativas e serviços de apoio (principalmente o apoio a empresas), e a restauração e similares.

**QUADRO 17 – ESTABELECEMENTOS E PESSOAL AO SERVIÇO POR SECTOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA (N.º E %), EM ALMADA, EM 2020**

Sector de Atividade Económica	Estabelecimentos		Pessoal ao serviço	
	n.º	%	n.º	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	296	1,5	432	1,0
Indústrias extrativas	5	0,0	29	0,1
Indústrias transformadoras	452	2,2	1.990	4,4
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	41	0,2	100	0,2
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	14	0,1	484	1,1
Construção	1.324	6,5	3994	8,8
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	3.187	15,7	10.744	23,7
Transportes e armazenagem	743	3,7	2.022	4,5
Alojamento, restauração e similares	1.808	8,9	5.392	11,9
Atividades de informação e de comunicação	504	2,5	1.153	2,5
Atividades imobiliárias	867	4,3	1.267	2,8
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2.132	10,5	3.466	7,6
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	4.098	20,2	6.234	13,7
Educação	996	4,9	2.306	5,1
Atividades de saúde humana e apoio social	1.772	8,7	3.136	6,9
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	727	3,6	1.002	2,2
Outras atividades de serviços	1.313	6,5	1.655	3,6
<b>Total</b>	20.279	100	45.406	100

Fonte: INE

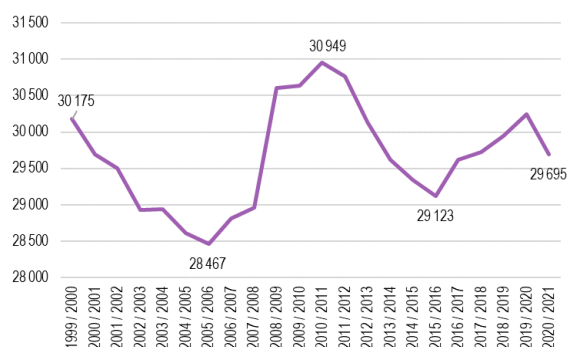


### 3.6. SITUAÇÃO EDUCATIVA

O número de alunos matriculados no ensino não-superior em Almada oscilou entre os cerca de 28 mil alunos, em 2005/2006, e os quase 31 mil registados em 2010/2011, o que estará muito provavelmente relacionado com o alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12º ano, em 2009. Neste ano foi atingido o maior número de matrículas das últimas duas décadas, tendo desde aí decrescido o número de alunos inscritos.

Em 2020/2021, o número total de alunos matriculados nas escolas de Almada, considerando os níveis de ensino da escolaridade obrigatória, situou-se nos 29.695.

**FIGURA 37 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO NÃO SUPERIOR (N.º), EM ALMADA, 1999-2021**



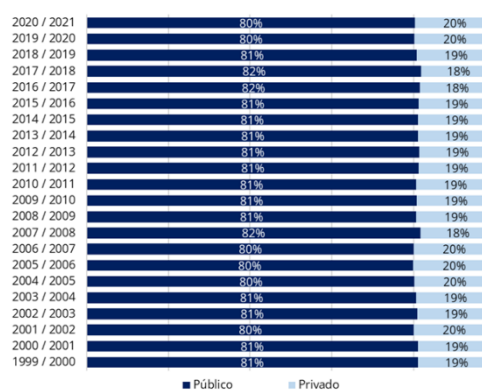
Fonte: INE

No mesmo período, a proporção de alunos matriculados no ensino público foi sempre superior a 80%, sendo que os alunos do ensino privado variaram entre os 18 e os 20%.

Em 2020/2021, estavam matriculados no ensino privado 5.834 crianças.

Esta distribuição evidencia a importância dos estabelecimentos da rede pública de ensino, sem que, no entanto, os da rede privada percam importância, mantendo uma proporção de alunos relativamente estável.

**FIGURA 38 – PROPORÇÃO DE ALUNOS MATRICULADOS NOS ESTABELECIMENTOS (%), POR NATUREZA INSTITUCIONAL, EM ALMADA, 1999-2021**



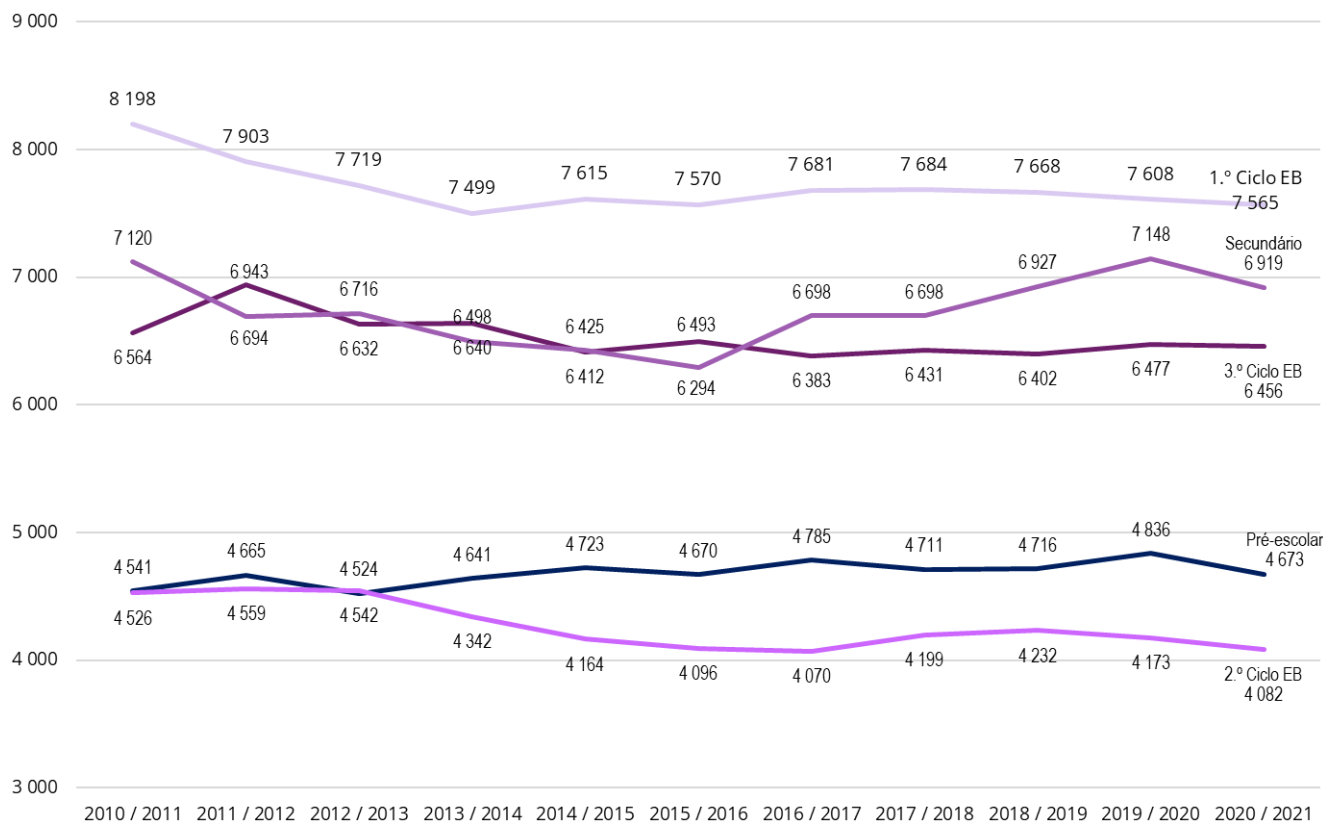
Fonte: INE

No que diz respeito à sua distribuição por níveis de ensino ao longo dos últimos anos letivos, ilustrada na figura seguinte, que abrange o período entre 2010/2011 a 2020/2021, eram notórias algumas oscilações relativamente ao ciclo de estudos com maior universo de alunos matriculados. Na totalidade dos anos letivos em análise, o 1.º CEB é o mais expressivo, com uma média de 26% do total de alunos, superando os 8.400 alunos em 2009/2010. Em 2020/2021 frequentavam este nível de ensino cerca de 7.500 alunos.

O número de matriculados no ensino secundário é o segundo mais expressivo, uma média de 24% do total de alunos no período considerado, uma percentagem também próxima do 3º CEB (22% do total).

Em termos proporcionais, e de um modo geral, os alunos do 1.º CEB e do ensino secundário representam cerca de metade do universo de alunos, sendo que, se adicionados os alunos do 3.º CEB, essa proporção aproxima-se dos 70%, naturalmente relacionado com o facto de nestes ciclos de estudos estarem enquadrados o maior número de anos formativos, nomeadamente, 4, no 1.º CEB, e 3, no 3.º CEB e no ensino secundário.

FIGURA 39 – ALUNOS MATRICULADOS POR NÍVEL DE ENSINO (N.º), EM ALMADA, VÁRIOS ANOS



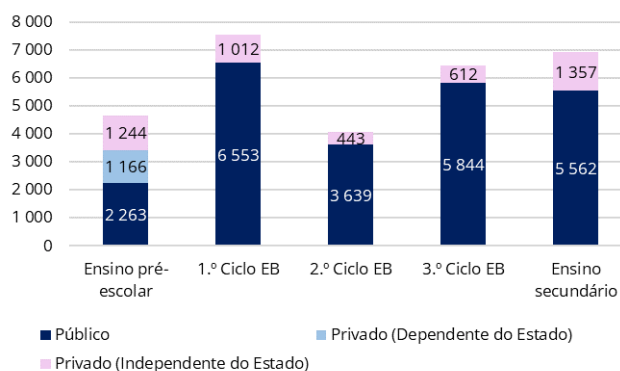
Fonte: INE

Considerando os dados relativos ao ano letivo 2020/2021, no qual se registou um total de 29.695 alunos nos vários níveis de ensino, era no pré-escolar que as matrículas no privado tinham maior expressão. De facto, a proporção de crianças inscritas no pré-escolar da rede privada era superior ao de crianças na rede pública (51,6% e 48,4%, respetivamente). O papel da rede privada solidária (dependente do Estado) é muito importante, representando 48% do pré-escolar privado e 25% do pré-escolar global.

Nos restantes níveis de ensino o peso do privado tinha menor expressão, destacando-se o ensino secundário, em que os 1.377 alunos representavam 19,6% do total e o 1.º CEB, em que os 1.012 alunos matriculados em estabelecimentos privados representavam 13,4% do total de alunos desse nível de ensino.

No 2.º CEB os 443 alunos do privado representavam 10,9% do total e no 3.º CEB a sua proporção era mais baixa, 9,5%, sendo inexistente no caso da oferta educativa de nível pós-secundário.

FIGURA 40 – ALUNOS MATRICULADOS POR NÍVEL DE ENSINO E NATUREZA (N.º), EM ALMADA, EM 2020/2021



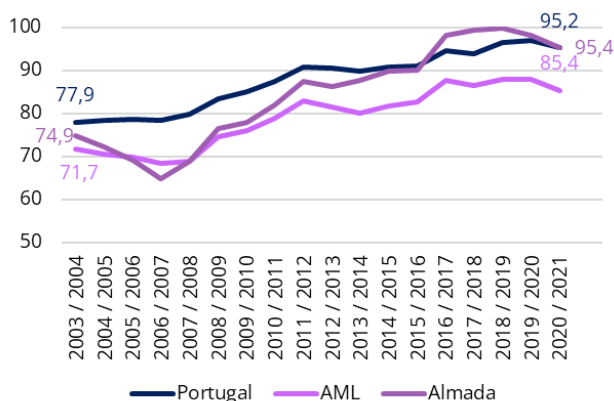
Fonte: INE

Em síntese, é de relevar a importância do setor privado no concelho, estando representado em todos os níveis de ensino, com exceção do pós-secundário.

As dinâmicas observadas ao nível da procura registada pelos vários níveis de ensino têm expressão nas taxas brutas de escolarização.

Neste âmbito, destaque-se o desempenho positivo de Almada no incremento da taxa bruta de pré-escolarização. Em termos comparativos, em 2006/2007, o valor do concelho era inferior ao nacional e ao da AML. Porém, o incremento observado desde então fez com a taxa bruta de escolarização neste nível de ensino, em 2020/2021, seja mais elevada que a da AML e próxima da nacional, atingindo os 95,4%, face aos 85,4% e 95,2% das outras duas unidades territoriais em análise, respetivamente.

FIGURA 41 – EVOLUÇÃO DA TAXA BRUTA DE PRÉ-ESCOLARIZAÇÃO (%), VÁRIOS ANOS

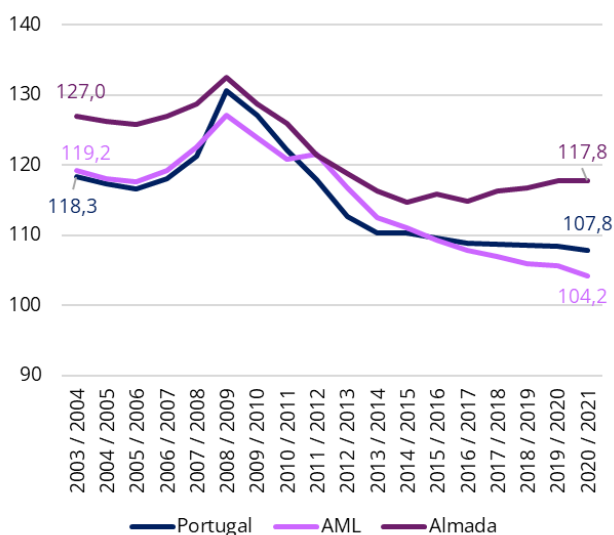


Fonte: INE

A taxa bruta de escolarização no ensino básico agregada (1.º, 2.º e 3.º ciclos) manteve-se sempre superior a 100%, o que indica que todas as crianças da área territorial em questão estão inscritas nos estabelecimentos de ensino básico.

A tendência de descida acentuada a partir de 2008/2009 reflete a diminuição das inscrições de crianças com residência fora do concelho.

FIGURA 42 – EVOLUÇÃO DA TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO NO ENSINO BÁSICO (%), VÁRIOS ANOS

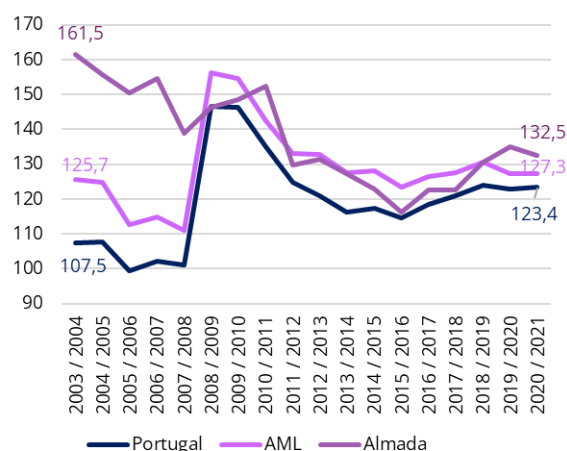


Fonte: INE

No que diz respeito à taxa bruta de escolarização no ensino secundário, Almada apresentava sistematicamente valores mais elevados aos observados ao nível nacional e próximos da média da AML, situando-se sempre acima dos 100%, embora com tendência de decréscimo.

Estes valores refletem, sobretudo, a elevada atratividade que os estabelecimentos educativos com este nível de ensino exercem sobre as crianças/alunos residentes noutros concelhos.

**FIGURA 43 – EVOLUÇÃO DA TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO NO ENSINO SECUNDÁRIO (%), VÁRIOS ANOS**

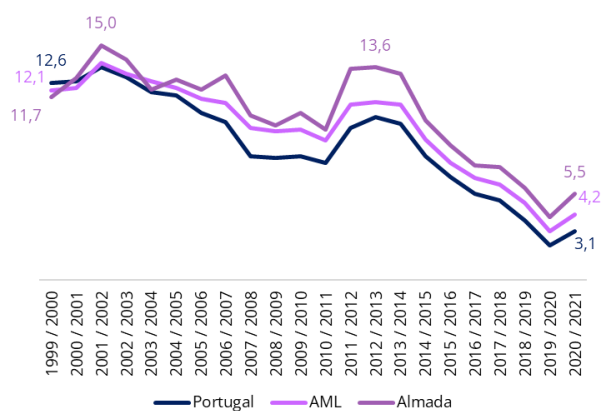


Fonte: INE

Em matéria de aproveitamento e abandono escolar no ensino básico, verificam-se trajetórias semelhantes nas unidades territoriais em comparação, com uma tendência de decréscimo dos alunos retidos no ensino básico, ainda que seja notório um aumento em 2020/2021.

Ainda assim, destaque-se que o valor observado para Almada está permanentemente acima do valor nacional e da AML, o que pode indiciar a presença de desafios acrescidos na comunidade escolar concelhia nesta matéria e que terão de merecer uma intervenção mais robusta e orientada.

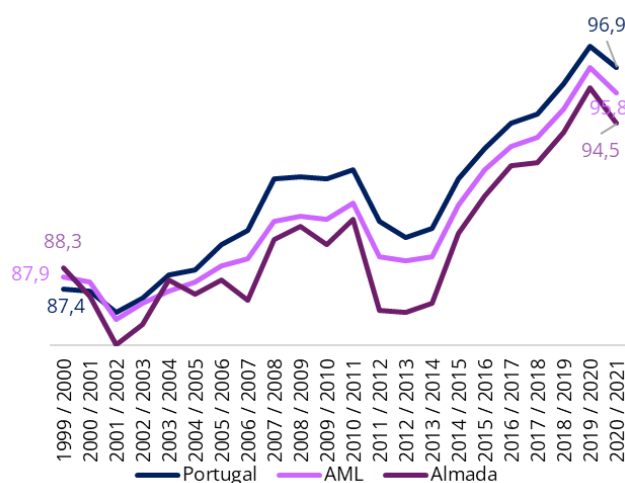
**FIGURA 44 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA NO ENSINO BÁSICO (%), VÁRIOS ANOS**



Fonte: INE

Finalmente, relativamente às taxas de transição e conclusão do ensino básico e ensino secundário, evidencia-se uma tendência de melhoria para todos os níveis de ensino, transversais às 3 unidades territoriais em análise, com ligeira inversão no último ano letivo disponível.

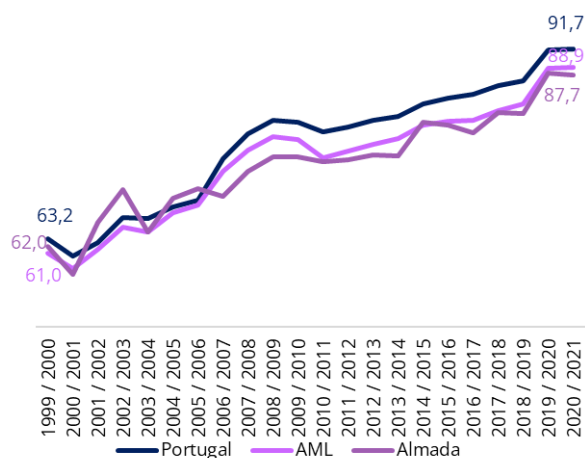
FIGURA 45 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE TRANSIÇÃO E CONCLUSÃO NO ENSINO BÁSICO (%), VÁRIOS ANOS



Fonte: INE

Ainda assim, as taxas de transição e conclusão do ensino básico e do ensino secundário em Almada foram, em 2020/2021, as mais baixas das unidades em análise (AML e Portugal).

FIGURA 46 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE TRANSIÇÃO E CONCLUSÃO NO ENSINO SECUNDÁRIO (%), VÁRIOS ANOS



Fonte: INE

### 3.7. TERRITÓRIOS EDUCATIVOS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA

Os Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) contemplam agrupamentos de escolas que se situam em áreas económica e socialmente instáveis, que se manifestam pela pobreza e exclusão social e onde, consequentemente, o insucesso e o abandono escolar são frequentes. Em Almada, existem 4 agrupamentos com este enquadramento.

**QUADRO 18 – ÁREAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA, EIXOS DE ATUAÇÃO E OBJETIVOS GERAIS DOS TEIP**

Agrupamentos TEIP	Áreas de Intervenção Prioritárias	Eixos	Objetivos gerais
Agrupamento de Escolas da Caparica	Sucesso escolar dos alunos do Agrupamento;		Melhorar o sucesso escolar dos alunos do Agrupamento;
Agrupamento de Escolas da Trafaria	Prevenção do Absentismo e do Abandono;		Diversificar metodologias de ensino e implementar novos paradigmas;
Agrupamento de Escolas do Monte de Caparica	Intervenção com alunos e famílias em situação de risco psicossocial;	Eixo 1 - Cultura de escola e lideranças pedagógicas;	Fomentar o sentimento de pertença à organização escolar e a presença na escola;
Agrupamento de Escolas Miradouro de Alfazina	Melhoria dos mecanismos e canais de comunicação no âmbito da comunidade educativa;	Eixo 2 - Gestão curricular;	Promover a melhoria do clima de escola e das relações sociais, combatendo a indisciplina e as incivildades;
	Reforçar os laços institucionais com a Autarquia, Empresas, IPSS's, Centro de Saúde, Associações e outros parceiros sociais.	Eixo 3 - Parcerias e comunidade.	Reforçar a ligação das escolas com as famílias;  Estabelecer redes de trabalho colaborativo com a Comunidade e Parcerias.

Fonte: Inquérito CEDRU, Relatórios Projeto TEIP, Projeto Educativo, Plano Plurianual de Melhoria de cada agrupamento (2018-2022)

Como áreas de intervenção prioritárias destacam-se o sucesso escolar e a prevenção do abandono escolar, melhorar a relação com as famílias e os alunos em situação de risco, mas também reforçar as relações com a comunidade escolar. Neste quadro, os objetivos gerais destes agrupamentos focam-se na diversificação de metodologias de ensino com vista à melhoria do sucesso escolar, fomentar o sentimento de pertença na comunidade escolar como forma de combater o absentismo e a indisciplina bem como reforçar a ligação entre a escola e a família com a finalidade de combater a vulnerabilidade socioeconómica especialmente marcada nestes territórios e onde não existem os meios suficientes para melhorar as condições de vida.

A comunidade escolar, surge assim como um intermediário imprescindível para a mudança de comportamentos, para o combate à pobreza e exclusão social.

**QUADRO 19 – TAXAS DE INSUCESSO ESCOLAR (%), POR AGRUPAMENTO E NÍVEL DE ENSINO**

<b>Agrupamento/ Nível de ensino</b>	<b>Verificado</b>	<b>Esperado/ Meta</b>
<b>Agrupamento de Escolas da Caparica</b>		
	<b>2021/2022</b>	<b>2021/2022</b>
1º ciclo	1,2	2,65
2º ciclo	1,5	4,5
3º ciclo	5	10
Secundário	18,9	14
<b>Agrupamento de Escolas da Trafaria</b>		
	<b>2020/2021</b>	<b>2020/2021</b>
1º ciclo	3,2	2,7
2º ciclo	6,9	6,5
3º ciclo	25,9	15,9
<b>Agrupamento de Escolas Miradouro de Alfazina</b>		
	<b>2021/2022</b>	<b>2021/2022</b>
1º ciclo	7	7
2º ciclo	21	21
3º ciclo	8	8
<b>Agrupamento de Escolas do Monte de Caparica</b>		
	<b>2018/2019</b>	<b>2023</b>
1º ciclo	4	3,6
2º ciclo	3	2,7
3º ciclo	9	8,1

Fonte: Inquérito CEDRU, Relatórios Projeto TEIP, Projeto Educativo, Plano Plurianual de Melhoria de cada agrupamento (2018-2022)

Efetuada uma análise a cada TEIP, ao nível do insucesso escolar, o Agrupamento de Escolas da Caparica apresentou resultados positivos em relação ao esperado do 1º ao 3º CEB. Por outro lado, no ensino secundário, os valores ficaram muito aquém da meta para 2021/2022, com 18% dos alunos com insucesso ao invés dos 14% esperados. Ao longo dos anos, o Agrupamento de Escolas da Caparica tem registado uma evolução positiva no âmbito do insucesso escolar, com maior descida no 2º ciclo - de 20% em 2014/2015 para 1,5% em 2021/2022.

No Agrupamento de Escolas da Trafaria, as taxas de insucesso escolares registaram valores acima da meta estabelecida para 2020/2021 em todos os níveis de ensino, com especial discrepância para o ensino secundário (25,9% verificado contra os 15,9% esperado). No Agrupamento de Escolas da Trafaria, a tendência ao longo dos anos é para a diminuição da taxa de insucesso, embora registre alguma flutuação.

Com base no inquérito desenvolvido, o Agrupamento de Miradouro de Alfazina, cumpriu a sua meta em todos os ciclos de ensino no ano letivo 2021/2022. Em 2019/2020 foi registada uma elevada subida face ao ano letivo anterior em todos os níveis de ensino, possivelmente provocada em grande medida pela Pandemia Covid-19 e pela falta de aulas em modo presencial. No ano letivo seguinte, os valores não apresentaram uma descida relevante e ficaram aquém dos valores de meta em todos os níveis de ensino.

Entre 2012/2013 e 2018/2019, o Agrupamento de Escolas do Monte de Caparica seguiu uma tendência de diminuição da taxa de insucesso, em especial no 3º ciclo - de 23% para 9%. No 2º ciclo, verifica-se ainda uma diminuição notável - de 10% para 3%. Para 2023 é estabelecida uma meta de diminuição de 10% da taxa em cada nível de ensino.

**QUADRO 20 – TAXAS DE ABANDONO ESCOLAR (%), POR AGRUPAMENTO E NÍVEL DE ENSINO**

<b>Agrupamento/Nível de ensino</b>	<b>Verificado</b>	<b>Esperado/ Meta</b>
<b>Agrupamento de Escolas da Caparica</b>	<b>2021/2022</b>	<b>2021/2022</b>
1º ciclo	0	0,06
2º ciclo	0,3	0,45
3º ciclo	0	1,4
Secundário	0	0,48
<b>Agrupamento de Escolas da Trafaria</b>	<b>2020/2021</b>	<b>2020/2021</b>
1º ciclo	0	0,4
2º ciclo	0,87	0,8
3º ciclo	0	0,6
<b>Agrupamento de Escolas Miradouro de Alfazina</b>	<b>2020/2021</b>	<b>2020/2021</b>
1º ciclo	1	1
2º ciclo	1,63	0
3º ciclo	0,65	0
<b>Agrupamento de Escolas do Monte de Caparica</b>	<b>2018/2019</b>	<b>2023</b>
1º ciclo	1,1	0,99
2º/3º ciclo	1,2	1,08

Fonte: Inquérito CEDRU, Relatórios Projeto TEIP, Projeto Educativo, Plano Plurianual de Melhoria de cada agrupamento (2018-2022)

Nos quatro agrupamentos TEIP, a taxa de abandono escolar regista valores muito reduzidos, abaixo dos 1,63% entre 2018 e 2022. Esta taxa tem vindo a diminuir ao longo dos anos, sinal de que as medidas criadas no âmbito do sentimento de pertença à escola e do combate ao abandono escolar, têm surtido efeitos positivos.

O Agrupamento de Escolas da Caparica e da Trafaria cumpriram a sua meta em todos os níveis de ensino. Por outro lado, o Agrupamento de Escolas Miradouro de Alfazina apenas cumpriu a sua meta no 1º ciclo em 2020/2021. No 2º e 3º ciclo, a meta de 0% não foi atingida. Este Agrupamento apresenta desafios muito significativos no que concerne ao insucesso escolar sobretudo em função do perfil de alunos que o frequenta.

Quanto ao Agrupamento de Escolas do Monte de Caparica, a meta estipulada de uma diminuição de 10% para 2023 da taxa não é possível conferir se foi cumprida uma vez que, à data da realização deste instrumento, o ano letivo ainda não tinha terminado.



(página propositadamente deixada em branco)

## 4. CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA OFERTA

### 4.1. INTRODUÇÃO

No concelho de Almada, a oferta educativa é providenciada por 75 equipamentos escolares que compõem a rede pública e formalizam os 13 Agrupamentos de Escolas e as duas Escolas Secundárias Não Agrupadas existentes no concelho.

**QUADRO 21 – EQUIPAMENTOS ESCOLARES QUE DISPONIBILIZAM ENSINO PRÉ-ESCOLAR**

Agrupamento de Escolas	Equipamento escolar
Anselmo de Andrade	Escola Básica Feliciano Oleiro
	Escola Básica do Pragal
António Gedeão	Escola Básica N.º 1 Cova da Piedade
	Escola Básica N.º 2 da Cova da Piedade
	Escola Básica Laranjeiro n.º 3
	Escola Básica do Alfeite
Carlos Gargaté	Escola Básica Louro Artur
	Escola Básica Sta. Maria
Caparica	Jardim de Infância da Escola Básica José Cardoso Pires
	Jardim de Infância da Escola Básica Vila Nova da Caparica
	Jardim de Infância da Escola Básica 2 da Costa da Caparica
Trafaria	Escola Básica n.º1 da Trafaria
	Escola Básica Cremilde Castro e Norvinda Silva
	Escola Básica n.º3 da Trafaria
Daniel Sampaio	Jardim de infância Vale Rosal
	Escola Básica Presidente Maria Emília
	Jardim de Infância de Marco Cabaço
Monte de Caparica	Escola Básica n.º3 Monte de Caparica
	Escola Básica do Monte de Caparica n.º1
	Escola Básica Fonte Santa
	Escola Básica Rogério Ribeiro
Elias Garcia	Jardim de Infância da Sobreda
	Escola Básica Miquelina Pombo
Emídio Navarro	Escola Básica de Almada
	Escola Básica D. António da Costa
	Escola Básica Cova da Piedade
	Escola Básica Cataventos da Paz
	Jardim de Infância de Almada
Francisco Simões	Jardim de Infância Chegadinho
	Jardim de Infância Maria Rosa Colaço
	Jardim de Infância do Feijó
Miradouro de Alfazina	Escola Básica Maria Adelaide Silva

Agrupamento de Escolas	Equipamento escolar
	Escola Básica Miradouro de Alfazina
Prof. Ruy Luís Gomes	Escola Básica nº 1 do Alfeite
	Escola Básica Alexandre Castanheira
	Escola Básica nº 1 do Laranjeiro
Romeu Correia	Escola Básica Vale Flores - JI
	Escola Básica Feijó nº 1 - JI

**QUADRO 22 – EQUIPAMENTOS ESCOLARES QUE DISPONIBILIZAM 1º CEB**

Agrupamento de Escolas	Equipamento escolar
Anselmo de Andrade	Escola Básica do Pragal
	Escola Básica Feliciano Oleiro
António Gedeão	Escola Básica 1 Cova da Piedade nº1
	Escola Básica 1 Cova da Piedade nº2
	Escola Básica Laranjeiro nº 3
	Escola Básica do Alfeite
Carlos Gargaté	Escola Básica Louro Artur
	Escola Básica de Santa Maria
Caparica	Escola Básica José Cardoso Pires
	Escola Básica de Vila Nova da Caparica
	Escola Básica n.º 2 da Costa da Caparica
Trafaria	Escola Básica nº 3 da Trafaria
	Escola Básica nº 1 da Trafaria
	Escola Básica Cremilde Castro e Norvinda Silva
Daniel Sampaio	Escola Básica Presidente Maria Emília
	Escola Básica de Marco Cabaço
	Escola Básica de Vale Rosal
	Escola Básica Vale Figueira nº2
Monte de Caparica	Escola Básica nº3 do Monte de Caparica
	Escola Básica Fonte Santa
	Escola Básica do Monte de Caparica nº1
	Escola Básica Rogério Ribeiro
Elias Garcia	Escola Básica Miquelina Pombo
	Escola Básica Elias Garcia
Emídio Navarro	Escola Básica Almada
	Escola Básica D. António da Costa
	Escola Básica Cova da Piedade
	Escola Básica Cataventos da Paz
	Escola Básica n.º 3 da Cova da Piedade
Francisco Simões	Escola Básica Chegadinho

Agrupamento de Escolas	Equipamento escolar
	Escola Básica Maria Rosa Colaço
Miradouro de Alfazina	Escola Básica Maria Adelaide Silva
	Escola Básica Miradouro de Alfazina
Professor Ruy Luís Gomes	Escola Básica nº 1 do Alfeite
	Escola Básica Alexandre Castanheira
	Escola nº 1 do Laranjeiro
Romeu Correia	Escola Básica de Vale Flores
	Escola Básica Feijó nº 1
	Escola Básica Feijó nº 2
	Escola Básica da Alebrança

**QUADRO 23 – LISTA DE EQUIPAMENTOS ESCOLARES QUE DISPONIBILIZAM 2ºCEB, 3ºCEB E/OU ENSINO SECUNDÁRIO**

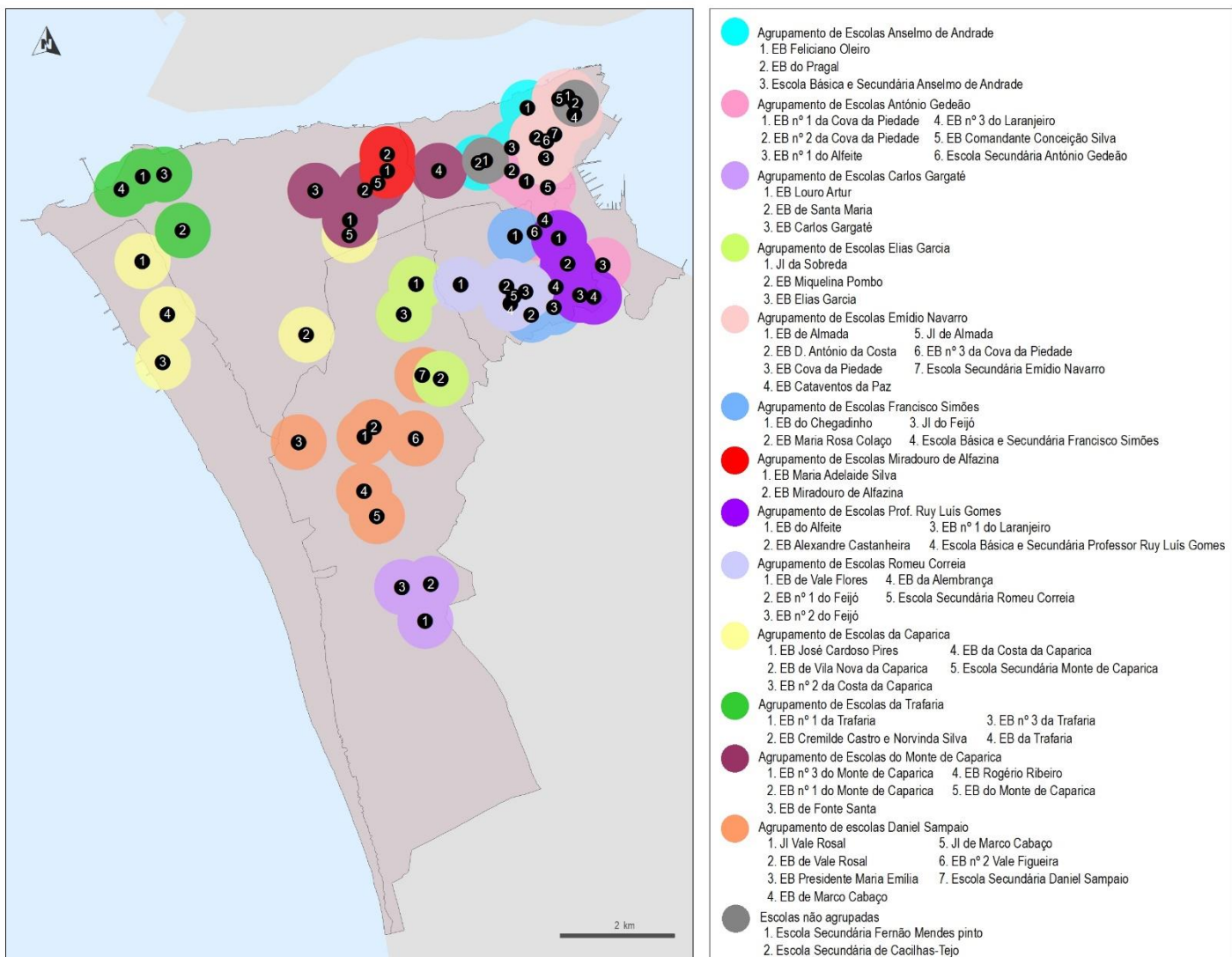
Agrup. de Escolas/Escola Secundária Não agrupada	Equipamento escolar
Agrupamento de Escolas Anselmo de Andrade	Escola Básica e Secundária Anselmo de Andrade
Agrupamento de Escolas António Gedeão	Escola Básica Comandante Conceição e Silva
	Escola Secundária António Gedeão
Agrupamento de Escolas Carlos Gargaté	Escola Básica Carlos Gargaté
Agrupamento de Escolas da Caparica	Escola Básica da Costa da Caparica
	Escola Básica e Secundária do Monte de Caparica
Agrupamento de Escolas da Trafaria	Escola Básica da Trafaria
Agrupamento de Escolas Daniel Sampaio	Escola Básica Vale Rosal
	Escola Secundária Daniel Sampaio
Agrupamento de Escolas do Monte de Caparica	Escola Básica do Monte de Caparica
Agrupamento de Escolas Elias Garcia	Escola Básica Elias Garcia
Agrupamento de Escolas Emídio Navarro	Escola Básica D. António da Costa
	Escola Secundária Emídio Navarro
Agrupamento de Escolas Francisco Simões	Escola Básica e Secundária Francisco Simões
Agrupamento de Escolas Miradouro de Alfazina	Escola Básica Miradouro Alfazina
Agrupamento de Escolas Professor Ruy Luís Gomes	Escola Básica e Secundária Professor Ruy Luís Gomes
Agrupamento de Escolas Romeu Correia	Escola Básica do 2º e 3º Ciclos da Alebrança
	Escola Secundária Romeu Correia
Escola Secundária de Cacilhas-Tejo	Escola Secundária de Cacilhas-Tejo
Escola Secundária Fernão Mendes Pinto, Pragal	Escola Secundária Fernão Mendes Pinto, Pragal

Atendendo à distribuição destes equipamentos, existe uma repartição relativamente homogénea ao nível do pré-escolar e do 1ºCEB, com uma cobertura de todas as freguesias de pelo menos 2 equipamentos escolares, o que não se verifica nos restantes níveis de ensino.

No caso dos 2º e 3º CEB e ensino secundário, existem 20 equipamentos da rede pública que disponibilizam estes níveis de ensino. Destes, 14 disponibilizam o 2ºCEB, 18 disponibilizam o 3ºCEB e 10 disponibilizam o ensino secundário. Destaca-se, a Freguesia da Costa da Caparica que, embora possua 1 equipamento de 2º

e 3ºCEB (EB2/3 da Costa da Caparica), não beneficia de nenhum estabelecimento de ensino secundário no seu território.

FIGURA 47 – LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS DOS CONCELHOS



Através do processo de inquirição realizado a todos os equipamentos educativos da rede pública, incluindo alguns pertencentes à rede privada e solidária, obtiveram-se análises com um elevado grau de especificidade, cujas informações contribuíram para o desenvolvimento de um diagnóstico aprofundado, quer ao nível da oferta (caracterização dos equipamentos), da procura e do funcionamento dos equipamentos e respetivos recursos humanos. Este diagnóstico potenciou, simultaneamente, a identificação de possíveis sinergias, bem como constrangimentos, associados às diversas dimensões da análise. A informação que se apresenta seguidamente, resulta em larga medida de sínteses de análise. Em volume autónomo (Anexos) podem ser consultadas todas as informações recolhidas no processo de inquirição, por estabelecimento educativo e nível de ensino.

Este exercício foi resultado da disponibilidade e colaboração de todas as partes envolvidas neste processo, nomeadamente da direção dos Agrupamentos de Escolas e das Escolas Secundárias Não Agrupadas e dos coordenadores e diretores das várias escolas (de domínio público, privado e solidário). Neste quadro, os dados apresentados refletem a situação efetivamente verificada na rede escolar do concelho de Almada, permitindo analisar e identificar oportunidades e constrangimentos, visando otimizar o seu funcionamento e responder aos desafios futuros.

## 4.2. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR – REDE PÚBLICA

### 4.2.1. Equipamentos

Atendendo única e exclusivamente aos equipamentos educativos da rede pública, o ensino pré-escolar é disponibilizado por 38 equipamentos, no concelho de Almada. Destes, 22 partilham as suas instalações com outros níveis de ensino, nomeadamente o 1ºCEB. Este fenómeno constituiu um fator positivo ao nível da eficiência dos recursos proporcionando, adicionalmente, uma transição do pré-escolar para o 1ºCEB mais fácil, para as crianças.

Relativamente ao ano de construção inicial destes equipamentos, 13 foram construídos anteriormente a 1970, 11 entre 1970 e 1999, e 14 desde 2000. Assim, os estabelecimentos do pré-escolar de Almada espelham uma elevada heterogeneidade quanto à idade do seu edificado, assim como as necessidades daí decorrentes. Não obstante, importa acrescentar que 13 destas escolas já foram alvo de obras ou de ampliação do seu espaço/capacidade, ou da construção integral de novos edifícios após a sua construção inicial. Deste modo, existem diferentes necessidades não só interescolares, como também intraescolares. Foi com o intuito de colmatar estas assimetrias que desde 2000, tiveram lugar 21 obras de reabilitação/intervenção em vários dos equipamentos, sendo que as últimas ocorreram em 2021, nas EB Maria Adelaide Silva e Miradouro de Alfazina.

No sentido oposto, importa referenciar algumas escolas, como o JI de Almada (1950) e o JI da EB Fonte Santa (1969) que, desde a sua construção inicial, ainda não foram alvo de qualquer intervenção profunda.

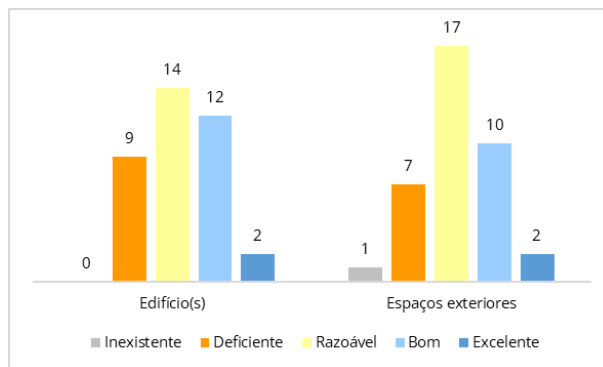
Somente o JI da EB de Alfeite e o JI do Feijó não se situam em edifícios com uso exclusivamente educativo, na medida em que o JI da EB de Alfeite partilha as instalações com um gabinete de coordenação e o JI do Feijó se situa no piso térreo de um prédio. Os restantes 36 equipamentos apresentam um uso exclusivamente educativo, encontrando-se por isso, equipadas para este fim.

Importa sublinhar que o JI Maria Rosa Colaço foi excluído da avaliação do edificado, dado que à data da redação do presente instrumento (primeiro trimestre de 2023), se encontrava encerrado por motivo de obras de requalificação.

O estado de conservação dos equipamentos de pré-escolar apresenta ténues dissonâncias entre o edificado e os respetivos espaços exteriores.

Ao passo que o estado de conservação do edificado foi comumente classificado como “Razoável” (14), “Bom” (12) e “Deficiente” (com 9), os espaços exteriores encontravam-se em “Razoável” (17), “Bom” (10) e “Deficiente” (7) estados de conservação.

**FIGURA 48 – AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS EDIFÍCIOS E ESPAÇOS EXTERIORES DOS EQUIPAMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR**

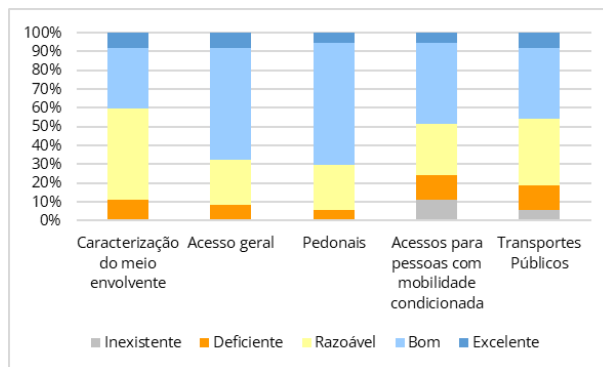


Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

De um modo geral, os acessos são classificados como bons ou muito bons em mais de 60% dos equipamentos, ainda que os acessos para pessoas com mobilidade condicionada e os acessos a transportes públicos se encontrem, efetivamente, com avaliações menos positivas.

No caso dos primeiros acabam mesmo por ser inexistentes em 10% dos equipamentos do pré-escolar.

**FIGURA 49 – AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS ACESSOS DOS EQUIPAMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR**



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)



Relativamente ao edificado, existe uma diferença assinalável entre os elementos exteriores e interiores, quer pela sua utilização, quer pela sua exposição a outros elementos (como o clima).

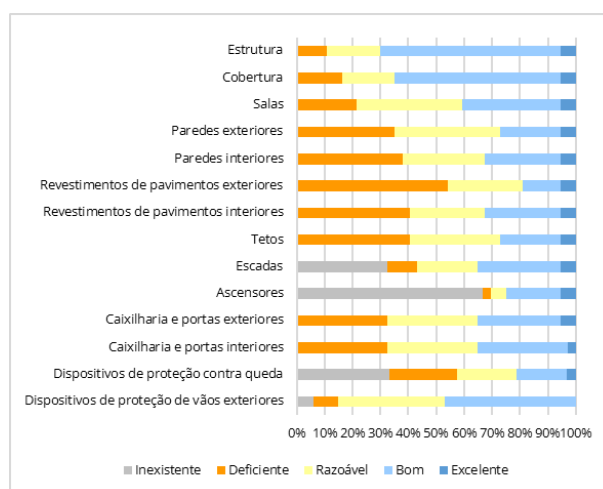
Entre as componentes mais deficitárias nos equipamentos do pré-escolar, destacam-se os revestimentos dos pavimentos (exteriores e interiores), as paredes (exteriores e interiores), os tetos e as caixilharias e portas (interiores e exteriores).

No sentido oposto, as estruturas e coberturas apresentam um bom estado de conservação em mais de 60% destes equipamentos.

Os espaços de apoio, por sua vez, revelam algumas assimetrias entre a dotação dos equipamentos, na medida em que existem equipamentos como o JI do Feijó, que não dispõem de sala polivalente, recreio coberto, parque infantil e campo de jogos.

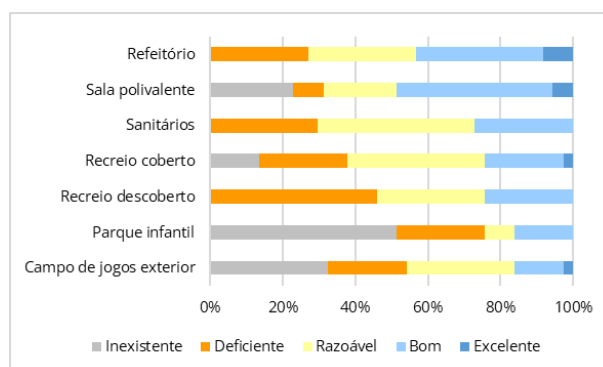
Os sanitários e os recreios descobertos constituem ainda os elementos com piores estados de conservação, sendo avaliados como em estado “deficiente” em cerca de 30% e 45% dos equipamentos, respetivamente.

**FIGURA 50 – AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DOS EQUIPAMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR**



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

**FIGURA 51 – AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS DE APOIO DOS EQUIPAMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR.**



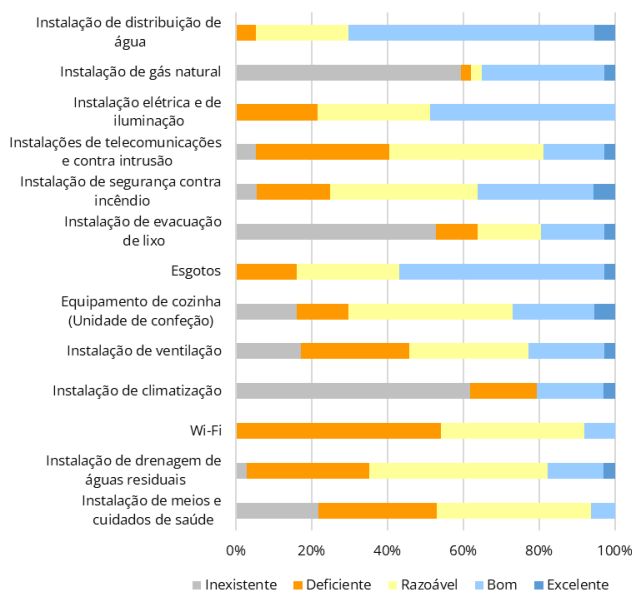
Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

No caso das instalações e redes, os elementos menos frequentes são as instalações de climatização, instalações de gás natural e instalações de meios e cuidados de saúde.

Paralelamente, os elementos em estado mais deficitário são as instalações de Wi-Fi, de climatização e de drenagem de águas residuais.

Consequentemente, cerca de 80% dos estabelecimentos do pré-escolar de Almada, ou não possuem sistemas de climatização ou estes encontram-se em estado deficitário.

FIGURA 52 – AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS REDES E INSTALAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

Ao nível do consumo energético nos últimos 3 anos, 28 equipamentos não registaram grandes alterações, 7 observaram uma evolução negativa (aumento do consumo) e 3 manifestaram uma redução do consumo, ainda que destas, somente o JI da EB nº1 do Laranjeiro tenha adotado medidas específicas de aumento da eficiência energética.

Em síntese, as diferenças identificadas ao nível das apreciações realizadas pelos vários responsáveis concorrem para os constrangimentos sinalizados, que apontam para a necessidade de algumas intervenções, especialmente nos edifícios mais antigos. Entre as necessidades apontadas sublinham-se:

- Atendendo às observações do edificado: as necessidades de intervenção para responder às infiltrações, degradação das pinturas e dos pavimentos, remodelações dos sanitários e dos sistemas de esgotos e canalizações. Em menor número, mas ainda relevantes, a instalação e reparação dos sistemas de climatização, a construção de salas, as requalificações das cozinhas e refeitórios e a substituição de portas e caixilharias. De forma mais transversal, alguns dos equipamentos apontaram a necessidade da realização de manutenções e até mesmo intervenções transversais a todo o edificado.
- Relativamente aos espaços exteriores: grande pressão para a remodelação/requalificação dos pavimentos exteriores, degradados pela sua vetustez e exposição aos elementos naturais. Igualmente relevante, foi apontada a necessidade de requalificação/construção de parques infantis, campos de jogos e coberturas, já que uma parte dos equipamentos não possui espaços cobertos no recreio. Em alguns equipamentos surgem necessidades de aumentar e qualificar os espaços verdes, quer pelo aumento do número de árvores, quer pela implementação de espaços destinados a hortas. De um modo geral, existe uma preocupação para com o aumento das condições de segurança.

Ficam evidenciadas apreciações com um certo grau de diferenciação, o que merece ponderação sobre a necessidades de melhoria infraestrutural tendo em vista o reequilíbrio e equidade das condições oferecidas nos vários equipamentos do concelho, ao nível do pré-escolar.

#### 4.2.2. Espaços, Serviços e Recursos Humanos

Nos 38 equipamentos do pré-escolar do concelho de Almada, existe um total de 102 salas com condições para a componente letiva, das quais 99 se encontram ocupadas com turma. Ainda que atualmente exista um “excedente” global de 3 salas, a concentração populacional em determinadas áreas do concelho, assim como as crescentes necessidades dos equipamentos para enriquecimento da dimensão educativa traduzem-se numa carência de 24 salas, com várias finalidades, nomeadamente: salas de aula; salas para Atividades de Apoio à Família (AAAF); e salas polivalentes, que dotem os respetivos equipamentos de espaços de dinamização e criação de projetos.

Entre os equipamentos com maiores carências de salas destacam-se os JI da EB do Pragal (4), o JI Maria Rosa Colaço (3), o JI da EB Presidente Maria Emília e o JI da EB nº1 de Alfeite (ambas com carência de 2 salas de aula).

Importa também sublinhar que todos os estabelecimentos do pré-escolar de Almada beneficiam de serviço de refeições, quer por unidades de confeção de refeições própria (28), com (1) e sem (27) confeção para o exterior, quer por unidades de confeção de refeições externa (10). A maior parte dos estabelecimentos encontra-se equipada com unidade de confeção de refeições própria, o que revela preocupação com a qualidade da alimentação das crianças.

Atendendo às necessidades educativas e aos apoios disponibilizados pelos equipamentos escolares, à exceção dos JI das EB nº2 da Cova da Piedade, EB Sta. Maria, EB nº1 da Trafaria, EB Cremilde Castro e Norvinda Silva e EB Fonte Santa, todos os equipamentos possuem alunos com necessidades educativas especiais (NEE) ainda que apenas 30 escolas se encontrem adaptadas a estas necessidades. Tal como determinado pela legislação dedicada à educação inclusiva (Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro e Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho), esta prioridade política veio “concretizar o direito de cada aluno a uma educação inclusiva que responda às suas potencialidades, expectativas e necessidades no âmbito de um projeto educativo comum e plural que proporcione a todos a participação e o sentido de pertença em efetivas condições de equidade, contribuindo assim, decisivamente, para maiores níveis de coesão social.”

Assim, neste nível de educação, as necessidades educativas dos alunos do concelho de Almada são cobertas nos seguintes equipamentos:

- Educação de alunos cegos e com baixa visão – EB nº3 do Laranjeiro;
- Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo – EB nº3 do Laranjeiro; JI Vale Rosal; EB de Almada; EB D. António da Costa; EB Cataventos da Paz;
- Unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita - EB Feliciano Oleiro; EB nº3 do Laranjeiro; EB Louro Artur; EB Miquelina Pombo; EB Miradouro de Alfazina;
- Intervenção precoce na infância - EB nº3 do Laranjeiro; JI Vale Rosal; JI de Marco Cabaço; EB nº3 Monte de Caparica; EB nº1 do Monte de Caparica; EB Rogério Ribeiro; EB D. António da Costa.

Com a exceção do JI da EB Feliciano Oleiro, todos os equipamentos do pré-escolar dispõem de Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), antes e depois da componente letiva, sendo que as taxas de participação destas atividades são, respetivamente, 49,3% e 73,3%.

Em matéria de recursos humanos, no ano letivo de 2022/2023 foi identificado um total de 312 pessoas afetas à atividade dos 38 equipamentos da rede pública do pré-escolar em Almada. 212 pertencentes aos quadros e 100 com outro vínculo contratual.

Atendendo à sua função, os profissionais em maior número correspondiam aos assistentes operacionais (112), seguidos pelos educadores de infância (105), recursos humanos de outra natureza (83) e assistentes técnicos (12). Os recursos humanos de outra natureza destacam-se pela particularidade de 74,7% dos profissionais possuírem outro vínculo contratual, face a percentagens relativamente mais reduzidas dos restantes profissionais.

### 4.3. 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO - REDE PÚBLICA

#### 4.3.1. Equipamentos

Atendendo única e exclusivamente aos equipamentos escolares da rede pública, o ensino do 1ºCEB é disponibilizado por 40 escolas, no concelho de Almada. Destas, 24 partilham as suas instalações com outros níveis de ensino, nomeadamente o pré-escolar (22) e os 2º e 3º CEB (2). Este fenómeno constituiu um fator positivo ao nível da eficiência dos recursos, proporcionando adicionalmente, uma transição entre os vários níveis de ensino mais fácil, para as crianças/os alunos. A oferta deste nível de ensino é disponibilizada em regime normal por todos os equipamentos, à exceção da EB do Pragal, que opera em regime duplo, com 4 turmas de manhã e 4 de tarde.

Relativamente ao ano de construção inicial destes equipamentos, 13 foram construídos anteriormente a 1970, 16 entre 1970 e 1999, e 11 desde 2000a. Consequentemente, os estabelecimentos do 1ºCEB de Almada espelham uma elevada heterogeneidade quanto à idade do seu edificado, assim como as necessidades daí decorrentes. Não obstante, importa acrescentar que 19 destas escolas já foram alvo de obras, ou de ampliação do seu espaço/capacidade, ou da construção integral de novos edifícios após a sua construção inicial. Deste modo, existem diferentes necessidades não só interescolares, como também intraescolares. Foi com o intuito de colmatar estas assimetrias que desde 2000, tiveram lugar 26 obras de reabilitação/intervenção em vários dos equipamentos.

No sentido oposto, importa referenciar algumas escolas, como a EB nº2 de Feijó (1954) e a EB Fonte Santa (1969) que, desde a sua construção inicial, ainda não foram alvo de qualquer intervenção profunda.

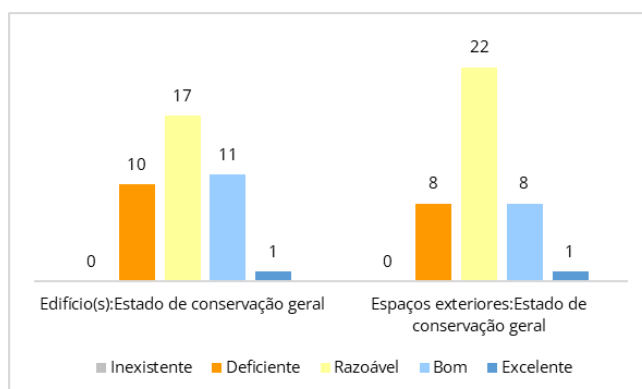
Todos os equipamentos apresentam um uso exclusivamente educativo, encontrando-se por isso, equipadas para este fim. Ainda assim, o edifício do refeitório da EB nº2 Vale da Figueira foi cedido pela CMA, funcionando paralelamente como associação de pais e CAF.

Importa sublinhar que, tal como ao nível do pré-escolar, a EB Maria Rosa Colaço foi excluída da avaliação do edificado, dado que à data da redação do presente instrumento (primeiro trimestre de 2023), se encontrava encerrada por motivo de obras de requalificação.

O estado de conservação das escolas apresenta ténues dissonâncias entre o edificado e os respetivos espaços exteriores.

Ao passo que o estado de conservação do edificado foi comumente classificado como “Razoável” (17), “Bom” (11) e “Deficiente” (10), os espaços exteriores encontravam-se em “Razoável” (22), “Bom” e “Deficiente” (com 8 cada) estados de conservação.

**FIGURA 53 – AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS EDIFÍCIOS E ESPAÇOS EXTERIORES DOS EQUIPAMENTOS DO 1ºCEB**

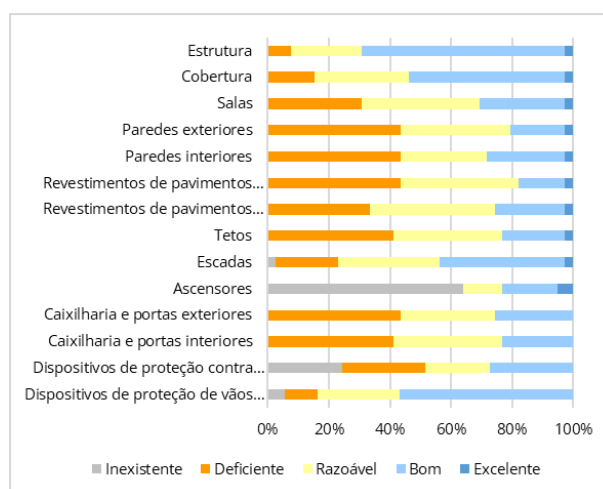


Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

Relativamente ao edificado, entre as componentes mais deficitárias nos equipamentos deste nível de ensino, destacam-se os revestimentos dos pavimentos (exteriores e interiores), as paredes (exteriores e interiores), os tetos e as caixilharias e portas (interiores e exteriores).

No sentido oposto, as estruturas e coberturas apresentam um bom estado de conservação em cerca de 70% e 55% dos equipamentos, respetivamente.

**FIGURA 54 – AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DOS EQUIPAMENTOS DO 1ºCEB**

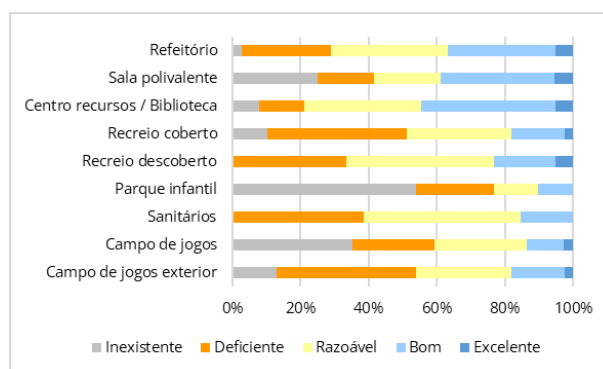


Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

Os espaços de apoio, por sua vez, revelam algumas assimetrias entre a dotação dos equipamentos, na medida em que existem escolas como a EB nº1 da Trafaria, que não dispõe de sala polivalente, biblioteca, recreio coberto, parque infantil e campo de jogos.

A inexistência de parque infantil (55%), campo de jogos (35%) e sala polivalente (25%) em parte dos equipamentos escolares poderá também constituir um fator de condicionamento à qualidade do ensino e às atividades complementares à sala de aula, nomeadamente lúdico-recreativas.

**FIGURA 55 – AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS DE APOIO DOS EQUIPAMENTOS DO 1ºCEB**



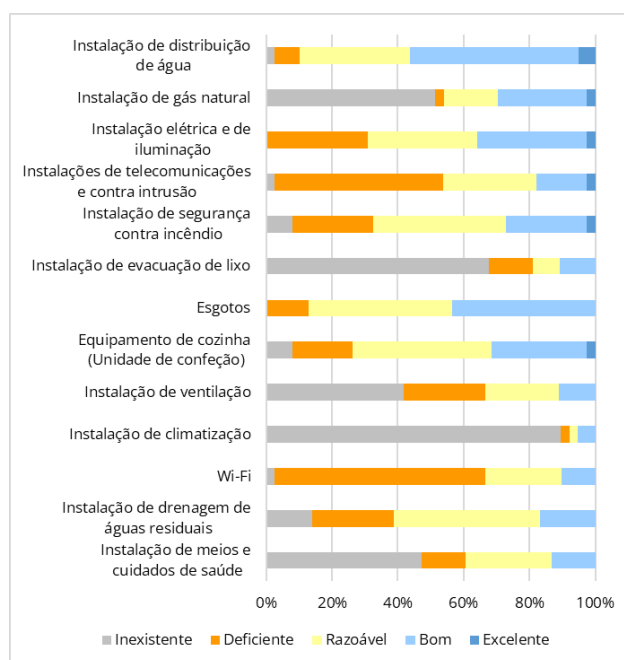
Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

Os espaços exteriores (de recreio e lazer) e sanitários constituem os elementos com piores estados de conservação, sendo avaliados como em estado “deficiente” em pelo menos 30% das escolas.

No caso das instalações e redes, os elementos menos frequentes são as instalações de climatização, instalações de gás natural, instalações de meios e cuidados de saúde e instalações de ventilação.

Paralelamente, os elementos em estado mais deficitário são as instalações de Wi-Fi, de telecomunicações e de iluminação. Consequentemente, mais de 90% dos estabelecimentos do 1ºCEB de Almada ou não possuem sistemas de climatização, ou estes encontram-se em estado deficitário.

FIGURA 56 – AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS REDES E INSTALAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS DO 1ºCEB



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

Ao nível do consumo energético nos últimos 3 anos, 29 equipamentos não registaram grandes alterações, 8 observaram uma evolução negativa (aumento do consumo) e 3 manifestaram uma redução do consumo, ainda que destas, somente a EB Marco Cabaço tenha adotado medidas específicas de aumento da eficiência energética, nomeadamente através da substituição das janelas, portas e caixilharias e da substituição do *blackout* das salas.

Em síntese, as diferenças identificadas ao nível das apreciações realizadas pelos vários responsáveis concorrem para os constrangimentos sinalizados, que apontam para a necessidade de algumas intervenções, especialmente nos edifícios mais antigos. Entre as necessidades apontadas sublinham-se:

- Atendendo às observações do edificado, existe alguma heterogeneidade entre os vários equipamentos em matéria de necessidades. Não obstante, há um destaque particular para os problemas com infiltrações, degradação das pinturas e dos pavimentos e substituição de portas e caixilharias. Ainda assim, embora com menor frequência, parte dos equipamentos sublinha as necessidades de remodelação dos pavimentos, sanitários e a construção de alguns espaços de apoio. Finalizando, de forma mais transversal, 11 dos equipamentos apontaram a necessidade da realização de manutenções e até mesmo intervenções transversais a todo o edificado.
- Relativamente aos espaços exteriores, existe uma grande pressão para a remodelação/requalificação dos pavimentos exteriores (degradados pela sua vetustez e exposição aos elementos naturais), para a construção de coberturas e para a remodelação/construção de equipamentos de recreio, já que uma parte dos equipamentos apenas possui um campo de jogos.

Foram efetuadas apreciações com um certo grau de diferenciação, o que merece ponderação sobre a necessidades de melhoria infraestrutural tendo em vista o reequilíbrio e equidade das condições oferecidas nos vários equipamentos do concelho, ao do 1ºCEB.

### 4.3.2. Espaços, Serviços e Recursos Humanos

Nos 40 equipamentos do 1ºCEB do concelho de Almada, existe um total de 311 salas com condições para a componente letiva, das quais 294 se encontram ocupadas com turma. Existe ainda um total de 31 salas de educação física e 11 de informática, tornando-se possível desde já, identificar algumas assimetrias entre a dotação dos vários equipamentos. À semelhança do pré-escolar, e devido a causas idênticas (dado que muitos dos equipamentos partilham instalações), embora existam 17 salas “desocupadas”, manifestou-se uma carência de 28 salas, distribuídas por várias escolas. Os espaços em falta destinam-se: a salas de aula; salas para ATL; salas para o desenvolvimento de CAF; salas para apoio educativo e apoio educativo especial; bibliotecas; ginásios; e espaços para associações de pais e gabinetes de coordenação.

Entre os equipamentos com maior carência de salas destacam-se as EB Elias Garcia (5) e EB nº2 da Costa da Caparica (3). Ainda assim, existem equipamentos como a EB Miquelina Pombo, que neste caso possui 10 salas com condições para o desenvolvimento da componente letiva, embora apenas 8 se encontrem ocupadas. A adaptação de uma das salas desocupadas para a componente informática dotaria este equipamento de um espaço singular, entre as várias escolas do 1ºCEB de Almada, importante para o desenvolvimento cognitivo das crianças.

À exceção das EB nº2 de Feijó e EB da Alembrança, todos os restantes estabelecimentos do 1ºCEB beneficiam de serviço de refeições, quer por unidades de confeção de refeições própria (32), com (2) e sem (30) confeção para o exterior, quer por unidades de confeção de refeições externa (6). Mais uma vez, a partilha de instalações com o pré-escolar constitui uma vantagem quanto à eficiência dos recursos e espaços de apoio, permitindo uma oferta alimentar de maior qualidade.

Atendendo às necessidades educativas e aos apoios disponibilizados pelos equipamentos escolares, à exceção das EB de Santa Maria e EB da Fonte Santa, todos os equipamentos possuem alunos com necessidades educativas especiais (NEE) ainda que apenas 30 escolas se encontrem adaptadas a estas necessidades.

Assim, as necessidades educativas dos alunos do concelho de Almada são cobertas pelos seguintes equipamentos:

- Educação de alunos cegos e com baixa visão - EB de Vale Flores; EB nº1 de Feijó;
- Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo - EB nº3 do Laranjeiro; EB de Vale Rosal; EB Rogério Ribeiro; EB D. António da Costa; EB Cataventos da Paz; EB Alexandre Castanheira;
- Unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita - EB Feliciano Oleiro; EB Louro Artur; EB Miquelina Pombo; EB Chegadinho; EB Alexandre Castanheira;
- Intervenção precoce na infância - EB nº3 do Laranjeiro; EB nº3 do Monte de Caparica; EB nº1 do Monte de Caparica; EB Rogério Ribeiro; EB D. António da Costa.

Todas as escolas dispõem de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e somente as EB nº 1 do Alfeite, EB Alexandre Castanheira e EB nº 1 do Laranjeiro não dispõem de Componente de Apoio à Família (CAF), sendo que as taxas de participação destas atividades são, respetivamente, 85,9% e 31,7%.

Em matéria de recursos humanos, no ano letivo de 2022/2023 foi identificado um total de 683 pessoas afetas à atividade dos 40 equipamentos da rede pública do 1ºCEB. 541 pertencentes aos quadros e 142 com outro vínculo contratual.

Atendendo à sua função, os profissionais em maior número correspondiam aos docentes (414), seguidos pelos assistentes operacionais (194), recursos humanos de outra natureza (59) e assistentes técnicos (16). Mais uma vez, os recursos humanos de outra natureza destacam-se por cerca de 71% dos profissionais possuírem outro vínculo contratual, face a percentagens relativamente mais reduzidas das restantes funções. Ainda assim, 84 docentes enfrentam esta situação contratual, o que se traduz em cerca de 20% do total de professores.

## 4.4. 2º e 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO E ENSINO SECUNDÁRIO - REDE PÚBLICA

### 4.4.1. Equipamentos

Tal como mencionado, o 2º e 3º CEB e ensino secundário são disponibilizados por 20 equipamentos. 14 disponibilizam o 2ºCEB, 18 disponibilizam o 3ºCEB e 10 disponibilizam o ensino secundário. Apenas as EB e Sec. Anselmo de Andrade, EB e Sec. do Monte de Caparica, EB e Sec. Francisco Simões e EB e Sec. Professor Ruy Luís Gomes disponibilizam os vários níveis de ensino em simultâneo.

Relativamente ao ano de construção inicial destes equipamentos, 2 foram construídos antes de 1970, 13 foram construídos entre 1970 e 1999 e 5 foram construídos após o ano 2000. Estas diferenças traduzem-se, naturalmente, em características e necessidades distintas, entre os vários equipamentos escolares. Não obstante, desde a sua construção inicial, 6 destas escolas já foram alvo de obras, ou de ampliação do seu espaço/capacidade, ou da construção integral de novos edifícios após a sua construção inicial. Desde 2020, 14 destes equipamentos foram alvo de obras de reabilitação/intervenção, 9 dos quais para remoção das coberturas de fibrocimento.

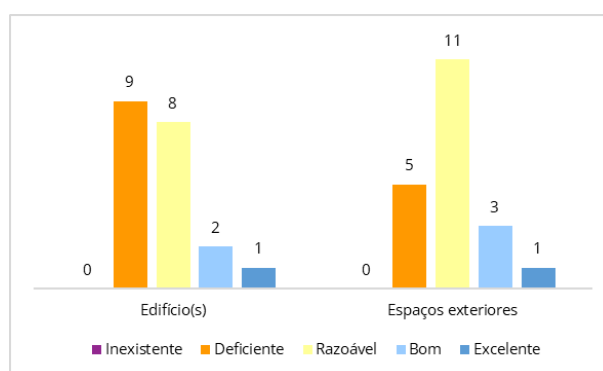
No sentido oposto, importa referenciar a EB da Caparica (1983) que, desde a sua construção inicial, ainda não foi alvo de qualquer intervenção profunda.

Ao nível da coexistência, 12 dos equipamentos escolares partilham espaços com a comunidade exterior, nomeadamente com clubes desportivos, Câmara Municipal de Almada, associações de pais, entre outras.

O estado de conservação das escolas apresenta ténues dissonâncias entre o edificado e os respetivos espaços exteriores.

Ao passo que o estado de conservação do edificado foi principalmente classificado como “Deficiente” (9) e “Razoável” (8), os espaços exteriores encontravam-se em “Razoável” (11), “Deficiente” (5) e “Bom” (3) estados de conservação.

**FIGURA 57 – AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS EDIFÍCIOS E ESPAÇOS EXTERIORES DOS EQUIPAMENTOS DO 2º/3ºCEB E ENSINO SECUNDÁRIO**

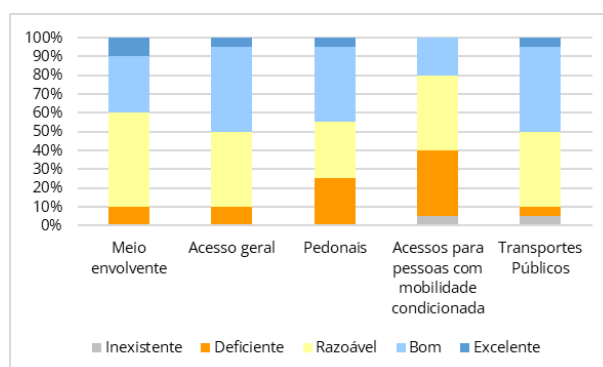


Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)



Relativamente aos acessos, os para pessoas de mobilidade condicionada apresentam avaliações menos positivas, na medida em que, ou são inexistentes, ou estão são avaliadas como “deficientes” em 40% dos equipamentos. Ainda assim, o acesso geral é descrito como “razoável”, “bom”, ou “excelente” em 90% das escolas.

**FIGURA 58 – AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS ACESSOS DOS EQUIPAMENTOS DO 2º/3º CEB E ENSINO SECUNDÁRIO**

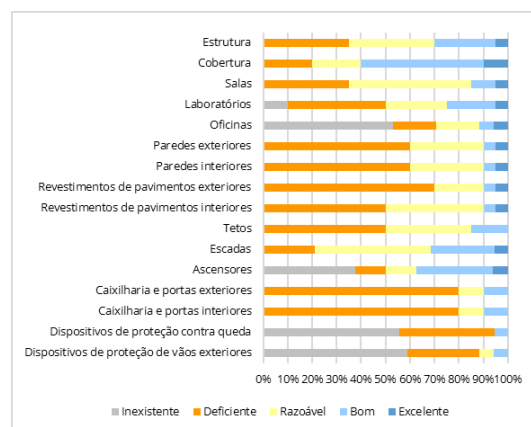


Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

O edificado apresenta também algumas disparidades entre os seus constituintes, tanto ao nível da sua dotação como estado de conservação. Entre as componentes mais deficitárias nos equipamentos do 2º e 3º CEB e ensino secundário, destacam-se as caixilharias e portas (interiores e exteriores), os revestimentos dos pavimentos (exteriores e interiores), as paredes (exteriores e interiores) e os tetos.

No sentido oposto, as coberturas apresentam um bom estado de conservação em cerca de 60% destas escolas.

**FIGURA 59 – AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DOS EQUIPAMENTOS DO 2º/3º CEB E ENSINO SECUNDÁRIO.**



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

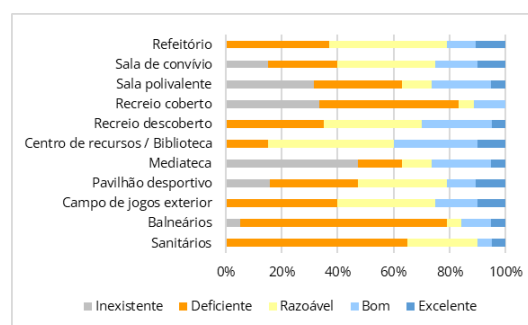
Ao nível da dotação de espaços, menos de metade das escolas estão equipadas com oficinas e apenas cerca de 10% dos equipamentos as classificam em “Bom” ou “Muito bom” estados de conservação. Embora os laboratórios se encontrem presentes em 90% das escolas destes níveis de ensino, apenas 25% os classificam como em “Bom” ou “Muito bom” estados de conservação.

Como mencionado, estes espaços constituem um complemento ao ensino dos alunos, enriquecendo as suas aprendizagens ao longo do percurso académico, sendo fundamental a sua existência e qualificação.

Os espaços de apoio também revelam algumas assimetrias entre a dotação dos equipamentos, na medida em que algumas escolas não dispõem de mediateca (48%), recreio coberto (32%), sala polivalente (31%), sala de convívio e pavilhão desportivo (15%).

Por sua vez, os balneários e os sanitários constituem ainda os elementos avaliados como em piores estados de conservação, sendo avaliados como em estado “deficiente” em cerca de 70% e 65% das escolas, respetivamente.

**FIGURA 60 – AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS DE APOIO DOS EQUIPAMENTOS DO 2º/3ºCEB E ENSINO SECUNDÁRIO**



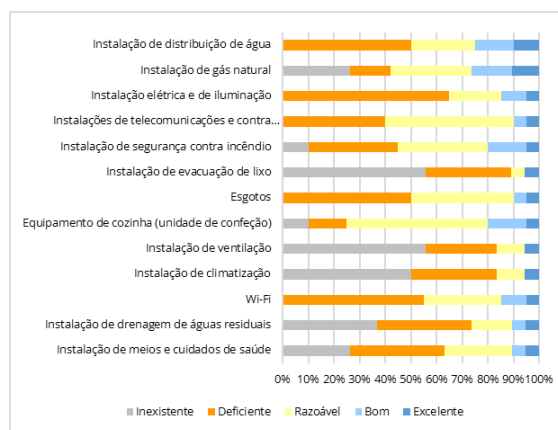
Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

No caso das instalações e redes, os elementos menos frequentes são as instalações de ventilação e climatização.

Paralelamente, os elementos em estado mais deficitário são as instalações de Wi-Fi, instalações elétricas e de iluminação, de distribuição de água e esgotos, que se encontram em estado deficitário em pelo menos 50% dos equipamentos.

Concluindo, mais de 80% das escolas do 2º e 3º CEB e ensino secundário apresentam grandes necessidades de instalação / reparação das instalações de climatização e ventilação e mais de 70% dos seus sistemas de drenagem de águas residuais.

**FIGURA 61 – AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS REDES E INSTALAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS DO 2º/3ºCEB E ENSINO SECUNDÁRIO**



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio)

Ao nível do consumo energético nos últimos 3 anos, 10 equipamentos não registaram grandes alterações, 8 observaram uma evolução negativa (aumento do consumo) e 2 manifestaram uma redução do consumo, ainda que 7 destes equipamentos tenham adotado medidas específicas de aumento da eficiência energética, desde instalação de lâmpadas LED (EB e Sec. Anselmo de Andrade; EB Costa da Caparica; EB e Sec. Do Monte da Caparica; EB Elias Garcia; E Sec. Romeu Correia; E Sec. Cacilhas-Tejo) a instalação de painéis solares (EB Comandante Conceição da Silva).

Em síntese, as diferenças identificadas ao nível das apreciações realizadas pelos vários responsáveis concorrem para os constrangimentos sinalizados, que apontam para a necessidade de algumas intervenções, especialmente nos edifícios mais antigos. Entre as necessidades apontadas sublinham-se:

- Atendendo às observações do edificado: as necessidades de intervenção/reparação transversais a todo o equipamento, em cerca de metade das escolas. Ainda que 14 dos equipamentos tenham sido intervencionados entre 2021 e 2022, estas obras destinaram-se essencialmente à substituição das coberturas de fibrocimento. As carências mais frequentemente apontadas foram as relacionadas com a substituição das portas e caixilharias, necessidade de pinturas e a construção/reparação de salas e/ou espaços de apoio, nomeadamente balneários.

- Com base nas observações dos espaços exteriores: as necessidades de manutenção dos espaços verdes e substituição dos pavimentos, que apresentam alguma degradação. Não obstante, alguns equipamentos sublinharam a necessidade de aumentar os espaços cobertos, criar espaços novos espaços de recreio e acessibilidades para pessoas com mobilidade reduzida. As EB2/3 da Alembrança e EB da Trafaria identificam ainda a revisão da rede elétrica exterior, como uma das principais carências. Finalmente, a EB da Caparica, a EB e Sec. Francisco Simões e a E Sec. António Gedeão apresentam necessidades transversais à totalidade os espaços exteriores, requerendo por isso, uma atenção redobrada.

#### 4.4.2. Espaços, Serviços e Recursos Humanos

Nos 20 equipamentos de 2º e 3º CEB e ensino secundário do concelho de Almada, existe um total de 643 salas com condições para a componente letiva, das quais 627 se encontram ocupadas com turma. Existe ainda um total de 65 laboratórios, 61 salas de educação visual e tecnológica, 57 salas de informática, 28 salas de educação física / polivalente e 16 oficinas. Importa ainda acrescentar que a distribuição destes espaços não é transversal a todos os equipamentos, tornando-se possível identificar algumas assimetrias na sua dotação.

Ainda que se calcule um excedente de 16 salas, derivado das dinâmicas de distribuição populacional e das crescentes necessidades dos equipamentos para o desenvolvimento da dimensão pedagógica e novas soluções de aprendizagem, foi identificada uma carência de 89 salas, cuja finalidade será: salas de aula; auditórios; salas de apoio; e salas para dinamização de projetos e clubes.

Entre os equipamentos com maior carência de salas destacam-se as EB Carlos Gargaté (18), EB Elias Garcia (15), EB e Sec. Anselmo de Andrade e E Sec. Fernão Mendes Pinto (ambas com carência de 10 salas de aula). No caso da EB e Sec. Anselmo de Andrade, as 10 salas em falta advêm de alterar o funcionamento do equipamento para um só turno.

À exceção da EB do 2º e 3º Ciclos da Alembrança, todos os restantes estabelecimentos do 2º e 3º CEB e ensino secundário beneficiam de serviço de refeições, quer por unidades de confeção de refeições própria (14), com (3) e sem (11) confeção para o exterior, quer por unidades de confeção de refeições externa (5).

Atendendo às necessidades educativas e aos apoios disponibilizados pelos equipamentos escolares, à exceção das EB Miradouro Alfazina, todos os equipamentos possuem alunos com necessidades educativas especiais (NEE) sendo que 18 destas escolas se encontram adaptadas a estas necessidades.

Assim, as necessidades educativas dos alunos do concelho de Almada são cobertas pelos seguintes equipamentos:

- 2º CEB:
  - o Educação de alunos cegos e com baixa visão - E Sec. Daniel Sampaio; EB e Sec. Anselmo de Andrade;
  - o Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo - EB Elias Garcia; E Sec. Daniel Sampaio; EB do Monte de Caparica; E Sec. de Cacilhas-Tejo; E Sec. Fernão Mendes Pinto;
  - o Unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita - EB Carlos Gargaté; E Sec. Daniel Sampaio; EB do Monte de Caparica; E Sec. de Cacilhas-Tejo; E Sec. Fernão Mendes Pinto.
- 3º CEB:
  - o Educação de alunos cegos e com baixa visão - EB Carlos Gargaté; E Sec. Daniel Sampaio; EB e Sec. Anselmo de Andrade;
  - o Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo - EB Vale Rosal; E Sec. Daniel Sampaio; EB do Monte de Caparica; E Sec. António Gedeão; EB e Sec. Professor Ruy Luís Gomes;

- Unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita - EB Carlos Gargaté; E Sec. Daniel Sampaio; EB do Monte de Caparica; E Sec. de Cacilhas-Tejo; E Sec. Fernão Mendes Pinto.
- Ensino Secundário:
  - Educação de alunos cegos e com baixa visão - EB Comandante Conceição e Silva;
  - Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo - EB Vale Rosal;
  - Unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita - EB Carlos Gargaté; EB do 2º e 3º Ciclos da ALEMBRANÇA; E Sec. Fernão Mendes Pinto.

Ao nível das atividades complementares (projetos, clubes, outros), 12 das escolas disponibilizam este tipo de atividades. Entre as atividades mais participadas encontram-se o desporto escolar (545) e o clube de ciência (120), ainda que a oferta englobe diversas atividades. No total, 2.312 alunos frequentam atividades complementares, no concelho de Almada.

Em matéria de recursos humanos, no ano letivo de 2022/2023 foi identificado um total de 2.615 pessoas afetas à atividade dos 20 equipamentos da rede pública do 2º e 3º CEB e ensino secundário em Almada. 2.158 pertencentes aos quadros e 457 com outro vínculo contratual.

Atendendo à sua função, os profissionais em maior número correspondiam aos docentes (1.906), seguidos dos assistentes operacionais (532), assistentes técnicos (142) e recursos humanos de outra natureza (35). Importa ainda mencionar que 22,5% dos docentes não pertenciam aos quadros, apresentando outro vínculo contratual.

## 4.5. ENSINO PROFISSIONAL

### Oferta Profissional

A oferta formativa ao nível de cursos profissionais encontra-se disponível em todos os estabelecimentos de ensino secundário, à exceção da EB e Sec. Anselmo de Andrade. Atendendo aos vários cursos disponibilizados pelos equipamentos do concelho de Almada, independentemente das divergências interescolares, a oferta é robusta e bastante heterogénea, disponibilizando cursos para setores adequados às necessidades contemporâneas do mercado de trabalho.

O número de cursos e escolas com esta oferta tem vindo a crescer em todo o país, o que terá contribuído para novos desafios, ao nível da qualidade desta oferta formativa.

No concelho de Almada, no ano letivo de 2022/2023 havia 38 cursos técnico profissionais com equivalência ao 12º ano, dando dupla certificação (diploma de conclusão do ensino secundário e certificação profissional e de nível 4 de qualificação). De acordo com Decreto-Lei no 55/2018, de 6 de julho, esta oferta privilegia a inserção dos jovens no mundo do trabalho, possibilitando em simultâneo o prosseguimento de estudos, se assim o pretenderem.

Atendendo à distribuição da oferta, é possível identificar algumas assimetrias entre Agrupamentos de Escolas, na medida em que os AE Carlos Gargaté, da Trafaria, do Monte da Caparica, Elias Garcia, e Miradouro Alfazina não possuem esta oferta formativa.

Entre os equipamentos que disponibilizam cursos profissionais, também existem algumas diferenças a apontar, na medida em que, a título de exemplo, a EB e secundária do Monte da Caparica disponibiliza 8 cursos distintos (Restaurante e Bar; Desporto; Turismo; Estética; Técnico GPSI; Rececionista de Hotel; Ação Educativa: Cozinha/Pastelaria), enquanto a EB e secundária Anselmo de Andrade apenas disponibiliza 1 curso (Gestão e Programação de Sistemas Informáticos - GPSI).

De acordo com o inquérito dos equipamentos, no ano letivo de 2022/2023, 1.408 alunos frequentavam esta oferta formativa, o que corresponde a cerca de 25% dos alunos matriculados no ensino secundário da rede pública.

A listagem de prioridades nacionais e regionais definidas pela ANQEP hierarquiza as diferentes saídas profissionais numa escala com os níveis 0 (não prioritária), 1 (prioridade baixa), 2 (prioridade média) e 3 (prioridade elevada). Assim, verifica-se que existem 4 cursos profissionais disponibilizados pelas escolas secundárias da rede pública que se enquadram-se nas prioridades elevadas, nomeadamente, o curso de técnico de comércio; de vendas; de instalações elétricas; mecatrónica.

Não obstante, existem alguns cursos disponibilizados no concelho que se enquadram nas áreas não prioritárias, como por exemplo, a organização de eventos; apoio à infância; fotografia e marketing. O curso profissional de turismo, o mais frequentado na rede pública, enquadra-se nas prioridades baixas. Deste modo, torna-se pertinente ajustar o planeamento da oferta educativa e formativa do concelho.

A oferta profissional privada é composta por quatro escolas, que entre si, disponibilizam 17 cursos a um total de 38 turmas. Os equipamentos que compõem esta oferta correspondem à Escola Profissional de Almada, Escola Profissional Jean Piaget, Escola Profissional de Educação para o Desenvolvimento e Escola Profissional Instituto de Educação e Desenvolvimento Profissional – Polo de Almada.

Ao nível dos cursos disponibilizados, a oferta é semelhante à da rede pública, destacando-se como cursos de prioridade elevada, os de Técnico de Eletrónica e Técnico de Mecatrónica.

### Oferta de Educação para Adultos

De acordo com a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP), a educação e formação de adultos (EFA) constitui “um percurso flexível de formação, de duração variável, especificamente dirigido a adultos, que permite o desenvolvimento de competências sociais, científicas e profissionais necessárias ao exercício de uma atividade profissional e simultaneamente a obtenção de um nível básico ou do nível secundário de educação.”

No concelho de Almada, existe uma oferta de EFA variada, que se estende do ensino secundário, na modalidade de ensino recorrente, à formação profissional. O ensino secundário é direcionado para adultos que não completaram este nível de ensino na idade normal de escolarização e é disponibilizado em horário pós-laboral, nas Escolas Secundárias de Monte da Caparica e Cacilhas-Tejo. Os cursos disponibilizados coincidem com os de Ciências e Tecnologias, de Línguas e Humanidades, de Artes Visuais e de Ciências Socioeconómicas.

Além desta oferta, o Centro Qualifica instalado na ES Cacilhas Tejo constitui uma referência de formação profissional para jovens e adultos, caracterizada pela parceria e flexibilidade entre entidades formadoras, empregadoras. O Centro Qualifica instalado na ES Cacilhas Tejo promove o encaminhamento para ofertas de ensino e formação profissional e para o desenvolvimento de processos de RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências) aos munícipes interessados.

Existe ainda a formação modular, que possibilita a conclusão do ensino básico ou do ensino secundário e a aquisição de competências escolares e profissionais, com vista a uma (re) inserção ou progressão no mercado de trabalho. Esta oferta é disponibilizada na escola secundária Cacilhas Tejo, que beneficia de uma turma com formações modulares TIC e Língua Estrangeira.

(página propositadamente deixada em branco)

## 5. CARACTERIZAÇÃO DA PROCURA ATUAL

### 5.1. PROCURA ATUAL POR TIPOLOGIA DE EQUIPAMENTO / NÍVEL DE ENSINO

#### 5.1.1. Enquadramento

Atendendo ao número de alunos matriculados na rede pública do concelho de Almada, entre os anos letivos de 2019/2020 e 2022/2023 registou-se um decréscimo de 375 alunos (-1,5%), embora este fenómeno não tenha sido transversal a todos os níveis de ensino. O 2º CEB destacou-se pelo crescimento de 1,9% face ao ano inicial. No sentido oposto, o pré-escolar e ensino secundário perderam, respetivamente, 4,1% e 3,6% dos seus alunos.

QUADRO 24 – VARIAÇÃO NO N° DE MATRÍCULAS NOS EQUIPAMENTOS DA REDE PÚBLICA DE ALMADA

Nível de ensino	Alunos matriculados				Variação 2019/2020 – 2022/2023	
	2019/2020	2020/2021	2021/2022	2022/2023	Nº	%
Pré-escolar	2.302	2.200	2.159	2.207	-95	-4,1
1ºCEB	6.636	6.621	6.573	6.644	8	0,1
2ºCEB	3.725	3.668	3.647	3.795	70	1,9
3ºCEB	5.839	5.783	5.785	5.688	-151	-2,6
Ensino secundário	5.763	5.151	5.539	5.556	-207	-3,6
<b>Total</b>	<b>24.265</b>	<b>23.423</b>	<b>23.703</b>	<b>23.890</b>	<b>-375</b>	<b>-1,5</b>

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio) / CM de Almada

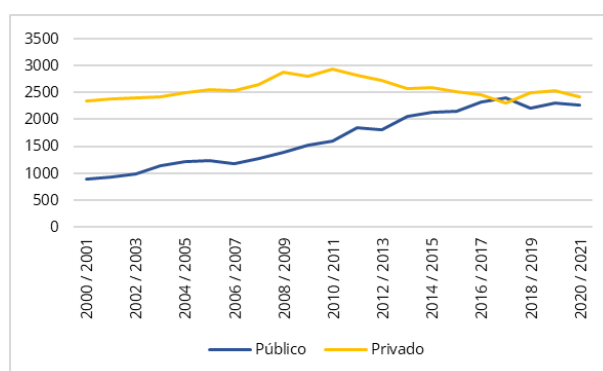
#### 5.1.2. Pré-Escolar

O número de alunos inscritos na educação pré-escolar tem vindo a aumentar ao longo dos dois últimos decénios, materializando-se num crescimento de cerca de 45% entre 2000/2001 e 2020/2021.

Ainda assim, é imperativo sublinhar a relevância da rede pública neste contexto, que no ano de 2022/2023 apresentava 2.396 matrículas, mais cerca de 49% que no ano letivo de 2010/2011 e mais 168% que no início do século.

A oferta pública do pé escolar em Almada passou dos 25% para perto de 50%.

FIGURA 62 – EVOLUÇÃO DO N° DE MATRÍCULAS NO ENSINO PRÉ-ESCOLAR EM ALMADA

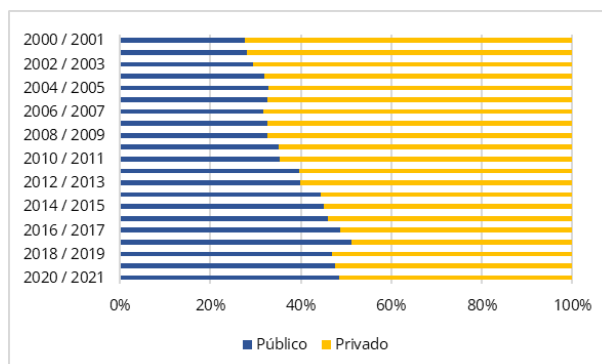


Fonte: INE

A rede privada (e solidária), por sua vez, tem descrito uma evolução mais irregular, registando um decréscimo desde o início da última década. Dados do ano letivo de 2020/2021 apontavam para um total de 2.410 matrículas, valor ligeiramente acima do verificado no início do presente milénio.

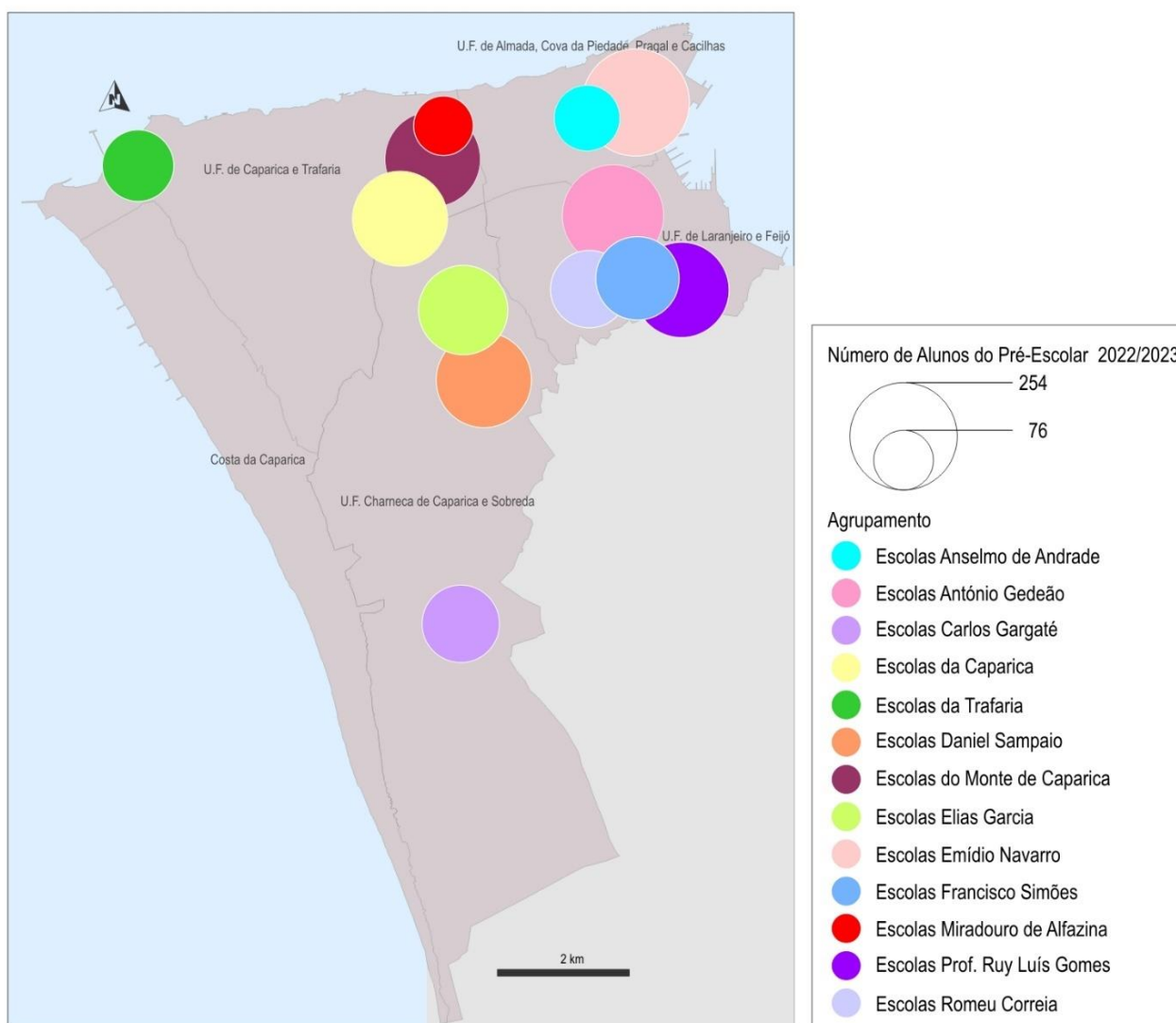
Não obstante, a rede privada constitui parte fundamental da oferta do pré-escolar em Almada, considerando que, nesse ano letivo, os seus 34 equipamentos (47%) concentravam cerca de 52% das matrículas.

FIGURA 63 – EVOLUÇÃO DO Nº DE MATRÍCULAS NO ENSINO PRÉ-ESCOLAR EM ALMADA, POR TIPOLOGIA DE OFERTA



Fonte: INE

FIGURA 64 – Nº DE ALUNOS NO ENSINO PRÉ-ESCOLAR, POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS, EM 2022/2023



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio) / CM de Almada



Atendendo exclusivamente à distribuição das matrículas do pré-escolar na rede pública, constata-se que existe uma simetria entre as várias freguesias do concelho, sendo que apenas a freguesia da Costa da Caparica apresenta um número comparativamente mais reduzido de crianças matriculadas (133), consequência, em parte, do seu peso na demografia do concelho.

Ao nível dos equipamentos, o JI da Sobreda (133) constitui o equipamento com maior número de crianças matriculadas, refletindo as tendências demográficas e socioprofissionais do concelho, na medida em que os encarregados de educação optam por matricular os seus educandos mais próximos do seu local de trabalho e/ou residência. A UF de Laranjeiras e Feijó destaca-se pela concentração de cerca de 75% das crianças matriculadas no ensino pré-escolar que não residem no concelho (161 das 221).

As Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) eram disponibilizadas em todas estas instituições, quer antes quer depois da atividade letiva (excetuando a EB Feliciano Oleiro que apenas dispõe de AAAF depois da componente letiva). No ano letivo de 2022/2023, as AAAF apresentavam uma adesão de 49,3% antes e 73,3% depois da componente letiva, o que se traduz num total de 1.089 e 1.617 crianças, respetivamente. Naturalmente, estes dados sublinham a importância destas atividades no contexto das famílias e numa melhor conciliação entre a vida pessoal e profissional.

Em matéria de necessidades educativas especiais/educação inclusiva, enquadradas pelo Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro e pelo Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho, existia um total de 157 crianças, distribuídas pelos vários equipamentos, o que representa 7,1% do universo de crianças matriculadas na rede pública. As crianças enquadradas neste domínio estavam inseridas nas tipologias ao nível da educação de alunos cegos e com baixa visão, das unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo, das unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita e da Intervenção precoce na infância.

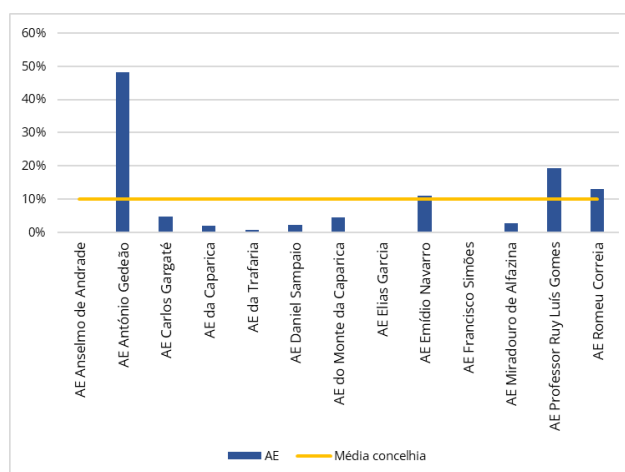
Das 2.207 crianças matriculadas nos equipamentos do pré-escolar de Almada, 221 (10%) não residiam no concelho.

O agrupamento de escolas António Gedeão destaca-se da média concelhia com uma percentagem de alunos não residentes de cerca de 48%.

Dos restantes AE, apenas o AE Professor Ruy Luís Gomes e o AE Romeu Correia ultrapassam a média concelhia, registando, respetivamente, 19,4% e 12,9% de matrículas de crianças não residentes no concelho de Almada.

Este fenómeno decorre da preferência dos encarregados de educação em matricular os seus educandos em equipamentos mais próximos dos seus locais de trabalho ou em locais privilegiados nos seus trajetos quotidianos casa-emprego.

**FIGURA 65 – TAXA DE ALUNOS MATRICULADOS NÃO RESIDENTES NO CONCELHO, NO ENSINO PRÉ-ESCOLAR**



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio) / CM de Almada

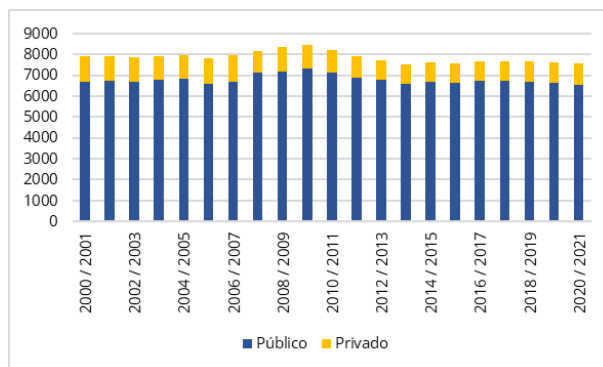
### 5.1.3. 1.º Ciclo do Ensino Básico

Atendendo à evolução do número de alunos do 1ºCEB, no concelho de Almada, tem-se registado um ligeiro decréscimo face ao início da última década. Não obstante, esta evolução tem sido distinta entre a rede pública e privada, na medida em que o decréscimo foi particularmente vincado nos equipamentos da rede pública (-8,2%), face aos da rede privada (-4,2%).

Com base nos dados do ano letivo de 2022/2023 (disponibilizados pelos equipamentos, mediante inquérito próprio), registou-se um total de 6.644 matrículas na rede pública do 1ºCEB, manifestando-se um crescimento face aos anos letivos precedentes.

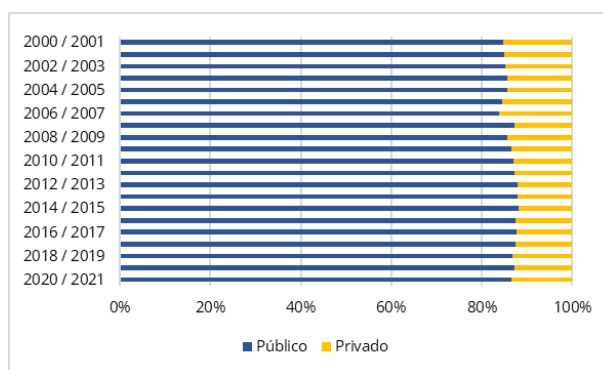
Ao nível da tipologia de oferta, embora as duas últimas décadas tenham espelhado algumas variações entre o peso dos domínios público e privado, no ano letivo de 2020/2021, a rede pública concentrava cerca e 87% das matrículas deste nível de ensino, manifestando um ligeiro decréscimo face a anos anteriores.

**FIGURA 66 – EVOLUÇÃO DO Nº DE MATRÍCULAS NO 1ºCEB EM ALMADA**



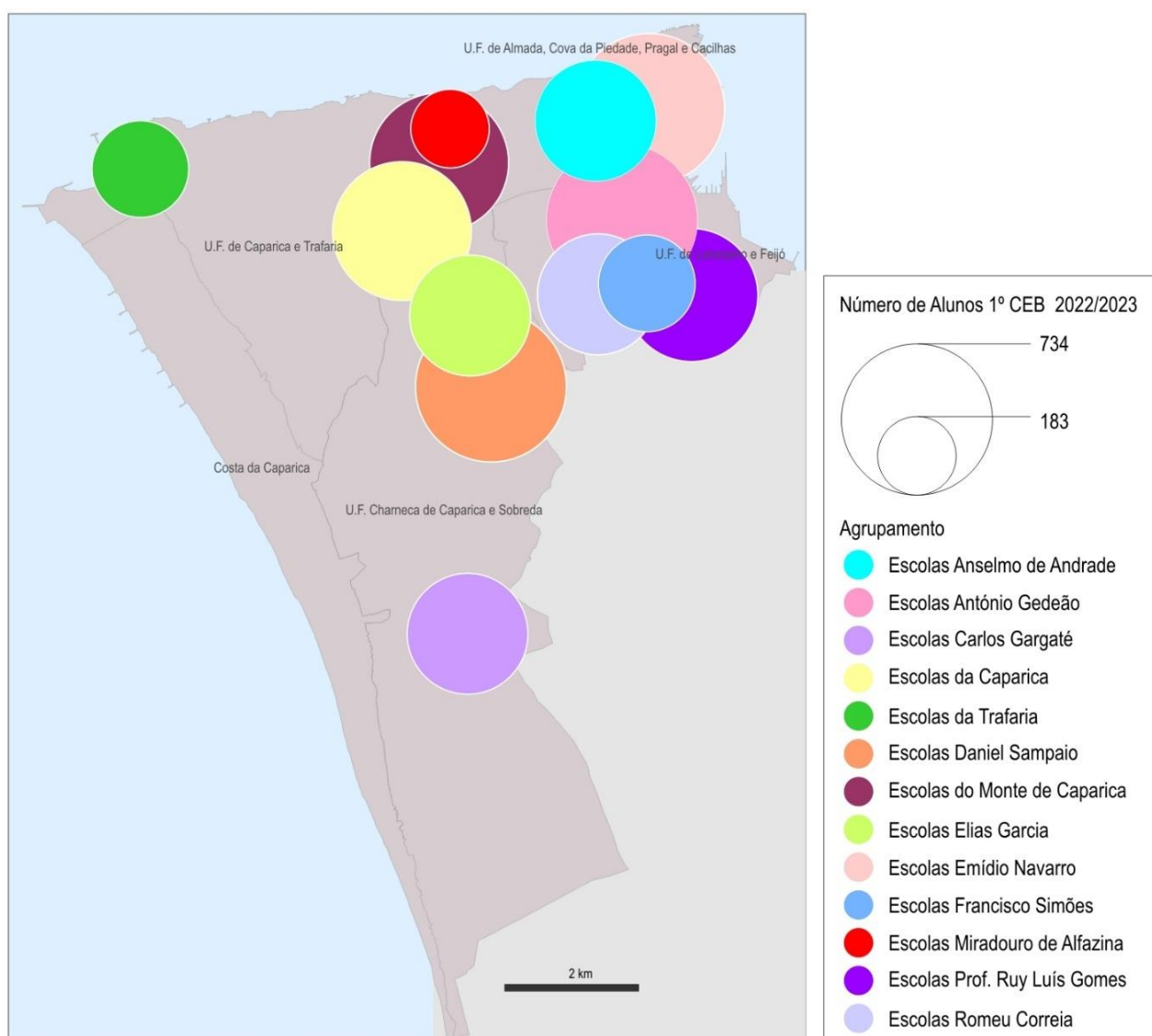
Fonte: INE

**FIGURA 67 – EVOLUÇÃO DO Nº DE MATRÍCULAS NO 1ºCEB EM ALMADA, POR TIPOLOGIA DE OFERTA**



Fonte: INE

FIGURA 68 – Nº DE ALUNOS NO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO, POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS, EM 2022/2023



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio) / CM de Almada

À semelhança do pré-escolar, a distribuição das matrículas do 1ºCEB resulta das dinâmicas demográficas e socioeconómicas destas unidades territoriais. Desta forma, a UF de Laranjeiro e Feijó constitui a freguesia com o maior número de matrículas (1.829) e, no sentido oposto, a freguesia da Costa da Caparica apresenta um número bastante mais reduzido (419).

Das 6.644 matrículas, aproximadamente 7% (456) correspondiam a alunos residentes em outros concelhos, 50% dos quais (227) se encontravam matriculados em estabelecimento na UF de Laranjeiro e Feijó.

Também relevante para esta análise são os serviços prestados pelos estabelecimentos do 1.º CEB, importa sublinhar que todos disponibilizam Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC). Já a Componente de Apoio à Família (CAF) apenas não é disponibilizada nas EB Nº 1 do Alfeite, EB Alexandre Castanheira e EB Nº 1 do Laranjeiro.

No ano letivo de 2022/2023, cerca de 86% dos alunos do 1ºCEB frequentavam AEC e aproximadamente 35% frequentavam a CAF. Assim, é possível compreender a importância deste serviço, por um lado, pelo

enriquecimento curricular dos próprios alunos, e por outro, pelo apoio disponibilizado às famílias, cujos horários laborais nem sempre são compatíveis com os horários da componente letiva.

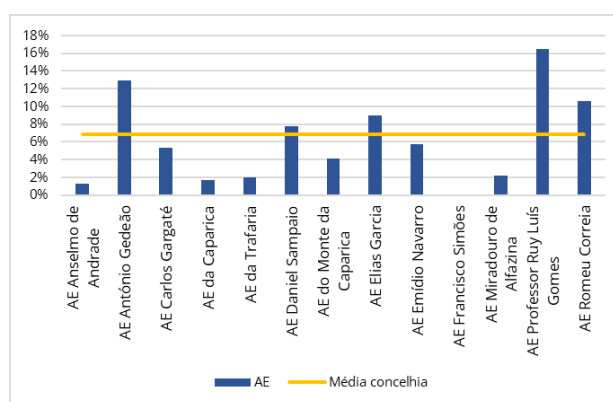
Em matéria de NEE/educação inclusiva, enquadradas pelo Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro e pelo Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho, em 2022/2023, foram identificados 448 alunos enquadrados nesta tipologia, correspondendo a 6,7% do número total de matrículas. As tipologias de NEE disponibilizadas pelos equipamentos do 1ºCEB da rede pública de Almada são: Educação de alunos cegos e com baixa visão; Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo; Unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita e Intervenção precoce na infância.

Das 6.644 matrículas, aproximadamente 7% (456) correspondiam a alunos residentes em outros concelhos, 50% dos quais (227) se encontravam matriculados na UF de Laranjeiro e Feijó.

Face ao pré-escolar, existe uma maior distribuição dos alunos não residentes pelos vários agrupamentos.

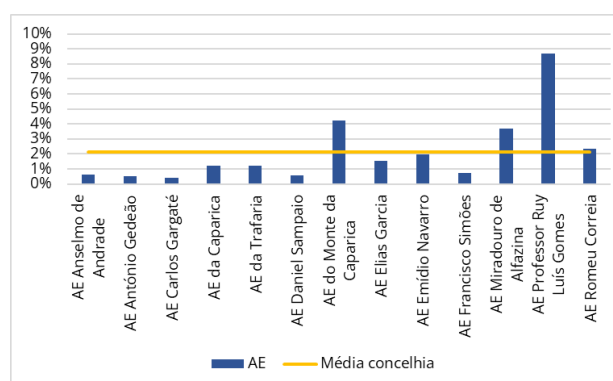
O AE Professor Ruy Luís Gomes corresponde ao equipamento com maior percentagem de alunos não residentes em Almada (16,5%), seguindo-se pelos AE António Gedeão (12,9%) e Romeu Correia (10,5%).

**FIGURA 69 – TAXA DE ALUNOS MATRICULADOS NÃO RESIDENTES NO CONCELHO, NO 1ºCEB**



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio) / CM de Almada

**FIGURA 70 – TAXA DE RETENÇÕES, NO 1ºCEB**



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio) / CM de Almada

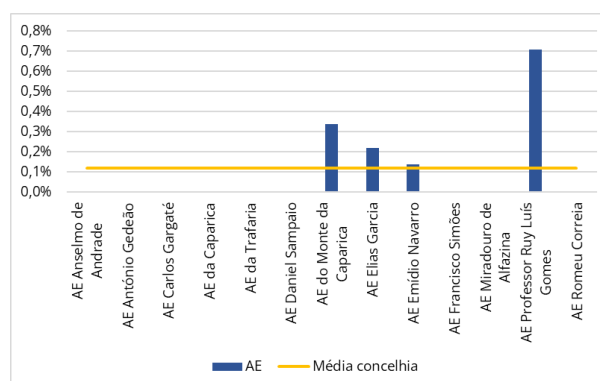
Com base no inquérito próprio, os equipamentos escolares do 1ºCEB da rede pública identificaram um total de 139 retenções e 8 abandonos, no ano letivo de 2021/2022. Estes dados refletem um decréscimo face aos registados no ano precedente e encontram-se a par dos resultados de 2019/2020.

O número de retenções e abandono que tiveram lugar no ano letivo de 2021/2022 constituíram 2,2% do número total de matrículas, o que constitui um aspeto positivo no contexto das políticas educativas municipais, o que advém do trabalho das instituições educativas na prevenção e combate ao fenómeno do abandono escolar precoce ao nível local. Importa acrescentar que a sua distribuição é extremamente equitativa pelos vários equipamentos que compõem a oferta do 1ºCEB em Almada.

Estes dados refletem um decréscimo face aos registados no ano precedente e encontram-se a par dos resultados de 2019/2020.

Tanto ao nível das retenções como dos abandonos, o AE Professor Ruy Luís Gomes assume uma posição de destaque, manifestando valores muito acima da média concelhia.

FIGURA 71 – TAXA DE ABANDONO, NO 1ºCEB



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio) / CM de Almada

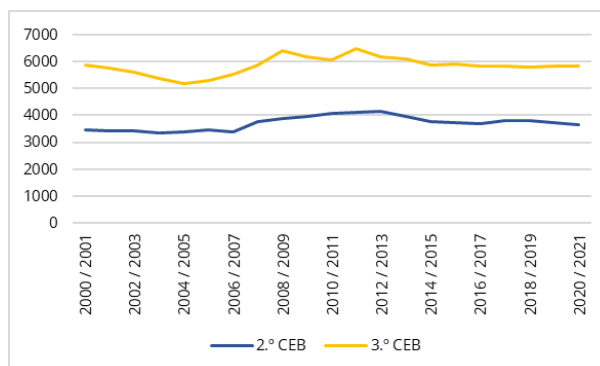
### 5.1.4. 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico

Tal como mencionado no capítulo da caracterização da oferta, atendendo exclusivamente à rede pública, o 2ºCEB é disponibilizado por 14 equipamentos e o 3ºCEB é disponibilizado por 18.

À semelhança dos restantes níveis de ensino, o número de crianças matriculadas nos 2º e 3ºCEB do concelho de Almada descreveu uma diminuição ao longo da última década, atingindo valores semelhantes aos do início do século.

Assim, em 2020/2021, 3.639 alunos matricularam-se no 2ºCEB e 5.844 no 3ºCEB, o que traduziu numa variação negativa de 8,5% face a 2010/2011.

FIGURA 72 – EVOLUÇÃO DO Nº DE MATRÍCULAS NO 2º E 3ºCEB EM ALMADA

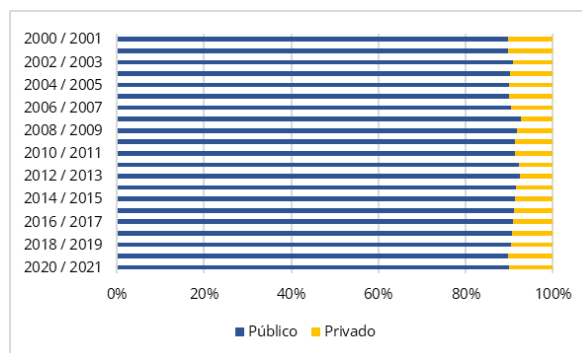


Fonte: INE

Note-se que, embora a UF de Laranjeiro e Feijó constitua a freguesia com o maior número de matrículas no 3ºCEB (1.595), o mesmo não acontece com o 2ºCEB, destacando-se a UF de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, com 1.075. Naturalmente, este fenómeno reflete as dinâmicas demográficas e socioeconómicas concelhias.

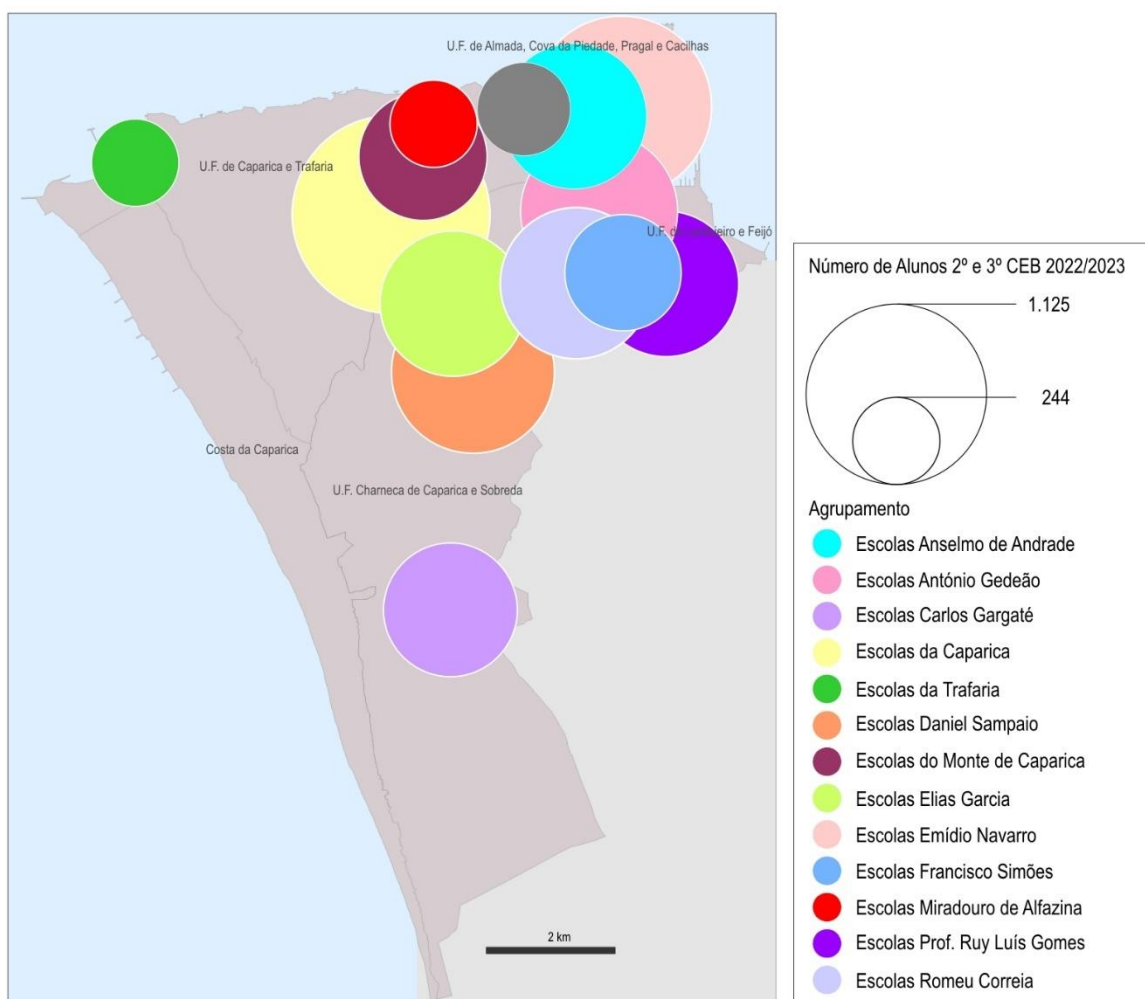
Importa ainda sublinhar a diferença entre o 2º e o 3ºCEB, na medida em que a percentagem de matriculados residentes em outro concelho é 10,7% e 20,6%, respetivamente. Esta discrepância deve-se por um lado, à distribuição da população e das atividades económicas, uma vez que alguns municípios poderão optar por matricular os seus filhos nas escolas mais próximas dos seus locais de trabalho. E por outro, à idade dos alunos, que ao se aproximarem do ensino secundário, podem optar por se matricular em equipamentos que disponibilizem uma oferta educativa mais aproximada dos seus interesses.

**FIGURA 73 – EVOLUÇÃO DO N.º DE MATRÍCULAS NO 2º E 3ºCEB EM ALMADA, POR TIPOLOGIA DE OFERTA**



Fonte: INE

FIGURA 74 – Nº DE ALUNOS NO 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO, POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS, EM 2022/2023



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio) / CM de Almada

Aos alunos destes níveis de ensino, são também disponibilizados outros serviços e atividades complementares que refletem, sobretudo, a valorização da prática de atividades extralectivas enquanto fator promotor do desenvolvimento e aprendizagem.

O facto de os serviços prestados serem também algo diversos, dentro das limitações dos equipamentos, reflete o empenho do sistema educativo em motivar e capacitar os alunos no seu desenvolvimento de conhecimentos em áreas extremamente pertinentes para o seu quotidiano, assim como o incentivo à adoção de estilos de vida mais saudáveis, através da prática desportiva.

Em matéria de NEE/educação inclusiva, enquadradas pelo Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro e pelo Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho, em 2022/2023, foram identificados 716 alunos enquadrados nesta tipologia (292 no 2ºCEB e 424 no 3ºCEB), correspondendo a 7,6% do número total de matrículas. As tipologias de NEE disponibilizadas pelos equipamentos do 2º e 3ºCEB da rede pública de Almada são: Educação de alunos cegos e com baixa visão; e Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo.

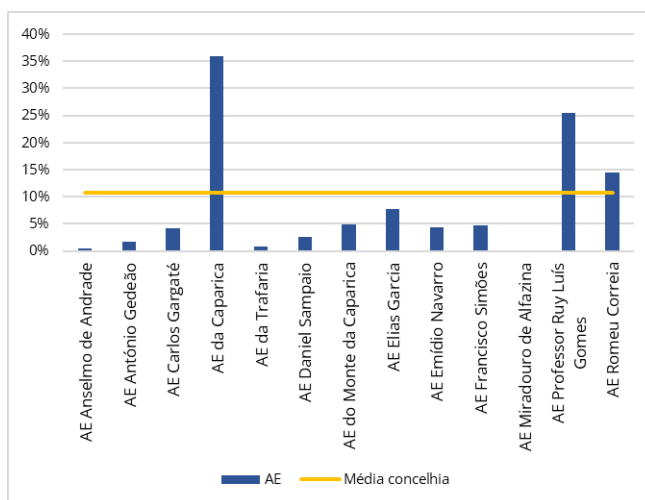
Finalmente, atendendo ao número de retenções e abandonos, tanto o 2º, como o 3ºCEB têm descrito um aumento destas ocorrências ao longo dos últimos anos, na medida em que, no ano letivo de 2019/2020 se registaram 442 retenções e 49 abandonos e no ano letivo de 2021/2022 estes valores passaram a 459 retenções e 112 abandonos. Neste domínio, destaque para a EB e Sec. do Monte da Caparica que ao longo dos últimos 3

anos letivos, apenas registou uma retenção, nomeadamente no 3ºCEB, no ano letivo de 2019/2020. Sumariamente, o número total de retenções e abandonos do último ano correspondeu a, respetivamente, 5,2% e 5,4% do total e matrículas no 2º e 3ºCEB.

No ano letivo de 2022/2023, a percentagem de alunos matriculados residentes em outro concelho no 2ºCEB foi de 10,7%, totalizando 405 alunos.

Ainda assim, este indicador não é transversal a todos os agrupamentos, relevando os AE da Caparica e Professor Ruy Luís Gomes, cuja percentagem de alunos matriculados não residentes no concelho atinge os 35,9% e os 25,4%, respetivamente.

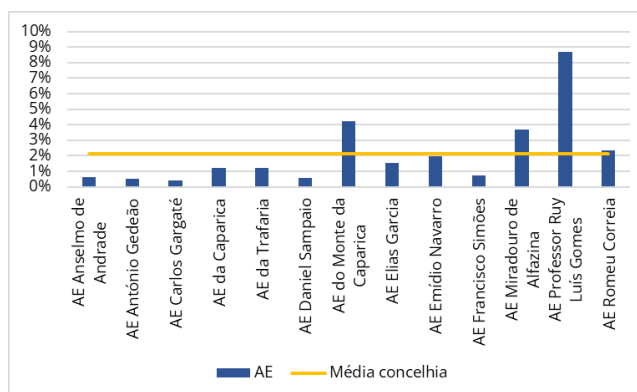
**FIGURA 75 – TAXA DE ALUNOS MATRICULADOS NÃO RESIDENTES NO CONCELHO, NO 2ºCEB**



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio) / CM de Almada

Conforme referido, atendendo ao número de retenções e abandonos, o 2ºCEB tem descrito um aumento destas ocorrências ao longo dos últimos anos, passando de 131 retenções e 24 abandonos em 2019/2020 para as 147 retenções e 43 abandonos, no ano letivo 2021-2022. Deste modo, 4% dos alunos matriculados no concelho de Almada reprovaram e 1,2% abandonaram os estudos.

**FIGURA 76 – TAXA DE RETENÇÕES, NO 2ºCEB**



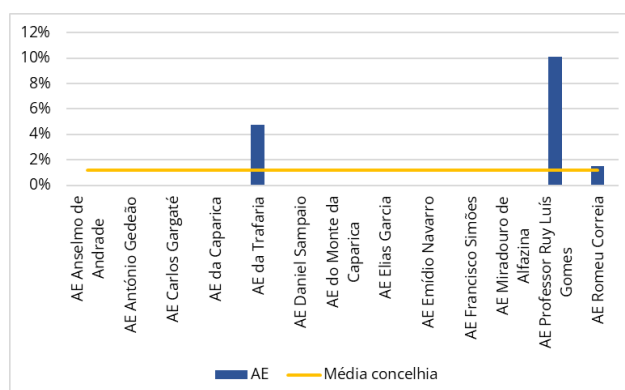
Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio) / CM de Almada

No que respeita à distribuição das retenções, os AE Francisco Simões e AE Miradouro de Alfazina destacam-se pela percentagem claramente acima da média concelhia, atingindo, respetivamente, 15% e 13%.

Os abandonos apresentam uma distribuição díspar, destacando-se os AE Professor Ruy Luís Gomes e da Trafaria, dado que 10,1% e 4,7%, dos alunos matriculados no ano letivo 2021/2022 abandonaram os estudos.



FIGURA 77 – TAXA DE ABANDONOS, NO 2ºCEB



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio) / CM de Almada

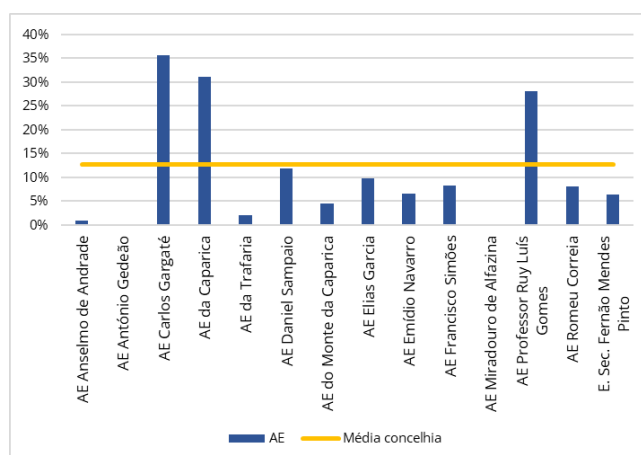
Dos 5.688 alunos matriculados no 3ºCEB no concelho de Almada, 719 não residiam no concelho, o que se traduz em 12,6%.

Face ao 2ºCEB, o número de alunos não residentes no concelho é algo superior.

Este fenómeno reflete a preferência dos alunos/encarregados de educação, que com o aproximar do ensino secundário, optam por se matricular em equipamentos que disponibilizam uma oferta educativa mais aproximada dos seus interesses.

Neste sentido, os AE Carlos Gargaté (35,7%), da Caparica (31%) e Professor Ruy Luís Gomes (28,1%) destacam-se pela sua percentagem de alunos não residentes matriculados muito acima da média.

FIGURA 78 – TAXA DE ALUNOS MATRICULADOS NÃO RESIDENTES NO CONCELHO, NO 3ºCEB



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio) / CM de Almada

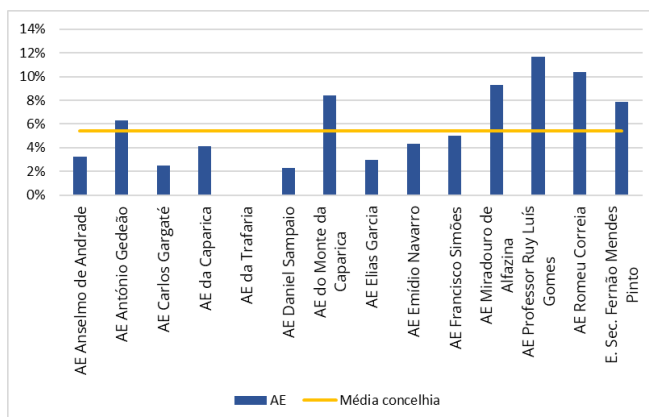
À semelhança do 2ºCEB, no 3ºCEB observa-se um aumento do número de retenções e desistências, ao longo dos últimos anos, na medida em que, no ano letivo de 2019/2020 se registaram 311 retenções e 25 abandonos e no ano letivo de 2021/2022 estes valores passaram a 312 retenções e 69 abandonos. Assim, dos 5.785 alunos matriculados nesse ano letivo, 5,4% ficaram retidos no mesmo ano de escolaridade e 1,2% abandonaram os estudos.

A quase totalidade dos AE registou retenções, ainda que os AE Professor Ruy Luís Gomes (11,7%) e Romeu Correia (10,4%) se destaquem, uma vez que o número de retenções nestes agrupamentos superou os 10% do total de matrículas.

A percentagem de abandonos foi particularmente elevada em alguns dos AE, ainda que o AE Professor Ruy Luís Gomes sobressaia com o valor mais elevado (7,1%).

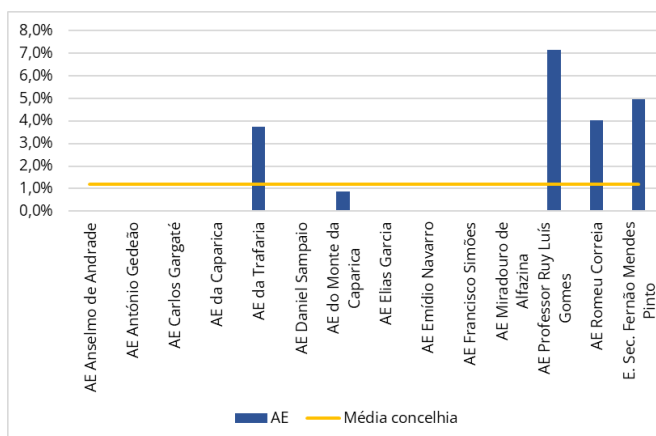
Atendendo aos dados resultantes dos inquéritos, o AE Professor Ruy Luís Gomes constitui o cenário mais preocupante, dado que os valores de retenções e abandonos no ensino básico se encontram muito acima da média concelhia.

FIGURA 79 – TAXA DE RETENÇÕES, NO 3ºCEB



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio) / CM de Almada

FIGURA 80 – TAXA DE ABANDONOS, NO 3ºCEB



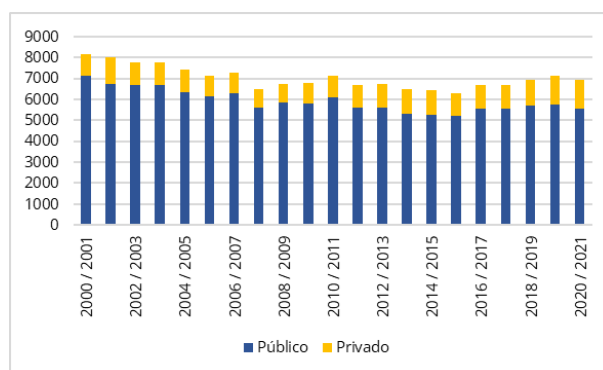
Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio) / CM de Almada

### 5.1.5. Ensino Secundário

Atendendo à evolução da procura do ensino secundário no concelho de Almada, conclui-se que o número de matrículas tem vindo a diminuir face aos valores apresentados no início do milénio.

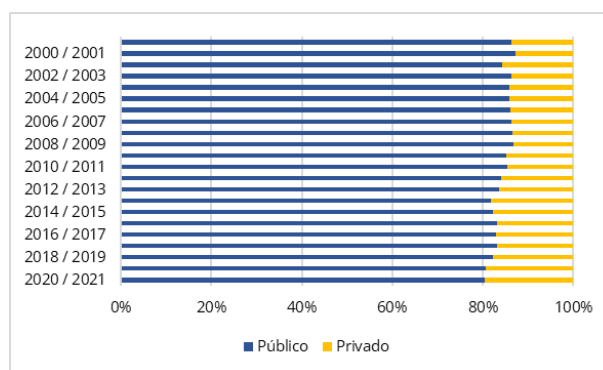
Não obstante, ao longo dos últimos anos, o número de matrículas na rede pública tem vindo a recuperar, situando-se, no ano letivo de 2022/2023, nas 5.590 matrículas, a par dos valores de 2011/2012.

**FIGURA 81 – EVOLUÇÃO DO Nº DE MATRÍCULAS NO ENSINO SECUNDÁRIO EM ALMADA**



Fonte: INE

**FIGURA 82 – EVOLUÇÃO DO Nº DE MATRÍCULAS NO ENSINO SECUNDÁRIO EM ALMADA, POR TIPOLOGIA DE OFERTA**



Fonte: INE

A rede privada tem descrito uma evolução diferente, mantendo o número de matrículas regular ao longo das duas últimas décadas e descrevendo um crescimento mais acentuado entre 2015/2016 e 2020/2021. Estas dinâmicas refletem-se, naturalmente, no peso da rede privada no concelho de Almada, concentrando cerca de 20% dos alunos matriculados no ensino secundário em 2020/2021.

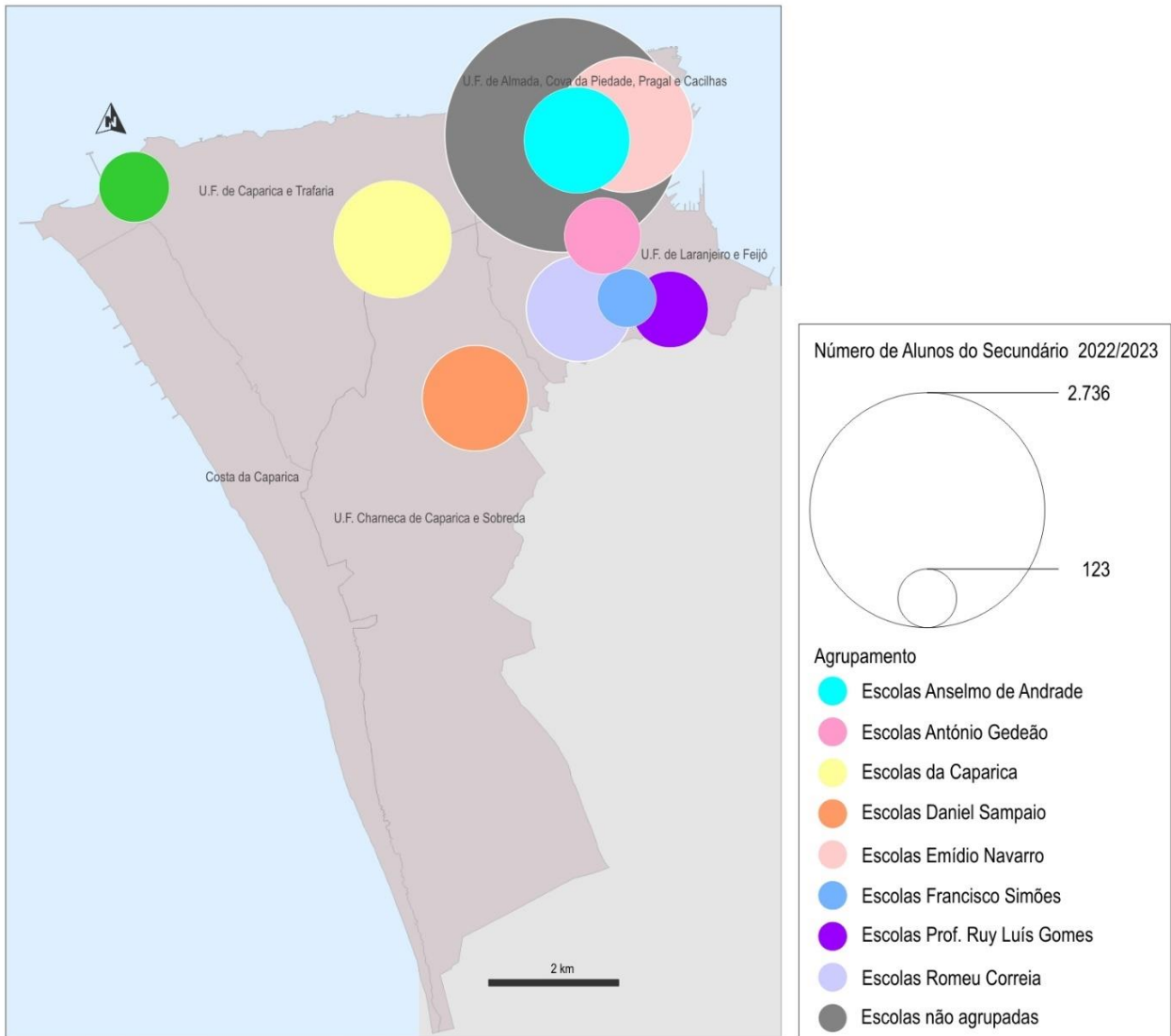
Com base no inquérito realizado, em 2022/2023, 1.308 dos alunos matriculados no ensino secundário não residem no concelho (não incluindo a ES António Gedeão – sem informação), o que se traduz numa percentagem particularmente acentuada (23,5%).

Nesse ano, foram também identificados 136 alunos com NEE (2,4%).

As escolas do concelho de Almada disponibilizavam um total de 40 cursos profissionais, distribuídos pelos vários equipamentos, ainda que alguns fossem comuns entre escolas, nomeadamente os cursos de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos (GPSI) e Técnico de Turismo.

No ano letivo de 2022/2023, os equipamentos do concelho da rede pública de Almada registaram um total de 1.349 alunos matriculados em cursos profissionais, 21% dos quais residentes em outros concelhos, o que reflete alguma capacidade de atração desta oferta formativa. Esta procura externa pode ser resultado da oferta de cursos profissionais existentes no concelho ir ao encontro das expectativas e interesses dos alunos.

**FIGURA 83 – Nº DE ALUNOS NO ENSINO SECUNDÁRIO, POR AGRUPAMENTO DE ESCOLAS, EM 2022/2023**

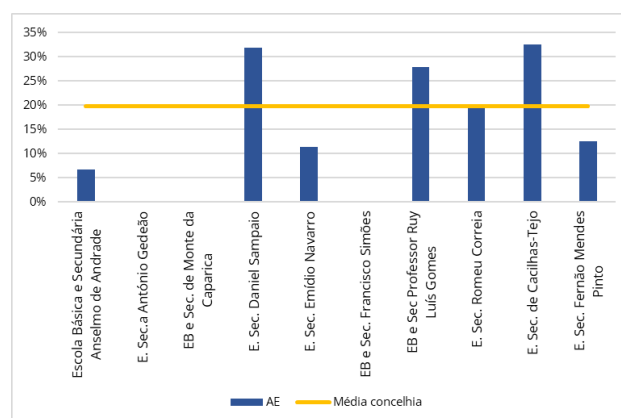


Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio) / CM de Almada

Com base no inquérito realizado, em 2022/2023, 1.097 dos alunos matriculados no ensino secundário não residem no concelho, o que se traduz numa percentagem particularmente acentuada (19,7%).

Atendendo ao nível dos equipamentos, as Escolas Secundárias Cacilhas-Tejo (32,4%), Daniel Sampaio (31,8%) e Professor Ruy Luís Gomes (27,9%) destacam-se das restantes pela percentagem de alunos não residentes no concelho manifestamente superior à média concelhia.

**FIGURA 84 – TAXA DE ALUNOS MATRICULADOS NÃO RESIDENTES NO CONCELHO, NO ENSINO SECUNDÁRIO**



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio) / CM de Almada

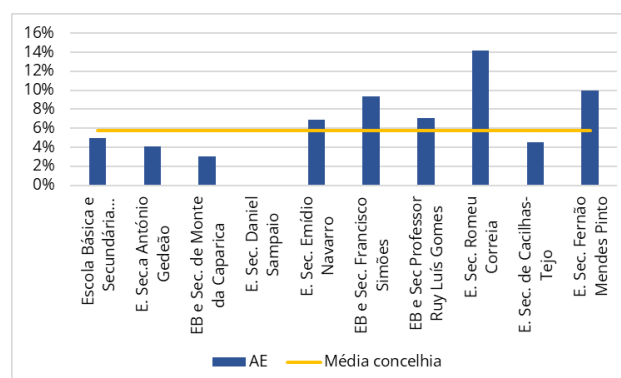
Em matéria de sucesso escolar, importa destacar a evolução positiva no número de retenções e desistências registadas entre os anos letivos de 2019/2020 e 2021/2022, que baixou de 409 retenções e 56 abandonos, para 318 retenções e 40 abandonos.

Este fenómeno reflete a capacidade das instituições em manter os alunos na esfera educacional, impedindo-os de terminarem o seu percurso formativo de forma precoce.

Não obstante, a taxa de retenção e abandono no ensino secundário correspondeu a 5,7% e 0,7%, respetivamente.

Atendendo à taxa de retenção, destaque para as E. Sec. Romeu Correia (14,2%), Fernão Mendes Pinto (10%) e Emídio Navarro (9,4%) que apresentam valores acima da média concelhia.

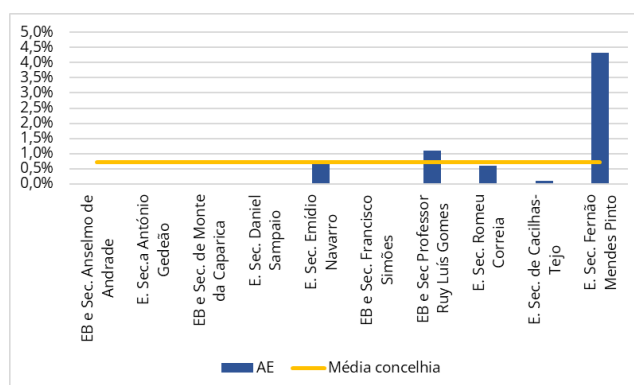
**FIGURA 85 – TAXA DE RETENÇÕES, NO ENSINO SECUNDÁRIO**



Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio) / CM de Almada

Relativamente aos abandonos, a Escola Secundária Fernão Mendes Pinto destaca-se face às restantes, dado que 4,3% dos alunos matriculados no ano letivo de 2021/2022 abandonaram os estudos.

FIGURA 86 – TAXA DE ABANDONOS, NO ENSINO SECUNDÁRIO

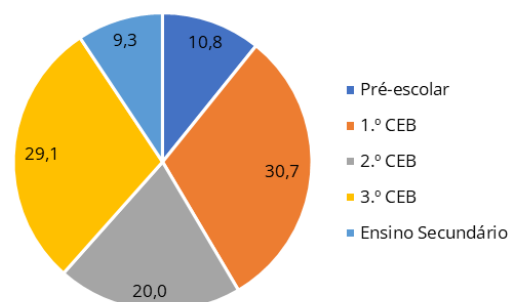


Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (inquérito próprio) / CM de Almada

## 5.2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

No total dos Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias Não Agrupadas, existem 1457 alunos com necessidades educativas especiais/enquadrados na educação inclusiva, dos quais 30,7% (448) se concentram no 1º ciclo de escolaridade, 29% (424) no 3º ciclo e 20% (292) no 2º ciclo. Os ciclos com menor prevalência são o pré-escolar (10,8%) e o ensino secundário (9,3%), com 157 e 136 alunos, respetivamente.

FIGURA 87 – ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS POR NÍVEL DE ENSINO, EM ALMADA (%)



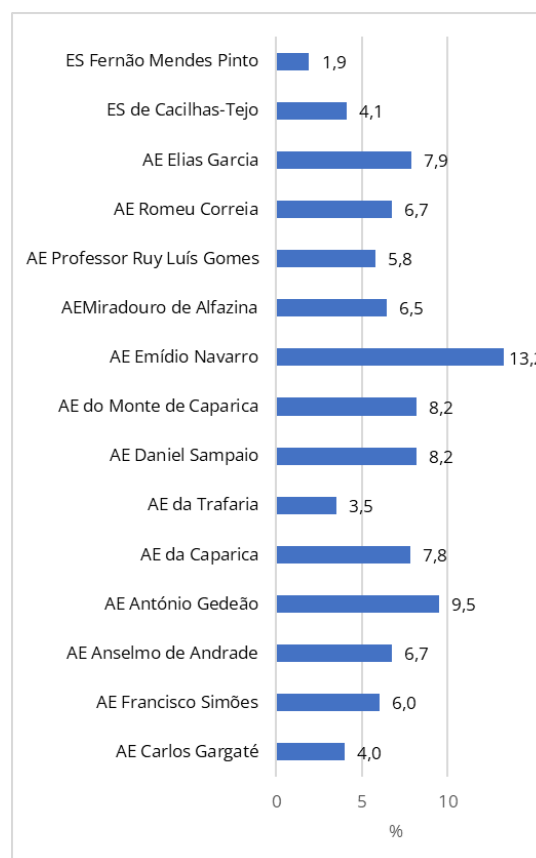
Fonte: Inquérito CEDRU e CM Almada

O Agrupamento com mais alunos é o AE Emídio Navarro, que agrega 13% (193) dos alunos com necessidades educativas do concelho. Os restantes alunos seguem uma distribuição relativamente equilibrada pelos 13 agrupamentos e 2 escolas secundárias - variam entre 138 (AE António Gedeão) e 28 alunos (ES Fernão Mendes Pinto).

Existem 27 unidades no total dos agrupamentos escolares, das quais 15 (55,6%) são Centros de apoio à aprendizagem (CAA), 6 (22,2%) são Centros de recursos para a inclusão (CRI), 4 unidades para o domínio da visão e 2 unidades para a intervenção precoce na infância.

Os Centros de Apoio à Aprendizagem estão presentes em 12 dos 13 agrupamentos, com exceção do AE da Trafaria e das ES de Cacilhas-Tejo e ES Fernão Mendes Pinto que não têm nenhuma unidade para alunos com necessidades educativas. O AE Miradouro de Alfazina não tem CAA, mas conta com 2 Centros de recursos para a inclusão (CRI). Importa assim enfatizar a necessidade da criação de unidades de apoio a alunos com necessidades educativas nos 3 primeiros agrupamentos referidos, uma vez que contemplam 192 alunos e não possuem unidades de apoio na sua comunidade escolar para prestar apoio aos seus alunos, o que contribui, potencialmente, para o aumento da desigualdade e da exclusão.

FIGURA 88 – ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS POR AGRUPAMENTO/ESCOLA SECUNDÁRIA NÃO AGRUPADA, EM ALMADA (%)



Fonte: Inquérito CEDRU e CM Almada

Quanto à tipologia de unidade, do total de 29 salas nos Agrupamentos, existem 15 salas de apoio estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo, 8 salas de apoio especializado para a educação de alunos multideficiência e surdocegueira congénita, 4 salas para a educação de alunos cegos e com baixa visão e 2 salas correspondentes a centros de recursos TIC para educação especial (CRTIC).

O Agrupamento com mais salas especializadas é o AE Romeu Correia pois conta com 5 salas para alunos cegos e com baixa visão e para alunos com multideficiência e surdocegueira congénita. De seguida, encontra-se o AE Professor Ruy Luís Gomes que conta com 4 salas para alunos com perturbações do espectro do autismo e com multideficiência e surdocegueira congénita. Com 3 salas inclui-se o AE Daniel Sampaio, com apoio especializado para o mesmo tipo de alunos que no AE Professor Ruy Luís Gomes. Os restantes agrupamentos contam com uma a duas salas de apoio neste âmbito.

**QUADRO 25 – SALAS NAS UNIDADES DE APOIO E DE RECURSOS, POR AGRUPAMENTO (N.º)**

Agrupamento	N.º de salas
AE Carlos Gargaté	2
AE Francisco Simões	2
AE Anselmo de Andrade	2
AE António Gedeão	2
AE da Caparica	2
AE da Trafaria	0
AE Daniel Sampaio	3
AE do Monte de Caparica	2
AE Emídio Navarro	2
AE Miradouro de Alfazina	2
AE Professor Ruy Luís Gomes	4
AE Romeu Correia	5
AE Elias Garcia	1
ES de Cacilhas-Tejo	0
ES Fernão Mendes Pinto	0
<b>Total</b>	<b>29</b>

Fonte: CM Almada



## 6. REDE PRIVADA E SOLIDÁRIA

### 6.1. ANÁLISE SUPOSTADA NO PROCESSO DE INQUIRIÇÃO

Atendendo aos dados do ano letivo de 2019/2020, existiam 88 estabelecimentos educativos pertencentes à rede privada, 34 integravam a oferta solidária e cooperativa e 47 equipamentos integravam a rede privada com fins lucrativos. A rede solidária disponibilizava uma resposta ao nível da infância (até aos 6 anos) e a rede privada disponibilizava uma resposta desde a creche ao ensino superior.

Os 34 equipamentos da rede solidária estão sob a alçada do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e encontram-se distribuídos por todas as freguesias, nomeadamente UF de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas (13), UF de Caparica e Trafaria (8), UF de Laranjeiras e Feijó (7) e Freguesia da Costa da Caparica e UF de Charneca da Caparica e Sobreira (ambas com 3).

Atendendo às valências destes equipamentos, 29 disponibilizam a valência de creche e 28 JI, encontrando-se equipadas com 183 salas (112 salas de creche e 71 do pré-escolar).

A oferta privada com fins lucrativos também apresenta uma maior incidência nos níveis de creche (28) e pré-escolar (34), ainda que existam equipamentos que disponibilizam 1º (18), 2º e 3ºCEB (3 cada), ensino secundário e/ou profissional (7).

Dos equipamentos da rede privada, apenas foi possível obter uma resposta de 24 equipamentos ao nível do pré-escolar, 4 ao nível do 1ºCEB e 3 ao nível do 2º e 3ºCEB e ensino secundário.

#### 6.1.1. Educação Pré-escolar

##### 6.1.1.1. Equipamentos

Atendendo única e exclusivamente aos equipamentos escolares da rede privada e solidária, dos equipamentos que responderam ao questionário, 24 disponibilizam o ensino pré-escolar no concelho de Almada, sendo que 11 compõem a rede solidária e 13 a rede privada. Destes, 17 partilham as suas instalações com outros níveis de ensino, designadamente os níveis de creche (13), 1ºCEB (6), 2º e 3ºCEB (1) e 1 funciona ainda como CATL.

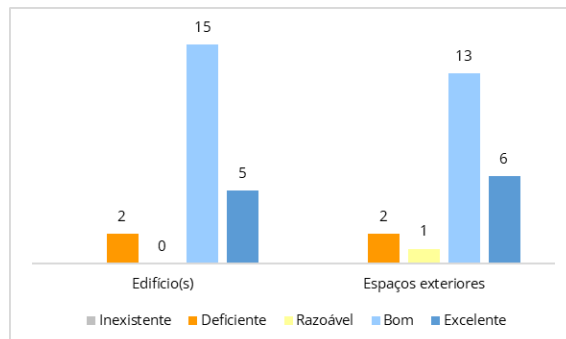
Relativamente ao ano de construção inicial destes equipamentos, 6 foram construídos anteriormente a 1970, 11 entre 1970 e 1999, e 6 desde 2000, manifestando alguma heterogeneidade quanto à idade do seu edificado, assim como as necessidades daí decorrentes. Não obstante, 59% destas escolas já foram alvo de obras, ou de ampliação do seu espaço/capacidade, ou da construção integral de novos edifícios após a sua construção inicial, ou de obras de reabilitação/intervenção, sendo que a última ocorreu em 2021, no Externato “O Barquinho” de Almada.

Com base no uso dos edifícios em que estes equipamentos se situam, 17 apresentam exclusivamente a componente educativa, na medida em que o Centro Paroquial Cacilhas partilha o mesmo edifício com uma SAD, os JI do Pombal, Pão de Açúcar e 25 de Abril partilham os respetivos edifícios com habitações e o JI do Raposo com a Associação UMAR.

O estado de conservação das escolas é bom, tanto ao nível do edificado, como dos respetivos espaços exteriores.

Ao passo que o estado de conservação do edificado foi comumente classificado como “Bom” (15) e “Excelente” (5), os espaços exteriores encontravam-se em “Bom” (13) e “Excelente” (6) estados de conservação.

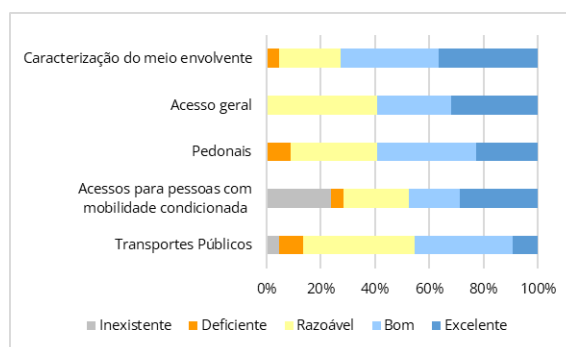
**FIGURA 89 – AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS EDIFÍCIOS E ESPAÇOS EXTERIORES DOS EQUIPAMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR**



Fonte: Inquérito CEDRU e CM Almada

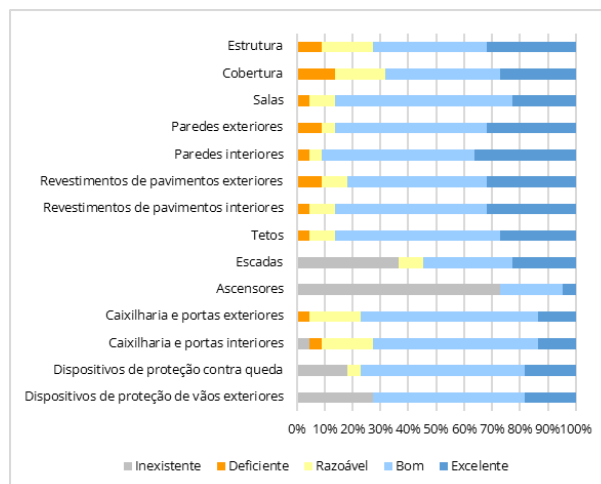
De um modo geral, os acessos são classificados como bons ou muito bons em mais de 60% dos equipamentos, ainda que os acessos para pessoas com mobilidade condicionada e o acesso a transportes públicos são avaliados de forma menos positiva. No caso dos primeiros acabam mesmo por ser inexistentes em cerca de 25% dos equipamentos do pré-escolar.

**FIGURA 90 – AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS ACESSOS DOS EQUIPAMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR**



Relativamente ao edificado, os elementos encontram-se genericamente bem conservados, sendo classificados como em “Bom” ou “Muito Bom” estados de conservação em mais de 65% dos equipamentos. As coberturas constituem o único elemento em que as avaliações menos positivas ultrapassam os 10%.

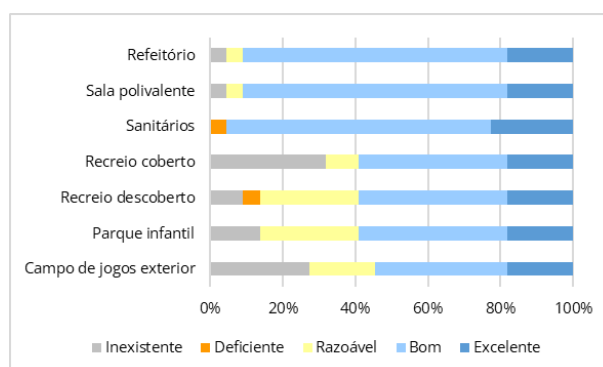
**FIGURA 91 – AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DOS EQUIPAMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR**



Os espaços de apoio, por sua vez, revelam algumas assimetrias, na medida em que os refeitórios, salas polivalentes e sanitários se encontram em “Bom” ou “Muito Bom” estados de conservação em cerca de 90% dos equipamentos, enquanto os espaços de recreio e lazer não vão além dos 59%.

Os recreios cobertos e os campos de jogos exteriores são inexistentes em cerca de 30% dos equipamentos.

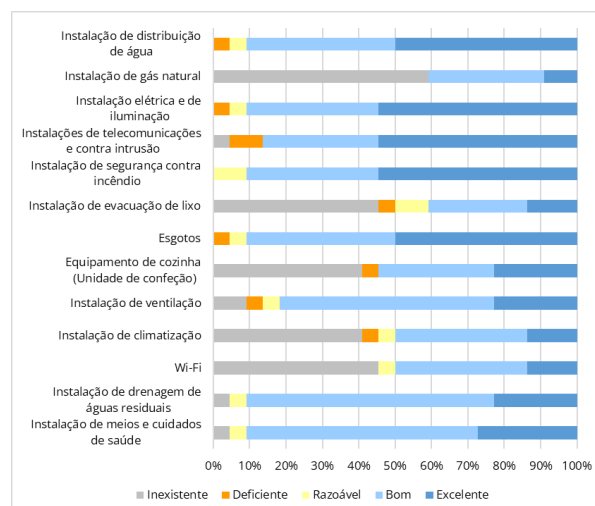
**FIGURA 92 – AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS DE APOIO DOS EQUIPAMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR**



No caso das instalações e redes, os elementos menos frequentes são as instalações de gás natural, instalações de climatização, instalações de Wi-Fi e equipamentos de cozinha.

No sentido oposto, as restantes redes e instalações apresentam bons estados de conservação em mais de 80% dos equipamentos.

**FIGURA 93 – AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS REDES E INSTALAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR**



Ao nível do consumo energético nos últimos 3 anos, 17 equipamentos não registaram grandes alterações, 2 observaram uma evolução negativa (aumento do consumo) e 3 manifestaram uma redução do consumo, ainda que 15 tenham adotado medidas específicas de aumento da eficiência energética, nomeadamente: instalação de lâmpadas LED; instalação de painéis solares; eliminação do gás/substituição por eletricidade (placa e termoacumulador).

Em síntese, as diferenças identificadas ao nível das apreciações realizadas pelos vários responsáveis concorrem para os constrangimentos sinalizados, que apontam para necessidade de algumas intervenções:

- No caos dos edifícios: Substituição de algumas portas e caixilharias e também de alguns pavimentos; Intervenções/manutenções de fundo, dado que alguns dos equipamentos já não são alvo de obras há vários anos, contribuído para o acumular e agravar de alguns problemas quer ao nível de infiltrações, quer ao nível das redes e instalações;
- No caso dos espaços exteriores: Renovação dos pisos e revestimentos; construção de vedações para aumento da segurança do espaço e respetivos utilizadores.

### 6.1.1.2. Espaços, Serviços e Recursos Humanos

Nos 22 equipamentos do pré-escolar do concelho de Almada, existe um total de 81 salas com condições para a componente letiva, das quais 66 se encontram ocupadas com turma. Ainda que atualmente exista um excedente de 15 salas, a concentração populacional em determinadas áreas do concelho, assim como as crescentes necessidades dos equipamentos traduzem-se numa carência de 3 salas, com várias finalidades, nomeadamente: salas de aula; salas para Atividades de Apoio à Família (AAAF); e salas polivalentes, que dotem os respetivos equipamentos de espaços de dinamização e recreio para as crianças.

Entre os equipamentos com carências de salas identificam-se o Colégio do Vale (2) e o Centro de Educação Pré-escolar dos Serviços de Ação Social da Universidade Nova de Lisboa (1).

Destes equipamentos, apenas o Centro de Educação Pré-escolar dos Serviços de Ação Social da Universidade Nova de Lisboa de Almada não beneficia de serviço de refeições. O serviço de refeições dos restantes funciona quer por unidades de confeção de refeições própria (14), com (3) e sem (11) confeção para o exterior, quer por unidades de confeção de refeições externa (8).

Atendendo às necessidades educativas e aos apoios disponibilizados pelos equipamentos escolares, 16 dos equipamentos possuem alunos com necessidades educativas especiais (NEE) ainda que apenas 15 escolas se encontrem adaptadas a estas necessidades. Tal como determinado pela legislação dedicada à educação inclusiva (Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro e Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho), esta prioridade política veio “concretizar o direito de cada aluno a uma educação inclusiva que responda às suas potencialidades, expectativas e necessidades no âmbito de um projeto educativo comum e plural que proporcione a todos a participação e o sentido de pertença em efetivas condições de equidade, contribuindo assim, decisivamente, para maiores níveis de coesão social.”.

Assim, as necessidades educativas dos alunos estão cobertas nos seguintes equipamentos:

- Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo - Colégio do Vale;
- Unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita - Colégio O Sossego da Mamã;
- Intervenção precoce na infância - Centro Paroquial Cacilhas; Atrium7; Colégio Um Dó Li Tá; Externato "O Pátio das Andorinhas"; Colégio do vale; AIPICA - JI do Pombal; AIPICA - JI do Raposo; AIPICA - Creche e JI Pão de Açúcar; AIPICA - JI Bento Gonçalves; AIPICA - Creche e JI Castelo; AIPICA - Creche e JI Pragal; AIPICA - Creche e JI Liberdade; Era uma Vez 1 2 3.

Atendendo às Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), os únicos equipamentos que disponibilizam este serviço são o Centro Paroquial Cacilhas, Atrium7 e Colégio O Sossego da Mamã (antes e depois da componente letiva), sendo que as taxas de participação nestas atividades são de 98,4%.

Em matéria de recursos humanos, no ano letivo de 2022/2023, foi identificado um total de 203 pessoas afetas à atividade dos 22 equipamentos da rede privada do pré-escolar. 178 pertencentes aos quadros e 25 com outro vínculo contratual.

Atendendo à sua função, os profissionais em maior número correspondiam aos assistentes operacionais (69), seguidos pelos educadores de infância (58), recursos humanos de outra natureza (48) e assistentes técnicos (28).

## 6.1.2. 1º Ciclo do Ensino Básico

### 6.1.2.1. Equipamentos

Atendendo aos equipamentos escolares do 1ºCEB da rede privada que responderam ao questionário (4), todos partilham as suas instalações com outros níveis de ensino, designadamente os níveis de Pré-escolar (Colégio O Sossego da Mamã-Estab; Colégio Um Dó Li Tá; Colégio do Vale), 2º e 3ºCEB (Colégio do Vale; Externato Frei Luís de Sousa) e ensino secundário (Externato Frei Luís de Sousa).

Relativamente ao ano de construção inicial destes equipamentos, 2 foram construídos anteriormente a 1970, 1 entre 1970 e 1999, e 1 desde 2000, manifestando alguma heterogeneidade quanto à idade do seu edificado, assim como as necessidades daí decorrentes. Não obstante, todas estas escolas já foram alvo de obras, ou de ampliação do seu espaço/capacidade, ou da construção integral de novos edifícios após a sua construção inicial, ou de obras de reabilitação/intervenção, sendo que a última ocorreu em 2020, no Externato Frei Luís de Sousa.

Com base no uso dos edifícios em que estes equipamentos se situam, todos apresentam um uso exclusivamente educativo. O estado de conservação das escolas é bom, tanto ao nível do edificado, como dos respetivos espaços exteriores.

**QUADRO 26 – AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DO 1ºCEB DA REDE PRIVADA**

Elementos	Colégio O Sossego da Mamã-Estab. Ensino Particular, Lda.	Colégio Um Dó Li Tá	Colégio do Vale	Externato Frei Luís de Sousa
Edifício(s)	Excelente	Bom	Bom	Bom
Espaços exteriores	Excelente	Bom	Excelente	Bom
Caracterização do meio envolvente e acessos				
Caracterização do meio envolvente	Excelente	Bom	Bom	Bom
Acesso geral	Excelente	Bom	Bom	Excelente
Pedonais	Bom	Bom	Excelente	Excelente
Acessos para pessoas com mobilidade condicionada	Excelente	Bom	Excelente	Excelente
Transportes Públicos	Razoável	Bom	Bom	Excelente

De um modo geral, os acessos são classificados como bons ou excelentes em todos dos equipamentos, tanto ao nível dos acessos para pessoas de mobilidade condicionada, como dos transportes públicos.

Relativamente ao edificado, os elementos seguem a mesma linha, sendo classificados como em “Bom” ou “Excelente” estados de conservação em quase todos os equipamentos.

Tanto os espaços de apoio como as redes de instalações apresentam estados de conservação extremamente satisfatórios. Ao nível da sua dotação, os 4 equipamentos da rede privada disponibilizam uma oferta bastante completa. No caso das instalações e redes, o Externato Frei Luís de Sousa é o único que não dispõe de instalação de evacuação de lixo e sistema de climatização.

Ao nível do consumo energético nos últimos 3 anos, 2 equipamentos não registaram grandes alterações, 1 observou uma evolução negativa (aumento do consumo) e 1 manifestou uma redução do consumo, ainda que 3 tenham adotado medidas específicas de aumento da eficiência energética, nomeadamente: instalação de lâmpadas LED, no caso do Colégio do Vale e do Externato Frei Luís de Sousa, e instalação de painéis solares, no caso do Colégio Um Dó Li Tá.

Os responsáveis não identificaram quaisquer necessidades de intervenções significativas nos seus equipamentos.

### 6.1.2.2. Espaços, Serviços e Recursos Humanos

Nos 4 equipamentos do 1ºCEB da rede privada que responderam ao inquérito, existe um total de 24 salas com condições para a componente letiva, das quais 22 se encontram ocupadas com turma. Existe ainda um total de 7 salas de educação física e 4 de informática, tornando-se possível identificar algumas assimetrias entre a dotação dos vários equipamentos. Contrariamente ao pré-escolar, não foi identificada qualquer carência de salas nestes equipamentos.

**QUADRO 27 – Nº DE SALAS E RESPECTIVAS CARÊNCIAS DOS EQUIPAMENTOS DO 1ºCEB**

Estabelecimento Escolar	Total de Salas	Salas Ocupadas	Salas de Educação Física / Polivalentes	Salas de Informática	Carência de Salas	Finalidade
Colégio O Sossego da Mamã-Estab. Ensino Particular, Lda.	4	3	2	1		
Colégio Um Dó Li Tá	4	4	2	1		
Colégio do Vale	9	8	1	1		
Externato Frei Luís de Sousa	7	7	2	1		
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>22</b>	<b>7</b>	<b>4</b>		

Todos os equipamentos beneficiam de pelo menos uma sala de educação física / Sala polivalente e uma outra de informática, o que constitui uma mais-valia para o desenvolvimento cognitivo das crianças. Todos os estabelecimentos beneficiam de serviço de refeições, encontrando-se equipados com unidades de confeção de refeições própria (4), com (1) e sem (3) confeção para o exterior, o que permite uma oferta alimentar de qualidade.

Atendendo às necessidades educativas e aos apoios disponibilizados pelos equipamentos escolares, todos os equipamentos possuem alunos com necessidades educativas especiais, sendo que o Colégio do Vale concentra o maior número (24). Ainda assim, nenhuma das escolas se encontra adaptada a estas necessidades.

Todas as escolas dispõem de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e somente o Colégio O Sossego da Mamã dispõe de Componente de Apoio à Família (CAF), sendo que as taxas de participação nestas atividades são, respetivamente, 76,7% e 8%.

QUADRO 28 – RECURSOS HUMANOS DOS EQUIPAMENTOS DO 1ºCEB

Estabelecimento Escolar	Educadores de infância		Assistentes técnicos		Assistentes operacionais		Outros recursos humanos		Total
	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	
Colégio O Sossego da Mamã - Estab. Ensino Particular, Lda.	4	3		1		1	3		12
Colégio Um Dó Li Tá	5		2		4		4		15
Colégio do Vale	5	6	9		9	1	1		31
Externato Frei Luís de Sousa	5	2	1		4		0		12
Total	19	11	12	1	17	2	8		70

Em matéria de recursos humanos, no ano letivo de 2022/2023, foi identificado um total de 70 pessoas afetas à atividade dos 4 equipamentos da rede privada do 1ºCE, 56 pertencentes aos quadros e 14 com outro vínculo contratual. Atendendo à sua função, os profissionais em maior número correspondiam aos docentes (30), seguidos dos assistentes operacionais (19), assistentes técnicos (13) e recursos humanos de outra natureza (8).

### 6.1.3. 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário

#### 6.1.3.1. Equipamentos

Dos estabelecimentos da rede privada que responderam ao questionário, 3 disponibilizam o 2º e 3ºCEB e Ensino Secundário.

QUADRO 29 – NÍVEIS DE ENSINO DISPONIBILIZADOS PELOS EQUIPAMENTOS DA REDE PRIVADA DE ALMADA

Estabelecimento Escolar	2º CEB	3º CEB	Ensino Secundário
Externato Gil Eanes			X
Colégio do Vale	X	X	
Externato frei Luís de Sousa	X	X	X

Relativamente ao ano de construção inicial destes equipamentos, o Externato Frei Luís de Sousa foi contruído em 1956, o Colégio do Vale foi construído em 1991 e o Externato Gil Eanes foi construído em 1995. Não obstante, desde a sua construção inicial, tanto o Colégio do Vale, como o Externato Frei Luís de Sousa já foram alvo de obras, ou de ampliação do seu espaço/capacidade, ou da construção integral de novos edifícios, nos anos de 2005 e 2006, respetivamente.

Ao nível da coexistência, os equipamentos escolares não partilham espaços com a comunidade exterior.

**QUADRO 30 – AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DO 2º/3ºCEB E ENSINO SECUNDÁRIO DA REDE PRIVADA**

Elementos	Externato Gil Eanes	Colégio do Vale	Externato Frei Luís de Sousa
Edifício(s)	Bom	Bom	Bom
Espaços exteriores	NS/NR	Excelente	Bom
Caracterização do meio envolvente e acessos			
Caracterização do meio envolvente	Razoável	Bom	Bom
Acesso geral	Bom	Bom	Excelente
Pedonais	Razoável	Bom	Excelente
Acessos para pessoas com mobilidade condicionada	Deficiente	Bom	Excelente
Transportes Públicos	Razoável	Bom	Excelente

À semelhança dos equipamentos do 1ºCEB pertencentes à rede privada o estado de estado de conservação das escolas encontra-se genericamente bem conservado. No sentido oposto, os acessos do Externato Gil Eanes são classificados como razoáveis, sendo que o acesso de pessoas com mobilidade condicionada é avaliado como deficitário.

Por sua vez, o edificado apresenta algumas dissemelhanças entre os seus elementos, tanto ao nível da sua dotação como estado de conservação. Por um lado, o Externato Gil Eanes encontra-se num estado de conservação razoável. Por outro, o Externato Frei Luís de Sousa não dispõe de oficinas e mediateca, disponibilizando uma oferta espaços de apoio menos completa aos alunos.

No caso das instalações e redes, o estado de conservação reflete a descrição dos elementos anteriores, na medida em que o Externato Gil Eanes regista estados de conservação razoáveis, face aos bons estados de conservação dos restantes equipamentos.

Ao nível do consumo energético nos últimos 3 anos, nenhum dos equipamentos registaram grandes alterações, ainda que tanto o Colégio do Vale como o Externato Frei Luís de Sousa tenham adotado medidas específicas de aumento da eficiência energética, nomeadamente a instalação de lâmpadas LED (em ambos os equipamentos) e instalação de painéis solares no Colégio do Vale.

As apreciações realizadas pelos vários responsáveis concorrem para os constrangimentos sinalizados, que apontam para a necessidade de algumas intervenções, nomeadamente no Externato Gil Eanes. Entre as necessidades apontadas sublinha-se a revisão das instalações elétricas e de iluminação e a substituição das janelas e caixilharias.

#### 4.5.3.1. Espaços, Serviços e Recursos Humanos

Nos 3 equipamentos de 2º e 3º CEB e ensino secundário da rede privada do concelho de Almada, existe um total de 41 salas com condições para a componente letiva, das quais 35 se encontram ocupadas com turma. Existe ainda um total de 5 laboratórios, 3 salas de educação visual e tecnológica, 3 salas de educação física / polivalente e duas salas de informática. Importa ainda acrescentar que a distribuição destes espaços não é transversal a todos os equipamentos, tornando-se possível identificar algumas assimetrias entre a sua dotação.

Ainda que se calcule um excedente de 6 salas, derivado das crescentes necessidades dos equipamentos, foi identificada uma carência de 3 salas, no Colégio do Vale, que permitirá o desdobramento de disciplinas e desenvolvimento de atividades de enriquecimento.



**QUADRO 31 – SALAS E RESPECTIVAS CARÊNCIAS NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE PRÉ-ESCOLAR DA REDE PRIVADA E SOLIDÁRIA (Nº)**

Estabelecimento Escolar	Salas							Carência de Salas: Finalidade
	Total	Ocupadas	Informática	Educação Física / Polivalentes	Educação Visual e Tecnológica	Laboratórios	Oficinas	
Externato Gil Eanes	6	6				2		
Colégio do Vale	11	11	1	1	1	1		3: Salas de aula e salas para dinamização de projetos e clubes
Externato Frei Luís de Sousa	24	18	1	2	2	2		
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>35</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>3</b>

No caso do Externato Frei Luís de Sousa, dado que existem 6 salas desocupadas, a adaptação de algumas para a componente de oficina e/ou informática dotaria este equipamento de um espaço distintivo, entre as várias escolas, oferecendo uma educação mais completa e heterogénea aos alunos.

À exceção da Externato Gil Eanes, todos os restantes estabelecimentos do 2º e 3º CEB e ensino secundário beneficiam de serviço de refeições, encontrando-se equipados com unidades de confeção de refeições própria (2), com (1) e sem (1) confeção para o exterior.

Atendendo às necessidades educativas e aos apoios disponibilizados pelos equipamentos escolares, nenhuma destas escolas se encontra adaptada a estas necessidades, ainda que tanto o Colégio do Vale (44), como o Externato Frei Luís de Sousa (31) possuam alunos com este tipo de carências.

Ao nível das atividades complementares (projetos, clubes, outros), duas das escolas disponibilizam este tipo de atividades. Entre as atividades identificadas encontra-se o clube de teatro, disponibilizado no Colégio do Vale.

**QUADRO 32 – RECURSOS HUMANOS NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PRÉ-ESCOLAR**

Estabelecimento Escolar	Docentes		Assistentes técnicos		Assistentes operacionais		Outros recursos humanos		Total
	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	
Externato Gil Eanes	17								<b>17</b>
Colégio do Vale	38	13	9		22	3	9	6	<b>100</b>
Externato Frei Luís de Sousa	43	11	1	2	23	13			<b>93</b>
<b>Total</b>	<b>98</b>	<b>24</b>	<b>10</b>	<b>2</b>	<b>45</b>	<b>16</b>	<b>9</b>	<b>6</b>	<b>210</b>

Em matéria de recursos humanos, no ano letivo de 2022/2023 foi identificado um total de 210 pessoas afetas à atividade dos 3 equipamentos da rede privada do 2º e 3º CEB e ensino secundário. 162 pertencentes aos quadros e 48 com outro vínculo contratual. Atendendo à sua função, os profissionais em maior número correspondiam aos docentes (122), seguidos dos assistentes operacionais (61), recursos humanos de outra natureza (25) e assistentes técnicos (12).

## 6.2. ANÁLISE SUPORTADA NA CARTA SOCIAL

Segundo a informação constante na Carta Social do MTSS, a oferta privada e solidária do pré-escolar é constituída por 51 equipamentos, dos quais 31 (60% da oferta) localizam-se na UF de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas e na UF de Charneca de Caparica e Sobreda, justificado, em parte, pelo facto de serem as freguesias mais populosas do concelho.

**QUADRO 33 – EQUIPAMENTOS DE ENSINO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PRIVADA E SOLIDÁRIA**

Freguesias	Equipamentos		Capacidade		Utentes		Taxa de ocupação
	N.º	N.º	%	N.º	%	%	
Costa da Caparica	4	297	6,8	204	5,5	68,7	
UF de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas	15	934	21,3	710	19,1	76	
UF de Caparica e Trafaria	4	297	6,8	254	6,8	85,5	
UF de Charneca de Caparica e Sobreda	16	2182	49,8	1971	53	90,3	
UF de Laranjeiro e Feijó	12	675	15,4	577	15,5	85,5	
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>4385</b>	<b>100</b>	<b>3716</b>	<b>100</b>	<b>84,7</b>	

Fonte: Carta Social MTSS e websites das instituições (2023)

A que mais se destaca no que concerne à capacidade e aos utentes é a UF de Charneca de Caparica e Sobreda uma vez que representa quase 50% (2.182) da capacidade total concelhia e compreende 52,9% (1.971) do número total de utentes no pré-escolar privado, o que comprova assim a sua elevada taxa de ocupação (90%), indicativo de alguma incapacidade em acompanhar um potencial aumento da procura.

Por outro lado, na freguesia da Costa da Caparica, apesar de possuir um menor número de equipamentos é a que apresenta menor taxa de ocupação (68,7%), o que possibilita responder a um potencial aumento da procura.

Alguns estabelecimentos de educação pré-escolar em Almada dispõem ainda de vários níveis de ensino, sendo que 19,6% (10) dos equipamentos possuem 1º CEB, 5,9% (3) possuem o 2º e 3º CEB e 3,9% (2) possuem o ensino secundário.

## 7. OUTROS ESTABELECIMENTOS

### 7.1. ENSINO ARTÍSTICO

Atendendo ao ensino artístico no concelho, a oferta é composta por quatro equipamentos especializados, nomeadamente a Academia de Música de Almada, a Ca.Da Escola, o Colégio Campo de Flores e o Conservatório de Artes Performativas de Almada.

A Academia de Música de Almada (AMA) pertence à rede do ensino particular e cooperativo e encontra-se sob a tutela do Ministério da Educação, disponibilizando os cursos básicos de música e secundário de Instrumento e Canto em regime articulado e supletivo.

As componentes do currículo são asseguradas numa escola de ensino geral do concelho, e as disciplinas da componente de ensino artístico especializado são asseguradas na AMA. A Academia de Música de Almada assegura ainda a oferta de cursos de iniciação musical e regime livre para adultos e para crianças.

O Centro de Artes Performativas de Almada (CAPA) foi criado em 2020, e destina-se ao ensino artístico. Atualmente o CAPA tem em funcionamento dois projetos residentes, nomeadamente o Conservatório de Artes Performativas de Almada e a Orquestra d'Almada. Este equipamento situa-se no Laranjeiro e conta com 10 salas de aula e um auditório.

O Conservatório de Artes Performativas de Almada foi fundado em 2017 e trata-se de uma escola de ensino especializado da Música, do ensino particular e cooperativo. O Conservatório tem autonomia pedagógica que permite a certificação oficial dos cursos. Este equipamento é tutelado pela Império dos Sons – Associação Almada, Educação e Cultura, associação sem fins lucrativos cuja missão é promover atividades culturais.

A Orquestra d'Almada assenta numa estrutura profissional, encontrando-se a Direção Artística a cargo do maestro Carlos Reinaldo Guerreiro. A Orquestra d'Almada teve o seu concerto de estreia no dia 22 de maio de 2019, no Teatro Municipal Joaquim Benite e apresenta-se regularmente em formação orquestral ou camerística. Esta orquestra propõe uma nova abordagem cultural, próxima do público, através da realização de um ciclo de concertos por temporada. Com isto, pretende-se consciencializar o público do que é uma orquestra ou do papel do músico na orquestra, através da formação, colaboração ou integração do público nos ensaios abertos e nos concertos.

### 7.2. ENSINO SUPERIOR

A oferta de cursos de nível de superior em Almada é extensa e variada, coexistindo instituições de natureza pública e privada, de ensino universitário, militar e policial, e politécnico.

São disponibilizados cursos de diferentes graus de ensino, desde o Curso Técnico Superior Profissional, Licenciatura (1º Ciclo), Mestrado Integrado, Mestrado (2º Ciclo) e Doutoramento (3º Ciclo).

O ensino superior público está representado por duas Instituições, a Faculdade de Ciências e Tecnologia, e pela Escola Naval. A Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova, instituída em 1977, tem um Campus - Campus da FCT NOVA, com 65ha, na Caparica. Organiza-se em 13 departamentos e apresenta uma oferta ampla de cursos na área da engenharia, das ciências, matemática, química, bioquímica, biologia, tecnologia agroindustrial, conservação e restauro.

A Escola Naval, pertencente ao Instituto Universitário Militar, localiza-se no Perímetro Militar do Alfeite, e tem como finalidade formar os oficiais e sargentos dos quadros permanentes das Forças Armadas (FFAA) e da Guarda Nacional Republicana (GNR).

**QUADRO 34 – INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR LOCALIZADAS EM ALMADA, OFERTA DE CURSOS, CICLO DE ESTUDOS E NÚMERO DE VAGAS EM 2022 E 2023**

Ensino superior	Instituição/ Curso	Licenciatura 1ºciclo	Mestrado Integrado	Vagas	
				<b>2023</b>	
<b>Público Universitário</b>	Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências e Tecnologia				
		Biologia Celular e Molecular	X		65
		Bioquímica	X		80
		Conservação - Restauro	X		24
		Engenharia do Ambiente	X		52
		Engenharia Biomédica	X		57
		Engenharia Civil	X		47
		Engenharia Eletrotécnica e de Computadores	X		166
		Engenharia Física	X		25
		Engenharia Geológica	X		20
		Engenharia e Gestão Industrial	X		55
		Engenharia Informática	X		170
		Engenharia de Materiais	X		23
		Engenharia Mecânica	X		75
		Engenharia de Micro e Nanotecnologias	X		60
		Engenharia Química e Biológica	X		67
		Matemática	X		25
		Matemática Aplicada à Gestão do Risco	X		22
	Química Aplicada	X		30	
	Tecnologia Agro-Industrial	X		35	
				<b>1098</b>	
				<b>2022</b>	
<b>Público Militar e Policial</b>	Instituto Universitário Militar - Escola Naval				
		Ciências Militares Navais, ramo de Administração Naval	X		n.d.
		Ciências Militares Navais, ramo de Engenharia Naval	X		n.d.
		Tecnologias Militares Navais	X		n.d.
		Ciências Militares Navais, especialidade de Fuzileiro		X	n.d.
		Ciências Militares Navais, especialidade de Marinha		X	n.d.
		Formação Militar Complementar em Medicina		X	n.d.
<b>Privado Universitário</b>	Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares de Almada				
		Educação Física e Desporto	X		35
		Gestão	X		33
		Psicologia	X		48
					<b>116</b>
	Instituto Universitário Egas Moniz				
		Ciências Farmacêuticas		X	100
		Ciências Forenses e Criminais	X		54
		Ciências da Nutrição	X		47
		Medicina Dentária		X	117
		Medicina Veterinária		X	23
	Psicologia	X		46	
				<b>387</b>	
<b>Privado Politécnico</b>	Escola Superior de Saúde Egas Moniz				
		Ciências Biomédicas Laboratoriais	X		52

Ensino superior	Instituição/ Curso	Licenciatura 1ºciclo	Mestrado Integrado	Vagas
	Enfermagem	X		50
	Enfermagem Veterinária	X		40
	Fisioterapia	X		60
	Prótese Dentária	X		50
				<b>252</b>
	Instituto Politécnico Jean Piaget do Sul - Escola Superior de Educação Jean Piaget de Almada			
	Educação Básica	X		30
	Educação Social	X		29
				<b>59</b>
	Instituto Politécnico Jean Piaget do Sul - Escola Superior de Tecnologia e Gestão Jean Piaget			
	Engenharia Informática	X		22

Fonte: DGES – Direção Geral do Ensino Superior

O ensino privado distribui-se por dois Campus: Campus do Instituto Piaget, na Quinta da Arreinel, e o Campus Universitário, na Quinta da Granja, da Cooperativa Egas Moniz.

O Campus do Instituto Piaget de Almada é constituído por uma Escola Superior de Educação, uma Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ensino politécnico) e por um Instituto Universitário, o Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares de Almada (ISEIT).

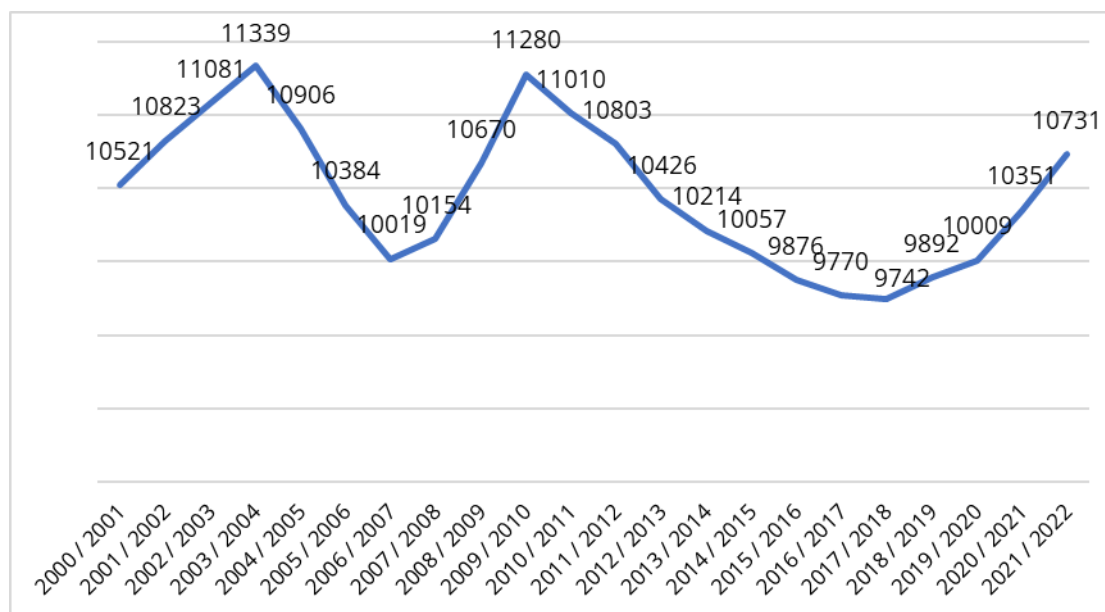
O Campus Universitário, na Quinta da Granja, da Cooperativa Egas Moniz nasceu em 1998, sendo composta por dois estabelecimentos de ensino superior, o Instituto Universitário Egas Moniz (antigo Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz, criado em 1987) e a Escola Superior de Saúde Egas Moniz (ESSEM), criada em 1999.

O ensino privado universitário está a cargo do Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares de Almada – ISEIT (Instituto Piaget), e do Instituto Universitário Egas Moniz (Egas Moniz cooperativa de Ensino Superior, Crl.). O ISEIT de Almada oferece formação nas áreas da Psicologia, Educação Física, Desporto e Gestão, e o Instituto Universitário Egas Moniz atua na área da saúde (Ciências Farmacêuticas, Ciências Forenses e Criminais, Ciências da Nutrição, Medicina Dentária, Medicina Veterinária, Psicologia).

Por sua vez, o ensino privado politécnico está presente através da Escola Superior de Educação Jean Piaget de Almada, da Escola Superior de Tecnologia e Gestão Jean Piaget e da Escola Superior de Saúde Egas Moniz.

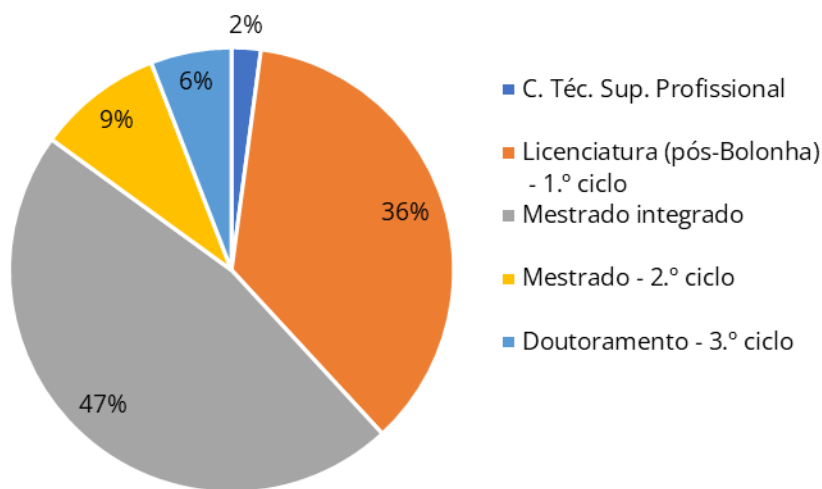
Do ponto de vista da procura de ensino superior, eram 10.731 os residentes em Almada inscritos em estabelecimentos de ensino superior no ano letivo de 2021/2022, o que constitui a procura mais elevada da última década. Estes alunos estavam inscritos maioritariamente em Licenciaturas (36%) e mestrados integrados (47%).

FIGURA 94 – ALUNAS/OS INSCRITAS/OS NO ENSINO SUPERIOR (N.º) NO CONCELHO DE ALMADA, 2000/2001-2021/2022



Fonte: INE

FIGURA 95 – ALUNAS/OS INSCRITAS/OS NO ENSINO SUPERIOR (N.º), EM 2021/2022, POR CICLO DE ESTUDOS



Fonte: INE

## 8. PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO ESCOLAR (PROCURA POTENCIAL)

### 8.1. NOTA INTRODUTÓRIA

Segundo o Decreto-Lei nº 21/2019 de 30 de janeiro, nomeadamente no que concerne aos objetivos, a Carta Educativa visa promover a adequação da rede de estabelecimentos, de modo que, em cada momento, as ofertas educativas respondam à procura efetiva que se manifeste em cada um dos níveis de ensino. Neste quadro, a melhor utilização dos recursos educativos só poderá ser efetivamente concretizada se, no início de cada ano letivo, a oferta conseguir dar uma resposta adequada às necessidades da procura.

Com base na interpretação da evolução demográfica recente e das tendências de urbanização local é possível desenvolver algumas conclusões sobre tendências e impactes da demografia na evolução da procura educativa no Concelho de Almada. Acresce que, em qualquer processo de planeamento municipal, a componente demográfica deverá ser destacada, na medida em que se assume como um dos pilares de sustentação e vertebração do desenvolvimento territorial, geradora de fluxos espaciais e de novas necessidades e conceitos, cujos impactes se refletem na organização e modelação do espaço, nomeadamente no que concerne à programação de equipamentos e infraestruturas.

Torna-se assim evidente a necessidade de prospetivar os quantitativos populacionais futuros para se identificarem, atempadamente, algumas carências e problemas que daí advenham, nomeadamente na programação de equipamentos escolares, para satisfazer as necessidades dos habitantes que previsivelmente se virão instalar no concelho num futuro próximo e/ou para colmatar/resolver as necessidades já sentidas pelas populações atualmente. O modelo a adotar na Carta Educativa destina-se a esse fim, pois consegue estimar a estrutura etária da população, em momentos posteriores.

Deste modo, foram realizadas projeções demográficas para 2025 e 2031, utilizando o modelo *cohort survival* aberto.

**O modelo cohort survival aberto corresponde a um modelo que se baseia na capacidade de sobrevivência de um grupo de indivíduos que sofre o mesmo tipo de acontecimentos demográficos, no decorrer de uma determinada unidade temporal. Existem dois pressupostos de base, no modelo: i) a existência de um grupo etário e um período de projeção, sendo que este deve corresponder à amplitude do primeiro; ii) a probabilidade que um grupo etário tem, num dado momento, de sobreviver e passar a constituir o grupo etário seguinte, num momento posterior. Aqui está subjacente uma equação de concordância onde a população final é igual à população inicial, a que se adicionam os nascimentos e as imigrações, e se subtraem os óbitos e as emigrações (traduz o efeito do crescimento natural e da variação migratória, na evolução da população, durante um determinado período).**

Nesta projeção, espacialmente centrada nas diversas freguesias do concelho, considerou-se a evolução temporal da população, por grupos etários, no período de 2011 - 2021, para se prospetivar a sua evolução para o horizonte temporal de 2021-2025 e 2021-2031. Dadas as características do concelho, localizado num território dinâmico, competitivo e atrativo (a Área Metropolitana de Lisboa), originando que as freguesias estejam em permanente mutação, no que se refere ao seu modelo de desenvolvimento e ocupação do território, bem como da atual política de desenvolvimento territorial preconizada no âmbito da Revisão do PDM de Almada, as projeções demográficas, incluindo o crescimento natural e as taxas migratórias, foram desenvolvidas segundo dois cenários prospetivos (tendencial e voluntarista moderado). Com base nestes dados de projeção demográfica, construíram-se dois cenários prospetivos de procura educativa por nível de ensino, nomeadamente no que se refere à Rede Pública.

## 8.2. CENARIZAÇÃO DEMOGRÁFICA (2025 E 2031)

Num primeiro momento, foram realizadas projeções demográficas para 2025 e 2031, utilizando o modelo *cohort survival*. Nesta projeção, espacialmente centrada nas diversas freguesias do concelho, considerou-se a evolução temporal da população, por grupos etários, no período de 2011 - 2021, para se prospetivar a sua evolução para o horizonte temporal de 2021-2025 e para 2021-2031. Dadas as características do concelho, o impacte previsível gerado pela crise pandémica, e o timing de realização (muito próximo do último Recenseamento Geral da População de 2021), as projeções demográficas, incluindo o crescimento natural e as taxas migratórias, foram, numa fase posterior, desenvolvidas segundo dois cenários prospetivos.

A aplicação do modelo, com o objetivo de prospetivar a população residente no concelho, no ano de 2025 e 2031, a partir da evolução demográfica patenteada durante a década 2010, processou-se a vários níveis: estrutura etária, taxas brutas e específicas de mortalidade e natalidade, e saldo migratório.

O primeiro passo metodológico centrou-se na recolha estatística das variáveis necessárias:

- População residente para todas as freguesias do concelho, por grupo etário, em 2011 e em 2021;
- Nados-vivos por grupos etários das mães (grupos etários decenais férteis: dos 10 aos 59 anos), para todas as freguesias, entre 2011 e 2020;
- Óbitos, por grupo etário, para todos os anos entre 2011 e 2020;
- Óbitos com menos de 1 anos entre 2011 e 2020;
- Taxa de mortalidade infantil média do último quinquénio;
- Taxa de natalidade e mortalidade para as freguesias, o concelho, a Área Metropolitana de Lisboa e o Continente, em 2011 e 2021;
- Taxa de crescimento migratório para o Continente e a Área Metropolitana de Lisboa, entre 2010 e 2021.

Com a população residente em 2011, com o saldo fisiológico (crescimento natural) durante o período 2011-2020 e com a população recenseada em 2021, foi encontrado o saldo migratório (à população recenseada em 2021 subtraiu-se o saldo fisiológico) e a respetiva taxa.

Elaboraram-se, depois, as taxas de natalidade específicas ((nados-vivos por grupo etário / população residente por grupo etário)\*Taxa de sobrevivência infantil) e as taxas de sobrevivência associadas a cada grupo etário (1-(óbitos por grupo etário/ população residente média do grupo etário na década)). Para se encontrarem as taxas de sobrevivência a aplicar na década de projeção, consideraram-se os nados-vivos registados ao longo da década de 2010. As taxas de natalidade específicas que foram consideradas para o período em projeção foram as registadas em 2021, aplicando-se, depois, a probabilidade de sobrevivência (1- taxa mortalidade infantil). Esta operação permite quantificar o número de nados-vivos que sobrevivem, sendo importante pelo facto de neste período da vida a mortalidade ser relativamente elevada.

As taxas de migração utilizadas foram as obtidas na década anterior, mas aplicadas à população residente em 2021, pois considerou-se que a tendência se iria manter (partiu-se do pressuposto de que na década seguinte - 2021/2031 -, o saldo migratório iria ser semelhante, sendo por isso aplicado este saldo à população de 2021).

Para projetar a população do primeiro escalão (0 - 9 anos), multiplicaram-se os produtos das taxas de natalidade específicas, pela população residente no grupo etário respetivo, em 2021. Os escalões etários seguintes, correspondem ao produto da população residente em 2021, pelas taxas de sobrevivência e de migração, dos grupos etários anteriores. Para o último escalão, a operação tem a mesma lógica, mas entra-se em linha de conta com os grupos etários anterior (60 - 69 anos) e o último (70 e mais anos) que engloba o resto da população, dado que é um grupo etário aberto. Posteriormente, foi necessário reequacionar e readaptar o



exercício, criando-se um cenário alternativo, em função da dinâmica social observada nos últimos 2 anos (pós-censos), nomeadamente em termos de fixação de população migrante, e das perspetivas que existem à data relativamente aos postos de trabalho a criar no curto prazo (a concretização das múltiplas intenções de investimento existentes/em curso nos próximos 5 anos), com impacte direto na fixação de novos residentes no concelho, sobretudo casais em idade fértil e/ou com filhos menores.

**QUADRO 35 – SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA DO CONCELHO E FREGUESIAS, EM 2021 (ESTRATO ETÁRIO)**

2021	Costa da Caparica	União das freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas	União das freguesias de Caparica e Trafaria	União das freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda	União das freguesias de Laranjeiro e Feijó	Almada (Concelho)
0-9 anos	1147	3414	2568	4685	3455	15269
10-19 anos	1148	4043	3004	5667	4138	18000
20-29 anos	1353	5197	3139	4727	4711	19127
30-39 anos	1840	5905	3262	5468	4664	21139
40-49 anos	2099	6552	3729	8503	5708	26591
50-59 anos	1902	6049	3306	6745	5506	23508
60-69 anos	1941	6396	3365	5525	4979	22206
70 e + anos	2538	11052	3972	7413	6423	31398
Total	13968	48608	26345	48733	39584	177238

**QUADRO 36 – EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO CONCELHO, POR ESTRATO ETÁRIO, CENÁRIO TENDENCIAL 2025**

Cenário Tendencial 2025	Costa da Caparica	União das freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas	União das freguesias de Caparica e Trafaria	União das freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda	União das freguesias de Laranjeiro e Feijó	Almada (Concelho)
0-9 anos	1141	3369	2551	4663	3416	15141
10-19 anos	1138	3709	2783	5688	3792	17112
20-29 anos	1256	4539	3073	5282	4422	18573
30-39 anos	1603	5447	3202	5168	4685	20106
40-49 anos	1979	6110	3497	7068	5184	23837
50-59 anos	2011	6169	3519	7752	5604	25056
60-69 anos	1931	6102	3337	6236	5240	22846
70 e + anos	3150	12592	4554	8946	6917	36160
Total	14210	48039	26517	50803	39261	178830

QUADRO 37 – EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO CONCELHO, POR ESTRATO ETÁRIO, CENÁRIO TENDENCIAL 2031

Cenário Tendencial 2031	Costa da Caparica	União das freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas	União das freguesias de Caparica e Trafaria	União das freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda	União das freguesias de Laranjeiro e Feijó	Almada (Concelho)
0-9 anos	1135	3325	2535	4641	3377	15012
10-19 anos	1129	3376	2563	5710	3447	16223
20-29 anos	1159	3881	3007	5837	4134	18019
30-39 anos	1367	4989	3142	4869	4706	19073
40-49 anos	1858	5669	3265	5632	4659	21084
50-59 anos	2120	6290	3733	8758	5702	26603
60-69 anos	1921	5807	3309	6947	5500	23485
70 e + anos	3762	14133	5136	10480	7411	40922
Total	14451	47470	26690	52873	38937	180421

QUADRO 38 – EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO CONCELHO, POR ESTRATO ETÁRIO, CENÁRIO EXPANSIONISTA 2025

Cenário Expansionista 2025	Costa da Caparica	União das freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas	União das freguesias de Caparica e Trafaria	União das freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda	União das freguesias de Laranjeiro e Feijó	Almada (Concelho)
0-9 anos	1164	3419	2570	4709	3458	15321
10-19 anos	1161	4047	2937	5745	3982	17872
20-29 anos	1343	5083	3103	5285	4464	19277
30-39 anos	1842	5921	3233	5217	4732	20946
40-49 anos	2081	6479	3530	7349	5230	24669
50-59 anos	2012	6176	3557	7839	5661	25245
60-69 anos	1941	6104	3345	6243	5245	22879
70 e + anos	3152	12600	4557	8957	6925	36190
Total	14696	49828	26832	51345	39697	182399

QUADRO 39 – EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO CONCELHO, POR ESTRATO ETÁRIO, CENÁRIO EXPANSIONISTA 2031

Cenário Expansionista 2031	Costa da Caparica	União das freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas	União das freguesias de Caparica e Trafaria	União das freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda	União das freguesias de Laranjeiro e Feijó	Almada (Concelho)
0-9 anos	1180	3425	2573	4734	3462	15373
10-19 anos	1174	4051	2870	5824	3826	17744
20-29 anos	1333	4968	3067	5843	4217	19428
30-39 anos	1845	5937	3205	4966	4800	20753
40-49 anos	2063	6406	3331	6195	4753	22747
50-59 anos	2122	6302	3807	8933	5816	26982
60-69 anos	1940	5813	3326	6961	5511	23552
70 e + anos	3766	14147	5141	10501	7426	40981
Total	15423	51049	27320	53957	39811	187560

**QUADRO 40 – DEMOGRÁFICA DO CONCELHO (N.º E %), 2025 E 2031 (A - CENÁRIO TENDENCIAL E B – CENÁRIO EXPANSIONISTA MODERADO)**

Freguesia/ Concelho	2021	2025				2031			
		2025 (A)	2025 (B)	(A) variação 2021/2025	(B) variação 2021/2025	2031 (A)	2031 (B)	(A) variação 2021/2031	(B) variação 2021/2031
Costa da Caparica	13.968	14.210	14.696	1,7	5,2	14.451	15.423	3,5	10,4
União das freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas	48.608	48.039	49.828	-1,2	2,5	47.470	51.049	-2,3	5,0
União das freguesias de Caparica e Trafaria	26.345	26.517	26.832	0,7	1,8	26.690	27.320	1,3	3,7
União das freguesias de Charneca de Caparica e Sobrede	48.733	50.803	51.345	4,2	5,4	52.873	53.957	8,5	10,7
União das freguesias de Laranjeiro e Feijó	39.584	39.261	39.697	-0,8	0,3	38.937	39.811	-1,6	0,6
Concelho	177.238	178.830	182.399	0,9	2,9	180.421	187.560	1,8	5,8

Fonte: INE (2021) e equipa técnica (2025 e 2031)

Conforme se conclui da análise do quadro anterior, a população tenderá, no cenário tendencial (Cenário A), a manter uma evolução positiva, contabilizando-se um acréscimo, em 2025, em torno dos 0,9% (mais 1.600 residentes, aproximadamente). O Cenário B (expansionista moderado), deverá refletir uma maior aproximação à realidade demográfica perspetivada para os próximos anos. Este cenário, face à dinâmica social e económica atual, nomeadamente em termos de fixação de população migrante e das perspetivas que existem de concretização de diversos investimentos geradores de emprego e de incremento acentuado de novas urbanizações, que irão resultar na fixação de novos residentes no concelho, sobretudo casais em idade fértil e/ou com filhos menores, deverá assumir-se como o cenário de referência a adotar.

Com base neste cenário B, em 2025, a população residente no concelho será de 182.399 e, em 2031, de 187.560 habitantes, traduzindo neste último um acréscimo de 5,8% face ao valor contabilizado em 2021.

No caso dos equipamentos educativos, procurou-se proceder à repartição da população estimada para os dois primeiros grupos etários decenais, que são aqueles que agregam a população potencialmente a escolarizar, pela idade, ano a ano, que os compõem. Assim, optou-se por, em primeiro lugar, verificar qual o peso relativo que, em 2011 e 2021, cada ano representava no total do grupo decenal e, em segundo lugar, aplicar a mesma proporção (média ponderada) aos valores estimados para 2025 e 2031, em cada cenário. De tal opção resulta que, por exemplo, todas as crianças que em 2021 possuíam 1 ano, terão previsivelmente 11 anos em 2031, a manterem-se, como preconiza o modelo, as suas probabilidades de sobrevivência e migração em cada um dos cenários equacionados.

Relativamente aos jardins-de-infância, estima-se que a “população-alvo” (crianças com 3 a 5 anos), em 2031, se situe próxima das 4.684 crianças (no Cenário B) ou das 4.574 crianças (no Cenário A).

**QUADRO 41 – EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS DEMOGRÁFICOS (N.º), NO CENÁRIO A E B (2025-2031), POTENCIALMENTE UTILIZADORES DE EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS: JARDINS-DE-INFÂNCIA**

Freguesia	Jardim de Infância: 3-5 anos			
	2025		2031	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Costa da Caparica	332	339	330	344
União das freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas	998	1013	985	1014
União das freguesias de Caparica e Trafaria	807	813	801	813
União das freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda	1427	1441	1420	1449
União das freguesias de Laranjeiro e Feijó	1049	1062	1037	1063
<b>Concelho</b>	<b>4613</b>	<b>4668</b>	<b>4574</b>	<b>4684</b>

Fonte: Equipa técnica

No que respeita ao 1º ciclo, estima-se que a “população-alvo” (crianças com idade compreendida entre os 6 e os 9 anos), em 2031, ronde as 6.350 crianças (no Cenário B) ou as 6.201 crianças (no Cenário A). As diferenças intra-freguesias são significativas, relevando, em termos absolutos, a importância de União das freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda. Pelo contrário, Costa da Caparica possuirá efetivos bastante inferiores neste nível de ensino, quando comparada com as restantes freguesias (490 crianças, em 2031, no cenário B).

**QUADRO 42 – EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS DEMOGRÁFICOS (N.º), NO CENÁRIO A E B (2025-2031), POTENCIALMENTE UTILIZADORES DE EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS: 1º CICLO**

Freguesia	1.º Ciclo: 6-9 anos			
	2025		2031	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Costa da Caparica	473	483	471	490
União das freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas	1395	1415	1376	1417
União das freguesias de Caparica e Trafaria	1017	1025	1011	1026
União das freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda	2033	2054	2024	2064
União das freguesias de Laranjeiro e Feijó	1336	1352	1321	1354
<b>Concelho</b>	<b>6254</b>	<b>6328</b>	<b>6201</b>	<b>6350</b>

Fonte: Equipa técnica

No 2º ciclo, o número de efetivos populacionais apresenta-se mais reduzido (nível de ensino compreende, potencialmente, apenas crianças com 10 e 11 anos). Em 2031, no Cenário A perspetivam-se 3.204 crianças e, no Cenário B, esse valor ronda as 3.505 crianças.

**QUADRO 43 – EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS DEMOGRÁFICOS (N.º), NO CENÁRIO A E B (2025-2031), POTENCIALMENTE UTILIZADORES DE EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS: 2º CICLO**

Freguesia	2.º Ciclo: 10-11 anos			
	2025		2031	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Costa da Caparica	244	249	242	252
União das freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas	681	743	620	743
União das freguesias de Caparica e Trafaria	547	577	503	564
União das freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda	1178	1190	1183	1206
União das freguesias de Laranjeiro e Feijó	736	773	669	742
<b>Concelho</b>	<b>3380</b>	<b>3530</b>	<b>3204</b>	<b>3505</b>

Fonte: Equipa técnica

No que respeita ao 3º ciclo, estima-se que a população-alvo (crianças com idade compreendida entre os 12 e os 14 anos), em 2031, ronde as 5.318 crianças (no Cenário B) ou as 4.862 crianças (no Cenário A). As diferenças intra-freguesias são significativas, com relevo para a União das freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda que mais uma vez possui um quantitativo bastante significativo (1.788, no Cenário B, em 2031).

**QUADRO 44 – EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS DEMOGRÁFICOS (N.º), NO CENÁRIO A E B (2025-2031), POTENCIALMENTE UTILIZADORES DE EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS: 3º CICLO**

Freguesia	3.º Ciclo: 12-14 anos			
	2025		2031	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Costa da Caparica	335	342	332	346
União das freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas	1083	1181	985	1182
União das freguesias de Caparica e Trafaria	850	897	782	876
União das freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda	1747	1764	1753	1788
União das freguesias de Laranjeiro e Feijó	1118	1174	1016	1128
<b>Concelho</b>	<b>5129</b>	<b>5357</b>	<b>4862</b>	<b>5318</b>

Fonte: Equipa técnica

No ensino secundário, o número de efetivos populacionais é pouco expressivo (nível de ensino compreende, potencialmente, crianças com 15 e 17 anos, mas face ao acumular das taxas de repetência nos anos anteriores deve incorporar/deve ponderar a inclusão da população com 18 e 19 anos). Em 2031, no Cenário A perspetivam-se 4.848 crianças e, no Cenário B, esse valor ronda as 5.303 crianças.

**QUADRO 45 – EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS DEMOGRÁFICOS (N.º), NO CENÁRIO A E B (2025-2031), POTENCIALMENTE UTILIZADORES DE EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS: SECUNDÁRIO**

Freguesia	Secundário: 15-17 anos			
	2025		2031	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Costa da Caparica	351	358	348	362
União das freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas	1134	1237	1032	1238
União das freguesias de Caparica e Trafaria	811	855	746	836
União das freguesias de Charneca de Caparica e Sobreira	1680	1697	1687	1720
União das freguesias de Laranjeiro e Feijó	1136	1193	1033	1146
<b>Concelho</b>	5114	5341	4848	5303

Fonte: Equipa técnica

No caso dos equipamentos (educativos), em todos os níveis de ensino, deve ressaltar-se que os valores apresentados representam a estimativa de população residente com idade “normal” para frequentar esse nível, não correspondendo à população efetivamente a “escolarizar”.

Esta discrepância potencial afigura-se relevante por exemplo no ensino básico (2º e 3º ciclos) onde as taxas de retenção, podem contribuir para a presença de alunos com idade superior em níveis de ensino mais baixos, ou no ensino secundário onde existem maiores taxas de repetência. Por outro lado, sobretudo neste último nível é importante ter em conta que os valores podem ser mais elevados, refletindo também, em parte, a capacidade de atração relativamente a alunos provenientes de outros concelhos.

Neste quadro, existem diversas dinâmicas e características territoriais e setoriais que importa ter presente e que implicaram um exercício de ponderação gerador de reajustamento dos valores, de modo a garantir uma melhor adequação e elevar o grau de confiança relativamente às projeções da população a escolarizar em 2025 e 2031. Dos descritores com maior relevância, aponta-se a representatividade da população em idade escolar residente noutros concelhos limítrofes, mas que frequenta os estabelecimentos localizados no concelho e, por outro lado, a importância que o insucesso escolar possui em alguns níveis de ensino, gerando taxas de repetência importantes e conseqüentemente provocando a manutenção dos alunos com idades mais “avançadas” face ao expectável para esse nível. Finalmente, importa ainda ter presente a importância que a Rede Privada e Solidária assume no Concelho, nomeadamente detendo um número muito significativo de crianças no pré-escolar.

Assim, metodologicamente optou-se por: i) num primeiro momento, verificar a representatividade dos alunos residentes em Almada, por freguesia de localização dos estabelecimentos escolares (com base nos valores médios registados nas escolas localizadas nessas freguesias); ii) num segundo momento, aplicar esses valores às estimativas de população em idade de frequentar os diversos níveis de ensino (neste contexto, os valores

foram acrescidos em função da população oriunda de outros concelhos que virá frequentar as escolas do Almada); iii) num terceiro momento, ponderar o peso que a população que trabalha ou estuda noutro concelho e o seu potencial impacte nos diversos níveis de ensino; iv) considerar as taxas de repetência e abandono, nos estabelecimentos escolares da Rede Pública sediados em cada freguesia, aplicando esses valores à população escolar estimada.

**QUADRO 46 – INDICADORES RELEVANTES PARA CALIBRAR A POPULAÇÃO A ESCOLARIZAR NA REDE PÚBLICA**

Taxa de repetência e abandono (%), por nível de ensino			
1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
2,2	5,2	6,6	6,4
Alunos residentes noutros concelho (%)			
1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
6,9	10,7	10,6	19,7

Fonte: Equipa técnica, com base na informação do inquérito.

Independentemente da incerteza e constrangimentos inerentes à realização de qualquer exercício de estimativas demográficas/escolares (num quadro de múltiplas e complexas variáveis/ fenómenos, de previsibilidade incerta), a aplicação desta metodologia, de passos sequenciais, ajustados às características atuais do Sistema Educativo em Almada, permite projetar com maior confiança a população que irá integrar as Escolas da Rede Pública (e rede privada e solidária, no caso do pré-escolar), nos próximos anos.

As matrizes seguintes, sinalizam a procura potencial por cada nível de ensino (2025 e 2031), em cada uma das freguesias analisadas.

**QUADRO 47 – EVOLUÇÃO DA PROCURA POTENCIAL (POPULAÇÃO A ESCOLARIZAR, N.º), NO CENÁRIO A E B (2025-2031):**

JARDINS-DE-INFÂNCIA

Freguesia	Jardim de Infância			
	2025		2031	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Costa da Caparica	365	373	363	378
União das freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas	1098	1114	1083	1116
União das freguesias de Caparica e Trafaria	887	894	882	895
União das freguesias de Charneca de Caparica e Sobreira	1570	1586	1563	1594
União das freguesias de Laranjeiro e Feijó	1154	1168	1141	1169
<b>Concelho</b>	<b>5074</b>	<b>5134</b>	<b>5031</b>	<b>5151</b>

Fonte: Equipa técnica, com base na projeção das crianças em idade de frequentar o nível e da informação do inquérito (peso da população escolar residente fora do concelho e taxas de repetência e abandono).

**QUADRO 48 – EVOLUÇÃO DA PROCURA POTENCIAL (POPULAÇÃO A ESCOLARIZAR, N.º), NO CENÁRIO A E B (2025-2031): 1º CICLO**

Freguesia	1.º Ciclo			
	2025		2031	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Costa da Caparica	517	528	514	535
União das freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas	1524	1546	1503	1549
União das freguesias de Caparica e Trafaria	1111	1120	1104	1121
União das freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda	2221	2244	2211	2255
União das freguesias de Laranjeiro e Feijó	1459	1477	1443	1479
<b>Concelho</b>	<b>6833</b>	<b>6914</b>	<b>6776</b>	<b>6938</b>

Fonte: Equipa técnica, com base na projeção das crianças em idade de frequentar o nível e da informação do inquérito (peso da população escolar residente fora do concelho e taxas de repetência e abandono).

**QUADRO 49 – EVOLUÇÃO DA PROCURA POTENCIAL (POPULAÇÃO A ESCOLARIZAR, N.º), NO CENÁRIO A E B (2025-2031): 2º CICLO**

Freguesia	2.º Ciclo			
	2025		2031	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Costa da Caparica	284	290	282	293
União das freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas	793	865	722	866
União das freguesias de Caparica e Trafaria	637	672	586	656
União das freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda	1372	1386	1377	1405
União das freguesias de Laranjeiro e Feijó	857	900	779	865
<b>Concelho</b>	<b>3943</b>	<b>4112</b>	<b>3746</b>	<b>4085</b>

Fonte: Elaboração própria, com base na projeção das crianças em idade de frequentar o nível e da informação do inquérito (peso da população escolar residente fora do concelho e taxas de repetência e abandono).



**QUADRO 50 – EVOLUÇÃO DA PROCURA POTENCIAL (POPULAÇÃO A ESCOLARIZAR, N.º), NO CENÁRIO A E B (2025-2031): 3º CICLO**

Freguesia	3.º Ciclo			
	2025		2031	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Costa da Caparica	395	403	392	407
União das freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas	1276	1393	1162	1394
União das freguesias de Caparica e Trafaria	1002	1057	922	1033
União das freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda	2059	2080	2067	2108
União das freguesias de Laranjeiro e Feijó	1318	1384	1198	1330
<b>Concelho</b>	<b>6051</b>	<b>6317</b>	<b>5741</b>	<b>6272</b>

Fonte: Elaboração própria, com base na projeção das crianças em idade de frequentar o nível e da informação do inquérito (peso da população escolar residente fora do concelho e taxas de repetência e abandono).

**QUADRO 51 – EVOLUÇÃO DA PROCURA POTENCIAL (POPULAÇÃO A ESCOLARIZAR, N.º), NO CENÁRIO A E B (2025-2031): SECUNDÁRIO**

Freguesia	Secundário			
	2025		2031	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Costa da Caparica	447	456	443	461
União das freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas	1444	1576	1314	1577
União das freguesias de Caparica e Trafaria	1033	1090	951	1065
União das freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda	2140	2162	2148	2191
União das freguesias de Laranjeiro e Feijó	1447	1520	1315	1460
<b>Concelho</b>	<b>6511</b>	<b>6802</b>	<b>6172</b>	<b>6754</b>

Fonte: Elaboração própria, com base na projeção das crianças em idade de frequentar o nível e da informação do inquérito (peso da população escolar residente fora do concelho e taxas de repetência e abandono).

Estabelecendo uma comparação entre a população presente atualmente no Sistema Educativo (rede pública e privada) em cada um dos níveis de ensino, e os cenários criados para 2025 e 2031, observa-se que independentemente do cenário assumido, a evolução da população a escolarizar tenderá para um decréscimo, com exceção da educação pré-escolar.

Centrando a análise apenas na rede pública, admitindo que a sua importância relativa no Sistema se irá acentuar a prazo, observa-se um acréscimo considerável do número de alunos no pré-escolar e no ensino secundário. Acresce que o decréscimo que potencialmente irá ocorrer no 2.º ciclo e a tendência para a estagnação no 3.º ciclo (resultado da trajetória recente de redução da natalidade e impacte da pandemia), num cenário tendencial, deverá merecer uma atenção especial e capacidade de adaptação da rede, nos próximos anos.

**QUADRO 52 – REDE PÚBLICA E PRIVADA (N.º DE ALUNOS; DIFERENCIAL FACE AO ANO LETIVO 2020/2021)**

Ciclos	2022/2023 (Rede pública)	2020/2021 (Rede privada)	2022/2023 (Sistema educativo)	2031 (cenário tendencial)	2031 (cenário alternativo)	Sistema Educativo Variação 2022-2031 (tend)	Sistema Educativo Variação 2022-2031 (altern)	Rede Pública Variação 2022-2031 (tend)	Rede Pública Variação 2022-2031 (altern)
Pré-escolar	2207	2410	4617	5031	5151	9,0	11,6	128,0	133,4
1º	6644	1012	7656	6776	6938	-11,5	-9,4	2,0	4,4
2º	3795	443	4238	3746	4085	-11,6	-3,6	-1,3	7,6
3º	5688	612	6300	5741	6272	-8,9	-0,4	0,9	10,3
Secundário	5556	1357	6913	6172	6754	-10,7	-2,3	11,1	21,6
<b>TOTAL</b>	<b>23890</b>	<b>5834</b>	<b>29724</b>	<b>27466</b>	<b>29200</b>	<b>-7,6</b>	<b>-1,8</b>	<b>15,0</b>	<b>22,2</b>

Fonte: Equipa técnica

## 9. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DO SISTEMA EDUCATIVO MUNICIPAL

### 9.1. A REDE PÚBLICA: UMA VISÃO DOS ATORES EDUCATIVOS

Ao longo do processo de elaboração da Carta Educativa, desenvolveram-se diversas sessões de trabalho e auscultação dos principais atores educativos. As entrevistas semi-estruturadas aos Diretores de Agrupamento das escolas da Rede Pública e das Escolas Não Agrupadas (e aos Diretores das Escolas Profissionais) e as três sessões focus group realizadas (com os Diretores das Escolas da rede pública, privada, solidária e profissional), enquadram-se nesta abordagem de co-construção do instrumento e do reconhecimento do papel central que estes atores assumem no enriquecimento e adequação do quadro contextual e prospetivo.

Genericamente, apontou-se para a boa qualidade do Sistema Educativo Municipal, com uma rede de escolas densa embora territorialmente desequilibrada face à evolução urbana/demográfica registada nas últimas décadas. As escolas secundárias da Cidade são potencialmente excessivas a prazo, num quadro de paulatina perda de alunos nas proximidades (importância da população escolar residente na Charneca/Sobreda para assegurar a sua manutenção), ao passo que nos territórios em acentuado crescimento urbano/demográfico (Charneca/Sobreda), carecem de equipamentos educativos em todos os níveis de ensino, mas de forma particularmente expressiva em termos de oferta de ensino secundário.

Os fluxos migratórios têm sido significativos, gerando uma procura muito elevada sobretudo na Costa da Caparica. A fixação de comunidades estrangeiras em Cacilhas (brasileiros, paquistaneses, nepaleses, ...) e a localização das escolas secundárias, no Centro da Cidade, junto dos principais espaços de fruição e vivência urbana, gera uma atratividade elevada e é muito impactante para a procura. Por outro lado, a proximidade a Corroios, a presença de muitos alunos em locais de charneira com o Concelho do Seixal, gera muita procura por exemplo no AE Francisco Simões.

Foi reconhecida a importância da imagem dos estabelecimentos como fator determinante para a procura escolar. Os estabelecimentos intervencionados ganharam visibilidade/atratividade para famílias e alunos, gerando importantes níveis de procura, enquanto os equipamentos em avançado estado de degradação ou com problemas estruturais, que não foram alvo de requalificação, sofreram perdas de população escolar (descaraterização e imagem constrangedora/depreciativa associada à degradação do parque edificado), que não foi tão efetiva pela ausência de respostas em alguns territórios (Charneca/Sobreda), que vão colmatando o deficit potencial de alunos nas proximidades desses estabelecimentos. Neste quadro, apontou-se para a requalificação dos estabelecimentos como fator prioritário e determinante para a melhoria das condições de ensino e, em consequência, para a atração/captação de alunos, nomeadamente em termos das Escolas Secundárias e das Escolas Básicas com 2.º e 3.º ciclo. A qualificação é também importante para acabar/limitar com a estigmatização associada à imagem envolvente, à sua inserção territorial, com impacte severo na procura/na atratividade dos equipamentos.

Apesar da ampla oferta (e de qualidade) da rede privada e solidária, muitas vezes concorrencial com a oferta disponibilizada pela rede pública, considera-se que a coexistência e complementaridade é positiva. A rede pública deve afirmar-se pela qualidade e diferenciação (aposta na melhoria das condições oferecidas; maior número de recursos humanos para garantir outros serviços e atividades). Os projetos desenvolvidos pelo Município foram reconhecidos como da maior importância para a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem oferecida aos alunos da rede pública. Sendo este apoio decisivo e determinante para assegurar esse enriquecimento, afigura-se da maior relevância a sua manutenção/expansão a prazo.

Em termos gerais apontou-se para o sobredimensionamento do parque escolar instalado na Cidade (e envelhecimento de alguns equipamentos), sobretudo no caso do 2º, 3º ciclo e secundário, face à procura atual e potencial, devendo ser repensada a manutenção de alguns estabelecimentos com perdas de alunos e

subocupados ou equacionado o seu reaproveitamento para outras funções que reforcem as condições de aprendizagem disponibilizadas pela rede pública.

As escolas que integram a rede pública disponibilizam, muitas vezes em parceria com o Município, um amplo conjunto de atividades e serviços enriquecedores da qualidade do ensino ministrado e potenciadores de um maior apoio às famílias. Não sendo as condições desejadas, em muitos casos representam um papel central na integração e mobilização das Comunidades onde se inserem. Em territórios problemáticos a Escola representa o elemento identitário e âncora das vivências e relacionamentos de proximidade, assumindo os principais atores educativos (professores, auxiliares, diretores, ...) um papel-chave no contexto da comunidade local, de cidadania ativa e participativa no apoio e resposta imediata aos mais diversos problemas quotidianos dessas populações.

O ensino profissional tem vindo a assumir um maior protagonismo e reconhecimento pela sociedade. Nos últimos anos, houve um forte investimento na qualificação e dignificação deste ensino e uma aposta consistente na diferenciação pedagógica, através do recurso a novas ferramentas e metodologias, mais apelativas e atrativas para os alunos. A promoção de metodologias de trabalho cooperativo e participativo, incluindo uma abertura à Comunidade/às famílias (relação de proximidade), tem contribuído para uma oferta progressivamente com maior procura e de maior valorização e prestígio.

Os principais problemas identificados prendem-se com a redução progressiva de alunos na Cidade (subocupação de alguns equipamentos) e um acentuado crescimento da procura na Charneca/Sobreda (ausência de resposta, de equipamentos para os níveis superiores), bem como com os níveis de insucesso escolar existentes em alguns estabelecimentos de ensino, normalmente localizados em territórios problemáticos. O número de recursos humanos, não docentes, emerge como um fator-critico dado o impacto que possui na qualidade dos serviços e no apoio prestado aos alunos.

## 9.2. UMA VISÃO INFORMADA DA SOCIEDADE

O exercício de Revisão da Carta Educativa deve consubstanciar um debate alargado das questões da educação, num processo participado, construído e mobilizador de todos os agentes da comunidade educativa e da sociedade em geral. Para além das diversas ferramentas metodológicas adotadas para auscultação e participação dos agentes educativos, foi igualmente estimulada e proporcionada a participação alargada a todos os cidadãos interessados, residentes ou não em Almada.

Deste modo, no website do Município, foi disponibilizado um questionário, que permitiu conhecer a avaliação e expectativas dos cidadãos relativamente à atual oferta da rede Educativa concelhia. Do processo de auscultação, que decorreu de 23 de fevereiro a 31 de março de 2023, resultaram 512 respostas válidas.

Os inquiridos, cujo perfil está detalhado no Anexo 6, caracterizam-se por serem:

- maioritariamente do sexo feminino (81%)
- Pertencerem ao grupo etário 40-49 anos (43%)
- Residirem em Almada (83%)
- Apresentarem qualificações elevadas (64% com bacharelato, licenciatura, mestrado ou doutoramento);
- 65% são encarregados de educação; 32% são profissionais da educação; 5% acumulam as duas situações anteriores; 2% são estudantes; 8% respeitam a outras situações; 1% não respondeu à questão
- 72% dos inquiridos têm educandos na rede pública, 4% na rede privada e /ou solidária, 4% em ambas as redes de ensino, e 19% não têm educandos.

Da avaliação realizada à rede pública, emergem as seguintes conclusões, por nível de ensino:

- A rede de escolas públicas de pré-escolar (jardim-de-infância) do Município é de boa qualidade em termos gerais (67%), possui boas condições ao nível das infraestruturas (58%), disponibiliza uma oferta

de atividades de animação e apoio à família adequada e diversificada (48%). Contudo que não é suficiente para a procura existente e potencial (58%) e não possui o número de recursos humanos adequado (30,5%).

- A rede de escolas públicas do 1º ciclo do Município é de boa qualidade em termos gerais (73%), possui boas condições ao nível das infraestruturas (54%), disponibiliza uma oferta de atividades de enriquecimento curricular e de apoio à família adequada e diversificada (49%). Contudo não é suficiente para a procura existente e potencial (47%) e não possui o número de recursos humanos adequados (56%).
- A rede de escolas públicas do 2º e 3º ciclo do Município é de boa qualidade em termos gerais (62%), possui um plano anual de atividades adequado e diversificado (45%), contudo não é suficiente para a procura existente e potencial (41%), não possui boas condições ao nível das infraestruturas (45%) e não possui o número de recursos humanos adequados (59%).
- A rede de escolas públicas de Ensino Secundário é de boa qualidade em termos gerais para 58% dos participantes, possui um plano anual de atividades adequado e diversificado (41%), contudo não é suficiente para a procura existente e potencial (37%), não possui boas condições ao nível das infraestruturas (38%), não possui o número de recursos humanos adequados (49%) e possui um número muito reduzido de ofertas de cursos profissionais (33%). A avaliação realizada a este nível de ensino mostra um maior equilíbrio entre as respostas dadas.

#### QUADRO 53 – REDE PÚBLICA DE PRÉ-ESCOLAR (JARDIM-DE-INFÂNCIA)

	Não concordo	Concordo	Concordo plenamente	Não sabe/ Não responde
É de boa qualidade geral	11,2%	51,5%	15,6%	21,8%
É suficiente para a procura existente e potencial	58,0%	17,7%	4,4%	19,9%
Possui boas condições ao nível das infraestruturas	20,9%	49,2%	8,6%	21,3%
Possui número adequado de recursos humanos	44,7%	26,7%	3,8%	24,8%
Disponibiliza uma oferta de atividades de animação e apoio à família adequada e diversificada	26,7%	41,1%	6,6%	25,7%

Fonte: Inquérito à comunidade, fevereiro/março 2023

#### QUADRO 54 – REDE DE ESCOLAS PÚBLICAS DE 1º CICLO

	Não concordo	Concordo	Concordo plenamente	Não sabe/ Não responde
É de boa qualidade geral	13,1%	62,9%	10,4%	13,7%
É suficiente para a procura existente e potencial	46,5%	33,1%	4,4%	16,0%
Possui boas condições ao nível das infraestruturas	30,8%	48,8%	5,3%	15,2%
Possui número adequado de recursos humanos	56,0%	23,8%	2,4%	17,8%
Disponibiliza uma oferta de atividades de enriquecimento curricular e de apoio à família adequada e diversificada	30,4%	41,7%	7,1%	20,8%

Fonte: Inquérito à comunidade, fevereiro/março 2023

**QUADRO 55 – REDE DE ESCOLAS PÚBLICAS DO 2º E 3º CICLO**

	Não concordo	Concordo	Concordo plenamente	Não sabe/ Não responde
É de boa qualidade geral	20,0%	57,1%	5,3%	17,6%
É suficiente para a procura existente e potencial	40,7%	35,8%	3,0%	20,5%
Possui boas condições ao nível das infraestruturas	44,9%	34,1%	2,8%	18,1%
Possui número adequado de recursos humanos	58,9%	19,0%	2,0%	20,0%
Disponibiliza um plano anual de atividades adequado e diversificado	30,6%	39,9%	5,1%	24,5%

Fonte: Inquérito à comunidade, fevereiro/março 2023

**QUADRO 56 – REDE DE ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO SECUNDÁRIO**

	Não concordo	Concordo	Concordo plenamente	Não sabe/ Não responde
É de boa qualidade geral	16,9%	52,7%	5,5%	24,9%
É suficiente para a procura existente e potencial	36,7%	32,6%	2,9%	27,9%
Possui boas condições ao nível das infraestruturas	38,4%	32,7%	3,1%	25,8%
Possui número adequado de recursos humanos	49,3%	17,6%	2,2%	30,9%
Disponibiliza um plano anual de atividades adequado e diversificado	23,9%	35,2%	5,3%	35,6%
Possui uma oferta profissional atrativa e adaptada à realidade local	32,7%	29,2%	3,3%	34,9%

Fonte: Inquérito à comunidade, fevereiro/março 2023

Solicitados a ordenar os aspetos mais críticos da rede escolar do Município, resultaram as classificações do quadro seguinte. Os três primeiros aspetos críticos são:

- Número desadequado de recursos humanos;
- Envelhecimento do parque escolar (degradação dos edifícios escolares);
- Aumento progressivo de alunos na Caparica, Charneca de Caparica e Sobreda em função da pressão demográfica resultante de acentuados fluxos migratórios.

**QUADRO 57 – ASPETOS MAIS CRÍTICOS DA REDE ESCOLAR DO MUNICÍPIO**

Aspetos mais críticos	Posição	Score (pontuação)
Número desadequado de recursos humanos	1	2,957
Envelhecimento do parque escolar (degradação dos edifícios escolares)	2	2,935
Aumento progressivo de alunos na Caparica, Charneca de Caparica e Sobreda em função da pressão demográfica resultante de acentuados fluxos migratórios (internos e externos)	3	2,594
Incapacidade de resposta da rede pública pré-escolar	4	2,428
Incapacidade do parque escolar instalado responder às necessidades da procura na Charneca de Caparica e Sobreda	5	2,428
Desadequação da rede de transportes escolares	6	2,046
Reduzida autonomia pedagógica das escolas	7	1,906
Elevado nível de insucesso de escolar	8	1,721

Aspetos mais críticos	Posição	Score (pontuação)
Capacidade centrífuga do centro urbano de Almada (forte atratividade)	9	1,563
Redução progressiva de alunos na Cidade de Almada em função do envelhecimento demográfico e da quebra da taxa de natalidade	10	1,482

Fonte: Inquérito à comunidade, fevereiro/março 2023

Finalmente, procederam à ordenação das principais prioridades a prosseguir pelo Município de nos próximos anos, em matéria educativa, que resultou na classificação patente no quadro seguinte.

Nos três primeiros lugares ficaram as seguintes prioridades:

- Implementar ações de reabilitação e ampliação de estabelecimentos escolares
- Melhorar a qualidade das aprendizagens e o sucesso escolar dos alunos
- Melhorar a eficácia e eficiência da gestão dos recursos

#### QUADRO 58 – PRINCIPAIS PRIORIDADES A PROSSEGUIR PELO MUNICÍPIO

Prioridades	Posição	Score (pontuação)
Implementar ações de reabilitação e ampliação de estabelecimentos escolares	1	2,670
Melhorar a qualidade das aprendizagens e o sucesso escolar dos alunos	2	2,632
Melhorar a eficácia e eficiência da gestão dos recursos	3	2,453
Promover a construção de novos estabelecimentos escolares, nas freguesias em processo de crescimento demográfico acelerado (Charneca de Caparica e Sobreda)	4	2,408
Densificar a rede pública pré-escolar	5	1,935
Garantir uma excelente resposta da rede de transportes escolares	6	1,851
Implementar ações de encerramento de estabelecimentos escolares com acentuadas debilidades infraestruturais e conseqüente construção de novos estabelecimentos em substituição	7	1,800
Fomentar política económica ativa geradora de emprego e fixadora de novos residentes na Cidade de Almada	8	1,718
Promover parcerias locais e o envolvimento da comunidade exterior na Escola	9	1,687

Fonte: Inquérito à comunidade, fevereiro/março 2023

### 9.3. CENÁRIOS ESTRATÉGICOS PROSPETIVOS

Do diagnóstico realizado emergem diversas evidências e conclusões, que concorrem para enquadrar e suportar de forma adequada a abordagem estratégica a prosseguir e, posteriormente, suportar um quadro propositivo abrangente que permita responder de forma eficaz e eficiente aos constrangimentos atuais da rede e antecipar respostas de qualidade e diferenciadoras que permitam posicionar Almada como uma importante Cidade Educadora, de referência nacional e internacional.

#### 9.3.1. Reforço do posicionamento de Almada à escala regional: impactes na procura

<b>Almada: polo de emprego metropolitano</b>	<p style="text-align: center;"><b>Tendências evolutivas</b></p> <p>Almada continua a afirmar-se enquanto polo de emprego no contexto metropolitano, tendo vindo a reforçar a sua capacidade de atração e fixação de empresas e investimento estrangeiro (turismo, empresas de base tecnológicas, ...). Esta atratividade à escala metropolitana, em termos de emprego, que se tenderá a consolidar, gera alguma procura pelos equipamentos escolares, nomeadamente próximos das principais bacias de emprego e/ou nas proximidades dos nós da rede de acessibilidades.</p>
	<p style="text-align: center;"><b>Perspetivas e impactes potenciais na procura escolar</b></p> <p>A atual dinâmica de afirmação e consolidação económica de Almada, sustentada na atração de investimento e na potenciação dos seus recursos endógenos, com impacte direto nos fluxos migratórios, contribuirá para o aumento da população em idade ativa (e em idade fértil) e, conseqüentemente, contribuirá para o incremento dos estratos infantis. Este aumento irá gerar uma maior pressão da procura escolar em territórios que atualmente já possuem uma manifesta incapacidade de resposta, nomeadamente ao nível da educação pré-escolar.</p>

<b>Almada: polo demográfico metropolitano</b>	<p style="text-align: center;"><b>Tendências evolutivas</b></p> <p>Almada preserva uma relevância primordial à escala metropolitana, considerando a população residente fora do concelho que aqui trabalha e estuda. Atualmente, a diminuição da população residente afeta a Cidade, mas a Charneca e a Sobreda possuem uma enorme vitalidade demográfica. A evolução dos fluxos migratórios em Almada, associados à proximidade a Lisboa e aos preços comparativamente mais reduzidos das habitações (e melhor na relação custo-qualidade-dimensão) concorre para um potencial acréscimo de população nos próximos anos.</p>
	<p style="text-align: center;"><b>Perspetivas e impactes potenciais na procura escolar</b></p> <p>Nos últimos anos, o investimento público e privado tem dado um importante contributo para a regeneração urbana do centro da cidade. Por outro lado, em alguns territórios (Charneca-Sobreda) regista-se um crescimento muito acentuado de novas construções, sobretudo moradias. Acresce que nos próximos anos, se perspetiva o reforço das edificações/urbanizações, seja associada à dimensão de</p>



apoio social, seja associada à atração da classe média, média-alta para o concelho. Neste quadro, existe uma aposta no repovoamento do centro da Cidade e de fixação de uma “nova” classe média-alta (reabilitação urbana, de iniciativa privada). Por outro lado, a execução das UOPG previstas na Revisão do PDM criarão centralidade polarizadoras de emprego e de novas dinâmicas urbanas, gerando a fixação de novos residentes e/ou importantes pendularizações, fomentadoras de uma maior procura pelos estabelecimentos escolares presentes nas imediações.

### Tendências evolutivas

**Almada: polo de acessibilidade e mobilidade metropolitana**

A construção (e futura expansão) do Metro Sul do Tejo, reforça a centralidade de Almada à escala metropolitana. A maior integração intermodal e o maior reconhecimento do Metro como meio facilitador das deslocações intra-concelhias e intra-AML Sul, concorre para um incremento do peso deste modo de transporte nos movimentos pendulares, sobretudo no acesso aos equipamentos escolares (alargamento das áreas de influência das escolas; facilidade/autonomia de deslocação no concelho, para alunos e famílias: casa-escola / emprego-escola).

### Perspetivas e impactes potenciais na procura escolar

O reforço da utilização tenderá a acentuar-se com a expansão da rede do Metro Sul do Tejo, com impacte direto na procura dos equipamentos escolares existentes nas proximidades dos nós da rede.

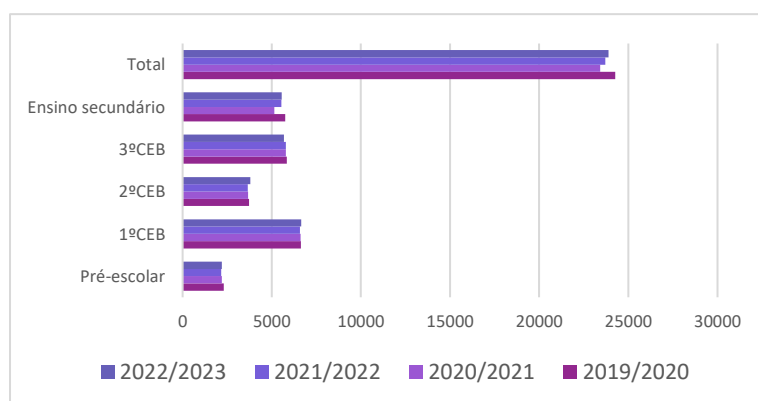
## 9.3.2. Constrangimentos atuais da Rede Pública

### Redução do número de alunos

#### Tendência evolutiva

Acompanhando a tendência nacional, o número de crianças e alunos inscritos na rede pública tem sofrido paulatinamente um decréscimo progressivo. Nos últimos 4 anos letivos, entre 2019-2020 e 2022-2023, registou-se uma diminuição de -375 alunos, correspondente a uma variação negativa de -1,5% neste período (metade desta perda ocorreu no 2º e 3º ciclo). Não obstante, observa-se uma inversão da tendência pós-pandemia, sendo que no último ano letivo (2022-2023) se registou um acréscimo de 187 alunos, face ao ano letivo anterior (2021-2022).

FIGURA 96 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS EM ALMADA (REDE PÚBLICA)



Fonte Inquérito

### Perspetivas

A forte e consistente aposta na requalificação do parque escolar de responsabilidade municipal (pré-escolar e 1º ciclo) e da Parque Escolar (secundário), concorreram para um posicionamento favorável na atração de população escolar residente fora do concelho, gerando uma imagem positiva da rede pública e permitindo atenuar a tendência de redução do número de alunos, em muitos agrupamentos/escolas. Acresce que a localização do concelho, na proximidade a Lisboa (maior polo de emprego regional), e as excelentes acessibilidades que possui, proporcionam aos pais a possibilidade de deixarem as suas crianças nos equipamentos localizados nos nós/locais de trajeto dos seus movimentos pendulares (casa-trabalho).

Esta tendência deverá manter-se e, eventualmente, acentuar-se, continuando Almada a exercer uma forte atratividade na atração de crianças/alunos no pré-escolar e 1º ciclo, que acompanham os pais nas deslocações pendulares para o local de trabalho (o reforço da centralidade de Almada, face à dinâmica atual de geração de emprego, contribuirá também para a manutenção/ampliação da procura extra-concelhia, pelos estabelecimentos escolares do Concelho). Por outro lado, dada a imagem e os bons resultados apresentados por alguns Agrupamentos/escolas no ensino secundário (relevantes para a entrada posterior no ensino superior) e com o reforço da integração intermodal e centralidade do metro nas deslocações intra-concelho (meio de transporte preferencial), num contexto de maior autonomia/facilidade na mobilidade dos alunos de idade mais avançada (mais de 15 anos), a procura pelo ensino secundário na Cidade deverá manter-se nos próximos anos.

### Degradação do parque escolar

#### Tendência evolutiva

Observam-se situações problemáticas de envelhecimento do parque escolar (degradação dos edifícios escolares), sobretudo no 2º e 3º ciclo (onde não existiu um programa de intervenção consolidado e com financiamento associado: inexistência de apoios comunitários para esta realidade) e no ensino secundário, muitas vezes coexistindo com reduções na procura escolar (degradação do edificado e imagem desqualificada concorre para uma menor atratividade e procura dos alunos/famílias).

Com base em 3 dimensões-chave: redução do número de alunos, subocupação do espaço escolar e deficiente estado de conservação do edificado e dos espaços exteriores, emergem diversos estabelecimentos escolares em situação crítica.

### Perspetivas

Nos últimos anos, o Município tem vindo a apostar de forma regular e consistente na requalificação do parque escolar à sua responsabilidade. Esta política deverá ser reforçada nos próximos anos, estando em curso ou planeadas diversas intervenções que concorrem para responder aos principais desafios e constrangimentos detetados. No caso do edificado intervencionado pela Parque Escolar (ensino secundário), estão assegurados e deverão manter-se os níveis de investimento na manutenção e gestão corrente dos estabelecimentos. No caso do 2º e 3º ciclo e no ensino secundário (não intervencionados), onde emergem com maior significado as debilidades infraestruturais de alguns estabelecimentos de ensino, num quadro de constrangimentos orçamentais públicos, deverão ser encetados esforços para ponderação/priorização deste tipo de intervenções no âmbito das negociações/reprogramações dos apoios financeiros comunitários (programas operacionais do Portugal 2030).

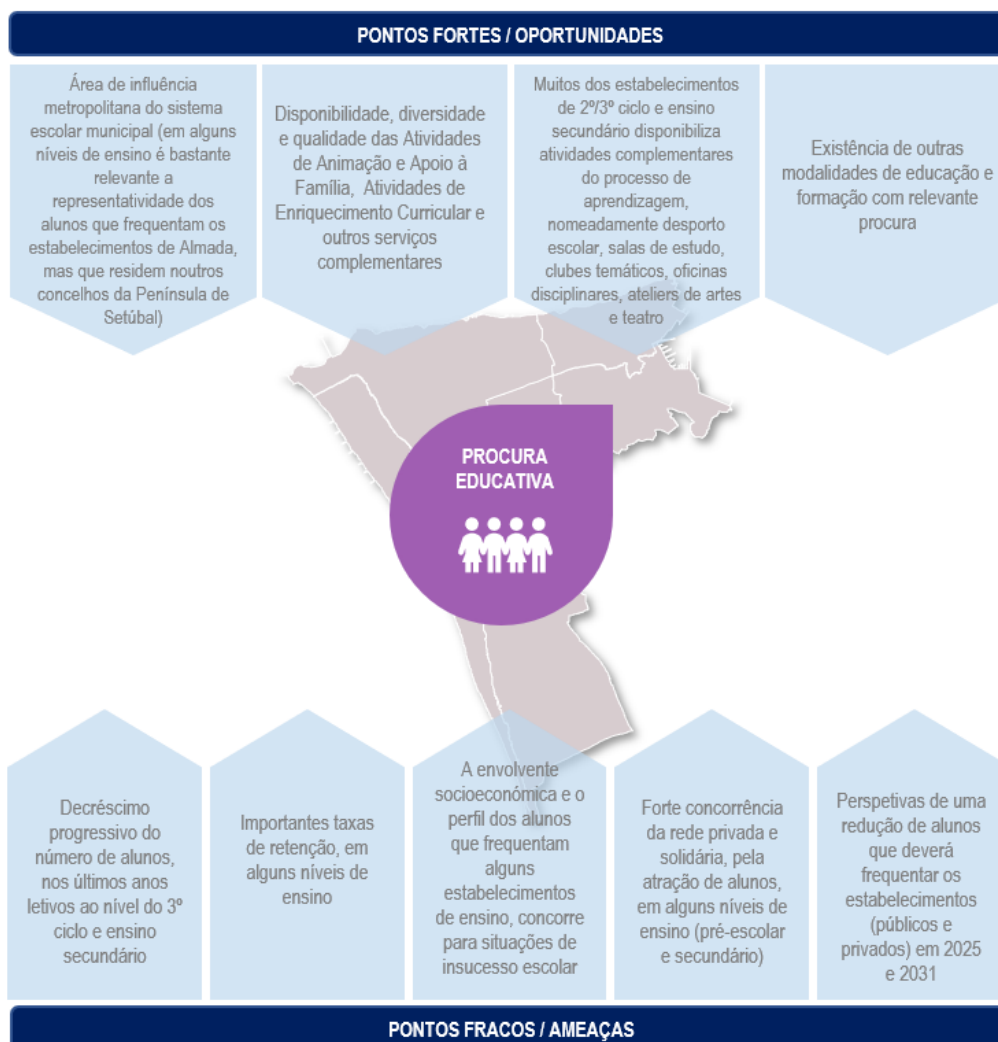
### 9.3.3. Perspetivas de evolução demográfica e da população escolar

#### Perspetivas

O exercício de cenarização realizado (projeção demográfica concelhia e inter-freguesias, num cenário tendencial e num cenário expansionista moderado), concluiu que a população no concelho de Almada em 2031, situar-se-á entre os 180.421 habitantes e os 187.560 habitantes. Num cenário tendencial, que acompanhe as propensões e fenómenos demográficos registados na segunda década do milénio, prevê-se um ligeiro acréscimo populacional de 1,8% face a 2021, enquanto num cenário voluntarista expansionista, que responda à política de desenvolvimento municipal vertida na Revisão do Plano Diretor Municipal, se registará um acréscimo na ordem dos 5,8%.

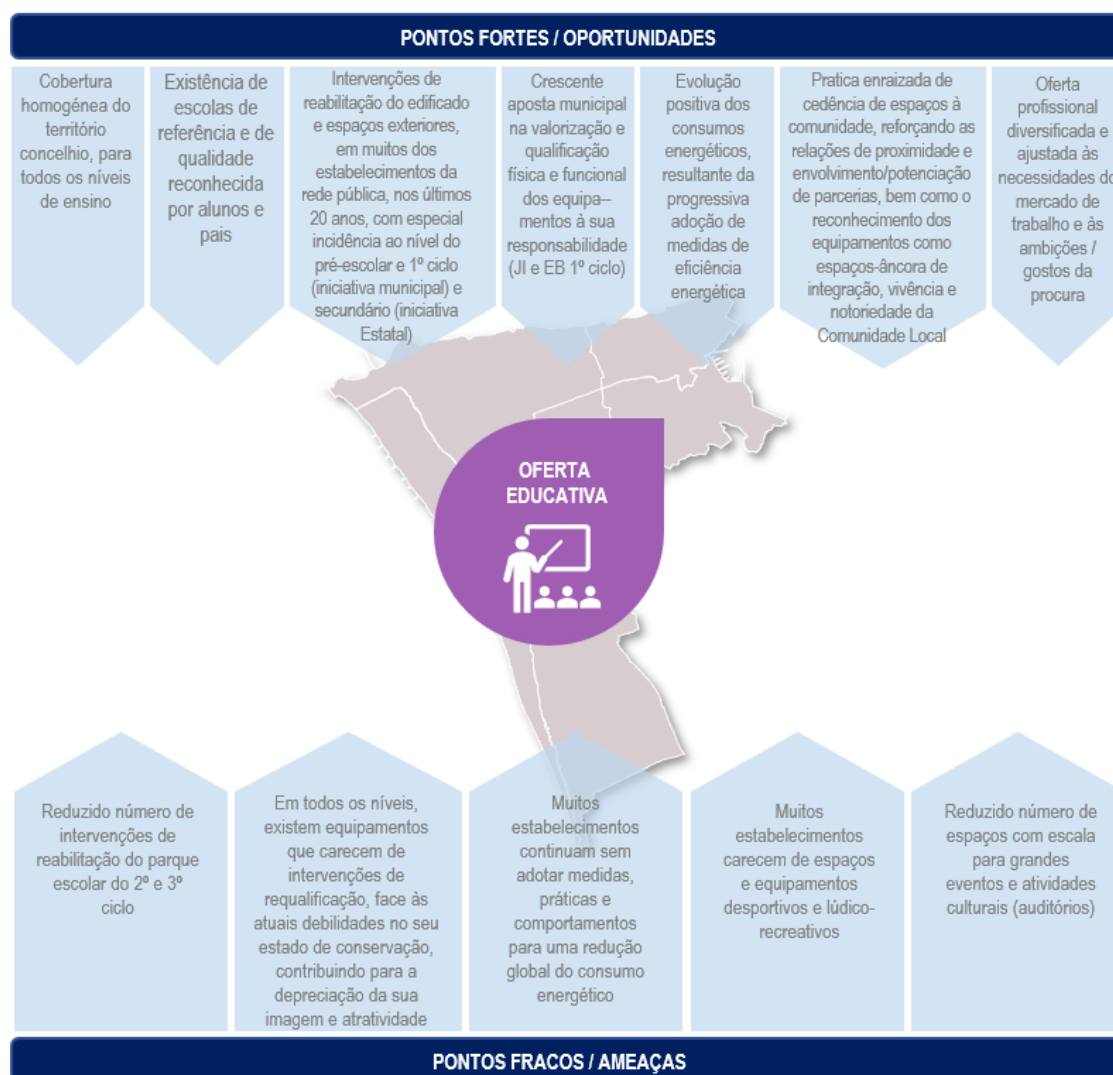
Com base no exercício de projeção da população escolar, por nível de ensino, estabelecendo uma comparação entre a população presente atualmente no Sistema Educativo em cada um dos níveis de ensino, e os cenários criados para 2025 e 2031, o principal constrangimento futuro prende-se com a redução de alunos que deverá frequentar o Sistema Educativo, com exceção da educação pré-escolar.

**FIGURA 97 – MATRIZ-SÍNTESE DA PROCURA EDUCATIVA**



Fonte Equipa técnica.

FIGURA 98 – MATRIZ-SÍNTESE DA OFERTA EDUCATIVA



Fonte Equipa técnica.

(página propositadamente deixada em branco)

## 10. ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

### 10.1. PRINCÍPIOS ORIENTADORES

#### 10.1.1. Equipamentos escolares: instrumentos de qualificação e valorização dos espaços urbanos

Atualmente, o desenvolvimento integrado e sustentável constitui um dos principais objetivos e desafios, seja ao nível nacional, seja, sobretudo, ao nível local. Os equipamentos coletivos desempenham um papel relevante na medida em que contribuem para a qualificação do quadro de vida das populações em domínios considerados estratégicos para a prossecução do desenvolvimento integrado. A educação assume-se como um dos principais domínios estruturadores desse processo de desenvolvimento.

Atuando como plataformas de sustentação das políticas públicas, assumem outra relevância instrumental conferida pelos impactes que têm no território e no quotidiano dos cidadãos. Assim, os equipamentos coletivos constituem a um tempo, instrumentos de qualificação e valorização dos espaços urbanos, e, num segundo tempo, formas de estruturação do sistema urbano, influenciando na afirmação de centralidades e no protagonismo funcional dos espaços, contribuindo para um correto ordenamento do território, a diferentes escalas.

FIGURA 99 – RELEVÂNCIA DO INSTRUMENTO



Fonte: Equipa técnica

Neste contexto, o exercício de programação e planeamento de equipamentos escolares assume uma dupla relevância:

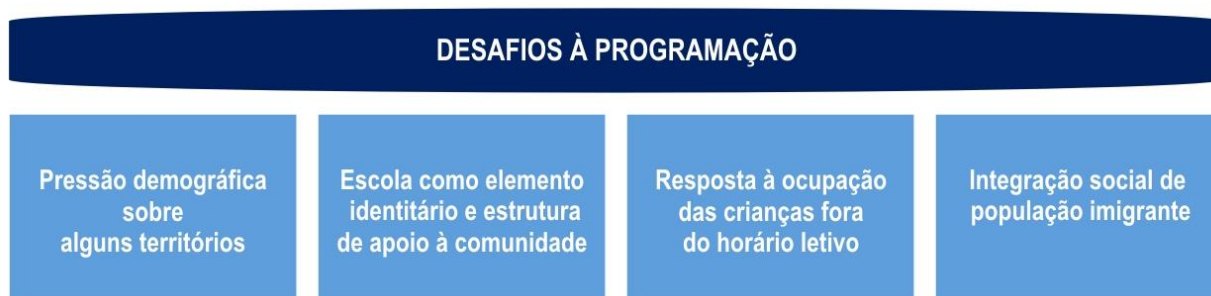
- A um tempo, diagnosticando as necessidades quantitativas e qualitativas e identificando os investimentos que serão necessários realizar, de forma a suprir as necessidades atuais e futuras, no quadro de uma política de desenvolvimento integrado e sustentável, onde emerge a Educação com um papel aglutinador e central na prossecução de diversas políticas públicas;
- A outro tempo, contribuindo para o planeamento urbanístico e para a concretização de um modelo de desenvolvimento sustentável harmonioso, multidimensional, contemplado noutros instrumentos de ordenamento e gestão territorial, nomeadamente o Plano Diretor Municipal (PDM).

### 10.1.2. Equipamentos escolares: instrumentos de integração social

No Concelho de Almada, a programação e planeamento dos equipamentos escolares reveste-se de uma importância elevada, dadas as especificidades que caracterizam este território, resultantes da sua inserção na Área Metropolitana de Lisboa, principal polo de emprego e de atratividade migrante. Este posicionamento regional, gera um conjunto de problemáticas, pressões demográficas e respostas que colocam importantes desafios à programação e planeamento dos equipamentos escolares. É o caso de fenómenos como:

- A pressão demográfica. O crescimento demográfico registado nos últimos anos, tem consolidado uma lógica de metropolização do concelho, reforçando-se a sua atratividade, sobretudo para as comunidades imigrantes, com impacte muito forte na procura escolar nos estabelecimentos existentes;
- A necessidade de assumir a Escola, enquanto estrutura de apoio e de acolhimento, enquanto elemento identitário e âncora da vivência e proximidade à Comunidade;
- A acentuada procura de respostas para ocupação das crianças fora do horário letivo, fruto da recomposição das estruturas familiares, de uma participação mais ativa das mulheres no mercado de emprego e de uma pendularização (casa-emprego), com tempos de deslocação relevantes;
- A presença de população migrante com elevados défices de conhecimento da língua portuguesa, de integração social e económica, com potencial impacte nos resultados escolares (níveis de insucesso escolar);

FIGURA 100 – DESAFIOS DA PROGRAMAÇÃO



Fonte: Equipa técnica

### 10.1.3. A territorialidade da Rede Escolar

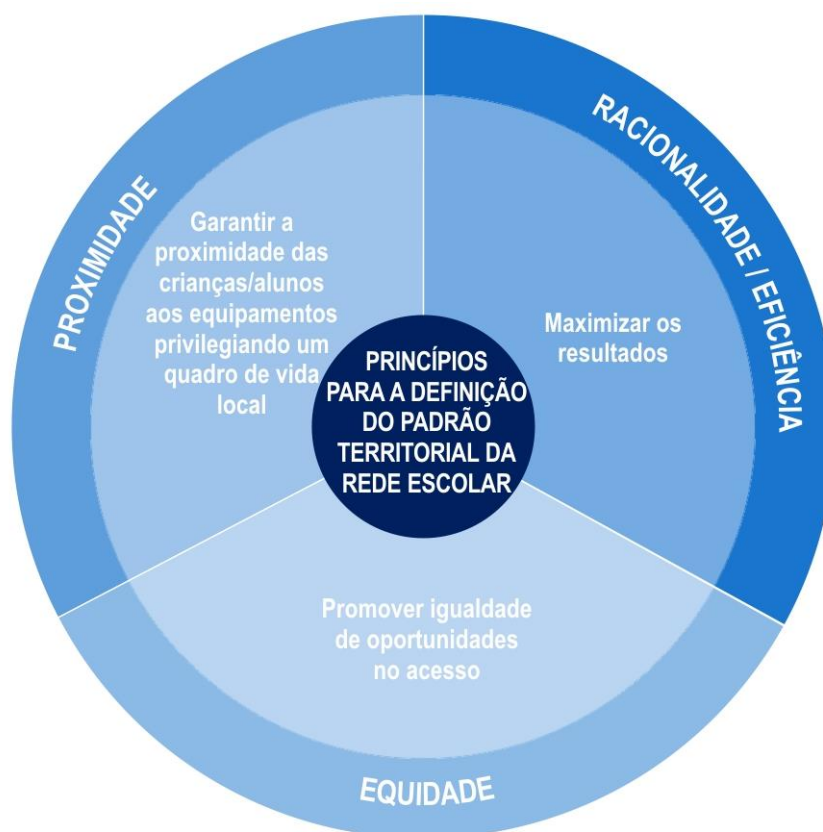
A partir da concertação dos desafios com que a Carta Educativa de Almada se depara, foram definidos quatro grandes princípios de sustentação do padrão territorial da Rede:

- A prossecução de uma lógica de equidade, de modo que seja assegurada uma distribuição que possibilite a todas as crianças/jovens a igualdade de oportunidades no acesso à Escola;
- A prossecução de uma lógica de proximidade, uma vez que a distribuição espacial deverá garantir que as escolas (nos primeiros níveis: pré-escolar e 1º ciclo), em alguns territórios específicos, se localizem próximo das áreas de residência das crianças/jovens, privilegiando um quadro de vida local e evitando extensos movimentos pendulares;
- A preocupação em contribuir para a estruturação do território assente num modelo policêntrico, em que a localização/distribuição dos equipamentos permita reforçar as centralidades locais;



- O cumprimento dos princípios de racionalidade e eficiência, promovendo uma espacialização e afetação de recursos que maximize os resultados a gerar (melhorar o sucesso escolar, promover uma maior integração social, reforçar o protagonismo e atratividade de algumas centralidades).

FIGURA 101 – PADRÃO TERRITORIAL DA REDE: PRINCÍPIOS



Fonte: Equipa técnica

## 10.2. MATRIZ ESTRATÉGICA

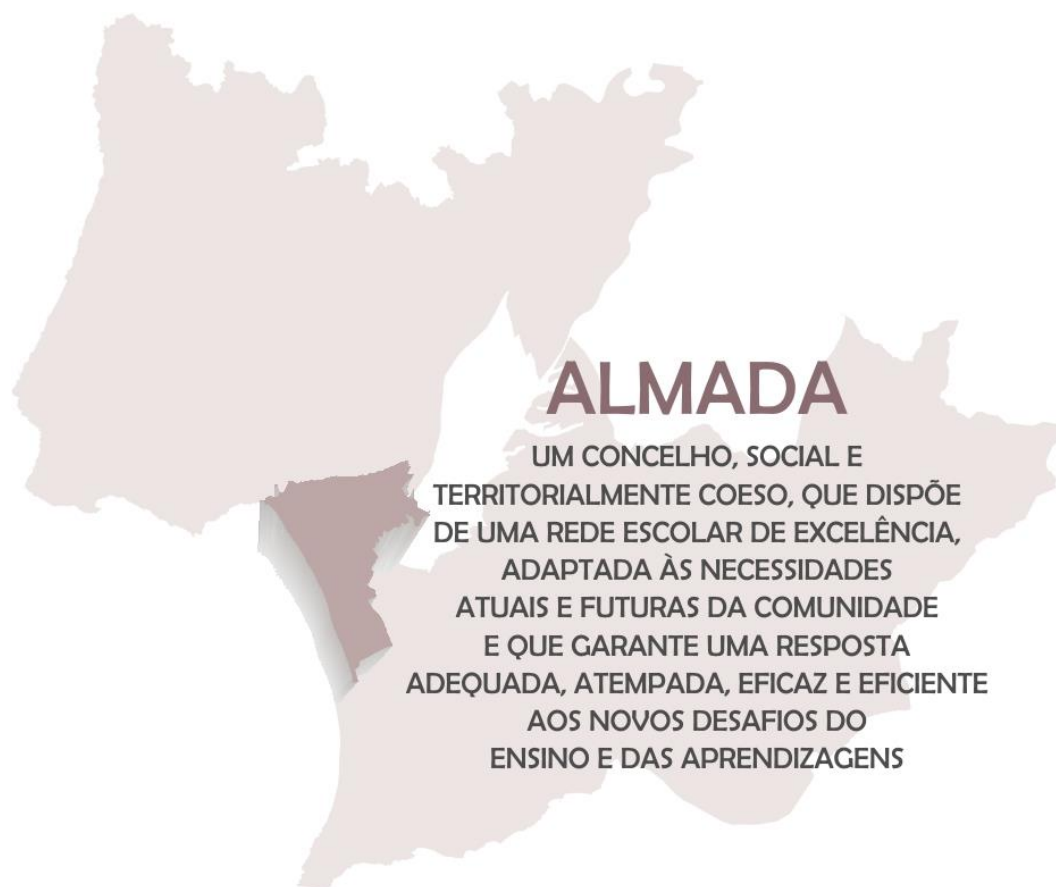
### 10.2.1. Visão Estratégica

Considerando a situação atual da Rede Escolar no Concelho de Almada, bem como os objetivos definidos para a Carta Educativa, a estratégia de intervenção visa:

- Orientar a ação municipal em termos de planeamento e ordenamento do território e de uma maior integração das políticas públicas, concedendo à Educação um papel central na prossecução do desenvolvimento integrado e sustentável do Concelho de Almada;
- Orientar a ação municipal, sinalizando as orientações, necessidades e prioridades de investimento, na ótica da qualificação das condições físicas e humanas da oferta existente, melhorando as condições de aprendizagem e contribuindo para a melhoria global do sistema de ensino no concelho;
- Orientar a ação municipal, procurando estabelecer sinergias e desenvolver parcerias colaborativas à escala municipal e intermunicipal, que reforcem a atratividade regional, garantam ganhos de eficácia e eficiência multiescalar e permitam encontrar as melhores respostas para problemas e/ou necessidades transversais à Área Metropolitana de Lisboa, nomeadamente à Península de Setúbal.

Assim, a Estratégia de Intervenção desenhada pretende contribuir para a materialização de uma ambição para o concelho de Almada, sintetizada na mensagem:

**FIGURA 102 – VISÃO ESTRATÉGICA**



Fonte: Equipa técnica

### 10.2.2. Princípios e Objetivos Estratégicos

Conforme consagra o Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro, este deve ser o instrumento referencial de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho de Almada, de acordo com as ofertas de educação a satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico do Concelho.

Trata-se assim de uma visão para a programação da rede de equipamentos educativos, que procura incorporar os princípios do planeamento estratégico ao setor da Educação. Neste sentido, trata-se por um lado de um produto, temporalmente concretizado, que procura consubstanciar a política educativa num dado território (o concelho de Almada); por outro lado, que deve ser encarado como um processo, em permanente avaliação e atualização, no quadro das transformações territoriais e socioeconómicas do território municipal regional, assim como das próprias transformações da política educativa local e nacional (aspeto particularmente pertinente e atual, dado o contexto de transferência de competências e responsabilidades do Estado para os Municípios). Por conseguinte, pretende articular uma vertente de carácter pedagógico e outra de ordenamento territorial.

Na vertente pedagógica, procura-se favorecer a existência de recursos físicos e pedagógicos de qualidade, diferenciadores e diversificados, através do funcionamento em rede dos estabelecimentos (conceito de escola nuclear - sede - que inclui recursos físicos e humanos especializados). Neste contexto, surge como determinante, a necessidade de consolidação e afirmação dos Agrupamentos de Escolas, pela qualidade do

ensino ministrado e pela diferenciação das ofertas disponibilizadas. Relativamente à vertente de ordenamento do território, a Revisão da Carta deverá procurar responder às tendências de organização do território e à política de desenvolvimento multidimensional em curso, levando em consideração o sistema territorial e urbano existente ou a consolidar, bem como as dinâmicas evolutivas e linhas de intervenção que estruturam a política de emprego, de habitação, cultural, desportiva ou social no Concelho de Almada.

Nesta perspetiva, as propostas de reconfiguração da rede educativa devem ser efetuadas de um modo relacional, entendendo os estabelecimentos de ensino como organizações que fazem parte de redes de equipamentos coletivos que procuram prestar um serviço de qualidade às populações. Assim, nenhum estabelecimento de educação ou ensino deverá ser considerado isoladamente, mas sim integrado em redes de equipamentos, concebidos como organizações integradas e integradoras, tanto no plano interno como no das relações com a comunidade.

Neste contexto, o Sistema de Ensino (rede pública), deverá pautar a sua atuação com base nos seguintes Princípios Estratégicos:

- Desenvolvimento harmonioso de uma aprendizagem sequencial programada e acompanhada, que promova o sucesso escolar das crianças/jovens;
- Funcionamento articulado dos diversos serviços de apoio socioeducativo e sociocultural, contribuindo para a geração de polos e centralidades educativo-culturais que reforcem os processos de aprendizagem;
- Racionalização, rentabilização e melhoria da qualidade dos recursos físicos, através de um sistema de administração e de gestão integrado, adequado às características da rede e às necessidades da procura;
- Facilitação dos contatos e trocas de experiência entre os diversos agentes educativos, reforçando as respostas/soluções integradas e de parceria, inclusive à escala sub-regional.

FIGURA 103 – PRINCÍPIOS ESTRATÉGICOS



Fonte: Equipa técnica

As escolas-sede, agentes nucleares nesta perspetiva, devem congregiar recursos materiais e imateriais mais qualificados e especializados, procurando ser o centro de dinamização e de apoio, quer quanto a instalações quer quanto à dinamização pedagógica. Neste contexto, a Revisão da Carta Educativa deve contribuir para criar as condições mais favoráveis ao desenvolvimento destes centros de excelência e de competências educativas, bem como apontar caminhos para melhorar as condições para uma gestão mais eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.

A Revisão da Carta Educativa de Almada constitui um instrumento fundamental para sustentar a política educativa para o Concelho nos próximos anos, procurando dar uma visão territorializada a essa política (integrada, em estreita articulação com a política socioeconómica, de emprego, de habitação, cultural e desportiva), favorecendo um ensino de qualidade e pedagogicamente enriquecedor e, ao mesmo tempo, promovendo a qualificação do território, através do fortalecimento dos fatores estratégicos de competitividade do concelho, à escala sub-regional, bem como permitindo uma maior integração da comunidade migrante e das jovens famílias que escolhem o Concelho como local de residência.

Este referencial estratégico estrutura-se numa multiplicidade de Objetivos Estratégicos, que devem sustentar o quadro operacional associado à Revisão da Carta Educativa:

- Melhorar os níveis de educação e formação escolar, através de um ensino de qualidade diferenciador, consagrando o ensino secundário como referencial mínimo em termos de qualificação;
- Potenciar os meios e recursos disponíveis, procurando sinergias e complementaridades e assumindo os espaços escolares enquanto verdadeiras centralidades e polos educativo-culturais;
- Reforçar as capacidades pedagógicas dos estabelecimentos e a disponibilidade de recursos humanos (não docentes) que integram os diferentes Agrupamentos e Escolas Secundárias não agrupadas, de modo a garantir uma gestão adequada dos espaços e de integração/acompanhamento dos alunos;
- Reforçar a componente profissionalizante da formação de recursos humanos, através da rede de escolas existentes (incluindo à escala sub-regional) e de uma oferta formativa adequada e ajustada ao mercado de trabalho;
- Promover um maior apetrechamento técnico-pedagógico dos diferentes estabelecimentos de ensino, nomeadamente em termos tecnológicos, e fomentar iniciativas e atividades que promovam uma maior abertura à Comunidade;
- Requalificar o parque escolar, de forma a promover uma melhoria das condições de vivência escolar e uma progressão positiva dos resultados escolares;
- Melhorar as condições e qualidade de ensino, reforçando a atratividade e diversificando as soluções de aprendizagem, com especial atenção às comunidades migrantes;
- Criar as condições para garantir o acesso de todos à educação e à formação, como dimensão central de coesão social;
- Instaurar o regime de funcionamento normalizado em todos os estabelecimentos de ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e densificação da rede oferta pré-escolar;
- Reforçar a projeção e protagonismo do Concelho de Almada no território metropolitano (Área Metropolitana de Lisboa/Península de Setúbal), através de uma oferta diferenciadora e especializada, permitindo ganhos de visibilidade e notoriedade fomentadores de uma maior atratividade e procura escolar;
- Desenvolver programas e projetos de combate ao abandono, absentismo, saídas antecipadas e insucesso escolar.

Os últimos inquéritos realizados pela OCDE revelam que cerca de 20% dos alunos com 15 anos de idade testados (PISA) têm uma compreensão insuficiente do que leem e uma proporção ainda maior possui competência insuficiente em matemática. Estes valores demonstram que em muitas das regiões da UE (incluindo no Alentejo), ainda existem grandes dificuldades na aprendizagem de competências básicas, bem como de iliteracia científica. Por outro lado, dos problemas apontados pelos Diretores de Agrupamento, emerge a persistência de algum insucesso escolar dos alunos (sobretudo menor rendimento às disciplinas de Matemática e, em menor escala, de Português; grandes dificuldades de aprendizagem/compreensão da língua portuguesa, por uma parte importante da comunidade migrante). Neste contexto, estimular o interesse pela matemática, pelas ciências e pelas tecnologias desde uma idade precoce, de modo a aumentar o número de estudantes que frequentam cursos nessas áreas, bem como aumentar o interesse pela língua materna, devem ser igualmente objetivos a prosseguir.

Acresce que, nos últimos anos, o alargamento do horário de funcionamento das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e do pré-escolar, foi uma dimensão importante para apoiar as famílias e promover uma maior conciliação entre a vida profissional e familiar. As atividades extracurriculares de carácter lúdico-didático representam um papel central no desenvolvimento das crianças, devendo ser reforçada a qualidade da oferta desse tipo de atividades. Assim, garantir a melhor ocupação dos tempos dedicados às atividades extracurriculares, deve também ser um objetivo estratégico a ter em conta no âmbito da ação educativa municipal.

É igualmente estruturante, tornar a aprendizagem mais atrativa para os jovens que estão no sistema de ensino, incentivando-os a prosseguir a sua formação para além da escolaridade obrigatória. A existência de repetências no percurso escolar, em muitos casos origina desmotivação e desinteresse pela escola/estudo e altera as expectativas face à mesma. Neste quadro, é fundamental desenvolver estratégias de aproximação aos alunos, de modo que a frequência do ensino superior possa constituir uma meta após a finalização do 12.º ano, enfatizando a importância de progressão e conclusão de um curso no ensino superior para ter uma boa profissão, mais bem remunerada, e maior facilidade de ingresso no mercado de trabalho.

Finalmente, existem diversas outras orientações que devem ser prosseguidas e priorizadas, contribuindo para reforçar a aposta “infraestrutural”, dimensão central deste instrumento de planeamento, nomeadamente:

- Identificar e desenvolver novas competências essenciais à sociedade do conhecimento (aposta na dimensão digital/tecnológica) e harmonizá-las com as competências tradicionais;
- Generalizar e valorizar os bons Projetos Educativos;
- Melhorar a formação dos educadores e professores, através da formação contínua, numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida;
- Reforçar a coesão interna dos Agrupamentos de Escolas;
- Garantir condições de segurança nas escolas e na sua envolvente;
- Reforçar a ação social;
- Reforçar as ligações com o mundo do trabalho, a investigação e a sociedade em geral;
- Valorizar a partilha intergeracional de experiências e de Conhecimentos;
- Reforçar a autonomia das escolas;
- Promover a criação de redes de instituições de educação e de formação a vários níveis, no contexto da aprendizagem ao longo da vida.

Com base na literatura internacional e nacional sobre as dimensões críticas e estruturadoras que devem ser tidas em conta na construção, afirmação e consolidação da Escola do Século XXI, (impreterivelmente mais ecológica, mais tecnológica, mais funcional) é possível identificar os aspetos-chave que, entre outros,

concorram para esse desígnio e para os quais a Carta Educativa deve encontrar/prever e sugerir as melhores soluções.

### Escola do século XXI: uma escola mais ecológica

As cidades devem desempenhar um papel central na redução das emissões de CO<sub>2</sub> e na luta contra as alterações climáticas. A transição para uma economia de baixo carbono atribui por isso um papel central às áreas urbanas, nomeadamente através da melhoria da eficiência energética dos equipamentos coletivos.

As medidas de eficiência energética e a utilização das energias renováveis têm vindo a ser lentamente adotadas, devido aos custos de investimento e à fraca relevância atribuída às vantagens económicas, ambientais, de saúde e de conforto que podiam resultar de melhores práticas em termos de eficiência energética.

Nos últimos anos, a administração pública tem desenvolvido um número significativo e diversificado de projetos com vista a diminuir a energia consumida na sua esfera de atuação, implementando normas obrigatórias para o aumento da eficiência energética dos edifícios e atribuindo incentivos à adoção de energias renováveis. Contudo, persiste um défice estrutural muito acentuado nestes domínios. As intervenções executadas associavam-se sobretudo à instalação de sistemas solares térmicos em piscinas e recintos desportivos, à instalação de reguladores de fluxo como garante da melhoria de eficiência energética na iluminação pública e à substituição das fontes luminosas nos sistemas de controlo de tráfego e peões (tecnologia LED).

Empenhada num processo de mudança em prol da sustentabilidade ambiental, a Câmara Municipal de Almada tem investido na redução dos consumos energéticos nos edifícios municipais com consumos mais elevados. A requalificação e modernização do parque escolar, continua a ser uma prioridade, criando melhores condições para toda a comunidade escolar e melhorando o desempenho energético nas escolas.

Os trabalhos realizados nos últimos anos contemplaram várias medidas como a substituição da iluminação existente por soluções LED mais eficientes, a alteração de caixilharias, envidraçados e a substituição de coberturas, a instalação de sistemas solares fotovoltaicos e de sistemas de monitorização do consumo de energia.

A alteração do paradigma energético, possibilitando o surgimento de soluções inovadoras, potenciadoras da eficiência energética e um maior empenho e esforço na redução do consumo de eletricidade, promovendo melhorias de eficiência energética e incrementando a produção de energias renováveis (aproveitamento do potencial solar em termos da produção de energias renováveis, nomeadamente a micro produção para autoconsumo), será decisiva para melhorar as condições de conforto térmico nas escolas e reduzir o seu consumo energético.

A antiguidade do edificado, associada aos importantes níveis de degradação que uma percentagem de edifícios apresenta, fazem com que a eficiência energética do edificado escolar seja globalmente baixa, assumindo-se a sua melhoria como uma prioridade de atuação municipal.

Assim, de modo a alterar os padrões de consumo energético na rede de equipamentos escolares, assim como reduzir os custos associados e incrementar o conforto térmico, pretende-se aumentar a eficiência energética e a produção para autoconsumo, contribuindo para a redução de despesa, para o uso eficiente de recursos, para a redução de emissões e para a alteração comportamental da comunidade escolar. A criação de uma Comunidade de Energia Renovável, à escala local, enquanto modelo de organização local de autoprodução de energia, poderá ser ponderada.

### Escola do século XXI: uma escola mais tecnológica

O século XXI veio redefinir conceitos e reequacionar quais as condições para promover a qualidade da educação, do ensino e da aprendizagem.

Os ambientes educacionais estão cada vez mais focados nas Tecnologias da Informação, quer pelas possibilidades de ampliação do sentido de educação/aprendizagem, quer pelo novo quadro de exigência no processo de aprendizagem dos alunos, particularmente potenciado pelo contexto pandémico, quer ainda pela influência no desempenho dos alunos e na gestão do ambiente educativo.

As escolas estão a ser transformadas, dando espaço a novos mecanismos e formas de funcionamento, comunicação e relacionamento, conferindo primazia a ferramentas tecnológicas no processo de aprendizagem. Os processos de receção e adaptação às novas tecnologias, e a sua utilização enquanto ferramentas para dinamizar e potencializar a função ensino/aprendizagem é cada vez mais uma realidade.

Segundo alguns autores<sup>9</sup>, a introdução das tecnologias em sala de aula (computadores portáteis, quadros interativos, manuais virtuais, ...), consideradas um recurso auxiliar na prática pedagógica do professor, deve ser acompanhada por uma metodologia adequada às necessidades dos alunos e gerida de maneira cuidada e ajustada ao processo ensino – aprendizagem. As possibilidades metodológicas que as tecnologias trazem para trabalhar os conteúdos a lecionar, através de atividades criativas, mais apelativas e interessantes para os alunos, estão a transformar a aprendizagem escolar. Mas não basta que a escola se aproprie dos recursos tecnológicos, dinamizando o processo de aprendizagem, sendo fundamental criar todas as condições de suporte a montante, nomeadamente em termos de redes (elétricas, de cobertura e velocidade de internet,...).

Cada vez mais a tecnologia está presente nas escolas de Almada e no processo de aprendizagem do aluno, seja pela disponibilização e uso de equipamentos tecnológicos, seja pelo desenvolvimento de projetos envolvendo educação e tecnologia. A prioridade, para além do reforço da aposta no hardware e software (recursos das TIC), passará por garantir as condições de operação dos meios virtuais/tecnológicos disponíveis.

### **Escola do século XXI: uma escola mais funcional**

Atualmente, existe uma cultura audiovisual eletrónica que se tem generalizado, que proporciona aos jovens informações, valores, saberes e outros modos de ler e perceber o conhecimento. Contudo, esta realidade, tem também vindo a gerar, progressivamente, uma diminuição acentuada do tempo dedicado à brincadeira, à prática desportiva e à própria apetência para sair da sala de aula e utilizar espaços formais ou informais de recreio. Assim, os períodos de recreio têm de ter soluções que não sejam padronizadas ou aborrecidas, mas desafiantes. O analfabetismo motor, o comprometimento do desenvolvimento físico e cognitivo deve evitar-se, pelo que a disponibilização de respostas lúdico-desportivas na maior parte dos estabelecimentos escolares é fundamental para a formação de crianças saudáveis e funcionais.

---

<sup>9</sup>Ribeiro da Silva, José (2016) – A utilização das Nova TIC em contexto de sala de aula; Carvalho, Patrícia (2014) – A comunicação no processo de ensino aprendizagem.

(página propositadamente deixada em branco)



## 11. PROGRAMA DE AÇÃO

### 11.1. ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO

As conclusões e análises anteriores à rede escolar, permitiram evidenciar, em termos gerais, a progressiva desadequação do parque escolar instalado, face à procura existente e potencial. Por outro lado, demonstrou-se a existência de escolas que, pelo seu estado de conservação, não dispõem/oferecem as condições adequadas para garantir os padrões de qualidade que devem reger a Escola Pública.

Estes são os principais desafios do processo de Revisão da Carta Educativa, mas este surge também como uma oportunidade para reforçar a função e vocação educativa dos equipamentos escolares, conferindo-lhes outras valências e respostas complementares que potenciem a sua centralidade enquanto polos educativo-culturais estruturantes do concelho e, sobretudo, das comunidades onde se inserem. Nesta perspetiva, cada vez mais deverão procurar-se soluções que assegurem ambientes escolares abertos, que promovam o sucesso escolar e a inclusão social, nomeadamente a integração de migrantes e que permitam reforçar os fatores diferenciadores da oferta pública, tornando-a mais atrativa e competitiva, seja à escala local, seja regional.

Uma atuação pensada e concertada, com ambição e impacto, deve ultrapassar as fronteiras da Educação e integrar-se numa visão mais ampla de desenvolvimento harmonioso e sustentado do concelho e da sua afirmação à escala metropolitana.

Num contexto de descentralização/transferência de competências e responsabilidades do Estado para o Município de Almada, importa que este referencial suporte e enquadre o processo e permita informar a tomada de decisão e de priorização no período de programação de apoios comunitários 2021-2027, que confirmam suporte financeiro às principais intervenções estruturantes a realizar.

Acresce que no acordo setorial de compromisso entre o governo e a ANMP, para a descentralização nos domínios da educação e da saúde<sup>10</sup>, está contemplado um mapa de escolas prioritárias a reabilitar. Deste mapa constam 8 escolas a necessitar de reabilitação urgente no concelho de Almada: a Escola Secundária António Gedeão, com prioridade Muito Urgente (P1), a Escola Básica de Alembração, a Escola Básica de Monte da Caparica, a Escola Básica da Costa da Caparica, a Escola Secundária Fernão Mendes Pinto, a Escola Básica da Trafaria, a Escola Básica D. António da Costa com prioridade Urgente (P2) e a Escola Secundária Daniel Sampaio, como prioritária (P3).

Releva ainda que dada a ambição da matriz estratégica delineada é fundamental gerar um quadro de resposta muito abrangente e multidimensional, o que concorrerá para um período de execução com um horizonte alargado (superior a uma década). Não obstante, considera-se determinante a definição de um referencial de elevada abrangência, participado e consensualizado com os principais atores da Comunidade Educativa, que mesmo num cenário de difícil antecipação das fontes de financiamento disponíveis e da exiguidade de recursos financeiros passíveis de mobilização (nacionais e europeus), reflita o quadro de prioridades a prosseguir e as intervenções estruturantes a executar (e complementares), para a melhoria e para a diferenciação do sistema educativo municipal.

Neste contexto, as propostas de reordenamento da Rede, sustentam-se em 4 Eixos de Intervenção e num conjunto amplo de objetivos operacionais, que estruturam as intervenções a executar:

- Eixo I - Requalificar/ampliar o parque escolar instalado;
- Eixo II - Melhorar as condições e qualidade de ensino;
- Eixo III – Melhorar as condições de gestão dos recursos humanos;
- Eixo IV - Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior.

---

<sup>10</sup> 22 de julho de 2022.

## 11.2. EIXO I – REQUALIFICAR/AMPLIAR O PARQUE ESCOLAR INSTALADO

Este eixo estratégico pretende dar continuidade, por um lado, à consolidação do conceito de centro/núcleo escolar, promovendo/consolidando a capacidade de oferta integrada, por outro lado, dando resposta e procurando resolver alguns problemas existentes na rede, nomeadamente resultantes das deficitárias condições infraestruturais de alguns estabelecimentos, da incapacidade de resposta do parque instalado à evolução da procura em alguns territórios, da necessidade de instaurar o regime de funcionamento normalizado em todos os estabelecimentos de ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e da necessidade de reforçar e densificar a rede de ofertas pré-escolares.

As intervenções a desenvolver neste eixo estratégico contemplam cinco linhas de atuação fundamentais:

- Medida 1.1. Criação de novas salas/espços letivos e de apoio: pré-escolar e 1º ciclo;
- Medida 1.2. Criação de novas salas/espços letivos e de apoio: 2º, 3º ciclo e Secundário;
- Medida 1.3. Programa municipal de modernização e manutenção do parque escolar (PMM+Almada);
- Medida 1.4. Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio (PMED+Almada);
- Medida 1.5. Programa municipal de melhoria da eficiência energética no parque escolar (PMEE+Almada).

### MEDIDA 1.1. CRIAÇÃO DE NOVAS SALAS/ESPÇOS LETIVOS E DE APOIO: PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO

A educação pré-escolar, assumida enquanto primeira etapa do processo educativo e progressivamente reconhecida como uma fase importante para garantir o gosto pelo ensino e pelo futuro sucesso escolar, é uma prioridade nacional e municipal. Essa prioridade confere uma importância acrescida ao investimento dos poderes públicos na ampliação da rede, de modo a garantir a universalidade da educação pré-escolar às crianças desde os três anos.

Atualmente a rede pública de educação pré-escolar no concelho de Almada, ainda não apresenta uma densificação da oferta que permita responder de forma efetiva a este desafio (não obstante os avanços importantes realizados nos últimos anos), pelo que a ampliação do número de salas é determinante.

Por outro lado, nos últimos anos, em função da participação mais ativa das mulheres no mercado de emprego, da recomposição das estruturas familiares (filhos a cargo de um único elemento parental), de uma maior pressão do mercado de trabalho (horários mais extensos, menor flexibilidade das entidades empregadoras, ...) e do aumento dos movimentos pendulares, por razões laborais, com impacto nos elevados tempos de deslocação (bacias de emprego alargadas), as famílias confrontam-se com maiores dificuldades no apoio e na ocupação das crianças fora do período letivo. Neste contexto, tem vindo a acentuar-se a procura dos pais por soluções, em condições de qualidade, que permitam prolongar a estadia das crianças nos espaços escolares. Em parte, a presença da rede privada e da rede solidária como resposta à educação pré-escolar, resulta dessa capacidade de oferecer condições adequadas/ajustadas às necessidades em causa.

A rede pública pode e deve reforçar as suas condições, melhorando a qualidade da oferta, tornando-a diferenciadora e atrativa. Assim, alguns estabelecimentos deverão ponderar, em função da evolução da procura, a possibilidade de destinar salas/espços que permitam desenvolver com maior qualidade as atividades de animação e apoio à família. No caso do 1º ciclo, dada a necessidade de um maior apoio educativo para alunos com dificuldades de aprendizagem e para o desenvolvimento, com qualidade, das atividades de enriquecimento curricular, importa igualmente ponderar, em função da evolução da procura, a possibilidade de destinar salas/espços específicos para esses serviços/atividades.

Para além do reforço e densificação da rede de pré-escolar é fundamental terminar com o regime de funcionamento duplo que ainda existe na EB Pragal, e evitar que possam ser geradas novas situações no futuro

face à evolução da procura em alguns territórios, dado que as mesmas são bastante impactantes nos processos de aprendizagem e limitadores da qualidade do ensino ministrado.

Anualmente, deverá ser efetuada uma leitura global da rede e da procura existente, por alguns estabelecimentos (no âmbito do exercício de monitorização e avaliação regular da Carta), de modo a ponderar a possibilidade/sustentabilidade de ampliação e/ou adaptação de alguns estabelecimentos. Não obstante, podem ser sinalizadas diversas intervenções a realizar no curto prazo, na rede de educação pré-escolar, assumidas como estruturantes e prioritárias no contexto de ampliação e qualificação da rede, nomeadamente:

- Construção do Centro Escolar da Ramalha/Almada Poente, contemplando 3 salas para JI;
- Construção do Centro Escolar da Charneca, contemplando 3 salas para JI;
- Construção do Centro Escolar de Vale Figueira, contemplando 3 salas para JI;
- Construção de 4 Jardins-de-infância, nas proximidades dos interfaces de transporte (ferroviário e fluvial), contemplando 3 salas cada um;
- Ampliação da EB 2/3 Elias Garcia, contemplando duas salas para JI;
- Ampliação da EB Presidente Maria Emilia, contemplando duas salas de JI;
- Readaptação da atual EB n.º1 da Trafaria para Jardim de Infância, contemplando 4 salas para JI.

Neste quadro, no total, a proposta contempla a criação de 29 salas de jardim-de-infância, permitindo garantir, nos próximos anos, a universalidade da educação pré-escolar às crianças desde os três anos e contribuindo para reforçar a atratividade e diferenciação do Concelho, à escala metropolitana, bem como melhorar a qualidade de vida e conciliação da vida pessoal e profissional, a quem nem vive e trabalha em Almada.

Também ao nível do 1.º ciclo do ensino básico, existem constrangimentos a ultrapassar, nomeadamente terminar com o regime de funcionamento duplo na EB Pragal, reforçar a oferta de 1.º ciclo em territórios em processo de acelerado crescimento demográfico e da população escolar, melhorar as condições e espaços de apoio às aprendizagens, sendo necessário priorizar um conjunto de intervenções, nomeadamente:

- Construção do Centro Escolar da Ramalha/Almada Poente, contemplando 12 salas para o 1.º Ciclo do Ensino Básico;
- Construção do Centro Escolar da Charneca, contemplando 8 salas para o 1.º Ciclo do Ensino Básico;
- Construção do Centro Escolar de Vale Figueira, contemplando 12 salas para o 1.º Ciclo do Ensino Básico;
- Construção da EBI Trafaria, contemplando 8 salas para o 1.º Ciclo do Ensino Básico;
- Ampliação da EB 2/3 Elias Garcia, contemplando 4 salas para o 1.º Ciclo do Ensino Básico;
- Ampliação da EB Presidente Maria Emilia, contemplando 6 salas para o 1.º Ciclo do Ensino Básico.
- Ampliação da EB n.º1 Alfeite, contemplando 6 salas para o 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Assim, no total, a proposta contempla a criação de 56 salas para o 1.º ciclo do ensino básico, permitindo garantir, nos próximos anos, o fim do regime duplo, a densificação da oferta em áreas de importante pressão demográfica (atual e prospetivada) e redimensionar os equipamentos para uma melhor e mais qualificada resposta às necessidades de um ensino e aprendizagem diferenciador e inovador.

Face às debilidades e características estruturais do equipamento e face à procura existente (e potencial), concorrendo para que sejam lecionados diversos anos na mesma sala de aula (situação bastante impactante nas aprendizagens e na qualidade do ensino ministrado), afigura-se relevante proceder ao encerramento da Escola Básica Fonte Santa.

QUADRO 59 – FICHA DE AÇÃO: CRIAÇÃO DE CENTRO ESCOLAR DA RAMALHA/ALMADA POENTE

<b>DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO</b>					
<b>Centro Escolar da Ramalha/Almada Poente</b>					
<b>ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO</b>					
Níveis de Ensino:	Ensino Pré-Escolar e 1.º Ciclo de Ensino Básico				
Localização:	Ramalha				
Promotores:	Câmara Municipal de Almada				
Tipologia:	Criação de um novo estabelecimento (3 salas JI e 12 salas 1.º Ciclo)				
<b>JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO</b>					
<p>O principal objetivo do projeto consiste em construir um novo equipamento, que permita terminar com o regime duplo de funcionamento da EB Pragal e responder à procura potencial (concretização dos novos empreendimentos em Almada Poente), bem como reforçar a oferta pré-escolar neste território. Assim, pretende-se com a presente ação criar um centro escolar na Ramalha, com 3 salas de pré-escolar e 12 salas de 1.º ciclo e, deste modo, responder à pressão demográfica/procura escolar e melhorar as condições de ensino e aprendizagem para a comunidade educativa, ao nível do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo.</p> <p>Neste quadro, procura-se melhorar a capacidade de resposta do parque escolar instalado neste território e a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através da ampliação e modernização do parque escolar, nomeadamente resolvendo os constrangimentos que existem na EB Pragal (regime duplo), impactantes para o processo de aprendizagem e para a qualidade do ensino ministrado.</p>					
<b>DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO</b>					
<p>A ação contempla a construção de um novo equipamento (3 salas de pré-escolar e 12 salas de 1.º ciclo), de raiz, na Ramalha, cujas características construtivas e de inserção na malha urbana o tornem atrativo e diferenciador à escala local.</p> <p>A construção deverá garantir elevados níveis de conforto ambiental do estabelecimento, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/energética dos edifícios e à microprodução para autoconsumo.</p> <p>A dimensão das salas para a componente letiva e das salas específicas para as atividades extracurriculares (AAAF e CAF) deverá ser adequada para garantir excelentes espaços de ensino e trabalho. Também as melhores condições ao nível da rede elétrica, dos sistemas e redes tecnológicas e de cobertura da rede de internet devem ser asseguradas.</p> <p>Nos espaços exteriores envolventes promover-se-á criação de espaços ajardinados e de espaços para a prática desportiva e lúdico-recreativos.</p>					
<b>PROGRAMAÇÃO TEMPORAL</b>					
2023	2024	2025	2026	2027	2028-2033
X	X	X			
<b>NÍVEL DE PRIORIDADE</b>			<b>CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)</b>		
Elevado			6.000		

Fonte: Equipa técnica

QUADRO 60 – FICHA DE AÇÃO: CRIAÇÃO DE CENTRO ESCOLAR DA CHARNECA

<b>DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO</b>					
<b>Centro Escolar da Charneca</b>					
<b>ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO</b>					
Níveis de Ensino:	Ensino Pré-Escolar, 1.º e 2.º Ciclo de Ensino Básico				
Localização:	Charneca				
Promotores:	Câmara Municipal de Almada				
Tipologia:	Criação de um novo estabelecimento (3 salas JI e 8 salas 1.º Ciclo; salas para o 2.º ciclo)				
<b>JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO</b>					
<p>O principal objetivo do projeto consiste em construir um novo equipamento na Charneca, com 3 salas de pré-escolar e 8 salas de 1.º ciclo (acresce salas para o 2.º ciclo) e, deste modo, responder à pressão demográfica/procura escolar (existente e potencial), reforçar a oferta pré-escolar e 1.º ciclo neste território, e melhorar as condições de ensino e aprendizagem para a comunidade educativa local, ao nível do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo.</p> <p>Neste quadro, procura-se ampliar a capacidade de resposta do parque escolar instalado na Charneca e a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através da ampliação do parque escolar e, deste modo, melhorar o processo de aprendizagem e a qualidade do ensino ministrado neste território.</p>					
<b>DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO</b>					
<p>A ação contempla a construção de um novo equipamento (3 salas de pré-escolar e 8 salas de 1.º ciclo; acresce salas para o 2.º ciclo), de raiz, na Charneca, cujas características construtivas e de inserção na malha urbana o tornem atrativo e diferenciador à escala local. A construção deverá garantir elevados níveis de conforto ambiental do estabelecimento, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/energética dos edifícios e à microprodução para autoconsumo.</p> <p>A dimensão das salas para a componente letiva e das salas específicas para as atividades extracurriculares (AAAF e CAF) deverá ser adequada para garantir excelentes espaços de ensino e trabalho. Também as melhores condições ao nível da rede elétrica, dos sistemas e redes tecnológicas e de cobertura da rede de internet devem ser asseguradas.</p> <p>Nos espaços exteriores envolventes, promover-se-á a criação de espaços ajardinados e de espaços para a prática desportiva e lúdico-recreativos.</p>					
<b>PROGRAMAÇÃO TEMPORAL</b>					
2023	2024	2025	2026	2027	2028-2033
	X	X	X		
<b>NÍVEL DE PRIORIDADE</b>			<b>CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)</b>		
Elevado			7.000		

Fonte: Equipa técnica

QUADRO 61 – FICHA DE AÇÃO: CRIAÇÃO DE CENTRO ESCOLAR DE VALE FIGUEIRA

<b>DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO</b>					
<b>Centro Escolar Vale Figueira</b>					
<b>ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO</b>					
Níveis de Ensino:	Ensino Pré-Escolar e 1.º Ciclo de Ensino Básico				
Localização:	Vale Figueira				
Promotores:	Câmara Municipal de Almada				
Tipologia:	Criação de um novo estabelecimento (3 salas JI e 12 salas 1.º Ciclo)				
<b>JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO</b>					
<p>O principal objetivo do projeto consiste em criar um centro escolar em Vale Figueira, com 3 salas de pré-escolar e 12 salas de 1.º ciclo e, deste modo, responder à pressão demográfica/procura escolar potencial, reforçar a oferta de pré-escolar neste território e melhorar as condições de ensino e aprendizagem para a comunidade educativa local, ao nível do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo. A concretização desta intervenção, a prazo, levará ao encerramento na EB n.º2 de Vale Figueira (aproveitamento/modernização do edifício para acolher biblioteca/salas de estudo e salas de apoio) e à transferência para este novo centro das turmas de 1.º ciclo atualmente presentes na EBI Vale Rosal (viabilizando o aumento de turmas de 2.º e 3.º ciclo neste equipamento).</p> <p>Neste quadro, procura-se ampliar a capacidade de resposta neste território e a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através da ampliação do parque escolar e, deste modo, melhorar o processo de aprendizagem e a qualidade do ensino ministrado.</p>					
<b>DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO</b>					
<p>A ação contempla a construção de um novo equipamento (3 salas de pré-escolar e 12 salas de 1.º ciclo), de raiz, em Vale Figueira, cujas características construtivas e de inserção na malha urbana o tornem atrativo e diferenciador à escala local. A construção deverá garantir elevados níveis de conforto ambiental do estabelecimento, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/energética dos edifícios e à microprodução para autoconsumo.</p> <p>A dimensão das salas para a componente letiva e das salas específicas para as atividades extracurriculares (AAF e CAF) deverá ser adequada para garantir excelentes espaços de ensino e trabalho. Também as melhores condições ao nível da rede elétrica, dos sistemas e redes tecnológicas e de cobertura da rede de internet devem ser asseguradas. Nos espaços exteriores promover-se-á criação de espaços ajardinados e de espaços para a prática desportiva e lúdico-recreativos.</p>					
<b>PROGRAMAÇÃO TEMPORAL</b>					
2023	2024	2025	2026	2027	2028-2033
			X	X	X
<b>NÍVEL DE PRIORIDADE</b>			<b>CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)</b>		
Médio			6.000		

Fonte: Equipa técnica

## QUADRO 62 – FICHA DE AÇÃO: AMPLIAÇÃO DA EB 2/3 ELIAS GARCIA

<b>DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO</b>					
<b>Ampliação da EB 2/3 Elias Garcia</b>					
<b>ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO</b>					
Níveis de Ensino:	Ensino Pré-Escolar e 1.º Ciclo de Ensino Básico				
Localização:	EB 2/3 Elias Garcia				
Promotores:	Câmara Municipal de Almada				
Tipologia:	Ampliação do estabelecimento (2 salas JI e 4 salas 1.º Ciclo)				
<b>JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO</b>					
<p>O principal objetivo do projeto consiste em ampliar o equipamento, criando um bloco que substitua os monoblocos atualmente aí instalados, permitindo reforçar e qualificar a oferta de pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico neste território. Assim, pretende-se com a presente ação ampliar a EB 2/3 Elias Garcia, com duas salas de pré-escolar e 4 salas de 1.º ciclo e, deste modo, responder à pressão demográfica/procura escolar, reforçar a oferta de pré-escolar e melhorar as condições de ensino e aprendizagem para a comunidade educativa, ao nível do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo.</p> <p>Neste quadro, procura-se melhorar a capacidade de resposta do parque escolar instalado neste território e a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através da ampliação e modernização do parque escolar, nomeadamente substituindo os atuais monoblocos aí instalados e disponibilizando oferta de pré-escolar, contribuindo para o processo de aprendizagem e para a qualidade do ensino ministrado.</p>					
<b>DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO</b>					
<p>A ação contempla a ampliação do equipamento (duas salas de pré-escolar e 4 salas de 1.º ciclo). A ampliação deverá garantir elevados níveis de conforto ambiental do estabelecimento, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/energética dos edifícios e à microprodução para autoconsumo.</p> <p>A dimensão das salas para a componente letiva deverá ser adequada para garantir excelentes espaços de ensino e trabalho. Também as melhores condições ao nível da rede elétrica, dos sistemas e redes tecnológicas e de cobertura da rede de internet devem ser asseguradas.</p>					
<b>PROGRAMAÇÃO TEMPORAL</b>					
2023	2024	2025	2026	2027	2028-2033
	X	X	X		
<b>NÍVEL DE PRIORIDADE</b>			<b>CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)</b>		
Médio			1.500		

Fonte: Equipa técnica

**QUADRO 63 – FICHA DE AÇÃO: AMPLIAÇÃO DA EB PRESIDENTE MARIA EMÍLIA**

<b>DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO</b>					
<b>Ampliação da EB Presidente Maria Emília</b>					
<b>ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO</b>					
Níveis de Ensino:	Ensino Pré-Escolar e 1.º Ciclo de Ensino Básico				
Localização:	EB Presidente Maria Emília				
Promotores:	Câmara Municipal de Almada				
Tipologia:	Ampliação do estabelecimento (2 salas JI e 3 salas 1.º Ciclo)				
<b>JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO</b>					
<p>O principal objetivo do projeto consiste em ampliar o equipamento, permitindo reforçar a oferta de pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico neste território. Assim, pretende-se com a presente ação ampliar a EB Presidente Maria Emília com 2 salas de pré-escolar (passando de 3 para 5 salas) e 3 salas de 1.º ciclo (passando de 12 para 15 salas) e, deste modo, responder à pressão demográfica/procura escolar e melhorar as condições de ensino e aprendizagem para a comunidade educativa, ao nível do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo.</p> <p>Neste quadro, procura-se melhorar a capacidade de resposta do parque escolar instalado neste território e a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através da ampliação e modernização do parque escolar, e das condições de base à melhoria da qualidade do ensino ministrado.</p>					
<b>DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO</b>					
<p>A ação contempla a ampliação do equipamento (2 salas de pré-escolar e 3 salas de 1.º ciclo). A ampliação deverá garantir elevados níveis de conforto ambiental do estabelecimento, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/energética dos edifícios e à microprodução para autoconsumo.</p> <p>A dimensão das salas para a componente letiva deverá ser adequada para garantir excelentes espaços de ensino e trabalho. Também as melhores condições ao nível da rede elétrica, dos sistemas e redes tecnológicas e de cobertura da rede de internet devem ser asseguradas.</p>					
<b>PROGRAMAÇÃO TEMPORAL</b>					
2023	2024	2025	2026	2027	2028-2033
X	X				
<b>NÍVEL DE PRIORIDADE</b>			<b>CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)</b>		
Elevado			3.000		

Fonte: Equipa técnica



**QUADRO 64 – FICHA DE AÇÃO: AMPLIAÇÃO DA EB N.º1 DO ALFEITE**

<b>DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO</b>					
<b>Ampliação da EB n.º1 do Alfeite</b>					
<b>ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO</b>					
Níveis de Ensino:	1.º Ciclo de Ensino Básico				
Localização:	EB n.º1 do Alfeite				
Promotores:	Câmara Municipal de Almada				
Tipologia:	Ampliação do estabelecimento (6 salas 1.º Ciclo)				
<b>JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO</b>					
<p>O principal objetivo do projeto consiste em ampliar o equipamento, criando um bloco que substitua os monoblocos atualmente aí instalados, permitindo reforçar e qualificar a oferta de 1.º ciclo do ensino básico neste território. Assim, pretende-se com a presente ação ampliar a EB n.º1 do Alfeite, com 6 salas de 1.º ciclo e, deste modo, responder à pressão demográfica/procura escolar, reforçar a oferta e melhorar as condições de ensino e aprendizagem para a comunidade educativa, ao nível do 1.º ciclo.</p> <p>Neste quadro, procura-se melhorar a capacidade de resposta do parque escolar instalado neste território e a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através da ampliação e modernização do parque escolar, nomeadamente a substituição dos monoblocos aí instalados, contribuindo para o processo de aprendizagem e para a qualidade do ensino ministrado.</p>					
<b>DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO</b>					
<p>A ação contempla a ampliação do equipamento (construção de um bloco com 6 salas de 1.º ciclo). A ampliação deverá garantir elevados níveis de conforto ambiental do estabelecimento, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/energética dos edifícios e à microprodução para autoconsumo.</p> <p>A dimensão das salas para a componente letiva deverá ser adequada para garantir excelentes espaços de ensino e trabalho. Também as melhores condições ao nível da rede elétrica, dos sistemas e redes tecnológicas e de cobertura da rede de internet devem ser asseguradas.</p>					
<b>PROGRAMAÇÃO TEMPORAL</b>					
2023	2024	2025	2026	2027	2028-2033
	X	X	X		
<b>NÍVEL DE PRIORIDADE</b>			<b>CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)</b>		
Médio			1.000		

Fonte: Equipa técnica

**MEDIDA 1.2. CRIAÇÃO DE NOVAS SALAS/ESPAÇOS LETIVOS E DE APOIO: 2.º, 3.º CICLO E SECUNDÁRIO**

Alguns estabelecimentos com 2.º e 3.º ciclo e/ou ensino secundário apresentam necessidade de um maior número de salas para a componente letiva, seja pela procura atualmente existente, seja pela necessidade de compatibilizar um amplo conjunto de atividades e projetos de apoio à aprendizagem, com espaços letivos.

Por outro lado, para os estabelecimentos que não foram alvo de intervenção nos últimos anos e carecem de processos de requalificação, deverá ser ponderada no âmbito da eventual execução desses processos, a ampliação/reformulação dos espaços de modo a responder às necessidades atualmente existentes. No caso da Escola Secundária António Gedeão, a intervenção de requalificação/modernização a realizar deverá permitir que seja possível disponibilizar a oferta ao nível do 2.º ciclo.

Não obstante, uma intervenção emerge com especial relevância, face aos constrangimentos muito significativos que atualmente o equipamento existente apresenta: a EB 2/3 da Trafaria. A criação de um novo equipamento, de raiz, com elevada qualidade é determinante para este território.

Sublinhe-se igualmente que no caso da Charneca/Sobreda, território com uma dinâmica demográfica muito relevante e marcado pela ausência de um equipamento escolar de ensino secundário, foram ponderadas diversas hipóteses de trabalho, incluindo a viabilidade/oportunidade de criação de uma escola secundária de raiz, para cobrir as necessidades desse território. Dado o impacto que esta opção teria no curto prazo, na procura/manutenção das escolas secundárias da Cidade, e a dimensão financeira associada, foi ponderada a possibilidade de manter e consolidar a estratégia em curso. Assim, a Escola Básica Carlos Gargaté, que passará a disponibilizar brevemente o ensino secundário (construção de um bloco, atualmente em curso), tenderá no futuro próximo a reforçar a componente secundária, em detrimento da oferta de 2.º ciclo (que progressivamente transitará para o novo equipamento a construir – EB1/2/JI da Charneca).

De forma complementar, releva ainda a possibilidade de o processo de requalificação/modernização da Escola Secundária Daniel Sampaio prever/contemplar a sua ampliação (construção de um novo bloco) garantindo uma perfeita adequação e equilíbrio da rede neste território, a prazo, num cenário de forte crescimento demográfico/de população a escolarizar, nomeadamente nos níveis de ensino superiores (2.º, 3.º ciclo e secundário).

**QUADRO 65 – FICHA DE AÇÃO: CRIAÇÃO DA EBI TRAFARIA**

<b>DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO</b>	
<b>Escola Básica Integrada da Trafaria</b>	
<b>ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO</b>	
Níveis de Ensino:	1.º, 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico,
Localização:	Trafaria
Promotores:	Câmara Municipal de Almada
Tipologia:	Criação de um novo estabelecimento (8 salas 1.º Ciclo e 16 salas para o 2.º e 3.º ciclo)

<b>JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO</b>					
<p>O principal objetivo do projeto consiste em criar um novo equipamento na Trafaria (uma EBI/JI), com 8 salas de 1.º ciclo, 16 salas do 2.º e 3.º ciclo e, deste modo, responder à procura escolar neste território, reforçar a oferta de pré-escolar e melhorar as condições de ensino e aprendizagem para a comunidade educativa local, ao nível do 1.º ciclo e, sobretudo, do 2.º e 3.º ciclo (a atual EB2/3 possui múltiplos constrangimentos e debilidades estruturais, muito impactantes na qualidade de ensino ministrado). A concretização desta intervenção levará à readaptação da atual EB n.º1 da Trafaria para JI.</p> <p>Neste quadro, procura-se ampliar e qualificar a capacidade de resposta neste território e a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através da ampliação e modernização do parque escolar e, deste modo, melhorar o processo de aprendizagem e a qualidade do ensino ministrado.</p>					
<b>DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO</b>					
<p>A ação contempla a construção de um novo equipamento, uma EBI (8 salas de 1.º ciclo e 16 salas do 2.º e 3.º ciclo), de raiz, na Trafaria, cujas características construtivas e de inserção na malha urbana o tornem atrativo e diferenciador à escala local. A construção deverá garantir elevados níveis de conforto ambiental do estabelecimento, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/energética dos edifícios e à microprodução para autoconsumo.</p> <p>A dimensão das salas para a componente letiva e das salas específicas para as atividades extracurriculares (CAF, AEC) deverá ser adequada para garantir excelentes espaços de ensino e trabalho. Também as melhores condições ao nível da rede elétrica, dos sistemas e redes tecnológicas e de cobertura da rede de internet devem ser asseguradas. Nos espaços exteriores envolver-se-á criação de espaços ajardinados e de espaços para a prática desportiva e lúdico-recreativos.</p>					
<b>PROGRAMAÇÃO TEMPORAL</b>					
2023	2024	2025	2026	2027	2028-2033
X	X	X			
<b>NÍVEL DE PRIORIDADE</b>			<b>CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)</b>		
Elevado			6.000		

Fonte: Equipa técnica

### **MEDIDA I.3. PROGRAMA MUNICIPAL DE MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE ESCOLAR (PMM+ ALMADA)**

Sempre que possível, em articulação com as Juntas de Freguesia, deve prever-se um conjunto de intervenções, essenciais à obtenção de uma rede de equipamentos educativos eficaz e de qualidade. Trata-se de intervenções que procuram, fundamentalmente, intervir na rede de estabelecimentos de ensino existentes, designadamente no que se refere à sua requalificação e modernização. As intervenções a realizar centram-se em diversos domínios de intervenção, tais como a remodelação de infraestruturas de água, esgotos e eletricidade, a melhoria das coberturas, a pintura de edifícios, a requalificação dos espaços interiores, exteriores e de lazer, entre outras.

Neste quadro, o Município deverá criar um “programa de modernização e manutenção do parque escolar” que permita, em função da capacidade financeira existente e da premência dos constrangimentos a resolver, garantir uma resposta adequada, atempada e eficaz.

Em relação aos equipamentos da responsabilidade da Parque Escolar, assinala-se também a necessidade que seja garantida a sua permanente manutenção e modernização, contribuindo para a elevada qualidade geral do parque escolar instalado no concelho.

QUADRO 66 – FICHA DE AÇÃO: PROGRAMA MUNICIPAL DE MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE ESCOLAR (JI E 1º CICLO)

<b>DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO</b>					
<b>Programa municipal de modernização e manutenção do parque escolar (JI e 1º ciclo)</b>					
<b>ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO</b>					
Níveis de Ensino:	Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico				
Localização:	Diversos estabelecimentos escolares				
Promotores:	Câmara Municipal do Almada				
Tipologia:	Requalificação e modernização (Jardins-de-Infância e 1º ciclo)				
<b>JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO</b>					
<p>Pretende-se com a presente ação valorizar os estabelecimentos existentes, de modo que possam dispor de boas condições de conforto e de aprendizagem para as crianças do pré-escolar e para os alunos do 1º ciclo do ensino básico.</p> <p>Deste modo, procura-se melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através de diversas intervenções de qualificação e modernização do parque escolar, nomeadamente nos estabelecimentos onde existem fortes constrangimentos, impactantes para o processo de aprendizagem e para a qualidade do ensino ministrado.</p>					
<b>DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO</b>					
<p>A ação contempla diversas componentes de intervenção fundamentais nos edifícios, designadamente no que se refere à reabilitação das suas coberturas, paredes, instalação elétrica. De igual modo, nos processos de reabilitação a realizar deverá prever-se o reforço estrutural com vista à melhoria do desempenho sísmico dos edifícios.</p> <p>Em todos os estabelecimentos deverão ser efetuadas intervenções associadas ao reforço da capacidade das redes (elétrica, internet, ...).</p> <p>Em volume anexo, avaliam-se, por equipamento escolar, de forma qualitativa, uma multiplicidade de itens associados ao edificado e diferentes espaços/equipamentos presentes no perímetro escolar. Essa avaliação, sinaliza os principais constrangimentos e debilidades infraestruturais que deverão ser ultrapassadas através dos projetos de requalificação e modernização a desenvolver, em cada equipamento.</p> <p>Contudo, face ao levantamento realizado pela equipa e do processo de auscultação dos stakeholders, vários equipamentos carecem de intervenções de maior urgência, que importa sinalizar, nomeadamente a EB/JI n.º2 da Caparica (incluindo alargamento da cozinha e refeitório) e a EB Marco Cabaço.</p> <p>Sublinhe-se que, sempre que possível, a requalificação dos espaços deve ter em perspetiva não apenas a sua utilização letiva, mas também enquanto espaços centrais para o desenvolvimento de ofertas complementares (CAF, AEC, centro de estudos,...).</p>					
<b>PROGRAMAÇÃO TEMPORAL</b>					
2023	2024	2025	2026	2027	2028-2033
X	X	X	X	X	X
<b>NÍVEL DE PRIORIDADE</b>			<b>CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)</b>		
Elevado			3.500		

Fonte: Equipa técnica

## QUADRO 67 – FICHA DE AÇÃO: PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE ESCOLAR (2º, 3º CICLO E SECUNDÁRIO)

<b>DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO</b>					
<b>Programa de modernização e manutenção do parque escolar (2º, 3º ciclo e secundário)</b>					
<b>ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO</b>					
Níveis de Ensino:	2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário				
Localização:	Diversos estabelecimentos escolares				
Promotores:	Câmara Municipal do Almada				
Tipologia:	Requalificação e modernização (2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário)				
<b>JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO</b>					
<p>Pretende-se com a presente ação valorizar os estabelecimentos existentes, de modo que possam dispor de boas condições de conforto e de aprendizagem para os alunos do 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário. Deste modo, procura-se melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através de diversas intervenções de qualificação e modernização do parque escolar, nomeadamente nos estabelecimentos onde existem fortes constrangimentos, impactantes para o processo de aprendizagem e para a qualidade do ensino ministrado.</p>					
<b>DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO</b>					
<p>A ação contempla intervenções fundamentais nos edifícios, designadamente no que se refere à melhoria das infraestruturas, intervenções de reabilitação do edificado e substituição de pavimentos. Em todos os estabelecimentos deverão ser efetuadas intervenções associadas ao reforço da capacidade das redes (elétrica, internet, ...) e de ampliação/densificação do número de tomadas por sala, para carregamento de bateria dos computadores. De igual modo, nos processos de reabilitação a realizar deverá prever-se o reforço estrutural com vista à melhoria do desempenho sísmico dos edifícios.</p> <p>Como exemplos paradigmáticos e que carecem de uma resposta a curto prazo, destacam-se, no que se refere ao 2º, 3º ciclo e ensino secundário, os estabelecimentos que integram o mapa de equipamentos escolares de intervenção prioritária, acordada entre a ANMP e o ME. Deste mapa constam 8 escolas a necessitar de reabilitação urgente no concelho de Almada: a Escola Secundária António Gedeão, com prioridade Muito Urgente (P1), a Escola Básica de Alembrança, a Escola Básica de Monte da Caparica, a Escola Básica da Costa da Caparica, a Escola Básica da Trafaria, a Escola Secundária Fernão Mendes Pinto, a Escola Básica D. António da Costa com prioridade Urgente (P2) e a Escola Secundária Daniel Sampaio, como prioritária (P3).</p> <p>Na Escola Secundária António Gedeão, no processo de requalificação e ampliação a executar no curto prazo, irá aumentar a sua oferta formativa também para o 2.º ciclo (transferência dos alunos/das turmas do 2.º ciclo atualmente na EB Comandante Conceição e Silva). A EB Alfeite deverá encerrar/ser refuncionalizada transitando os alunos/as turmas (pré-escolar e 1.º ciclo) para a atual EB Comandante Conceição e Silva (passará a Centro Escolar: EB1/JI), após a sua requalificação/readaptação para estes níveis. Em volume anexo, avaliam-se, por equipamento escolar, de forma qualitativa, uma multiplicidade de itens associados ao edificado e diferentes espaços/equipamentos presentes no perímetro escolar. Essa avaliação, sinaliza os principais constrangimentos e debilidades infraestruturais que deverão se ultrapassadas através dos projetos de requalificação e modernização a desenvolver, em cada equipamento.</p>					
<b>PROGRAMAÇÃO TEMPORAL</b>					
2023	2024	2025	2026	2027	2028-2033
X	X	X	X	X	X
<b>NÍVEL DE PRIORIDADE</b>			<b>CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)</b>		
Elevado			32.000		

**MEDIDA I.4. PROGRAMA MUNICIPAL DE REFORÇO DE EQUIPAMENTOS DE APOIO DESPORTIVO E LÚDICO – RECREIO (PMED+ALMADA)**

A ausência ou a necessidade de requalificação dos espaços exteriores, sem condições para a prática de atividades lúdicas e desportivas e metodologias de maior sucesso, destaca-se como uma das principais prioridades assumidas pelos Diretores dos Agrupamentos de Escolas.

Por outro lado, é fundamental melhorar os níveis de educação e formação escolar, através de um ensino de qualidade e diferenciador, assumindo os espaços escolares enquanto verdadeiras centralidades e polos educativo-culturais, onde as atividades lúdicas e desportivas contribuem para a melhoria das condições de vivência escolar e para a diversificação das soluções de aprendizagem e de acesso ao desporto. A criação de um “Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio” (PMED+Almada) é determinante.

**QUADRO 68 – FICHA DE AÇÃO: PROGRAMA MUNICIPAL DE REFORÇO DE EQUIPAMENTOS DE APOIO DESPORTIVO E LÚDICO – RECREIO (PARQUE ESCOLAR DOS JI E 1º CICLO)**

<b>DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO</b>					
<b>Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio (parque escolar dos JI e 1º ciclo)</b>					
<b>ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO</b>					
Níveis de Ensino:	Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico				
Localização:	Estabelecimentos escolares				
Promotores:	Câmara Municipal do Almada				
Tipologia:	Reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico (Jardins-de-Infância e 1º ciclo)				
<b>JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO</b>					
<p>Pretende-se com a presente ação valorizar os estabelecimentos existentes, de modo a que possam dispor de boas condições de aprendizagem e de estada do perímetro escolar, sobretudo reforçando as condições de vivência escolar e diversificando as soluções de aprendizagem e de acesso ao desporto. Os períodos fora do contexto de sala de aula, sobretudo lúdicos, recreativos e desportivos devem ser valorizados, garantindo melhores condições às crianças/aos alunos para usufruírem dos mesmos</p> <p>Deste modo, procura-se melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, reforçando os meios e equipamentos disponíveis no perímetro escolar.</p>					
<b>DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO</b>					
<p>A ação contempla diversas componentes de intervenção fundamentais no perímetro escolar, designadamente no que se refere à modernização/requalificação de recreios e campos de jogos, devendo igualmente contemplar a cobertura arbórea dos espaços exteriores.</p> <p>Em volume anexo, avaliam-se, por equipamento escolar, de forma qualitativa, uma multiplicidade de itens associados aos diferentes espaços/equipamentos lúdico-recreativos e desportivos presentes no perímetro escolar (ou a sua inexistência). Essa avaliação, sinaliza os principais constrangimentos e debilidades que deverão se ultrapassadas através dos projetos de requalificação, modernização e reforço dos espaços lúdicos-recreativos e desportivos.</p>					
<b>PROGRAMAÇÃO TEMPORAL</b>					
2023	2024	2025	2026	2026	2028-2033
X	X	X	X	X	X

NÍVEL DE PRIORIDADE	CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)
Médio	2.500

Fonte: Equipa técnica

Sublinhe-se que esta necessidade de criação, qualificação, modernização dos equipamentos desportivos é igualmente fundamental no 2º, 3º ciclo e no ensino secundário, seja como resposta às necessidades dos alunos dos estabelecimentos, seja como espaços de apoio à sociedade (fora do período escolar). Neste quadro, deverão priorizar-se algumas intervenções, a realizar com a brevidade possível e em função da capacidade de investimento do Município (no processo de transferência de competências para o Município, deverão ser acautelados os montantes financeiros necessários para a concretização destas intervenções). Para além da requalificação/modernização dos Pavilhões Desportivos da EBI Miradouro de Alfazina, da Escola Secundária Cacilhas-Tejo e do Pavilhão Desportivo da Trafaria, emerge como prioridade a construção de 2 pavilhões desportivos de raiz, quer na ES Francisco Simões, quer no novo equipamento a construir na Charneca (EB1/2/JI).

**QUADRO 69 – FICHA: PAVILHÃO DESPORTIVO DA ES FRANCISCO SIMÕES**

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
<b>Pavilhão desportivo da ES Francisco Simões</b>					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	Ensino secundário				
Localização:	ES Francisco Simões				
Promotores:	Câmara Municipal de Almada				
Tipologia:	Construção de Pavilhão Desportivo				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
<p>Pretende-se com a presente ação valorizar o estabelecimento existente, de modo que possa dispor de boas condições de aprendizagem e promover a prática desportiva dos alunos nas condições devidas durante todo o ano letivo, sobretudo diversificando as soluções de aprendizagem e de acesso ao desporto. Os períodos desportivos devem ser valorizados e não estarem condicionados em função das condições climatéricas, garantindo as melhores condições aos alunos para a aprendizagem e prática de múltiplas atividades desportivas. Por outro lado, permitirá igualmente a sua disponibilização à população, fora do horário escolar, contribuindo para a prática de atividades saudáveis e, conseqüente, melhoria da qualidade de vida neste território. Deste modo, procura-se melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa e à sociedade em geral, reforçando os meios e equipamentos disponíveis no perímetro escolar para o desenvolvimento da prática desportiva regular.</p>					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
<p>A ação contempla a construção de um pavilhão desportivo e respetivos balneários, para melhorar as condições para a prática de desporto e não condicionar o desenvolvimento das aulas de educação física, em períodos com condições climatéricas adversas (incluindo a vertente profissional, disponibilizada no equipamento). Ao dispor da comunidade educativa e restante comunidade local, diariamente e fora do horário escolar, este espaço promoverá a prática da atividade física, contribuindo para uma melhor qualidade de vida com hábitos saudáveis e desportivos.</p>					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2028-2033
	X	X	X	X	X

NÍVEL DE PRIORIDADE	CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)
Elevado	3.000

Fonte: Equipa técnica

**QUADRO 70 – FICHA: PAVILHÃO DESPORTIVO DA EB1/2/JI CHARNECA**

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
<b>Pavilhão desportivo da EB1/2/JI da Charneca</b>					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	2.º ciclo do Ensino básico				
Localização:	EB1/2/JI da Charneca				
Promotores:	Câmara Municipal de Almada				
Tipologia:	Construção de Pavilhão Desportivo				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
<p>Pretende-se com a presente ação valorizar o estabelecimento a construir, de modo que possa dispor de boas condições de aprendizagem e promover a prática desportiva dos alunos nas condições devidas durante todo o ano letivo, sobretudo diversificando as soluções de aprendizagem e de acesso ao desporto. Os períodos desportivos devem ser valorizados e não estarem condicionados em função das condições climáticas, garantindo as melhores condições aos alunos para a aprendizagem e prática de múltiplas atividades desportivas. Por outro lado, permitirá igualmente a sua disponibilização à população, fora do horário escolar, contribuindo para a prática de atividades saudáveis e, conseqüente, melhoria da qualidade de vida neste território. Deste modo, procura-se melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa e à sociedade em geral, reforçando os meios e equipamentos disponíveis no perímetro escolar para o desenvolvimento da prática desportiva regular.</p>					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
<p>A ação contempla a construção de um pavilhão desportivo e respetivos balneários, para melhorar as condições para a prática de desporto e não condicionar o desenvolvimento das aulas de educação física, em períodos com condições climáticas adversas. Ao dispor da comunidade educativa e restante comunidade local, diariamente e fora do horário escolar, este espaço promoverá a prática da atividade física, contribuindo para uma melhor qualidade de vida com hábitos saudáveis e desportivos.</p>					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2028-2033
	X	X	X	X	X
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Médio			2.000		



**MEDIDA I.5. PROGRAMA DE MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO PARQUE ESCOLAR (PMEE+ ALMADA)**

Dos principais problemas e desafios do parque escolar existente, emerge a insuficiente qualidade em termos de conforto térmico, gerada, em parte, pelas próprias limitações construtivas do mesmo. Neste contexto, para os estabelecimentos onde se preveem ampliações e/ou requalificações, deverão ser igualmente contempladas soluções adequadas, privilegiando o próprio processo construtivo (adequado em termos técnicos e ambientais), prevendo, entre outras medidas, paredes e vidros duplos, isolamento térmico de paredes e da cobertura, orientação solar, ventilação e caixilharia ecotérmica.

A melhoria do conforto térmico aliada a uma maior eficiência energética, contribuirá para a redução da fatura energética e para uma maior qualidade da prática educativa. Neste quadro, as intervenções a desenvolver deverão conjugar dois tipos de ações: i) reabilitação térmica dos edifícios (substituição da caixilharia e dos vidros, requalificação da cobertura e respetivos isolamentos e instalação de sistemas de painéis solares); ii) instalação de sistemas de climatização (aquecimento central e sistemas de ar condicionado eficientes).

Por outro lado, é importante fomentar a produção de energias renováveis (aproveitamento do potencial solar em termos da produção de energias renováveis). A criação de uma Comunidade de Energia Renovável, à escala local, enquanto modelo de organização local de autoprodução de energia poderá ser ponderada.

Esta dimensão deve merecer sobretudo atenção no âmbito dos estabelecimentos do 2º e 3º ciclo e do ensino secundário, nomeadamente naqueles onde as condições de conforto térmico são mais débeis e onde a eficiência energética é menor (com impacto significativo na fatura energética). Sublinhe-se que no inquérito realizado, se apontou para uma evolução neutra (estabilização do consumo energético) na esmagadora maioria nestas escolas. Na maioria das escolas não foram adotadas quaisquer medidas específicas de aumento da eficiência nos últimos anos, o que concorre para uma faturação elevada em termos de consumo energético.

Neste quadro, deverão priorizar-se intervenções centradas na colocação de caixilharia com corte térmico e vidro duplo nas salas destes estabelecimentos do 2º e 3º ciclo e do ensino secundário, a realizar com a brevidade possível e em função da capacidade de investimento do Município (no processo de transferência de competências para o Município, deverão ser acautelados os montantes financeiros necessários para a concretização destas intervenções).

**QUADRO 71 – FICHA DE AÇÃO: PROGRAMA DE MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DO PARQUE ESCOLAR (PMEE+ALMADA)**

<b>DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO</b>					
<b>Programa de melhoria da eficiência energética do parque escolar</b>					
<b>ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO</b>					
Níveis de Ensino:	Educação Pré-Escolar, 1.º ciclo, 2.º e 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário				
Localização:	Estabelecimentos escolares				
Promotores:	Câmara Municipal de Almada				
Tipologia:	Eficiência Energética (JI, 1.º, 2.º e 3 ciclo, ensino secundário)				
<b>JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO</b>					
<p>Pretende-se com a presente ação valorizar os estabelecimentos existentes, de modo a que possa dispor de boas condições de conforto e de aprendizagem para os alunos, sobretudo ao nível do 2.º e 3.º ciclo e secundário.</p> <p>As intervenções a desenvolver procuram proceder à correção de problemas existentes ao nível da construção e à melhoria das condições de habitabilidade e de conforto ambiental do estabelecimento, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/ energética dos edifícios, de modo a melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa.</p>					
<b>DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO</b>					
<p>A ação contempla diversas componentes de intervenção fundamentais, na dimensão da eficiência energética. Primeiramente, pretende-se desenvolver um conjunto de intervenções nos edifícios, salientando-se que, na maioria dos casos, as janelas necessitarão de uma nova caixilharia ecotérmica, com vidros duplos, devendo as paredes exteriores beneficiar de intervenções de isolamento exteriores com sistemas "ETICS".</p> <p>Como exemplos paradigmáticos e que carecem de uma resposta de curto prazo, apontam-se intervenções centradas na colocação de caixilharia com corte térmico e vidro duplo nas salas, em todas as escolas, que ainda não as possuem.</p>					
<b>PROGRAMAÇÃO TEMPORAL</b>					
2023	2024	2025	2026	2027	2028-2033
X	X	X	X	X	X
<b>NÍVEL DE PRIORIDADE</b>			<b>CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)</b>		
Médio			2.500		

Fonte: Equipa técnica

### 11.3. EIXO II - MELHORAR AS CONDIÇÕES E QUALIDADE DE ENSINO

A promoção de uma educação de qualidade e inclusiva, bem como a valorização do ensino como vetor fundamental para manter a coesão social e territorial e ser motor de inovação e desenvolvimento sustentável, são dimensões centrais da estratégia a prosseguir no concelho.

Uma educação e um ensino de elevada qualidade, para todos, permitirá dotar as crianças/jovens dos conhecimentos, das capacidades e das atitudes necessárias para prosperarem e para assegurarem a resiliência económica e a prosperidade social do concelho e do país. O reforço da atratividade das soluções de aprendizagem e das condições e qualidade da educação especial, bem como a criação de um contexto favorável ao desenvolvimento de um ensino inovador, diferenciador, adaptado às novas tecnologias e necessidades/motivações das crianças/jovens é decisivo para a prossecução desta ambiciosa estratégia.

#### MEDIDA II.1. REFORÇO DA ATRATIVIDADE E DIVERSIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES DE APRENDIZAGEM

O diagnóstico revelou constrangimentos significativos, nomeadamente a elevada procura e a conseqüente sobreocupação de espaços no perímetro escolar para atividades letivas, em muitos estabelecimentos, muitas vezes aliada a uma conservação deficiente do edificado, condicionadora da sua comodidade e limitadora do desenvolvimento de outras atividades complementares.

Acresce que, dada a importância da escola enquanto elemento identitário e de integração das comunidades residentes e migrantes, deverão ser qualificadas e reforçadas as condições do ensino e aprendizagens ministradas, afirmando a escola como espaço de vivência, mais apelativa e reconhecida por alunos e encarregados de educação.

Neste quadro, o reforço da atratividade e diversificação das soluções de aprendizagem, passa pela criação/ponderação de soluções inovadoras para aproveitamento e adaptação de alguns estabelecimentos concorrendo para o desenvolvimento de múltiplas atividades e para a consolidação dos clubes (e sua progressiva ampliação). Sublinhe-se que atualmente, diversos estabelecimentos do 2º e 3º ciclo e do ensino secundário, já disponibilizam inúmeros serviços, relevando uma notável diversidade, possibilitando assim abranger os múltiplos interesses e motivações dos alunos. Não obstante, é importante que a maioria dos estabelecimentos possam disponibilizar espaços específicos, com boas condições e bem apetrechados, que permitam o desenvolvimento de clubes de teatro e de expressão dramática, clubes de artes, clubes de ciência e de física, clubes de línguas e de escrita criativa, entre outros.

Esta orientação materializa-se em diversas linhas orientadoras de atuação/intervenção a privilegiar:

- Repensar o espaço escolar, potenciando a sua função e vocação multidimensional (reforçar as respostas/soluções/atividades complementares de aprendizagem);
- Projetar a escola como espaço-âncora da Comunidade;
- Fomentar a integração e inclusão de populações migrantes;
- Reforçar a atratividade/visibilidade da Escola;
- Reforçar e expandir o ensino artístico.

Assim, os estabelecimentos do 2º e 3º ciclo e do ensino secundário, deverão assumir-se como verdadeiros polos/centralidades educativo-culturais, acarinhando e desenvolvendo projetos, atividades e iniciativas complementares de aprendizagem, que concorram para a prossecução destas linhas orientadoras de atuação.

A arte assume-se como uma das principais formas de expressão cultural da sociedade. Sendo uma manifestação comunicativa, a música desperta e desenvolve nos alunos uma linguagem artística, para atuarem na sociedade, e, simultaneamente, concorre para o reforço das competências, da concentração e dos interesses complementares aos contextos normalizados de aprendizagem/memorização.

Neste quadro, o reforço e expansão do ensino artístico é fundamental. Os quatro equipamentos especializados, nomeadamente a Academia de Música de Almada, a Ca.Da Escola, o Colégio Campo de Flores e o Conservatório de Artes Performativas de Almada deverão expandir/consolidar as suas atividades, no âmbito do ensino articulado-artístico, de modo a garantir uma resposta eficaz à procura existente.

### **MEDIDA II.2. CRIAÇÃO DE OFERTAS EDUCATIVAS ESPECIALIZADAS QUE CONCORRAM PARA A AFIRMAÇÃO CULTURAL DE ALMADA**

Um dos objetivos a prosseguir passa por reforçar a notoriedade e projeção de Almada, através de uma oferta especializada, diferenciadora, qualificada e de referência nacional.

O reforço da imagem de Almada, enquanto concelho cosmopolita e de referência cultural, passa, em parte, pelo reaproveitamento e reutilização de espaços identitários e de elementos simbólicos do passado educativo e cultural, nomeadamente da Cidade, que possam servir de suporte e âncora à materialização dessa estratégia ambiciosa.

Uma das soluções a ponderar passa pela criação de uma Escola Metropolitana de Artes Performativas, informando uma oferta com escala e projeção nacional e internacional. Para a sua instalação deverá ser ponderada, ou a integração/reutilização/adaptação de espaços simbólicos e identitários da Cidade que possam acolher este novo polo educativo-cultural ou, em alternativa, a construção de raiz de um novo equipamento, com uma arquitetura diferenciada, com traços distintivos e singulares, que concorram para a afirmação do cosmopolitismo de Almada.

Ainda enquadrada nesta Medida deverá ponderar-se uma ação específica direcionada para uma maior racionalização, um melhor aproveitamento da diversificada e qualificada oferta de bibliotecas municipais existente (5). Neste quadro, deverá ser criado um programa específico de valorização e adequação de espaços (incluindo horários de funcionamento, recursos humanos a mobilizar,...) enquanto áreas de ofertas complementares e de apoio aos equipamentos educativos e de abertura à comunidade educativa. Potenciar/aproveitar alguns espaços destas bibliotecas enquanto lugares ao dispor das ciências experimentais/laboratórios, enquanto salas de estudo e de apoio às AEC e CAF, permitirá uma maior utilização destes espaços, uma maior rentabilização dos recursos existentes, uma melhor inserção nas vivências educativas, sociais e culturais do concelho.

### **MEDIDA II.3. REFORÇO DAS CONDIÇÕES E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, DIFERENCIADORA E MAIS BEM-ADAPTADA ÀS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DOS CENTROS DE APOIO ÀS APRENDIZAGENS**

A criação e/ou reforço dos centros de apoio às aprendizagens, com elevada qualidade e que disponibilizem as melhores condições às crianças, promovendo a sua integração e aprendizagem especializada, concorre para a obtenção de melhores resultados e reforça o sentimento de segurança dos pais/família relativamente à igualdade de oportunidades dos seus educandos. Deverá ser sempre valorizada, a prossecução de respostas e adequação à diversidade das necessidades e potencialidades de todos os alunos, nomeadamente através de um incremento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa.

A organização de um conjunto integrado de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, em que os pais e encarregados de educação assumem um papel importante no processo educativo e sucesso escolar dos filhos, a necessidade de apoio e acompanhamento especializado (muitas vezes individualizado), implica o reforço das condições físicas e humanas disponibilizadas nos equipamentos escolares. Neste contexto, alguns equipamentos escolares que possuem unidades de referência devem melhorar as condições de resposta às necessidades de grupos específicos.

Para além da criação de equipas multidisciplinares de apoio à educação inclusiva, deverão ser melhoradas as condições disponibilizadas pelos estabelecimentos de ensino do 2º e 3º CEB e secundário.

Na maioria das unidades especializadas é prioritária a criação de espaços de acompanhamento especializado e o reforço das equipas multidisciplinares de apoio à educação inclusiva.

#### MEDIDA II.4. APETRECHAMENTO COM MOBILIÁRIO E MATERIAL DIDÁTICO, DE QUALIDADE E DIFERENCIADOR

O mobiliário e material didático utilizado pelos alunos deve ser adequado à sua função e dimensionado de acordo com o grupo etário respetivo. Nas escolas que disponibilizam ensino secundário, as ações devem incidir na componente laboratorial, facilitando o ensino experimental das ciências (Laboratórios de Física, Química, Biologia, Geologia e Informática). Nos estabelecimentos com 2º e 3º ciclos há, sobretudo, que dotar as salas específicas de melhores e mais diversificados equipamentos.

Nos estabelecimentos de educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico a prioridade deverá ser para a manutenção do reapetrechamento de mobiliário (realizado regularmente pela autarquia nos últimos anos) e para o reapetrechamento de material didático.

A dotação dos estabelecimentos de ensino de material informático atualizado (computadores, projetores, quadros interativos, ...), bem como garantir a cobertura e o acesso livre à rede WiFi, deverão ser dimensões a priorizar, permitindo desenvolver metodologias de ensino de maior qualidade e diferenciadoras. Ou seja, não basta que a escola se aproprie dos recursos tecnológicos. É fundamental criar todas as condições de suporte a montante, nomeadamente em termos de redes (redes elétricas, várias tomadas em todas as salas, cobertura de internet com qualidade/velocidade, ...).

#### MEDIDA II.5. DIVERSIFICAR E DIFERENCIAR A OFERTA PROFISSIONAL E QUALIFICAR AS CONDIÇÕES DE ENSINO

A densa oferta de ensino profissional existente no concelho assume-se como um importante fator de atração de alunos. Cada vez mais, uma parte significativa dos alunos que concluem o 9º ano nas escolas de Almada e muitos alunos dos concelhos vizinhos, optam por ingressar no ensino profissional.

Para além da importância de desenvolver um modelo de articulação entre as várias entidades e escolas, garantindo a complementaridade e diversidade de ofertas, quer para responder às necessidades do mercado, quer às expectativas e anseios dos jovens, é fundamental continuar a reforçar as condições e a qualificação dos estabelecimentos.

A oferta profissional deverá ser reforçada, melhorando a sua qualidade e diferenciação, indo ao encontro dos interesses dos alunos, mas também das necessidades da base económica local. A criação de novas áreas de especialização, a complementaridade e estreita articulação entre as entidades gestoras/escolas, é determinante para esta estratégia de diferenciação e afirmação concelhia.

A criação pelo Estado de condições de maior estabilidade ao financiamento da rede de escolas profissionais, por exemplo através do recurso a programas plurianuais de financiamento (associado ao mérito dos seus projetos educativos) e o estabelecimento de dinâmicas de cooperação das escolas com os parceiros sociais e os conselhos empresariais locais/regionais será determinante.

Será também importante criar uma plataforma de promoção e articulação das ofertas de ensino profissional (permanentemente atualizada). Esta plataforma terá 4 objetivos centrais: 1. funcionar como um fórum, congregando as diversas entidades com ofertas de ensino profissional (públicas e privadas), que permita responder a alguns problemas (sobreposição de ofertas, falta de complementaridade entre os cursos e áreas; áreas de futuro “a descoberto”); 2. funcionar como um observatório do mercado de trabalho local/regional (identificar as necessidades do mercado e como adaptar a oferta a estas necessidades e às expectativas e perfis dos jovens); 3. Fomentar a colaboração entre escolas e agentes económicos/sociais (estagiários, participação nas atividades letivas/formativas,...); 4. promover ações regulares de divulgação e apresentação da oferta formativa existente.

É igualmente relevante realizar semestralmente um “open day” do ensino profissional. Este dia será dedicado à discussão das oportunidades que o ensino profissional proporciona, à apresentação da oferta formativa existente, à apresentação de empresas, ao testemunho de antigos alunos, entre outras iniciativas.

## 11.4. EIXO III - MELHORAR AS CONDIÇÕES DE GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

### MEDIDA III.1 CRIAÇÃO DE BOLSA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS (CENTRALIZAÇÃO DOS RECURSOS) PARA PARTILHA ENTRE ESTRUTURAS

É consensual que a rede pública deve afirmar-se pela qualidade e diferenciação. O número desadequado de recursos humanos, não docentes, pode ser bastante impactante na qualidade dos serviços e no apoio prestado aos alunos. Assim, a aposta na melhoria das condições oferecidas passa, em parte, pela disponibilidade de um maior número de recursos humanos, de modo a garantir uma gestão adequada dos espaços e de integração/acompanhamento dos alunos. A centralização dos recursos na autarquia e uma regular e profícua relação de proximidade e articulação com os Diretores dos Agrupamentos de Escolas permitirá uma adequação e uma maior eficácia na resposta às necessidades das escolas.

## 11.5. EIXO IV - REFORÇAR A LIGAÇÃO À COMUNIDADE, FOMENTANDO SOLUÇÕES DE ABERTURA DAS ESCOLAS AO EXTERIOR

É cada vez mais consensual a necessidade de se promover a abertura das escolas ao exterior e fomentar a sua integração nas comunidades locais. Dotar os agentes da comunidade educativa de uma efetiva capacidade de intervenção e de acompanhamento regular das atividades dos estabelecimentos escolares é fundamental.

As parcerias e os processos colaborativos devem ser potenciados e valorizados, sempre numa perspetiva de melhoria contínua dos contextos de aprendizagens e de um melhor e maior conhecimento sobre as problemáticas e oportunidades com que se confronta a comunidade educativa, apoiando tomadas de decisão informadas seja na sua resolução seja no seu eficaz aproveitamento.

### MEDIDA IV.1 PROJETOS E INICIATIVAS QUE CONCORRAM PARA UMA MAIOR VALORIZAÇÃO DA ESCOLA NA COMUNIDADE

A cedência de salas/espços à comunidade exterior é uma prática que deve ser incentivada. Não obstante os protocolos existentes entre as escolas e outros atores locais, nomeadamente a autarquia, existe ainda uma ampla margem de progressão. Neste quadro, com a execução do “Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio” e, sobretudo, com a requalificação/modernização/concretização de espaços desportivos (por exemplo, o pavilhão desportivo da ES Francisco Simões e da nova EB1/2/JI da Charneca), será possível disponibilizar a diversas entidades estes equipamentos (protocolar a utilização), contribuindo para uma maior valorização e abertura das escolas à Comunidade. A amplitude desta estratégia deverá ser devidamente ponderada, caso a caso, em função da possibilidade de assegurar a disponibilidade de recursos humanos fora do período letivo (para a abertura dos espaços, segurança, limpeza...) e o acesso autónomo aos mesmos.

Concomitantemente, assumindo que as escolas representam o elemento identitário e integrador das vivências locais, deverão fomentar-se iniciativas e atividades que promovam uma maior abertura à Comunidade. A promoção de projetos, atividades e iniciativas de trabalho cooperativo, colaborativo e participativo, contribuirão para uma maior valorização da escola e reforçarão o sentimento de pertença à comunidade.

Destaque para a necessidade de criar um auditório em algumas escolas, nomeadamente nas sedes dos Agrupamentos de Escolas (atualmente, em algumas escolas, as atividades iniciativas de abertura à Comunidade são desenvolvidas sobretudo em espaços adaptados, sem condições de conforto, o que condiciona a vinda da comunidade às escolas). Estes auditórios são fundamentais para disponibilizar novas valências, novos espaços que permitam acolher iniciativas com maior dimensão, incluindo de matriz cultura e artística.

Em algumas escolas-sede de Agrupamento importa igualmente melhorar as condições de estada coberta dos alunos fora do contexto de sala de aula. A construção de salas de alunos de maior dimensão ou de salas

polivalentes é fundamental para garantir que, por exemplo, em períodos de precipitação significativa possam concentrar-se num espaço amplo e com boas condições de estada.

Releva, por exemplo, a importância de na EB2/3/S Carlos Gargaté se prever a criação de um novo bloco, que integre auditório e sala de alunos.

#### MEDIDA IV.2 PARCERIAS E PROJETOS COLABORATIVOS COM ENTIDADES DO CONCELHO QUE PERMITAM FOMENTAR A LIGAÇÃO ÀS PROFISSÕES E ÀS COMPETÊNCIAS DO FUTURO

O desenvolvimento das competências do futuro, como a criatividade, o pensamento crítico, a inovação, implica que os estudantes possam ter acesso a contextos de aprendizagem que não se esgotam nos contextos de sala de aula. Uma maior proximidade ao contexto de inovação e de investigação, permite o desenvolvimento de competências e perfis de estudantes mais empreendedores.

A criação de parcerias estratégicas com as Instituições de Ensino Superior presentes no Concelho de Almada, assume-se como um importante instrumento a dinamizar. As iniciativas colaborativas, o estabelecimento de parcerias entre escolas básicas, secundárias, profissionais e de ensino superior que gerem contextos de inovação, de empreendedorismo, de aprofundamento de metodologias de ensino deverão ser priorizadas.

De igual modo, os projetos e iniciativas que apoiam os processos de tomada de decisão deverão ser acarinhados, nomeadamente a realização de estudos e diagnósticos de caracterização temática e do contexto particular de Almada, à escala metropolitana.

## 11.6. QUADRO-SÍNTESE DE FINANCIAMENTO

QUADRO 72 – SÍNTESE DE FINANCIAMENTO DO PROGRAMA DE AÇÃO

Eixo	Medida	Estimativa de investimento (X 1.000 €)
Eixo I <b>Requalificar/ampliar o parque escolar instalado</b>	Medida 1.1. Criação de novas salas/espços letivos e de apoio: pré-escolar e 1º ciclo	24.500
	Medida 1.2. Criação de novas salas/espços letivos e de apoio: 2º, 3º ciclo e Secundário	6.000
	Medida 1.3. Programa Municipal de modernização e manutenção do parque escolar (PMM+Almada)	32.000
	Medida 1.4. Programa de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio (PMED+Almada)	7.500
	Medida 1.5. Programa de melhoria da eficiência energética no parque escolar (PMEE+Almada)	2.500
Eixo II <b>Melhorar as condições e qualidade de ensino</b>	Medida II.1. Reforço da atratividade e diversificação das soluções de aprendizagem	300
	Medida II.2. Criação de ofertas educativas especializadas que concorram para a afirmação cultural de Almada	3.500
	Medida II.3. Reforço das condições e qualidade da educação especial, diferenciadora e mais bem-adaptada às necessidades específicas dos centros de apoio às aprendizagens	800

<b>Eixo</b>	<b>Medida</b>	<b>Estimativa de investimento (X 1.000 €)</b>
	Medida II.4. Apetrechamento com mobiliário e material didático, de qualidade e diferenciador	250
	Medida II.5. Diversificar e diferenciar a oferta profissional e qualificar as condições de ensino	200
Eixo III <b>Melhorar as condições de gestão dos recursos humanos</b>	Medida III.1 Criação de bolsa municipal de recursos humanos (centralização dos recursos) para partilha entre estruturas	200
Eixo IV <b>Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior</b>	Medida IV.1 Projetos e iniciativas que concorram para uma maior valorização da escola na Comunidade	2.500
	Medida IV.2 Parcerias e Projetos Colaborativos com Entidades do Concelho que permitam fomentar a ligação às profissões e às competências do Futuro	100
<b>Total de investimento (estimativa)</b>		<b>80.350</b>

Fonte: Equipa técnica

Como já referido, num contexto de descentralização/transferência de competências e responsabilidades do Estado para o Município de Almada e da programação dos apoios comunitários para o próximo período de apoio (Programas Operacionais do Portugal 2030), importa que este referencial informe as negociações, de modo a garantir a exequibilidade financeira das principais intervenções estruturantes a realizar.

Não obstante, dada a ambição em presença, num quadro de resposta muito abrangente e multidimensional (face à multiplicidade das necessidades e à complexidade das novas soluções a desenvolver) o período de execução da Carta Educativa deverá estender-se para o médio e longo prazo, superando (previsivelmente) a presente década. Afigura-se, contudo, determinante a adoção de um referencial de elevada abrangência e horizonte de execução alargado, focado nas múltiplas componentes e dimensões estruturantes para a Comunidade Educativa, mesmo num cenário de difícil antecipação das fontes de financiamento disponíveis e da exiguidade de recursos financeiros passíveis de mobilização (nacionais e europeus). Neste quadro, face à dependência de fontes de financiamento (nacionais ou europeias) para a execução da esmagadora maioria das intervenções delineadas (potencialmente condicionadoras do ritmo e período de execução da Carta) é fundamental que os principais stakeholders (Município, Juntas de Freguesia,...) se empenhem na sensibilização dos decisores para a importância de criar/adaptar instrumentos de apoio financeiro que permitam enquadrar as intervenções preconizadas.

O quadro seguinte sinaliza o cronograma geral de execução da Carta Educativa, no curto prazo.



QUADRO 73 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE AÇÃO

Eixo	Medida	Projeto	Cronograma de Execução					
			2023	2024	2025	2026	2027	2028 - 2033
<b>Eixo I</b> Requalificar/ampliar o parque escolar instalado	Medida 1.1. Criação de novas salas/espços letivos e de apoio: pré-escolar e 1º ciclo	Centro Escolar da Ramalha/Almada Poente	X	X				
		Centro Escolar da Charneca		X	X			
		Centro Escolar da Vale Figueira				X	X	X
		Ampliação da EB 2/3 Elias Garcia		X	X	X		
		Ampliação da EB Presidente Maria Emília	X	X				
		Ampliação da EB n.º1 do Alfeite		X	X	X		
	Medida 1.2. Criação de novas salas/espços letivos e de apoio: 2º, 3º ciclo e Secundário	Escola Básica Integrada da Trafaria			X	X	X	X
	Medida 1.3. Programa Municipal de modernização e manutenção do parque escolar (P3M+)	Programa municipal de modernização e manutenção do parque escolar (JI e 1º ciclo)	X	X	X	X	X	X
		Programa de modernização e manutenção do parque escolar (2º, 3º ciclo e secundário)	X	X	X	X	X	X
	Medida 1.4. Programa de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio (PEDEL+)	Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio (parque escolar dos JI e 1º ciclo)	X	X	X	X	X	X
		Pavilhão desportivo da ES Francisco Simões		X	X	X	X	X
		Pavilhão desportivo da EB1/2/JI Charneca		X	X	X	X	X
	Medida 1.5. Programa de melhoria da eficiência energética no parque escolar (PEE+)	Programa de melhoria da eficiência energética do parque escolar	X	X	X	X	X	X
	<b>Eixo II</b> Melhorar as condições e qualidade de ensino	Medida II.1. Reforço da atratividade e diversificação das soluções de aprendizagem	X	X	X	X	X	X
		Medida II.2. Criação de ofertas educativas especializadas que concorram para a afirmação cultural de Almada	X	X	X	X	X	X
Medida II.3. Reforço das condições e qualidade da educação especial, diferenciadora e mais bem-adaptada às necessidades específicas dos centros de apoio às aprendizagens		X	X	X	X	X	X	
Medida II.4. Apetrechamento com mobiliário e material didático, de qualidade e diferenciador		X	X	X	X	X	X	
Medida II.5. Diversificar e diferenciar a oferta profissional e qualificar as condições de ensino		X	X	X	X	X	X	
<b>Eixo III</b> Melhorar as condições de gestão dos recursos humanos	Medida III.1 Criação de bolsa municipal de recursos humanos (centralização dos recursos) para partilha entre estruturas	X	X	X	X	X	X	

Eixo	Medida	Projeto	Cronograma de Execução					
			2023	2024	2025	2026	2027	2028 - 2033
<b>Eixo IV</b> Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior	Medida IV.1 Projetos e iniciativas que concorram para uma maior valorização da escola na Comunidade		X	X	X	X	X	X
	Medida IV.2 Parcerias e Projetos Colaborativos com Entidades do Concelho que permitam fomentar a ligação às profissões e às competências do Futuro		X	X	X	X	X	X

Fonte: Equipa técnica

## 12. MODELO DE MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E DISSEMINAÇÃO

### 12.1. UM CONTEXTO DE PARTIDA

Para além da sua dimensão de planeamento e ordenamento, a Carta Educativa do Município Almada (Revisão) é um instrumento de orientação estratégica com um horizonte temporal determinado (2032/2033, 10 anos letivos). Tendo em conta o quadro temporal alargado, não poderá ser assumida como um documento “fechado”, devendo ser ponderado por todos os atores e agentes educativos como um instrumento flexível, cuja complexidade e multidimensionalidade de variáveis e pressupostos em presença, poderão levar a reajustamentos no futuro para uma resposta eficaz, adequada e atempada a novos enquadramentos: reorientações do sistema educativo, novo contexto de responsabilidades e competências municipais, disponibilidade financeira, dinâmicas demográficas, económicas, sociais, entre outras.

Esta perspetiva e abordagem têm assumido uma relevância e protagonismo crescente nos últimos anos, face às mudanças aceleradas observadas nas sociedades mais avançadas, sobretudo resultado da emergência de contextos demográficos recessivos e da necessidade de readaptar/reaproveitar espaços para novas funções e usos. Como refere Guy Odie (Conselheiro do Programa sobre as construções escolares da OCDE): “Ainda que seja importante implantar os equipamentos num bom lugar, a experiência mostra que esse lugar não será bom para sempre (...). A localização de um edifício escolar nunca está definitivamente correta; ela depende de um processo permanente de reimplantação ou de transformação que responde à evolução da coletividade”.

Neste quadro, a implementação da Carta Educativa do Município de Almada (Revisão) deve contemplar um adequado processo de monitorização e avaliação, de forma a estabelecerem-se as necessárias inflexões e reorientações, de acordo com as novas dinâmicas do território e novas orientações do sistema educativo. Este processo de monitorização e avaliação deve ser efetuado com a mobilização dos diversos agentes envolvidos no próprio sistema educativo local, com ênfase para o Conselho Municipal de Educação. O papel ativo e empreendedor, sobretudo dos diretores de agrupamento, das escolas não agrupadas e da autarquia, é fundamental para garantir a eficácia do processo e para que os resultados sejam consequentes na tomada de decisões informadas.

Este exercício será tanto mais útil e relevante para uma resposta adequada e atempada às necessidades da rede e para se procederem a reajustamentos na Carta Educativa, quanto melhores os instrumentos criados para o desenvolvimento do processo. Assim, simultaneamente, importa criar um sistema adequado de monitorização e avaliação que inclua uma bateria de indicadores, que permita efetuar a validação das opções tomadas, bateria essa que deve incluir uma vertente macro (indicadores de contextualização) e uma vertente micro (indicadores de acompanhamento, nomeadamente sustentados na relação entre a oferta e a procura).

O principal objetivo passa por dotar o Conselho Municipal de Educação de um quadro de indicadores de monitorização e avaliação que permita efetuar um acompanhamento regular da execução da Carta Educativa. Assim, mais do que identificar uma lista exaustiva de indicadores, importa criar um sistema de monitorização composto por um conjunto pertinente de indicadores e por um quadro claro e exequível de rotinas de recolha, tratamento e organização da informação. Neste contexto, foram sobretudo adotados indicadores cuja recolha sistemática de informação possa ser executada pelo Município e Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias não Agrupadas. Por outro lado, a organização temporal das rotinas de recolha de informação prevê uma periodicidade realista, ajustada às dinâmicas desta política pública e às carências de recursos e de meios técnicos que possam afetar estas tarefas.

Conforme refere Édio Martins (Departamento de Avaliação Prospetiva e Planeamento – Ministério da Educação): “O processo de monitorização/ avaliação da Carta Educativa permitirá uma permanente e continuada aferição da clarividência e eficácia das propostas formuladas, para que seja possível a deteção precoce de eventuais desajustamentos e que atempadamente se configurem as soluções mais adequadas. A

monitorização é, assim, a continuidade natural da Carta Educativa e a sustentação ao longo de anos subsequentes dos conteúdos da mesma é um dos seus aspetos essenciais”.

## 12.2. ÂMBITO

A par do reforço e sofisticação das políticas públicas, tem vindo a registar-se um crescimento da importância dos processos de monitorização das mesmas, nomeadamente no acompanhamento dos planos, programas e das ações que as corporizam. A UE tem dado um forte contributo para este processo, nomeadamente por via da Política de Coesão, a qual permitiu a consolidação de conceitos e de metodologias de monitorização e a generalização das práticas de avaliação suportadas em sistemas de indicadores.

A estruturação dos sistemas de monitorização suporta-se, em geral, em três questões de partida:

- O que monitorizar?
- Como monitorizar?
- Para quem monitorizar?

Paralelamente, a crescente necessidade de aumentar a eficácia e a eficiência da intervenção pública, exigiu o desenvolvimento de sistemas de monitorização que permitam sistematizar a informação relativa à execução das políticas públicas, com a finalidade de conhecer os resultados alcançados, apoiar os processos de tomada de decisão e de planeamento estratégico e suportar a prestação de contas, a mobilização dos parceiros e a sensibilização das sociedades.

Neste quadro, são reconhecidas importantes vantagens na adoção de sistemas de monitorização, nomeadamente:

- Verificar se a ação pública responde às necessidades e ao quadro de prioridades;
- Melhorar a eficácia e a eficiência das intervenções públicas;
- Aumentar a transparência na utilização dos recursos públicos;
- Fomentar a ação dos diversos parceiros.

A construção dos sistemas relaciona-se com alguns critérios-chave, aos quais se articulam diferentes tipos de indicadores:

- Relevância – critério que verifica a adequação dos objetivos do instrumento em relação aos problemas e necessidades do domínio em análise;
- Eficácia – critério que reporta em que medida os objetivos definidos estão a ser atingidos;
- Eficiência – critério que procura verificar a importância dos resultados/efeitos conseguidos em relação aos recursos mobilizados;
- Utilidade – critério que julga os efeitos obtidos em relação às necessidades e problemas de partida (como os efeitos alteram a realidade contextual);
- Sustentabilidade – critério que proporciona uma reflexão sobre a duração da utilidade.

As funções de monitorização previstas neste instrumento (Carta Educativa), visam assegurar o seu regular acompanhamento, nomeadamente em cinco dimensões chave:

- Conhecer o grau de concretização e a pertinência/atualidade das propostas;

- Apreciar o desempenho da Carta, identificando as dimensões em que este se revele um sucesso/insucesso;
- Avaliar a conformidade entre os objetivos estratégicos da política pública municipal e os resultados/efeitos obtidos com a implementação da Carta;
- Avaliar a adequação das propostas da Carta face a novas dinâmicas territoriais e orientações setoriais;
- Garantir, anualmente, um forte alinhamento e adequação da rede à procura existente.

Assim, o processo de Monitorização e Avaliação deverá dispor de um sistema de indicadores que avalie e monitorize a eficácia da Carta Educativa (Revisão), através da verificação regular das ações planeadas e da apreciação das dinâmicas territoriais e setoriais em curso, que possam suscitar reajustamentos e reorientações.

Os diversos indicadores produzidos/a produzir, sustentados em múltiplas fontes de informação, são vetores fundamentais neste processo e garantem uma abrangência e alcance superior ao próprio instrumento (Carta), contribuindo para informar, com maior rigor e profundidade, o desempenho da política pública no âmbito da Educação e da sua ligação/articulação com outras dimensões centrais das políticas públicas.

### 12.3. MODELO DE MONITORIZAÇÃO

A monitorização caracteriza-se por uma observação sistemática da ação, de forma a acompanhar as mudanças verificadas ao longo de um dado período, permitindo oferecer um quadro atualizado sobre o grau de cumprimento dos objetivos que justificam determinada intervenção. A função de monitorizar assume assim uma importância fundamental para alcançar uma maior eficácia na execução das políticas públicas, ou seja, uma melhor adequação destas à sua finalidade.

O exercício da monitorização pressupõe não apenas a recolha regular de dados, mas também o seu tratamento e análise, com vista à incorporação dessa informação no processo de planeamento e apoio informado do agente decisor. Assim, um programa de monitorização devidamente estruturado providencia um processo contínuo de avaliação crítica de resultados.

Os modelos conceituais que suportam os programas de monitorização (a título de exemplo apontem-se os desenvolvidos por Batista e Silva et al, 2009; US Forest Service, 2010) têm por base, fundamentalmente, o objetivo de acompanhar a implementação dos Instrumentos/Planos/Programas/da política pública e avaliar os efeitos associados à sua concretização recorrendo a duas tipologias de indicadores:

- Indicadores de resultado/contextualização – cujo objetivo passa por apreciar o grau de concretização dos objetivos definidos e do contributo para as metas. Estes são indicadores de contexto, que se revelem coerentes com os objetivos da política pública;
- Indicadores de realização – têm como principal objetivo avaliar o grau de concretização do Instrumento/Plano/Programa. A sua função é de acompanhar a execução ao nível estratégico e operacional (indicadores criados a partir da análise do Instrumento/Plano/Programa estando associados a cada uma das ações previstas). Estes são indicadores particularmente relevantes para a(s) entidade(s) responsável pela implementação, procurando assinalar o grau de concretização das ações plasmadas no Instrumento/Plano/Programa.

Dado que o Programa de Monitorização deve ser um instrumento eficaz de monitorização da Carta Educativa e dos seus efeitos, os indicadores selecionados deverão cumprir três critérios essenciais:

- Avaliação – permitem efetuar uma apreciação contínua da Carta, do que vai ocorrendo/sendo executado (avaliação sistemática de resultados face aos objetivos) e do grau de concretização das metas preconizadas;
- Relevância – permitem efetuar uma clara associação com as principais questões estratégicas (objetivos estratégicos da Carta Educativa) e concorrem para uma maior facilidade de comunicação da informação;
- Exequibilidade – permitem proceder à recolha de informação de forma simplificada, pouco onerosa e facilmente operacionalizável, em termos de obtenção, processamento e análise. As funções fundamentais deverão ser: simplificar, quantificar e comunicar.

A coerência e integração do processo de monitorização é fundamental para garantir a sua eficácia. Neste quadro, é significativa a adoção de uma arquitetura “verticalizada”, que assume como ponto de partida os Eixos estruturantes da Carta Educativa e cujos indicadores de monitorização (de realização), provêm e/ou têm por base de suporte, diversas fontes de informação. Por outro lado, é fundamental que este sistema esteja integrado (seja compatível ou aí esteja alojado) numa plataforma municipal mais abrangente, que permita a partilha de informação e o acesso e cruzamento com variáveis-chave para uma melhor compreensão das causas/dinâmicas em curso noutras dimensões de política municipal, determinantes para o bom cumprimento/exercício da Carta Educativa.

A gestão da monitorização da Carta Educativa de Almada deve ser da responsabilidade de uma estrutura organizativa que tenha uma visão simultaneamente global sobre o sistema educativo e todo o território regional e, em particular, que tenha em consideração a realidade local específica. A mobilização do Conselho Municipal de Educação será fundamental neste processo.

O Município de Almada, nomeadamente o Departamento de Educação, entidade “líder” no processo de monitorização da Carta Educativa, deverá por um lado, articular todos os seus serviços/departamentos, de modo a “alimentar” de forma regular a plataforma com informação relevante e por outro, deverá estabelecer parcerias com diversas entidades intervenientes, nomeadamente com os elementos do Conselho Municipal de Educação, com vista a angariar informação necessária à elaboração e verificação dos indicadores, segundo a periodicidade estabelecida.

#### 12.4. METODOLOGIA DE RECOLHA, TRATAMENTO E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A implementação da Carta Educativa de Almada (Revisão) deverá estar suportada num encadeado regular de procedimentos que permitam:

- Assegurar a recolha de dados e informação, que sirvam de base à construção dos indicadores;
- Proceder ao tratamento da informação com destaque para a elaboração de outros indicadores complementares (sobretudo de resultado);
- Assegurar a produção de *outputs*, ou seja, de produção de conteúdos para formatos de divulgação.

Para o sucesso do processo de recolha de informação, afigura-se determinante assinalar responsabilidades, momentos-chave e tarefas a desenvolver.

Relativamente aos indicadores de realização e resultado, a estrutura do sistema de monitorização deverá ser definida, por um lado, com base na capacidade de compilação de informação de base que permita, posteriormente, calcular indicadores diretamente associados à execução da Carta Educativa. Por outro lado, em função de outras bases de dados internas do Município é fundamental garantir mecanismos de articulação (construção de indicadores de resultado/contextualização).

Na recolha dos indicadores de realização, importa num primeiro momento que o Departamento de Educação da Câmara Municipal de Almada (DE/CMA) defina uma ficha-modelo a disponibilizar aos parceiros, apontando orientações metodológicas e uma primeira aproximação aos indicadores de realização a disponibilizar. A informação deverá ser disponibilizada anualmente. No caso das ações a desenvolver pelo DE/CMA, deverá criar-se uma bateria alargada de indicadores específicos de projeto, uniforme para intervenções similares, que permita uma rápida e fácil compilação pelos serviços.

A recolha da informação de base aos indicadores de resultado deverá ser feita anualmente. Este processo deverá ser efetuado a partir dos seguintes procedimentos:

- A recolha a partir de informação própria – alguns dos indicadores estão suportados em informação sistematizada pelo DE/CMA e que resulta da execução de intervenções da sua responsabilidade ou de entidades parceiras (Ministério da Educação/Dgest, ...);
- A recolha a partir de outras fontes de informação, nomeadamente de informação integrada nas bases de dados municipais ou sistematizada em publicações do INE – alguns indicadores estão suportados em informação a compilar e disponibilizar por outros serviços/departamento ou por fontes oficiais que produzem/sistematizam informação relevante.

Assim, o processo compreende três fases essenciais: Recolha/ Tratamento/Organização da Informação, Elaboração de Instrumentos de Ação e Avaliação dos Resultados.

#### 12.4.1. Recolha/ Tratamento/Organização da Informação

O conteúdo dos instrumentos de monitorização da Carta Educativa de Almada deve, naturalmente, estar ajustado à metodologia e ao conteúdo da Carta Educativa. Por conseguinte, estes devem contemplar os seguintes domínios: i) Envolvente Territorial (transformações demográficas e socioeconómicas); ii) Oferta e Procura de Ensino; iii) Propostas de Intervenção.

Relativamente aos indicadores de contextualização, apontam-se alguns exemplos como base de partida, para a criação de uma bateria alargada de indicadores:

**QUADRO 74 – INDICADORES DE CONTEXTO (PLANO DE MONITORIZAÇÃO)**

Indicadores de contexto	Periodicidade	Entidade responsável pela recolha
<ul style="list-style-type: none"> <li>- População residente no Concelho, nas freguesias e à subsecção estatística</li> <li>- Taxa de crescimento natural e da taxa de crescimento efetivo</li> <li>- Taxa bruta de natalidade</li> <li>- Saldo natural e saldo migratório</li> <li>- População imigrante</li> </ul>	Anual	DE/CMA (parceria/protocolo com o INE)
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de desempregados inscritos no centro de emprego de Almada</li> </ul>	Semestral	DE/CMA (parceria/protocolo com o IEFP)
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alunos matriculados no ensino pré-escolar, por escola e agrupamento</li> <li>- Alunos matriculados no ensino básico (por ciclo), por escola e agrupamento</li> <li>- Alunos matriculados no ensino secundário, por escola e agrupamento</li> </ul>	Anual	DE/CMA / Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas

Indicadores de contexto	Periodicidade	Entidade responsável pela recolha
<ul style="list-style-type: none"> <li>– Alunos residentes em Almada inscritos, por escola ou agrupamento</li> <li>– Alunos com necessidades educativas especiais, por escola e agrupamento</li> <li>– Salas de atividade ocupadas (com turma)</li> <li>– Taxa de retenção e desistência, por escola e agrupamento</li> <li>– Recursos humanos, por categoria, escola e agrupamento</li> </ul>		

Fonte: Equipa técnica

O processo de recolha dos indicadores de realização (propostas de intervenção) encontra-se sistematizado no quadro seguinte (exemplificação).

**QUADRO 75 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (PLANO DE MONITORIZAÇÃO)**

Eixo	Indicador de realização	Meta	Periodicidade	Entidade responsável pela recolha
<b>Eixo I</b> <b>Requalificar/ampliar o parque escolar instalado</b>	N.º de novas salas/espacos letivos e de apoio criadas (II)	28	Anual	DE/CMA
	N.º de novas salas/espacos letivos e de apoio criadas (1.º ciclo)	54	Anual	DE/CMA
	N.º de escolas construídas (II/1.º ciclo)	4	Anual	DE/CMA
	N.º de escolas construídas (2.º e 3.º ciclo)	2	Anual	DE/CMA
	N.º de escolas alvo de intervenções de modernização e manutenção (2.º, 3.º ciclo e secundário)	8	Anual	DE/CMA
	N.º de equipamentos de apoio desportivo e lúdicos executados (II e 1.º ciclo)	10	Anual	DE/CMA
	N.º de equipamentos de apoio desportivo e lúdicos executados (2.º, 3.º ciclo e secundário)	2	Anual	DE/CMA
	N.º de escolas alvo de intervenções de melhoria da eficiência energética (2.º, 3.º ciclo e secundário)	15	Anual	DE/CMA
<b>Eixo II</b> <b>Melhorar as condições e qualidade de ensino</b>	N.º de escolas alvo de intervenções de ampliação/qualificação (salas de educação especial)	5	Anual	DE/CMA
	N.º de bibliotecas municipais com espacos de apoio à Comunidade Educativa	5	Anual	DE/CMA
	Criação da Escola Metropolitana de Artes Performativas	1	Anual	DE/CMA
<b>Eixo III</b> <b>Melhorar as condições de gestão dos recursos humanos</b>	Bolsa municipal operacionalizada	1	Anual	DE/CMA



Eixo	Indicador de realização	Meta	Periodicidade	Entidade responsável pela recolha
Eixo IV <b>Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior</b>	N.º de intervenções executadas (auditórios/salas de alunos)	10	Anual	DE/CMA

Fonte: Equipa técnica

Com base nas parcerias a estabelecer entre o Município e as restantes entidades intervenientes, deverá criar-se um mecanismo expedito de envio-receção anual da ficha-síntese de apoio ao cálculo dos indicadores que compõem o Sistema de Monitorização.

O mecanismo que vá reunir os procedimentos a adotar, deverá ter na génese a possibilidade de aceder e depositar informação (ficha), numa base de dados central, simplificada, a criar pelo DE/CMA com esse objetivo. Deverá ainda prever-se que os processos de atualização da base de dados central sejam dinâmicos e automáticos.

Com base na informação constante na ficha, o DE/CMA deverá, num primeiro momento, sistematizar e analisar, de modo agregado, os diversos indicadores de realização produzidos e disponibilizados pelas restantes entidades. Num segundo momento, com base em informação complementar, igualmente disponibilizada nas fichas, deverá definir e calcular uma bateria de indicadores de resultado. Concomitantemente, o DE/CMA deverá compilar e sistematizar a informação associada às intervenções em que se assume como entidade-executora (semestralmente), gerando indicadores suscetíveis de integração e coerentes com os produzidos/disponibilizados pelas restantes entidades.

#### 12.4.2. Instrumentos de Ação

Os indicadores de resultado e de realização constantes da base de dado deverão ser assim utilizados sob diversas formas para produzir informação analítica acessível a todos.

Anualmente, o DE/CMA, dispondo de toda a informação em causa, procederá ao seu tratamento e análise, produzindo conteúdos específicos. Com base na informação recolhida e organizada procede-se à elaboração de pequenos planos de ação (anuais), que permitam definir objetivos e recursos a utilizar anualmente, que deverão ir ao encontro das linhas de orientação da Carta Educativa ou que, em alguns casos, impliquem a sua reformulação. Este documento de base, será o suporte principal para a disponibilização de informação através de outras ferramentas (website, ...).

#### 12.4.3. Avaliação dos Resultados e disseminação da informação

No final de cada ano letivo (ou, eventualmente, de dois em dois anos letivos) deverão ser produzidos pequenos relatórios de avaliação da própria Carta Educativa (Revisão) e dos Instrumentos de ação, que poderão levar à mobilização de novos recursos (físicos, humanos ou institucionais) e a ajustamentos estratégicos considerados pertinentes.

A divulgação da informação sistematizada assume grande importância, com vista a criar uma cultura de avaliação, relativamente à Educação no Concelho. Esta informação deverá ser disponibilizada periodicamente a todas as entidades e atores responsáveis pela concretização da política pública nesta dimensão.

Os relatórios de monitorização e avaliação, irão informar a produção de Boletins de Monitorização Anual, que serão o instrumento principal de suporte aos conteúdos a disponibilizar nas diversas ferramentas de

divulgação. Em termos de outros outputs, deverão ser equacionadas diversas formas de partilha da informação (ferramentas de comunicação): boletins, *flyers*, *website*, *newsletters online*.

QUADRO 76 – FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO: FORMAS E REGULARIDADE DE APRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO-CHAVE

Ferramenta de Comunicação	Tipo de Informação	Forma de Apresentação	Regularidade
<b>Boletim de Monitorização</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Informação de natureza analítica onde se sistematiza a informação oferecida pela base de dados e se analisa a evolução verificada na execução da Carta Educativa e na política pública;</li> <li>– Documento essencialmente gráfico e sustentado nos indicadores de realização, que permita oferecer uma perspetiva sintética sobre as dinâmicas ocorridas e sobre o desempenho da Carta Educativa.</li> </ul>	<p><b>Em papel</b></p> <p>A disponibilizar nas instalações do Município e em eventos/iniciativas específicas associadas à Educação</p>	Anual
<b>Brochuras e Flyers</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Apresentação das principais conclusões, com especial relevo para os indicadores de resultado, com recurso a infografia apropriada e gráficos dinâmicos da evolução da Carta Educativa;</li> <li>– Disponibilização de indicadores, que estarão suportados no tratamento da informação e em conteúdos dinâmicos.</li> </ul>		Anual
<b>Website CMA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Síntese analítica da evolução das principais realizações e resultados, verificadas na Carta Educativa e na política pública;</li> <li>– Disponibilização de infografia apropriada e gráficos dinâmicos da evolução da Carta Educativa.</li> </ul>	<p><b>Online</b></p> <p>A disponibilizar nas ferramentas <i>online</i> existentes/a criar (separador a alojar no website/conteúdos específicos da newsletter)</p>	Semestral
<b>Newsletters online</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Informação de natureza analítica onde se sistematiza a informação oferecida pela base de dados e se analisa a evolução verificada na Carta Educativa e na política pública;</li> <li>– Conteúdos essencialmente gráficos, que permitam oferecer uma perspetiva sintética sobre as dinâmicas ocorridas e sobre o desempenho da Carta Educativa.</li> </ul>		Semestral

Fonte: Equipa técnica

## 13. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS

### Quadro Legislativo:

- Constituição da República Portuguesa
- Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro
- Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro
- Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE)
- Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar
- Lei n.º 159/99, de 14 de setembro
- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro
- Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto
- Portaria n.º 303/2022, de 22 de dezembro

### Documentação europeia e nacional:

- Acordo de Parceria Portugal 2020
- Carta Educativa de Almada, 2006
- Carta das Cidades Educadoras
- Conselho europeu, de março de 2001
- Departamento de Avaliação Prospetiva e Planeamento – Ministério da Educação
- Estratégia Europa 2020
- Estratégia AML 2030, 2020
- Estratégia Portugal 2030
- Europa 2020: Recomendações específicas para Portugal
- Europa 2020: Indicadores macroeconómicos
- EUROSTAT
- Guião para a elaboração das Cartas Educativas, DGEEC, DGEstE; IGeFE, maio de 2021
- Iniciativas Emblemáticas da Estratégia Europa 2020
- Modelos de Monitorização, Batista e Silva et al, 2009; US Forest Service, 2010
- Plano de Ação “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), 2008 e 2018
- Programa Nacional de Reformas (PNR)
- Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020
- Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030
- Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023

RELATÓRIO FASE C

- Programa do XXIII Governo Constitucional 2022-2026
- Programa Aproximar Educação, 2015
- Programa TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária)
- Projetos educativos dos Agrupamentos de Escolas de Almada
- Protocolos de Colaboração entre o Município, os Agrupamentos de Escolas e as Associações de Pais e Encarregados de Educação
- Rede das Cidades de Aprendizagem da UNESCO
- Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras
- Reflexões desenvolvidas pelo Conselho Nacional de Educação, 2016
- Relatórios da Revisão do PDMA (Relatório de Fundamentação do PDM / CMA / DIGTP, 2019)
- Resolução das Nações Unidas “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, 2015
- A utilização das Nova TIC em contexto de sala de aula; José Ribeiro da Silva, 2016
- A comunicação no processo de ensino aprendizagem. Patrícia Carvalho, 2014

Informação quantitativa (fontes):

- Carta Social do MTSSS: indicadores da rede privada e solidária de pré-escolar
- CM de Almada
- INE: indicadores demográficos, sociais e educativos
- Inquérito a todos os estabelecimentos educativos da rede pública
- OCDE: indicadores para a educação e formação

Referenciais eletrónicos:

- <http://www.dgeec.medu.pt>
- <http://www.egasmoniz.edu.pt>
- <http://www.ipiaget.org>
- <http://www.unl.pt>
- <https://capalmada.pt/>
- [https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/sdg\\_04\\_10/default/table?lang=en](https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/sdg_04_10/default/table?lang=en)
- <https://infocursos.medu.pt/>
- <https://www.dges.gov.pt/guias/inddist.asp?dist=15>

**35**  
**ANOS**  
1986-2021



**CEDRU**

Centro de Estudos e Desenvolvimento  
Regional e Urbano

**CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda.**

Rua Fernando Namora, 46 A  
1600-454 Lisboa - Portugal  
Telefone: + 351 21 712 12 40

Email: [geral@cedru.com](mailto:geral@cedru.com)

URL: [www.cedru.com](http://www.cedru.com) |  [www.facebook.com/cedru.pt](https://www.facebook.com/cedru.pt)

**Documento:**

Revisão e Elaboração da Carta Educativa de Almada – Relatório Fase C (Relatório Final)

**Data:**

junho de 2023